

QUARTA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 9H00)

2. Seguimento dado às resoluções do Parlamento: Ver Acta

3. Futura política integrada da UE sobre as alterações climáticas (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o relatório (A6-0495/2008) do deputado Karl-Heinz Florenz, em nome da Comissão temporária sobre as alterações climáticas, sobre o tema "2050: o futuro começa hoje - recomendações para a futura política integrada da UE sobre as alterações climáticas" (2008/2105(INI)).

Karl-Heinz Florenz, relator. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, começaria por saudar os meus colegas que há meses vêm trabalhando neste relatório sobre o clima. Agradeço sinceramente a franqueza e espírito de cooperação que demonstraram para que, juntos, conseguíssemos redigir este documento.

O procedimento em comissão horizontal era novo. Não trocámos impressões com peritos num grupo mas falámos com pessoas do sector dos transportes, com pessoas do sector económico e, claro, com pessoas do sector da energia. Foi muito claro, durante todo o processo, que o início do debate foi algo difícil por se tratar de matéria nova. Aproveitaria para agradecer uma vez mais ao presidente da nossa comissão e meu amigo Guido Sacconi, que sempre presidiu com um excelente espírito de abertura.

O grande progresso verificado reside, em especial, no facto de esta abordagem horizontal oferecer uma grande oportunidade e, no próximo Parlamento, deveremos assegurar que as pessoas dialogam mais umas com as outras e que não nos limitamos a ter pequenos grupos que agem uns contra os outros.

Foi este o ponto forte desta comissão. Convidámos peritos de alto nível, como o Nobel da Paz Rajendra Pachauri e notáveis cientistas, investigadores e, claro, políticos. Hoje, finalmente, apresentamos um trabalho que prova que os resultados são muito positivos.

Todos sabemos que pouco se consegue com proibições, sanções ou dispensas. Devemos, antes, fomentar uma mudança na sensibilização assim como na inovação e na motivação. O nosso objectivo deve consistir em conseguir que os engenheiros europeus se levanten todas as manhãs com vontade de construir equipamentos mais eficientes, que permitam utilizar melhor e de com maior eficácia as matérias-primas dos nossos filhos.

O nosso relatório é, também, honesto. Constatámos que não dispomos de quaisquer super armas, que não podemos carregar num botão – em Bruxelas, Bali ou na Polónia, em Dezembro. Mas dispomos de um leque de medidas. É aqui, justamente, que está a oportunidade: oportunidade para mostrar bem claro às pessoas que são elas as responsáveis por um terço destas alterações climáticas, por exemplo quando aquecem os seus lares. Como cidadãos somos todos responsáveis por um terço, inclusive em resultado da mobilidade e das suas consequências, sendo a indústria responsável por outro terço. Assim, o relatório dirige-se a todos nós. E isto é notável: não precisamos de procurar o mau da fita; somos todos convidados a participar em discussões inovadoras. Eis algo que me agrada particularmente.

Sobressai também o facto de o presente relatório ser bastante equilibrado, e gostaria de o realçar, já que não representa quaisquer programas partidários. Ao mesmo tempo, não minimiza qualquer área. Antes decidimos fazer notar que algumas áreas oferecem mais oportunidades, enquanto outras são menos férteis. Por esse motivo o relatório também é muito claro quando afirma que, em última análise, aponta o caminho a seguir – em especial no que respeita à Europa, já que na Europa dispomos de um acervo de tecnologia ambiental considerável, cujo volume é comparável ao da indústria automóvel europeia. Esse volume vai aumentar e temos de explorar esta área para inovarmos mais.

Referi há pouco que há que envolver os nossos cidadãos para que possam fazer alguma coisa, mesmo em casa. Aqui os políticos locais, as câmaras de comércio e indústria e as associações comerciais podem fazer muito em termos de motivação e de informação.

Para concluir diria que os muitos benefícios que demonstrámos no relatório devem fazer-nos perceber que é na inovação, não na depressão, que residem as oportunidades. Se o compreendermos o nosso trabalho já terá valido a pena.

Presidente. – Senhor Deputado Karl-Heinz Florenz, muito obrigado pelo seu trabalho e pelo relatório.

Martin Bursík, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Senhor Presidente, é um prazer estar aqui e partilhar convosco algumas ideias sobre o importante ano que temos pela frente. Em primeiro lugar, permitam-me que felicite a Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas por todo o trabalho que tem desenvolvido desde a sua criação em Abril de 2007: audições, conferências, relatórios, resoluções, troca de opiniões com terceiros. Os seus esforços incansáveis têm contribuído grandemente para a definição da posição da UE sobre as alterações climáticas.

A última resolução, "2050: O futuro começa hoje – Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima", aprovada pela Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas em 2 de Dezembro de 2008, e que os Senhores aprovarão neste período de sessões, mais uma vez oferecerá uma base extremamente útil para a discussão das opções relativas a um acordo pós-2012 em matéria de clima e a um desenvolvimento das políticas climáticas da UE.

Como sabem, o trabalho durante a Presidência centrar-se-á no processo de negociação internacional. A propósito, hoje mesmo parto de Estrasburgo com destino a Deli para discutir com o Governo indiano e representantes indianos esta temática. Duas semanas mais tarde, teremos uma reunião UE-África em Nairobi, Quénia, e já estabelecemos contacto com a administração dos EUA, de que falarei mais tarde.

Ao aprovar o pacote legislativo em matéria de clima e ambiente no final de 2008, a UE envia um sinal extremamente forte a todos os nossos parceiros no mundo. Com a adopção deste pacote no espaço de alguns meses, a UE demonstrará que o seu compromisso, bem como a sua posição de liderança, relativamente à luta internacional contra as alterações climáticas é tão forte como sempre foi. Na verdade, a UE será a primeira região no mundo a comprometer-se unilateralmente com uma redução de emissões de gases com efeito de estufa de 20% até 2020.

Como sabem o pacote de medidas em matéria de alterações climáticas e energia tornará possível, a partir de 2013, a reforma do RCLE-UE (regime de comércio de licenças de emissão da UE), fixará os limites para as emissões fora do âmbito do Regime de Comércio de Licenças de Emissão, incentivará a tecnologia de captura e armazenamento de CO₂, assim como promoverá o desenvolvimento das energias renováveis.

No que se refere ao RCLE, será fixado um único limite máximo da UE com uma trajectória linear em decrescendo, os leilões das licenças de emissão serão gradualmente introduzidos tal como o método de atribuição de licenças, e a monitorização, informação e verificação serão reforçadas. Contudo, como é evidente, aliás a UE disse-o várias vezes, não ficaremos pelos 20% – queremos chegar aos 30% – e, por conseguinte, esperamos conseguir um acordo ambicioso e abrangente a nível mundial em Copenhaga.

Neste momento, estamos a 10 meses da Conferência de Copenhaga. A Conferência sobre as alterações climáticas em Poznań de Dezembro de 2008 acordou um programa de trabalho para 2009, com passos claramente identificados relativamente a Copenhaga. A decisão em Poznań sobre a funcionalidade do Fundo de Adaptação representa um passo em frente importante nas negociações sobre a base do financiamento – um dos elementos-chave de qualquer acordo abrangente a nível mundial.

A mesa redonda ministerial em Poznań também confirmou a vontade comum, tanto dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento, de encontrar uma resposta eficaz, acordada a nível global, para os perigos das alterações climáticas em relação ao período pós-2012. Isto engloba novos esforços de mitigação, medidas de adaptação e meios de financiamento e tecnológicos capazes de tornar essa resposta funcional.

Poznań também enviou a mensagem de que a actual crise financeira não deve ser vista como um obstáculo a novas medidas em matéria de alterações climáticas, mas, ao invés, como uma nova oportunidade para transformar profundamente o nosso sistema económico e avançar com solidez para uma economia menos dependente do carbono.

A Presidência checa tenciona desenvolver estas conquistas tão importantes e envidar esforços a nível internacional com vista à consecução de um acordo em Copenhaga em Dezembro de 2009.

Em Março de 2009, o Conselho "Ambiente" e mais tarde o Conselho ECOFIN e o Conselho Europeu Primavera, constituirão as primeiras oportunidades para trabalhar mais a posição da UE a este respeito, com base na Comunicação da Comissão "Rumo à celebração em Copenhaga de um acordo abrangente sobre as alterações climáticas", que recebemos há uma semana atrás, e com base no vosso contributo.

Para além de uma visão comum no que toca ao desenvolvimento de uma acção a longo prazo com vista à tecnologia de mitigação e à adaptação, a identificação dos meios adequados para um financiamento eficaz e a longo prazo das políticas climáticas será fundamental em futuras deliberações da UE. Neste contexto, posso apenas reiterar o apelo da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas à Comissão e aos Estados-Membros para "assumirem, ao nível bilateral, um papel de mediação entre as posições dos países desenvolvidos no processo de negociações para o acordo pós-2012, a fim de garantir, mediante um equilíbrio de interesses, o êxito das negociações em matéria de protecção do clima, envolvendo todos os emissores de gases com efeito de estufa".

A UE continuará também a desenvolver um trabalho activo com os principais parceiros de negociação e as principais economias emergentes, mas também com a nova administração dos EUA. Falei por telefone com Carol Browner, a assistente do Presidente para a energia e alterações climáticas. Apresentei-lhe uma proposta preliminar no sentido de realizar uma reunião de alto nível com representantes dos EUA e da Comissão da UE – Comissário Dimas –, a Presidência checa e a próxima Presidência sueca (i.e. a Troika) no princípio de Março, provavelmente a 2 ou 6 de Março.

Disse que a UE gostaria de trabalhar tão de perto quanto possível com os EUA na evolução e articulação dos mercados de carbono. Acrescentamos que o Congressista Waxman referiu que tentará que a legislação sobre o regime de comércio e limites de emissões, preparada pela comissão a que preside, seja implementada em finais de Março. Esta é uma resposta bastante encorajadora da parte dos Estados Unidos como reacção às actividades da União Europeia.

Contamos igualmente com o Parlamento Europeu para assegurar que a voz da UE tenha um alcance mais alargado e apreciamos muitíssimo os esforços ao nível de contactos que realizaram no passado. Posso apenas encorajar-vos a continuar nesta direcção e desejar-vos toda a sorte para o ano que se segue.

Stavros Dimas, Membro da Comissão. – (EL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados do Parlamento Europeu, o relatório final da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas de que foi relator o senhor deputado Florenz estabelece metas ambiciosas e cobre uma grande variedade de questões, confirmando assim a grande importância que o Parlamento Europeu atribui à questão das alterações climáticas. Gostaria de felicitar a Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, e em particular o relator, senhor deputado Florenz, pelo excelente trabalho que realizaram.

No ano passado, a nossa prioridade foi para o pacote de medidas relativas às alterações climáticas e à energia. Os nossos esforços produziram frutos e podemos agora orgulhar-nos deste pacote muito importante de actos legislativos. Este ano, vamos centrar a nossa atenção sobretudo no seio da União Europeia com a preparação das medidas de execução desse pacote. A nível internacional, a nossa prioridade serão as negociações sobre as alterações climáticas, que serão intensificadas antes da conferência das Nações Unidas em Copenhaga, e, como acabaram de ouvir, a Presidência checa atribui grande importância a essas negociações e planeou uma série de reuniões e negociações a nível bilateral e multilateral. O vosso relatório chegou, portanto, no momento oportuno. Nos preparativos para Copenhaga, teremos de reunir todas as nossas forças e trabalhar em conjunto de modo a que, atendendo ao papel especial da Europa, consigamos alcançar o melhor resultado possível.

Apraz-me ver que o vosso relatório, em sintonia com a análise da Comissão, salienta que a crise económica e financeira não deve servir de pretexto para atrasar a adopção de medidas de combate às alterações climáticas. Também concordamos que a adopção de tais medidas faz parte da solução para sairmos da crise económica que hoje enfrentamos.

Com o pacote de medidas relativas às alterações climáticas e à energia, a Europa está agora a avançar na via de uma economia de baixas emissões de dióxido de carbono. Ao mesmo tempo, essas medidas ajudarão a reduzir a dependência da Europa face à energia importada, e isso representa um benefício igualmente importante como vimos recentemente com a crise do gás natural. Com a implementação da meta da redução das emissões de gases com efeito de estufa em 20% ou 30%, e desde que os outros países desenvolvidos

aceitem fazer essas reduções no âmbito do acordo internacional, estaremos sem dúvida alguma numa posição muito mais ambiciosa do que qualquer outro país ou grupo de países. Estamos a dar ao resto do mundo um exemplo que imprimirá uma dinâmica positiva às negociações internacionais.

Antes de focalizarmos o nosso debate nas negociações internacionais, gostaria de tecer um breve comentário sobre uma questão que é muito justamente salientada no relatório. Mais concretamente, relatório contém propostas valiosas sobre o que é preciso fazer para garantir uma utilização mais eficiente e efectiva dos recursos naturais, tendo em vista a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a poupança de energia.

A Comissão deu no ano passado um primeiro passo nessa direcção com a aprovação do plano de acção para a produção e consumo sustentável. Mais recentemente, com medidas destinadas a complementar o pacote referente ao clima e energia, reforçou as acções que visam a poupança e o uso mais eficiente da energia. Em todo o caso, ainda há muito por fazer no domínio da utilização sustentável dos recursos naturais e, obviamente, há ainda um enorme potencial para aumentar a eficiência energética. Um exemplo ilustrativo é a proposta que a Comissão apresentou recentemente sobre a eficiência energética dos edifícios. Trata-se de um sector com alvos múltiplos uma vez que tem benefícios consideráveis em termos quer de poupanças de energia quer de protecção do clima e ao mesmo tempo gera emprego e contribui para o desenvolvimento da inovação tecnológica.

Hoje, mais do que nunca, precisamos tonificar e fortalecer as nossas economias, tomando medidas destinadas a acelerar a adopção e utilização de tecnologias limpas que contribuam para a criação de postos de trabalho verdes. Ao mesmo tempo, criar-se-ão importantes oportunidades para o nosso comércio externo, devido à rápida expansão dos mercados para tecnologias limpas. Tendo isto em mente, em Dezembro último, a Comissão propôs, entre outras coisas, acções específicas no quadro do Plano Europeu de Relançamento Económico.

No que toca às negociações internacionais sobre alterações climáticas, não há dúvida de que o pacote de medidas sobre clima e energia reforçou os nossos argumentos e esforços para persuadir os nossos parceiros internacionais de que a adopção de medidas efectivas é não só necessária mas também exequível. Obviamente, é indubitável que as negociações internacionais vão ser muito difíceis, em parte devido à sua complexidade. Ainda assim, penso que será alcançado um acordo em Copenhaga. Podemos e devemos chegar a um acordo. Não há tempo a perder. É uma questão de vontade política e penso que essa vontade existe.

Ora, dado que as negociações internacionais começam a intensificar-se, na semana passada, a Comissão adoptou uma comunicação que contém as suas posições sobre os pontos mais importantes em negociação. Primeiro que tudo, são os países desenvolvidos que estão a ser convidados a continuar a desempenhar um papel de liderança. Chegam dos Estados Unidos mensagens positivas porque, como o Ministro checo referiu anteriormente, o Presidente Obama prometeu que os EUA participarão activamente nas negociações internacionais, e anunciou que vai haver um regime de comércio de emissões de gases com efeito de estufa nos Estados Unidos e que até 2050 haverá reduções de 80% em comparação com 1990.

Todas estas mensagens são positivas, mas nós queremos vê-las postas em prática rapidamente, digamos ainda este ano, porque precisamos chegar a um acordo em Copenhaga no fim deste ano e os Estados Unidos têm uma dívida e, com base no anúncio feito pelo Presidente Obama, vão precisar de dar um contributo decisivo, juntamente com a União Europeia, para que todos possamos chegar a acordo em Copenhaga. Claro está que nos congratulamos com o debate em curso nos Estados Unidos, que levará à adopção de várias outras medidas para combater as alterações climáticas. Um elemento ilustrativo são as medidas anunciadas recentemente para os automóveis.

A comunicação da Comissão Europeia confirma a meta da redução de 30% das emissões globais nos países desenvolvidos e define o conceito de comparabilidade dos esforços. A comparabilidade será de importância decisiva não só para a consecução das metas ambientais mas também para a salvaguarda de condições de concorrência equitativas. A Comissão propôs uma série de critérios para a determinação da comparabilidade.

No que respeita aos países em desenvolvimento, embora não lhes sejam exigidos esforços do mesmo tipo e alcance dos exigidos aos países desenvolvidos, importa ainda assim assegurar que eles continuem a tomar medidas de modo a que o desenvolvimento económico de que precisam seja menos intensivo em termos de dióxido de carbono. Para a concretização do objectivo de não exceder os 2 graus Celsius até 2050, os países em desenvolvimento terão de limitar o ritmo de aumento das suas emissões em 15% a 30% abaixo daquelas que teriam registado se não tivessem feito qualquer esforço de redução até 2020. Obviamente, o esforço que cada país em desenvolvimento vai ter de realizar separadamente dependerá do seu nível de desenvolvimento

económico e dos seus recursos. Quer isto dizer que esperamos obviamente mais das economias em rápido desenvolvimento do que das outras.

Todos sabemos que não alcançaremos os resultados que queremos em Copenhaga se não conseguirmos aumentar os investimentos e garantir mais fundos para a redução das emissões com vista à adaptação. É óbvio que uma parcela dos investimentos necessários, mesmo nos países em desenvolvimento, virá do sector privado de vários países e cerca de um terço, segundo os cálculos da Comissão, virá do mercado de dióxido de carbono. Além disso, uma parte terá de ser financiada com fundos públicos e teremos de estudar maneiras de garantir esses fundos. Hoje em dia, no meio de uma recessão económica, este não vai ser um debate fácil. Devemos, no entanto, estar preparados para apresentar argumentos para este debate, tendo em mente que o custo da inacção será muito mais elevado do que o custo de quaisquer medidas.

Por último, a comunicação da Comissão salienta a importância de um mercado global de dióxido de carbono e da criação, entre os países da OCDE, de regimes de comércio de emissões compatíveis até 2015, enquanto para os países em desenvolvimento economicamente mais avançados se propõe que isso seja feito mais tarde até 2020.

Estas são as principais mensagens contidas na comunicação da Comissão e aguardo com grande interesse as opiniões dos senhores deputados a este respeito. As negociações internacionais vão prosseguir rapidamente e nós, pela nossa parte, vamos ter de desenvolver um intenso trabalho diplomático este ano. Conto com o vosso contributo para este importante esforço.

Romana Jordan Cizelj, em nome do Grupo PPE-DE. – (SL) A mudança climática é um assunto muito vasto e concordo com o relator quando diz que todos nós, os membros da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, tivemos de procurar soluções inovadoras para cobrir todo o conteúdo e alcance deste tema. Com efeito, agora que o trabalho está concluído, posso confirmar que todos tiveram, de facto, ampla oportunidade de trocar diferentes pontos de vista e opiniões, e de apresentar diferentes propostas de acção futura. As nossas discussões foram por vezes muito vivas, por causa, precisamente, da diversidade das opiniões que foram expressas. Deste modo, o relatório reflecte um amplo espectro de opinião e contém muitas boas propostas, mas também nos permite coordenar o trabalho em curso nas comissões permanentes, no que respeita à formulação de diversas políticas sectoriais. Pessoalmente, julgo que seria uma excelente ideia continuarmos a aplicar esta metodologia específica.

É certo que as áreas que mencionámos anteriormente, como a energia, os transportes e a indústria, revelaram ser as que oferecem maiores oportunidades de iniciativa, apesar de ter ficado igualmente demonstrada a importância doutros sectores, designadamente a agricultura, criação de gado, silvicultura sustentável, tecnologias de informação e comunicação e política de desenvolvimento da UE em relação a países terceiros.

A nossa transição para uma sociedade de baixo carbono tornar-se-á, obviamente, possível, se continuarmos a investir na investigação e a apostar no reforço do desenvolvimento e da inovação, bem como na concretização dos outros objectivos definidos na Estratégia de Lisboa. No entanto, isto por si só não será suficiente. Importa também modificarmos os nossos estilos de vida, mas só o conseguiremos fazer se todos se empenharem na defesa do ambiente com genuína convicção. A este respeito, é preciso ir muito mais longe em termos de campanhas de informação e de tomada de consciência.

Também concordo com os comentários feitos sobre a correlação que existe entre a crise financeira e a mudança climática. No entanto, também aqui existe uma oportunidade, e são injustificados os receios de que o combate às alterações climáticas venha a ser preterido devido à crise financeira, já que as medidas para estimular a economia devem ser pensadas de forma a promover o desenvolvimento sustentável e não apenas o consumo.

Porque o nosso objectivo consiste em reduzir o aumento da temperatura média global, devemos desenvolver esforços no plano internacional, evidentemente. Neste contexto, a Europa deve estabelecer e aprofundar o diálogo com os países desenvolvidos, pois além da obrigação de reduzirmos e eliminarmos em conjunto o peso histórico das nossas próprias emissões, devemos ao mesmo tempo permanecer atentos às necessidades dos países em desenvolvimento, assim como dos menos desenvolvidos, e ajudá-los a optar pelo desenvolvimento sustentável, ainda que este tenha um custo mais elevado.

Para concluir, gostaria de felicitar o relator, senhor deputado Karl-Heinz Florenz, pela abertura que demonstrou ao longo do nosso trabalho.

Dorette Corbey, em nome do Grupo PSE. – (NL) Em primeiro lugar, gostaria de dirigir ao senhor deputado Florenz os meus sinceros agradecimentos pela extrema dedicação e determinação que depositou na elaboração do seu relatório. Trata-se, na minha opinião, de um relatório global, com perto de 200 recomendações, e que vale a pena apreciar. De igual modo, contém muitas recomendações válidas e passíveis de constituir uma fonte de inspiração para o próximo Parlamento, para os parlamentos nacionais e para as autoridades locais competentes.

Gostaria de aludir a cinco aspectos centrais e verdadeiramente fulcrais para o nosso grupo. Em primeiro lugar, o relatório em apreço reconhece a natureza global das alterações climáticas, que, na verdade, não afectam não apenas a indústria, os transportes e a energia, sectores para os quais já instituímos regras, mas também a agricultura, a saúde, a ciência e a tecnologia, as TIC, a educação, os solos, a água e a exploração da terra. Todos estes sectores merecem a nossa total atenção e uma solução eficaz.

Em segundo lugar, a política em matéria de clima deve ter também uma dimensão social e revelar-se solidária. É necessário ter em conta os aspectos ligados ao emprego, aos rendimentos e à pobreza energética. Temos de saber como pagar a nova tecnologia e quem vai arcar com esse custo. Queremos saber quantos postos de trabalho serão criados e quantos, eventualmente, se perderão. Queremos programas de reconversão profissional para os trabalhadores das novas actividades ligadas ao ambiente (*green poll*). Sem o máximo de dedicação no domínio social, será extremamente difícil manter o apoio político à política em matéria de clima.

O terceiro aspecto central prende-se com a crise económica, para a qual necessitamos também de uma solução global. O *New Deal Verde* tornou-se um conceito, o qual, aliás, tem o nosso vigoroso apoio. São necessários investimentos consideráveis. As intervenções em apoio dos bancos e das empresas devem, pelo menos, ter uma componente sustentável. Importa investir prioritariamente nas casas e blocos de apartamentos da Europa Oriental, pois este investimento irá trazer benefícios para o emprego, a segurança energética e o clima.

O nosso quarto aspecto central é a agricultura. Normalmente, não a discutimos quando falamos sobre o clima. Está hoje demonstrado que essa discussão é, de facto, necessária, sendo a agricultura, comprovadamente, um tema suscitador de controvérsia. Depois de uma longa discussão sobre se a agricultura devia ter metas vinculativas, concordámos que devíamos equacionar muito seriamente esta opção. É igualmente evidente que a agricultura não é só um problema, visto que também oferece soluções. Uma agricultura equilibrada, uma exploração da terra eficaz e uma utilização adequada da biomassa podem ajudar a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

O nosso quinto e último aspecto diz respeito ao envolvimento das pessoas, que passa obrigatoriamente pela informação e pela transparência. Se queremos alterar os nossos comportamentos de consumo, temos de saber exactamente que produtos geram níveis elevados de gases com efeito de estufa, e poderemos ter de adaptar os nossos padrões de consumo em conformidade. Obviamente, isto não é fácil, mas, como bem frisou o senhor deputado Florenz anteriormente, o problema das alterações climáticas não pode ser resolvido com meras artimanhas técnicas. Mais tarde ou mais cedo, teremos de enviaar todos os esforços para envolver o maior número de pessoas possível nos grandes desafios que temos pela frente. As iniciativas locais são bastante valiosas neste processo. Auditorias energéticas gratuitas, melhores transportes públicos e produção alimentar a nível local e regional. Juntos, podemos conseguir muita coisa.

Este conjunto de medidas é também motivo de optimismo. É possível reduzir os gases com efeito de estufa e com isso contribuir para a inovação, o crescimento económico, um melhor aprovisionamento energético, uma melhor produção alimentar, mais emprego e um clima mais estável. Os meus agradecimentos a todos os senhores deputados que contribuíram para a elaboração deste relatório.

Chris Davies, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, há um "elefante" que passa despercebido neste debate e, ao que parece, estamos renitentes em identificá-lo. Praticamente não é mencionado neste relatório e na estratégia da Comissão para a celebração em Copenhaga de um acordo abrangente sobre as alterações climáticas figura apenas uma breve menção. É um facto que a população humana está a aumentar a níveis insustentáveis e sem precedentes. No tempo de vida de muitos de nós aqui presentes, a população deste planeta terá triplicado. Continua a aumentar na proporção de 200 000 por dia: 80 milhões ao ano.

Por que razão a China precisa de uma nova central eléctrica alimentada a carvão todas as semanas? Porque, nos últimos 50 anos, a sua população mais do que duplicou e continua a crescer a um ritmo acelerado. Ora, isto faz com que a procura de energia aumente também e a verdade é que a população chinesa quer o que

temos no Ocidente e tem esse direito. O Ministro viaja hoje para a Índia. O crescimento populacional é ainda maior nesse país e, mais uma vez, o recurso ao carvão como fonte de energia é uma saída para o problema.

Mas a realidade é que este planeta tem recursos finitos. Precisamos de abrandar e inverter o nosso crescimento demográfico e temos de o fazer por meios absolutamente não coercivos. Além disso, não nos podemos permitir a arrogância de esquecer que nós, nos países desenvolvidos, contribuímos muito mais para as alterações climáticas do que as pessoas nos países em desenvolvimento.

O Fundo das Nações Unidas para a População afirma que, em cada minuto, há 380 mulheres no mundo que ficam grávidas, sendo que metade dessas mulheres não o havia planeado. Os meios contraceptivos têm de ser acessíveis a todos. As mulheres têm de ter controlo sobre as suas vidas reprodutivas: é de longe preferível à alternativa da interrupção da gravidez não segura.

Os recursos médicos carecem de melhorias de modo a que as mulheres possam, em segurança, adiar a maternidade até a uma idade mais adiantada, mas, acima de tudo, este assunto deve fazer parte da agenda política. A nossa recusa em fazê-lo representa a maior das imprudências. As famílias em todo o mundo devem atentar nesta questão. Os governos devem estabelecer metas para a estabilidade populacional ou redução. Admitir a importância fulcral do crescimento populacional é fundamental para poder abordar o problema e não seremos bem sucedidos no combate às alterações climáticas ou na consecução de um desenvolvimento sustentável se não o fizermos.

Liam Aylward, em nome do Grupo UEN. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de felicitar o senhor deputado Florenz pelo seu esforço e empenho na produção deste relatório e, claro, pela sua capacidade de ouvir e compreender as mais variadas e diferentes opiniões.

Como legisladores, é de suma importância, no meio desta grande fase desfavorável do ciclo económico, que trabalhemos para obter resultados em termos de tecnologias que permitam o desenvolvimento de formas de energia limpas. Podemos tornar-nos líderes mundiais nas nossas diversas fontes de energia renovável, o que deverá levar à elaboração de uma estratégia sólida, eficaz e coordenada – envolvendo governos, ONG, academias, empresas, grupos de reflexão – que procure resolver o problema em vez de falar dele. Precisamos de reduzir a burocracia e apoiar as PME, bem como as entidades responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias.

O mercado existe. O quadro regulamentar é claro. Nós estabelecemos os objectivos para as energias renováveis. Muito embora o financiamento seja escasso, é fundamental para o desenvolvimento da tecnologia e para manter os níveis necessários de conhecimento especializado. Os bancos e os financiadores terão de correr riscos na fase de arranque das tecnologias limpas. Haverá ganhos a longo prazo se apostarmos a sério nesta via. Os empregos e a riqueza passarão a fluir. Se, por outro lado, andarmos com hesitações a perder um tempo que é precioso, ficaremos a perder e outros países estarão mais do que dispostos e prontos a preencher esse vazio.

Por exemplo, a Irlanda poderá tornar-se para a tecnologia da produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas oceânicas o que a Finlândia é para a tecnologia dos telemóveis. Nós temos um potencial indiscutível devido às nossas condições meteorológicas e localização no oceano Atlântico. Temos a tecnologia patenteada. Dispomos dos conhecimentos técnicos e do quadro jurídico necessários para os objectivos em causa. O mercado está à vista, portanto é uma oportunidade excelente para a criação de empregos, redução do preço da electricidade, segurança energética e redução de emissões de carbono, já para não falar nas receitas provenientes das patentes.

Resta-nos agora apoiar as nossas empresas, que têm trabalhado há mais de uma década para chegar a este ponto. Elas assumiram os riscos e agora cabe-nos apoiá-las através de um maior financiamento. Os atrasos neste domínio seriam prejudiciais. A tecnologia limpa é o nosso futuro. Temos a oportunidade agora, portanto, agarremo-la.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, também eu gostaria de agradecer ao senhor deputado Karl-Heinz Florenz, em especial pela paciência de que deu mostras durante as negociações. A extensão do relatório traduz a grande quantidade de assuntos que foi necessário tratar.

Gostaria, contudo, de levantar uma questão: até que ponto o acordo do início deste ano e de que o relatório fala será sustentável? Recordo-me bem conferência internacional do clima de Poznań e do fraco papel que os europeus aí desempenharam, de tal forma estavam preocupados em ajustar e reduzir as ambiciosas

promessas e declarações que tinham proferido em Bali; perante a crise financeira e económica que se perfilava, relegaram a política climática para um lugar menos prioritário.

Na minha opinião o próximo ano será decisivo para percebermos se estamos realmente dispostos, como não paramos de garantir, a ajustar o tipo de economia a que, nos países industrializados, nos acostumámos, com base nos nossos conhecimentos em termos de alterações climáticas. Creio que ainda não há uma decisão quanto a seguirmos ou não a via da sustentabilidade.

Em Poznań, Ban Ki-Moon e Achim Steiner recomendaram veementemente que todas as medidas adoptadas pelos Estados-Membros nos seus planos de estímulo económico e pacotes de salvamento de bancos devem ser concebidos a par de programas de combate à pobreza nos países em desenvolvimento e de luta contra as terríveis consequências que as alterações climáticas terão nos mesmos países, sem esquecer medidas que visem um nível de protecção climática verdadeiramente ambicioso e uma nova política energética.

É bem evidente que qualquer legislação europeia relativa a estes assuntos estará a desbravar terreno. Não, é, de forma alguma, certo que a Europa encontre a sua via para uma sociedade moderna da eficiência energética e das energias renováveis. Agora, como antes, tudo depende de uma decisão: vamos manter o velho cabaz que combina energia de carvão e nuclear ou vamos seguir novas vias mais ambiciosas? Espero que continuemos a discutir o assunto de forma tão construtiva como o fizemos na Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, se bem que não tenha a certeza de o conseguirmos.

Jens Holm, em nome do Grupo GUE/NGL. – (SV) Vamos finalmente tomar uma decisão sobre esta resolução relativa ao clima, ao cabo de mais de dezoito meses de trabalho. Desejo mencionar três pontos em particular.

As metas de redução a longo prazo: no n.º 3, exigimos a redução de emissões na UE para 25% a 40% até 2020 e de pelo menos 80% até 2050. Trata-se de algo que é positivo, pois significa a adopção de requisitos mais exigentes do que aqueles que constavam do pacote climático da UE no ano passado.

Também pedimos que sejam tomadas medidas no sector da carne. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) "Livestock's Long Shadow" (impacto da pecuária sobre o ambiente), a indústria pecuária é responsável por 18% das emissões mundiais. Este dado é referido no relatório, no qual se apela para uma redução do consumo de carne. Trata-se de uma decisão arrojada e, até certo ponto, histórica, por parte deste Parlamento, que em geral prefere apoiar os subsídios a esta indústria, mas é de lamentar que o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e os Democratas Europeus, em particular, pretendam votar a eliminação destes requisitos. Da mesma forma que é preciso reduzir a circulação automóvel, devemos ter a coragem de dizer que o consumo cada vez maior de carne não é sustentável.

Permitam-me recordar ainda que a indústria pecuária é, de facto, a principal causa da destruição da floresta amazónica, em resultado da procura de terrenos de pastagem para animais e cultura de forragens. Grande parte desta forragem é exportada para a Europa como soja, uma situação que não é sustentável.

A indústria automóvel representa outro problema cada vez mais grave. Entre 1990 e 2005, registou-se um aumento de 32% nas emissões da indústria europeia dos transportes. É urgente fazer um grande investimento nos transportes públicos e noutros meios de locomoção menos poluentes. Os automóveis que utilizam combustíveis fósseis deveriam ser substituídos por veículos eléctricos e, no futuro, por veículos movidos a hidrogénio. Devemos interrogar-nos sobre a sustentabilidade da situação que existe actualmente, com todos estes meios de transporte. Não deveríamos antes encorajar a produção e o consumo locais?

Por fim, gostaria de deixar um aviso no que respeita às Alterações 12 e 28, que recomendam o desenvolvimento da energia nuclear. No caso de serem adoptadas, o meu grupo não poderá apoiar a resolução. Deste modo, por favor votem contra as Alterações 12 e 28. Muito obrigado.

Johannes Blokland, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Numa altura em que boa parte da Europa Ocidental está sob uma intensa vaga de frio, poderá parecer um pouco despropositado debater um tema como o aquecimento global. Porém, como o título do relatório indica, este debate tem os olhos postos no longo prazo, pelo que convirá não nos perdermos por força de acontecimentos mais imediatos. Bem pensado e equilibrado, o relatório final do senhor deputado Florenz envia uma forte mensagem.

Para reduzir ou prevenir os efeitos negativos das alterações climáticas, é necessário actuar com determinação num vasto leque de domínios. Precisamos de ser exigentes na definição dos objectivos para o período entre 2020 e 2050. Nenhum sector da sociedade ficará isento de envidar esforços. Neste período que antecede a

conferência de Copenhaga sobre o clima, teremos de manter a nossa ambição e de alicerçá-la numa vasta série de medidas. Este relatório representa um contributo extremamente válido nesse sentido.

Roger Helmer (NI). - (EN) Senhor Presidente, há 500 anos atrás havia consenso entre os homens ilustres sobre a noção de que o mundo era plano. Estavam errados. Nos anos setenta, após três décadas de arrefecimento global, houve consenso entre os cientistas em torno da ideia de uma nova era do gelo. Estavam errados. Em 1999, toda a gente acreditou que o bug do milénio criaria uma catástrofe global, fazendo ir abaixo os sistemas informáticos em todo o mundo. Os sistemas de armas falhariam, o comércio pararia, os aviões cairiam do céu. Também estavam também errados. Nada disso aconteceu.

Hoje, é-nos dito que há consenso sobre um aquecimento global catastrófico causado pelo homem. Também isso está errado. Nem é sequer um consenso. O mito do consenso é uma vitória da propaganda a favor dos alarmistas, mas o certo é que encontramos vários ensaios, tanto na literatura científica como em trabalhos de climatologistas, que mostram um vasto leque de opiniões sobre os dois lados do debate, havendo muitos que consideram que o veredicto ainda não é definitivo.

É verdade que o mundo aqueceu ligeiramente, embora lentamente e de forma intermitente, ao longo dos últimos 150 anos, mas isto está perfeitamente de acordo com os habituais ciclos climáticos naturais a longo prazo que já nos fizeram passar pelo Período Quente Romano, o Período Quente Medieval e a Pequena Idade do Gelo. Há provas claras de que, enquanto o mundo aqueceu ligeiramente, outros corpos no sistema solar também aqueceram. As calotes de gelo diminuíram em Marte, no entanto ninguém imaginará que as emissões provenientes da indústria ou dos veículos 4x4 sejam as responsáveis.

Neste momento, planeamos despendar inimagináveis somas de dinheiro em medidas de mitigação que simplesmente não funcionarão e que, ao prejudicar as nossas economias, negar-nos-ão os fundos de que precisamos para fazer face aos verdadeiros problemas ambientais. Como observou um jornalista britânico, Christopher Booker, o alarmismo do aquecimento global é a maior fuga colectiva à realidade na história da humanidade.

Pilar del Castillo Vera (PPE-DE). - (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao senhor deputado Florenz pelo seu trabalho, e também, naturalmente, ao presidente da comissão e a todos coordenadores e membros da mesma.

Este relatório é mais uma expressão daquela que se tornou uma preocupação permanente da União Europeia, nomeadamente as alterações e as respectivas consequências.

O último conjunto de medidas foi o pacote energético, recentemente aprovado, e o relatório que hoje debatemos reflecte essa mesma abordagem ao combate às alterações climáticas e essa mesma preocupação demonstrada pela União Europeia.

O relatório que temos diante de nós consiste, como já aqui foi dito, num conjunto de recomendações. É um vasto conjunto de diferentes medidas e recomendações, que contêm, por sua vez, diversos "roteiros" para diferentes sectores, como a pesca, a agricultura, a água, a floresta, etc. Todos estes "roteiros" apontam na mesma direcção, mas haverá que desenvolver medidas para cada um deles.

No entanto, cingir-me-ei àquele que me parece ser o princípio fundamental que é necessário para garantir eficiência. Confrontados com as alterações climáticas, temos de melhorar essa eficiência; é este, do meu ponto de vista, o princípio de referência que deve estar na base de todas as medidas que são tomadas.

Melhorar a eficiência significa dar prioridade à inovação tecnológica; significa dar prioridade aos objectivos de eficiência quando se concedem ajudas e subsídios; significa dar prioridade aos objectivos de eficiência quando se concedem determinados benefícios fiscais, etc. A única forma de conseguirmos ser realmente efectivos consiste em melhorar a eficiência.

Guido Sacconi (PSE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os oradores que me precederam demonstraram bem como foi possível conciliar opiniões muito divergentes num projecto comum.

O relatório Florenz, a que deve ser reconhecido o mérito de ter conseguido o consenso devido à grande capacidade demonstrada de ter em devida conta todos os pontos de vista, versa, em última análise, sobre a reconversão energética e sobre uma alteração geral nos sistemas de produção, nos estilos de vida e nos modelos de consumo. É mais do que uma simples declaração filosófica de princípios, pois prevê também etapas de aproximação - e sabemos que não vai ser tarefa fácil. Por exemplo, são dadas indicações, nesta

espécie de legado que deixamos ao próximo Parlamento, relativamente ao que consideramos deverem ser as prioridades de acção na próxima legislatura, na perspectiva de Copenhaga e do pós-Copenhaga.

Gostaria, contudo, de fazer algumas considerações relativamente ao conteúdo. Considero meu dever, em primeiro lugar, agradecer ao protagonista deste trabalho, o secretariado. Tenho comigo alguns dados estatísticos relativos aos nossos trabalhos. Para dar uma ideia da importância do contributo do secretariado, basta dizer que foram organizadas oito sessões temáticas com sessenta dos maiores especialistas a nível mundial.

Mas queria, sobretudo, fazer um apelo, ou seja, expressar os meus votos relativamente ao novo Parlamento. Senhor Presidente Pöttering, o senhor mesmo demonstrou acreditar que esta comissão sairia vitoriosa do desafio que tinha pela frente, embora seja preciso dizer, em abono da verdade, que ela não era vista por todos com muito bons olhos neste Parlamento quando foi criada, há 18 meses. O Senhor Presidente esteve connosco em duas ocasiões diferentes, demonstrando a sua sensibilidade relativamente a este tema e o seu apoio ao nosso trabalho, e por isso permita que me dirija directamente a si. Seria uma pena se o próximo Parlamento não se dotasse de um instrumento semelhante na próxima legislatura, até porque, entretanto, muitos parlamentos e governos nacionais reformularam o seu trabalho, assumindo as mudanças climáticas como um domínio específico de intervenção. Assim, espero que o próximo Parlamento não recue, deixando prevalecer os compartimentos estanques, a dispersão de áreas afins em diferentes comissões, e que, como nós recomendámos, se prepare para esta longa caminhada no sentido de uma economia com mais baixo teor de carbono.

Vittorio Prodi (ALDE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao senhor deputado Florenz pelo trabalho que realizou.

Vamos, finalmente, votar este relatório, que representa 18 meses de trabalho da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas. Considero, pessoalmente, que foi um sucesso, ainda que modesto. Um sucesso, porque o Parlamento demonstrou ser uma das Instituições mais dinâmicas, dotando-se de um instrumento *ad hoc* - a Comissão Temporária - para reunir dados e elementos de reflexão sobre uma questão que nos afecta a todos e cujo impacto temos de procurar resolver colectivamente, tanto agora como no futuro. Um sucesso modesto, porque, apesar de todos os nossos esforços e da qualidade das intervenções e dos estudos realizados, o resultado não tem ainda a garra que deveria ter uma resolução sobre este tema.

As alterações climáticas, como eu disse muitas vezes, são uma questão urgente e grave e exigem instrumentos específicos e eficazes. A razão principal que nos levou a criar esta comissão foi a necessidade de conseguir uma transversalidade entre políticas que, antes, estiveram sempre demasiado separadas. Espero que esta transversalidade possa ser mantida pelo próximo Parlamento e que esta Assembleia continue também envolvida nas negociações de Copenhaga.

Precisamos de um consenso global, e, para isso, temos de ter alguma coisa para dar, sobretudo aos países em desenvolvimento. Presentemente, não estão ainda reunidas condições de equidade capazes de convencer os cidadãos dos países em desenvolvimento a aderir a esta política. Ela é, de certo modo, excessivamente eurocêntrica, e também excessivamente compartimentada. Estamos a assistir a uma mudança civilizacional. Politicamente, temos de fazer propostas centradas primeiro nesta política e, depois, numa progressiva desmaterialização do nosso estilo de vida, pois, de outro modo, ele não será sustentável.

Alessandro Foglietta (UEN). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, felicito o presidente Florenz. Quando lhe chamo presidente, faço-o com estima e consideração pelo empenhamento que sempre demonstrou ao nosso Parlamento.

Com a aprovação do pacote "Clima e Energia", a União Europeia dotou-se de um quadro legislativo que a autoriza a assumir de pleno direito um papel de liderança. As recentes medidas de abertura anunciadas pela nova Administração norte-americana permitem-nos ter esperança num futuro compromisso partilhado com os Estados Unidos para travar as consequências das alterações climáticas.

Todavia, o pleno sucesso desta iniciativa irá depender do envolvimento das economias de todos os países em desenvolvimento, como a China e a Índia. Como afirmou o Ministro chinês do Ambiente durante o encontro com a delegação da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, isso só será possível com o apoio dos países mais ricos sob a forma de recursos financeiros que promovam um desenvolvimento sustentável.

Foram feitos progressos nesta área com a conferência de Poznań e a decisão de tornar operacional o Fundo de Ajustamento, e ainda com a dotação de 50 milhões de euros para investigação e desenvolvimento tecnológico destinada aos países em desenvolvimento para apoiar o progresso das tecnologias verdes a nível global.

Temos de assegurar que Copenhaga seja um momento de viragem em termos de um compromisso comum e concreto dos países economicamente mais fortes no sentido da criação de um fundo que garanta um fluxo financeiro constante para o desenvolvimento sustentável nos países emergentes. Só mediante compromissos acordados a nível internacional e com o envolvimento dos países emergentes conseguiremos salvaguardar o ambiente de efeitos irreversíveis preservando, ao mesmo tempo, a competitividade das empresas europeias dos efeitos e dos custos socioeconómicos do dumping ambiental no mercado global.

Caroline Lucas (Verts/ALE). - (EN) Senhor Presidente, também gostaria de me associar aos agradecimentos dirigidos ao senhor deputado Florenz pelo seu relatório, mas penso, entre todas as felicitações dadas ao relator e à comissão pelo seu trabalho, que precisamos de enfrentar alguns factos concretos: a UE continua a fazer demasiado pouco e demasiado tarde.

Não espero ser popular ao dizer isto, mas precisamos de avaliar os progressos da UE não com base no que os outros países estão a fazer, mas com base no que é preciso ser feito. Sendo essa a bitola, estamos aquém do desejável.

Não conseguimos imbuir este debate de suficiente ambição. As últimas informações científicas dizem-nos que precisamos de reduzir as emissões em cerca de 9% ano após ano. Os objectivos fixados neste relatório e no pacote da UE sobre alterações climáticas não são, pura e simplesmente, suficientemente ambiciosos.

Não conseguimos imbuir este debate da urgência suficiente. Se não avançamos como deve ser no sentido de uma economia sem emissões de carbono nos próximos oito a dez anos, teremos perdido a oportunidade de pôr fim à pior alteração climática que alguma vez houve.

Não estamos a conseguir ser coerentes. Hoje falamos de renováveis e eficiência energética. Ontem, uma maioria nesta Assembleia aprovou o relatório Laperrouze que orgulhosamente defende o papel do carvão na Europa.

Não conseguimos dar a impressão de que o debate sobre as alterações climáticas tem a ver inteiramente com concessões, com renúncia. Precisamos de ser muito melhores a mostrar verdadeira liderança política e a demonstrar que as medidas para combater as alterações climáticas nos trarão uma melhor qualidade de vida. Não se trata de andarmos a tremer à luz de vela numa caverna: trata-se de um futuro que pode ser mais positivo e atractivo do que os dias de hoje.

Assim sendo, aplaudo a ideia de aprovar um novo acordo ecológico para a Europa, uma forma de abordar tanto a crise económica como a crise climática, com um forte investimento na eficiência energética e em energias renováveis, a fim de criar milhões de novos postos de trabalho neste sector na Europa.

Mas isso não significa revigorar o crescimento económico na direcção habitual. Trata-se de uma transição urgente, não para uma Europa baseada no constante aumento do consumo de recursos naturais, mas para uma Europa assente numa economia estável; deixar de ter um crescimento quantitativo global, mas sim um desenvolvimento verdadeiramente qualitativo. É urgente dar início a esse debate e a UE está muito bem posicionada para lançar estas iniciativas.

Roberto Musacchio (GUE/NGL). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de felicitar o senhor deputado Florenz pelo bom trabalho que realizou; este relatório faz jus à sua presença, à sua atenção e à sua participação constantes.

O relatório reflecte o contributo dado pelo senhor deputado ao trabalho da comissão, sabiamente presidida pelo senhor deputado Sacconi; as questões foram tratadas em profundidade e, acima de tudo, foi dado um importante contributo para o papel deste Parlamento na aprovação do pacote relativo ao clima. Senhor Presidente Pötering, também eu o exorto a ter em consideração a continuidade deste nosso trabalho na preparação de Copenhaga.

Relativamente ao relatório Florenz, penso que seria um erro desequilibrá-lo com aquilo que não passa, até agora, de alterações de carácter ideológico sobre a questão do nuclear. Não são razoáveis, ficam descontextualizadas em qualquer lugar que não seja o pensamento dos seus proponentes e alteram a nossa posição comum. Em contrapartida, gostaria de propor aos colegas que considerassem a inclusão de uma

alteração por mim apresentada sobre a relação entre as alterações climáticas e a água. Considero que se trata de um domínio importante à luz da atenção crescente que lhe tem vindo a ser dada por organizações internacionais como o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, que consideraram esta área decisiva para o futuro, e também tendo em vista o próximo Fórum Mundial da Água em Istambul.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhor Presidente, gostaria de levantar uma voz de preocupação e cautela neste debate um tanto frenético sobre alterações climáticas, em especial porque pode afectar a produção alimentar. Dizem-nos que a população mundial aumentará vertiginosamente para nove mil milhões até 2050, logo a produção alimentar tem de aumentar na proporção. No entanto, no âmbito do pacote de medidas proposto para fazer face às alterações climáticas, temos exigências em termos de redução de emissões que, uma vez satisfeitas, reduziriam a produção alimentar quando mais precisamos dela.

Refiro-me em particular às metas relativas ao metano e óxido nitroso e ao ataque ao consumo de carne e de produtos lácteos. Estas metas de redução não podem ser alcançadas sem uma forte diminuição na produção alimentar. Confrontado com a escolha de alimentar o mundo ou aprovar as medidas de correcção das alterações climáticas, receio bem que esteja do lado do senso comum e da necessidade.

John Bowis (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, avançamos para Copenhaga, e o excelente relatório do meu ilustre amigo é um bom – ousa dizê-lo – roteiro, ou guia, para nos indicar como lá chegar.

Vinte por cento até 2020 foi um começo – mas apenas um começo. O pacote de medidas em matéria de alterações climáticas que adoptámos talvez pudesse ter sido melhor, mas foi um começo – representou um passo em frente. Agora, com as mudanças na Administração dos EUA, já não podemos esconder-nos atrás da recusa dos Estados Unidos em cooperar. Com a Presidência Obama, temos oportunidade de deixar de trocar palavras e de começar a trocar ideias. Ouvimos que terá lugar uma reunião no dia 6 de Março de 2008. Na semana seguinte, estaremos novamente aqui e espero que possamos ter uma declaração do Conselho sobre o resultado da sua reunião em Washington. Com os Estados Unidos, podemos agora apontar para a meta dos 30% e mais ainda.

Estamos a caminhar para a concepção ecológica e a compreender, aqui e em todo o lado, que isso se traduz em novas e tremendas oportunidades em matéria de inovação e empregos. Precisamos de ir em frente no que toca às emissões provenientes do transporte marítimo e da agricultura. O Comissário referiu a necessidade urgente de dialogar com os países de baixo rendimento no mundo em desenvolvimento. Eles serão devastados, mas a verdade é que não causaram este problema. As ilhas afundar-se-ão debaixo das ondas; malária, doenças respiratórias, cancro de pele e problemas de visão já estão a acontecer. A devastação chegará à agricultura. Eles têm de tomar medidas, mas precisam da nossa ajuda.

Claro que os cientistas podem estar enganados, assim como os políticos, tal como vimos com Mbeki e a questão da SIDA. Posso estar enganado acerca da possível epidemia de gripe. Posso estar enganado sobre o provável impacto do aquecimento global. Contudo, a maioria dos cientistas pode estar certa; a maioria dos políticos pode estar certa. Eu e nós seremos culpados relativamente aos dois problemas se eu e nós não tomarmos medidas para garantir que nenhum deles chegue a ser uma realidade.

PRESIDÊNCIA: ROURE

Vice-presidente

Riitta Myller (PSE). – (FI) Senhora Presidente, a iniciativa dos Social-Democratas de constituir a Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, na Primavera de 2007, está agora a dar frutos. O resultado das negociações e discussões entre os grupos é um emergente e ambicioso programa a longo prazo para travar as alterações climáticas. Gostaria, portanto, de agradecer sinceramente ao relator, o senhor deputado Karl-Heinz Florenz, e aos relatores-sombra de todos os grupos que, de forma excelente, nele colaboraram.

Muitos duvidam que a Comissão sobre as Alterações Climáticas vá valorizar o trabalho do Parlamento. Hoje, apercebemo-nos do benefício de ter deputados do Parlamento que encaram as questões de diferentes perspectivas, a trabalhar e a ouvir em conjunto os peritos mundiais de topo. Isto conduz a resultados credíveis, como podemos constatar.

Estou igualmente certa de que a mera existência da Comissão Temporária e o seu trabalho contribuíram, separadamente, para que o pacote climático tivesse passado tão fácil e rapidamente em Dezembro último. Apoio ainda veementemente o apelo feito pelo senhor deputado Guido Sacconi, presidente da Comissão

Temporária, para que o próximo Parlamento eleito se empenhe nesta questão e assegure que se faça a mais séria possível abordagem às questões respeitantes às alterações climáticas.

A opinião na União Europeia tem sido desde há muito de que precisamos de agir para evitar as alterações climáticas. No entanto, têm-nos faltado os instrumentos financeiros. O Fundo para as Alterações Climáticas, que foi agora proposto e para o qual se reunirá o dinheiro das receitas dos leilões de emissões, é uma iniciativa importante, para a qual desejo o maior sucesso. Precisamos dele para tornar possível a mudança na nossa estrutura industrial e assim obtermos efectivamente resultados com este novo acordo verde.

Lena Ek (ALDE). – (SV) Este relatório contém muitas promessas. Abarca praticamente todas as questões mencionadas nos debates travados sobre o clima ao longo dos últimos dois anos ou mais. No entanto, considero que lhe faltam o arrojo, a convicção e a força que são imprescindíveis para dar continuidade à linha política que iniciámos na Europa em relação aos problemas do clima.

Não foram contempladas medidas relativas à protecção da terra e dos solos. No que respeita aos recursos hídricos, existe todo um conjunto de propostas apresentadas no Fórum Mundial da Água que poderia ter sido incluído. Em termos de eficiência energética, há soluções que não foram mencionadas, em áreas nas quais existem reais oportunidades de tomada de decisões por parte deste Parlamento. Os combustíveis alternativos foram igualmente tratados com excessiva timidez. No campo essencial da saúde, o relatório coloca a tónica na recolha de dados e no controlo das picadas de mosquito, quando é de grandes decisões estratégicas que a Europa precisa para responder aos efeitos das alterações climáticas sobre a saúde humana.

Também neste domínio existem diversas opções. Neste contexto, importava apresentar mais propostas em termos de crescimento e de emprego. Com efeito, é possível criar empregos na Europa, onde eles são muito necessários.

É fundamental vincular todas as medidas à política económica. Dentro de poucas semanas, o Conselho de Ministros vai reunir-se para discutir o financiamento das decisões que serão tomadas em Copenhaga – decisões extremamente importantes, sobre as quais o nosso Parlamento poderia ter exercido grande influência. Sem esta ligação à política económica e a uma política de emprego e de crescimento, corremos o risco de este documento se transformar num mero apelo à boa vontade, num documento repleto de boas intenções mas destituído da firmeza e da energia necessários no que respeita aos problemas em apreço.

Bogdan Pęk (UEN). – (PL) Senhora Presidente, sinto que estou a assistir ao concílio inaugural de uma religião recém-criada, uma falsa religião, cheia de ideias e profetas falsos.

Os responsáveis por esta crise são precisamente os poderes políticos que estão a tentar reduzir drasticamente as emissões de dióxido de carbono, uma iniciativa sem qualquer base científica e cujo preço é a limitação do desenvolvimento humano. Os culpados pela situação actual são os que, ao longo do caminho da sociedade em direcção ao progresso, têm por objectivo criar uma governação global que irá incluir precisamente os organismos que terão um lucro avultado com o comércio de emissões, ao mesmo tempo que fazem uma lavagem ao cérebro ao cidadão comum com ameaças de alterações climáticas.

Termos que criar uma base para o desenvolvimento no domínio da energia. Para se desenvolver e sobreviver, a humanidade necessita de fontes de energia novas e eficazes e a Europa necessita de equilíbrio e auto-suficiência a nível do abastecimento de energia. Não entendem este facto? Se se concretizar a criação do que hoje foi aprovado, a Europa fica com menos hipóteses de competir com o resto do mundo.

Dimitrios Papadimoulis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, o relatório Florenz baseia-se nas avaliações dos cientistas e, em grande medida, partilha das preocupações dos cidadãos. Trata-se de um passo em frente do pacote de energia aprovado pelo Conselho em Dezembro, mas precisamos ir além das avaliações e passar às medidas concretas, aos regulamentos, aos calendários, porque as alterações climáticas e as suas consequências estão aí e não há tempo para mais delongas.

Devemos ser prudentes para não permitir que a questão da energia nuclear, que é irrelevante para este relatório, entre no relatório pela porta do cavalo através de alterações astuciosas, como pretendem alguns governos. Temos de nos certificar de que este relatório, sem alterações que firam o seu equilíbrio, convencerá o Conselho e a Comissão a darem mais um passo e a não se servirem da crise económica como uma desculpa para minarem os esforços realizados até este momento. A crise económica e a política ambiental podem andar de mão dada e proporcionar-nos um resultado positivo tanto a nível do ambiente como na criação de empregos.

Urszula Krupa (IND/DEM). – (PL) Senhora Presidente, o principal objectivo das políticas de protecção ambiental, muito à semelhança do pacote alterações climáticas e energia, que implica uma redução acentuada das emissões de gases com efeito de estufa, é controlar e transformar as economias nacionais naquilo que, com base na experiência do passado, reconhecemos como uma economia centralizada. O conceito abstracto da influência humana sobre o nosso clima irá provavelmente restringir o desenvolvimento, incluindo a utilização de combustíveis fósseis e resultará na introdução da perigosa tecnologia de CCS que, no caso da Polónia, tornará difícil a exploração dos nossos recursos naturais, incluindo as ricas fontes de energia geotérmica.

Agora que a indústria da Polónia foi encerrada na sequência dos esforços para cumprir os requisitos da União Europeia, estão em curso tentativas não só de forçar os polacos a emigrar, como também de assegurar que os que não o fizerem se tornarão pobres, através da imposição dos preços da energia mais altos de todos os Estados-Membros. Fica por responder uma pergunta retórica: o principal objectivo da política da União Europeia é levar os meus compatriotas à falência e fazer a Polónia desaparecer do mapa da Europa?

Irena Belohorská (NI). – (SK) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer ao relator, senhor deputado Florenz, por um excelente e exaustivo relatório, que cobre todas as áreas importantes da vida social que influenciam o aumento dramático das alterações climáticas. É mais que tempo de prepararmos as medidas necessárias no contexto da UE.

Enquanto médica, estou particularmente interessada em alterações relacionadas com a saúde, como o aumento de doenças habitualmente associadas a zonas tropicais. Deveríamos ter este facto em mente no apoio à indústria farmacêutica, no planeamento de hospitais e de instalações de internamento hospitalar, na preparação de profissionais da saúde e, sobretudo, na promoção sistemática da consciência da população. Estas doenças são raras na parte do mundo em que vivemos, pelo que podemos pressupor que a sua evolução será muito mais dramática.

A situação na agricultura e no provimento de alimentos suficientes para o consumo humano também se tornará muito grave. Estou firmemente convencida de que este relatório é muito mais importante do que outros relatórios de iniciativa e que constituirá uma boa base para os Parlamentos futuros, que terão de lidar com o impacto concreto das alterações climáticas.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, o tempo da conversa acabou e sabemos o que tem de ser feito – pelo menos aqueles que de nós aceitam o resultado da análise pelos pares relativamente às causas do nível sem precedentes de aquecimento global e os seus graves impactos em todos os aspectos da biodiversidade, em especial nas regiões mais pobres e com maior população do mundo. Aos meus amigos cépticos face às alterações climáticas, poderei dizer que o princípio de precaução deve ser considerado e recomendo-o.

Gostaria de agradecer ao senhor deputado Karl-Heinz Florenz o seu relatório. Vem aumentar o nosso conhecimento, representando, como o faz, as posições horizontais que abarcam uma série de comissões neste Parlamento, com uma grave omissão – a da Comissão das Pescas, dada a importância fundamental da crescente acidificação dos nossos mares e oceanos em razão do aumento das emissões de CO₂ na atmosfera.

Tenho uma questão a colocar ao Comissário Dimas: na sequência do acordo em primeira leitura sobre o meu relatório sobre o RCLE-UE revisto, há seis semanas atrás, poderá a Comissão dizer-nos hoje, para que fique registado, exactamente que programa de trabalho está a ser preparado tendo em vista as decisões em comitologia, em especial o calendário e o envolvimento deste Parlamento e das partes interessadas?

A terminar, o nosso objectivo tem de ser pelo menos uma descida de 30% nas emissões de CO₂ até 2020 no quadro de um acordo global pós-2012, com uma descida de pelo menos 80% até 2050 – sendo essa a meta mais importante. O resultado dos próximos oito meses de diplomacia em matéria de alterações climáticas escreverá o texto dos nossos manuais de história para as gerações vindouras e, como líderes políticos nas nossas próprias comunidades e em termos colectivos, não podemos renegar a nossa responsabilidade.

Senhor Comissário, o nosso pacote de medidas em matéria de alterações climáticas e energia tem necessariamente de ser acompanhado de um financiamento realista, e esperamos que na cimeira de Março – dentro de seis semanas – os nossos 27 Chefes de Estado ou Governo possam passar a mensagem e não nos decepcionarem, a nós, cidadãos da UE, e às comunidades mais pobres e mais vulneráveis às alterações climáticas do mundo.

Linda McAvan (PSE). – (EN) Senhora Presidente, uma vez que este é o trabalho final da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao deputado Karl-Heinz Florenz o

seu relatório, mas também – da parte do meu Grupo, o Grupo Socialista – a Riitta Myller, Dorette Corbey e ao nosso Presidente, Guido Sacconi. Fizeram um excelente trabalho e proporcionaram uma boa base para o trabalho do Parlamento no futuro.

O relatório que temos diante de nós é longo; inclui muitos números. Gostaria apenas de assinalar um ponto, que algumas pessoas já referiram e que se prende com a importante relação que precisamos de estabelecer entre empregos e a resolução do problema das alterações climáticas, e entre a saída desta crise económica e a resolução do problema das alterações climáticas. Porque, se não estabelecermos essa relação e não conseguirmos que os programas para a recuperação económica produzam resultados, as pessoas começarão a dizer – e aliás já o dizem – que esta história das alterações climáticas estava muito certa quando havia crescimento económico, mas, neste momento, não podemos dar-nos ao luxo de fazer todos estes investimentos.

Temos de demonstrar com grande firmeza, como o fizeram aqui, que não podemos dar-nos ao luxo de não fazer esses investimentos. Creio que aqueles que falaram na possibilidade de arruinar os seus países por o fazerem, estão profundamente enganados. Os seus países irão à bancarrota se não investirmos em energias renováveis e se não reduzirmos a nossa dependência energética de fontes inseguras de combustíveis fósseis. Portanto, temos de conseguir que este pacote de medidas funcione.

O Presidente Obama já estabeleceu essa relação quando falou sobre o programa de recuperação económica para os Estados Unidos, e nós temos de a fazer aqui. Dorette Corbey falou do que pode ser feito por via das medidas de eficiência energética. Se olharmos à volta no meu próprio círculo eleitoral, Yorkshire, posso já imaginar consideráveis investimentos em tecnologias ligadas às energias renováveis e em medidas ligadas à eficiência energética em várias empresas. Temos agora planos para desenvolver a tecnologia de captura e armazenamento de CO₂ em muitas das nossas centrais eléctricas e grandes indústrias. Isto irá criar postos de trabalho e também ajudará a reduzir as nossas emissões, que é, claro, o objecto de todo o trabalho que temos vindo a fazer.

Johannes Lebech (ALDE). – (DA) Senhora Presidente, conforme também referido no relatório, é necessário que a prevenção das alterações climáticas trespasse toda a nossa forma de pensar quando estamos a trabalhar em áreas legislativas relevantes, como a agricultura, as pescas, a construção, o desenvolvimento e a polícia externa. A política climática não poderá ficar isolada, necessita de ser incorporada em todas as demais áreas da legislação.

Os Chefes de Estado ou de Governo da UE decidiram, há cerca de dois anos, que a UE deve assumir a liderança para assegurar um acordo global sobre o clima em Copenhaga. Já não resta muito tempo. Adoptámos agora o nosso pacote relativo ao clima na UE aqui, no Parlamento. Poderia ter sido mais ambicioso, todavia existe e está pronto a funcionar, pelo que importa agora apoiar os negociadores europeus e permitir que alcancem metas ambiciosas em Copenhaga. O pacote irá vigorar até 2020, todavia é salientado, no relatório, a necessidade de começar a planear agora o que se irá passar depois de 2020. É um aspecto que os governos da UE devem registar. Temos de pensar a longo prazo. A crise financeira não está a facilitar estes aspectos, no entanto devemos encarar esta crise como um desafio dinâmico. Devemos aproveitar esta crise como uma oportunidade para pôr em marcha os tão necessários desenvolvimentos nas áreas das energias renováveis e das tecnologias de poupança energética. Devemos criar novos postos de trabalho nas indústrias verdes do futuro, em vez de proteger os postos de trabalhos nas indústrias obsoletas do passado.

Por último, congratulo-me por ver realçada a necessidade de ratificar o Tratado de Lisboa, visto a UE dever assumir o objectivo específico de tratar as questões das alterações climáticas no plano internacional, de acordo com o Tratado de Lisboa.

Inese Vaidere (UEN). – (LV) Senhoras e Senhores Deputados, é muito importante definir uma política climática tanto do ponto de vista ambiental, como na perspectiva da necessidade de modernizar o sector da energia. Devemos congratular-nos com o modo como o avanço de Quioto foi assumido pelos países que reduziram as emissões em mais de 20% desde 1990, bem como com o efeito do encerramento de Ignalina no fornecimento de energia à Lituânia e à Letónia, viabilizado pela possibilidade de compensação, mas cada Estado-Membro tem de preparar uma estratégia clara sobre a eficiência energética. Quotas extra para a indústria, embora promovam a sua competitividade, dificultam-lhe contudo a obtenção de financiamento. Congratulo-me com o plano para simplificar os procedimentos para obter financiamento da União Europeia e para aumentar o montante do crédito por parte do Banco Europeu de Investimento, especialmente para as pequenas e médias empresas. Tendo em vista os objectivos que se pretendem alcançar até 2020, temos de criar um sistema de incentivo eficaz alargado à UE, que apoie empresas e indivíduos que usem ou

introduzam fontes de energia renováveis. Tal pode ser feito cobrindo centralmente parte das despesas para fazer as alterações. A Comissão tem de trabalhar activamente para assegurar que o resto do mundo segue o nosso exemplo e para tornar as nossas tecnologias acessíveis aos países em desenvolvimento. Obrigada.

Bairbre de Brún (GUE/NGL). – (GA) Senhora Presidente, saúdo o relatório decisivo e exaustivo do senhor deputado Florenz e da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas.

As alterações climáticas estão a pôr em causa as nossas perspectivas sobre transportes, utilização da terra, gestão dos resíduos, construção e utilização da energia. O mundo em desenvolvimento não criou as condições que nos estão a levar a danos irreversíveis, mas é o que mais sofre. A Europa tem de agir como pioneira e responsabilizar-se pelas medidas necessárias e realistas em termos internacionais.

Forças menos progressistas tentaram usar a contracção económica como uma desculpa para não cumprirem os compromissos climáticos necessários. Isto corresponde a uma total falta de visão.

Infelizmente, no meu próprio círculo eleitoral, o Ministro do Ambiente, Senhor Sammy Wilson, é um desses políticos com falta de visão, que não compreendem as realidades científicas e práticas das alterações climáticas. Espero que o ministro volte à razão e se empenhe no assunto, que foi já tornado prioritário no resto da Europa.

Kathy Sinnott (IND/DEM). – (EN) Senhora Presidente, temos diante de nós um plano ambicioso. Um plano para fazer, nada mais, nada menos, do que salvar o mundo: uma grande tarefa para os tempos de hoje. Quando o projecto de relatório do senhor deputado Florenz foi primeiro apresentado à comissão, a sua primeira chamada de atenção foi no sentido de termos presente que, nós, humanos, somos os protectores da criação. Esta simples afirmação foi a primeira a ser atacada e eliminada. O que era tão assim tão objecionável para a comissão? A palavra "criação". Porquê? Porque criação tem um criador.

Não me interessa a forma como o universo foi criado, ou o tempo que levou. O que é importante para mim é que existe um Deus e que nós somos os seus assistentes que têm, como diz a alteração 22, de proteger a criação. Portanto, como estava a dizer, aqui estamos nós hoje a atribuir a nós próprios a tarefa de salvar o mundo, estabelecendo uma linha de acção que irá exigir a cooperação e o sacrifício de todos em todo o mundo, uma tarefa que, para ter êxito, também exigirá a cooperação dos ventos, água e sol. Mas, mesmo sabendo isto, continuamos a deixar claro, como já o fizemos no passado com outros grandes desafios, que achamos possível responder a desafios gigantescos e prementes que se colocam à humanidade sem ajuda de cima. Bem, tudo o que posso dizer é: boa sorte e que Deus nos possa poupar.

Jerzy Buzek (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, gostaria igualmente de felicitar o deputado Karl-Heinz Florenz e agradecer-lhe pelo seu excelente relatório. Não pretendo discutir os pormenores do presente relatório. Penso que deve simplesmente ser aprovado.

Gostaria apenas de voltar ao assunto do pacote relativo às alterações climáticas, que foi aprovado em Dezembro e sublinhar que a União Europeia tem, na realidade, um pacote muito bem equilibrado que não representa uma ameaça para a economia. Ao longo de vários meses de discussões sobre este tema, foram introduzidas alterações de grande envergadura no referido pacote. Foi essa a nossa grande conquista. Gostaria agora de referir quais são, na minha opinião, os maiores desafios que a União Europeia enfrenta. A primeira tarefa com que nos deparamos é a atribuição de financiamento adequado para o pacote que aprovámos, bem como a disponibilização do financiamento referido no relatório do senhor deputado Karl-Heinz Florenz.

No ano passado fui o relator do Plano SET e discutimos principalmente o facto de as novas tecnologias, que poderiam representar inovação e um novo estímulo económico para a economia europeia, terem primeiro que ser financiadas a nível da União Europeia. É por esse motivo que gostaria de felicitar sinceramente o Senhor Comissário Stavros Dimas, em nome da Comissão, relativamente à decisão de afectar 3,5 mil milhões de euros de verbas não utilizadas, ao investimento em investigação no domínio da tecnologia energética que também contribua para a protecção do ambiente. Senhor Comissário, trata-se de uma excelente decisão. Devemos apreciá-la com brevidade no Parlamento. Gostaria agora de me dirigir ao Senhor Ministro Martin Bursik: o Conselho deve igualmente apreciar com brevidade esta decisão inicial da Comissão Europeia.

Outra questão muito importante é o facto de o nosso trabalho dever basear-se num acordo global. É esse o pressuposto subjacente ao relatório do senhor deputado Karl-Heinz Florenz. As negociações bilaterais entre dois países (Polónia e Dinamarca, anfitriões da COP 14 e da COP 15) não são suficientes. Todos temos que contribuir, incluindo os diplomatas europeus e os representantes da Presidência checa. Os nossos diplomatas devem participar em negociações a nível mundial uma vez que, sem este acordo global, o nosso pacote e o

relatório do senhor deputado Karl-Heinz Florenz pouco significado terão. Actualmente, é essa a questão mais importante para nós.

Catherine Guy-Quint (PSE). - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório do nosso colega Florenz mostra claramente os resultados dos nossos longos trabalhos sobre este problema importantíssimo do aquecimento global.

Todos sabemos que os dispositivos a utilizar são colossais e que, acima de tudo, devemos dotar-nos dos meios que nos permitam mudar a nossa cultura de desenvolvimento desenfreado, estimulando a evolução da nossa economia.

O problema que se coloca agora é o de saber como pôr em prática todas as recomendações deste relatório. Temos de encontrar rapidamente os meios necessários à luta contra o aquecimento global. Ora, o actual orçamento da União é insuficiente para atingir os respectivos objectivos. E também não será apelando para os orçamentos nacionais e para os fundos privados que poderemos resolver o problema fundamental do financiamento.

A Comissão Europeia calcula a necessidade, para lutar contra o aquecimento global, de investir anualmente 175 mil milhões de euros. Com um orçamento de 76 mil milhões, estamos muito longe disso. Assim, a Comissão vai realizar um inventário de todos os instrumentos existentes, mas a elaboração das propostas para o futuro quadro financeiro representará um trabalho imenso.

Para optimizar todas as nossas acções face à crise climática, precisamos de novos recursos destinados a criar um fundo europeu para as alterações climáticas que possa ser financiado pelo regime de comércio de licenças de emissão e que será utilizado para apoiar a adaptação, a atenuação, o consumo sustentável, a eficácia energética, pelo que uma grande parte deve ser destinada aos países mais pobres.

O que exige coragem política da parte do Conselho, da Comissão e dos deputados, mas constitui a condição necessária, indispensável, mesmo, para o planeta enfrentar tal desafio.

Não haverá futuro para a nossa civilização se nós, Europeus, não nos obrigarmos a uma disciplina com vista a proteger o clima. Eis o acto político fundamental, o acto político vital para proporcionar um futuro equilibrado ao nosso continente e aos outros...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Holger Krahmer (ALDE). - (DE) Senhora Presidente, queria agradecer do fundo do coração a Karl-Heinz Florenz o presente relatório que, lamentavelmente, não foi um sucesso retumbante, provavelmente devido, em parte, ao facto de ter sido discutido à sombra do pacote legislativo sobre alterações climáticas.

Ninguém duvida de que temos de enfrentar as consequências das alterações climáticas. É apenas a forma que o relatório escolheu para tal que não posso apoiar sem reservas. Para começar, parece-me correcto que a UE dê os primeiros passos para proteger o clima mas avançarmos apressadamente, sem os nossos parceiros, não pode ser benéfico. Não basta que a Europa assuma a liderança para que o resto do mundo se deixe convencer. Uma abordagem mais viável tem de envolver os países industrializados e, pelo menos, também a China, a Índia e o Brasil, ou a economia europeia terá sobre si um injusto fardo sem que se verifiquem efeitos mensuráveis nas emissões de CO₂ a nível mundial. Em segundo lugar, no estado actual dos nossos conhecimentos não é possível substituir totalmente as fontes de energia fóssil por energias renováveis. A nível político pode ser muito motivador exigí-lo, mas não é realista. A vontade política, por muito forte que seja, não consegue anular as leis da física. Em terceiro lugar, os biocombustíveis são enaltecidos como alternativas amigas do ambiente. Os seus efeitos colaterais negativos para os preços dos bens alimentares, que aumentam em resultado desses biocombustíveis, e para as florestas tropicais húmidas, vítimas da desflorestação, não estão ainda controlados. Em quarto lugar, um meio de mobilidade que proteja os recursos a longo prazo é um objectivo razoável e oferecer incentivos pode ajudar a atingi-lo. Convém, no entanto, perceber quando a intervenção estatal vai longe demais e até que ponto podemos afirmar dispor de conhecimentos de que, neste momento, não dispomos.

No dia de hoje ninguém sabe quais as tecnologias que melhor irão ao encontro das necessidades de mobilidade das pessoas daqui a 50 anos e certamente os políticos não têm uma ideia mais clara do assunto do que os engenheiros.

Embora o presente relatório parta de muito boas intenções o que dele resta depois de analisado, infelizmente, são boas intenções passadas à escrita, com apelos morais e atribuição de culpas. Lamentavelmente os liberais alemães não podem apoiar este documento.

Bogusław Rogalski (UEN). – (PL) Senhora Presidente, ainda irá demorar algum tempo até que os políticos entendam que não é a combustão do carvão, mas sim a actividade solar que provoca o fenómeno das alterações climáticas. Demorará ainda mais tempo a convencer as sociedades de que esta é a realidade, uma vez que foram sujeitas a uma lavagem ao cérebro pela agressiva propaganda ambiental.

Tendo em conta que o clima da terra é influenciado por acontecimentos que têm lugar no espaço, devemos concordar que os nossos esforços para o influenciar estão condenados ao fracasso. Em diversas ocasiões, a terra passou por períodos de aquecimento global e de aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Contudo, o aquecimento global começou sempre mais ou menos uma dúzia de séculos antes de qualquer aumento dos níveis de dióxido de carbono. Durante um período em que ocorreram grandes descidas de temperatura, esse arrefecimento nunca foi impedido pelo facto de, nessa altura, o teor de dióxido de carbono na atmosfera ser 10% superior, ou mais, ao actual.

Se reconhecêssemos esse facto, a humanidade pouparia milhares de milhões de dólares que são gastos em actividades inúteis. Os fundos poupados poderiam ser gastos na luta contra a pobreza e em novas tecnologias. Quando não é claro o que está em questão, é porque se trata de dinheiro e do comércio de licenças de emissão. Bravo. Que golpe de mestre climático.

Derek Roland Clark (IND/DEM). – (EN) Senhora Presidente, uma mística que raia um credo religioso cresceu à volta deste alegado aquecimento global. Os cientistas ambientais tiveram a sua oportunidade de brilhar, mas o mundo natural obedece a leis físicas e químicas, matérias que ensinei durante 39 anos.

A teoria do aquecimento global caracterizou o CO₂, um constituinte natural da atmosfera, como um gás demoníaco. Tem o efeito – ligeiramente – de captar calor em todo o mundo, mas como? Precisamos de fazer um gráfico mostrando de que forma o CO₂ é a causa provável do aquecimento.

Será um gráfico aritmético – tenho de passar a falar em termos técnicos – em que aumentos iguais de CO₂ causam aumentos iguais de aquecimento? Será um gráfico exponencial – uma trajectória descontrolada – em que o CO₂ em quantidades extra causa um aquecimento global sempre maior? Ou será um gráfico logarítmico, em que quantidades extra de CO₂ causam um aquecimento extra cada vez menor, tornando-se no futuro numa linha achatada?

Suspeitei tratar-se do último caso, e o Centro Hadley, a autoridade máxima no Reino Unido nesta matéria, confirmou ser o último gráfico. Estamos a aproximar-nos da linha achatada, se é que já não estamos lá. O CO₂ extra já não terá efeito. Não há problema.

Anders Wijkman (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Florenz. Trata-se de um excelente relatório com um número considerável de propostas concretas. É feito um apelo específico no sentido de usar os pacotes de incentivos em todo o mundo para promover a energia limpa e as tecnologias limpas, sublinhando desta forma que a crise financeira e a crise climática têm as mesmas raízes – utilização insustentável de recursos.

Muito embora apoie o relatório, tal como a senhora deputada Caroline Lucas, gostaria que se prestasse uma maior atenção aos sinais mais recentes, que nos dizem que as alterações climáticas não só se processam mais rapidamente como são mais graves do que pensávamos há uns anos atrás – contrariamente ao que alguns colegas disseram, em particular o senhor deputado Helmer. A propósito, uma recente selecção de mais de 900 artigos sobre clima em revistas científicas – análise dos pares – mostrou que nenhum deles punha em causa a ideia principal do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPAC).

O que me preocupa em especial não são as emissões de CO₂ *per se*, mas os mecanismos reais de retorno (feedback) que estão a suceder no sistema planetário, como por exemplo, a acidificação dos oceanos, a redução do albedo e a possível fuga de metano proveniente do degelo da tundra. Todos estes factores irão acelerar o aquecimento. Nós podemos controlar as emissões, mas não podemos controlar estes factores.

Esta é a principal razão por que, na minha opinião, a redução de emissões tem de ser muito mais ambiciosa num futuro próximo do que a que está actualmente em discussão na UE e nas Nações Unidas.

Quer isto dizer, aliás, que a meta dos 2°C tem de ser revista e que as concentrações de gases com efeito de estufa têm de ser reduzidas, em vez de continuarem a aumentar. Motivo também por que alguns de nós defendem acerrimamente a meta de 350 ppm. Esta dimensão do problema é mencionada no relatório mas apenas de passagem. Pela minha parte, gostaria que esta fosse uma questão central para o relatório. Estou em crer que, daqui a alguns anos apenas, os *feedbacks* que mencionei estarão no centro de debate.

Por último, permitam-me apenas subscrever as palavras do deputado Guido Sacconi. Apesar das suas deficiências, a criação de uma comissão temporária foi a forma certa de lidar com uma questão horizontal deste tipo. Espero que o próximo Parlamento desenvolva a nossa experiência e aborde o problema das alterações climáticas e sustentabilidade de maneira semelhante.

Katerina Batzeli (PSE). – (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, todos estamos de acordo que Copenhaga deve ser um êxito, porque estão em jogo tanto a credibilidade do mundo político como a sobrevivência das gerações futuras. As nossas propostas têm de ser direccionadas para o desenvolvimento, o emprego e a solidariedade: as três palavras de ordem que irão marcar o futuro das gerações vindouras. O que é que hoje nos é pedido? Responsabilidade e determinação para garantirmos fundos suficientes para este importante plano de desenvolvimento contra as alterações climáticas e novos acordos dinâmicos para o desenvolvimento para além e separados de acordos de comércio restritivos.

Há no entanto uma preocupação relativamente à nossa tática e precisamos, primeiro que tudo, convencer a sociedade em geral e em seguida proceder de forma dinâmica para integrar certos sectores produtivos neste grande salto em frente da agricultura: é por isso que não devemos esquecer que a agricultura já se encontra incluída nos compromissos nacionais de redução de 10% das emissões até 2020, que existem já propostas importantes da PAC relativas a práticas agrícolas amigas do ambiente e que os acordos internacionais sobre agricultura devem ser recíprocos para todos os parceiros internacionais.

Senhor Comissário, o modelo alimentar está directamente associado ao modelo climático e tudo o que temos a fazer é convencer disso conscienciosamente a própria sociedade. As alterações climáticas estão a provocar uma participação mais ampla da sociedade, uma sociedade que vive com diferentes valores culturais.

Lambert van Nistelrooij (PPE-DE). – (NL) Antes de mais, foi com enorme prazer que trabalhei com o senhor deputado Florenz e os restantes membros da comissão temporária. Lançámos as tão necessárias bases para uma política que será mais integrada e ambiciosa no futuro, e podemos contar com um apoio generalizado, mesmo aqui, no Parlamento, no quadro do objectivo 20-20-20.

A resposta consiste em tornar a economia ecológica e em tornar as empresas, as famílias e o governo sustentáveis. Os empresários que buscam apoios para adoptar esta abordagem – o desenvolvimento de iniciativas sustentáveis em prol desta tecnologia ecológica – deparam-se ainda com um enorme número de obstáculos. Se quiserem qualificar os seus trabalhadores, debatem-se com uma política que se apresenta bastante compartimentalizada. Este relatório apela a uma abordagem integrada que se mostre também coesa em termos territoriais. Caso contrário, os resultados não serão positivos.

Felizmente, foi aprovada a minha alteração relativa ao envolvimento das regiões e dos municípios. Na próxima semana, 150 municípios celebrarão, nos edifícios do Parlamento, um pacto dos autarcas com a Comissão. As disposições do pacto darão seguimento às conclusões deste relatório em matéria de proximidade, quer com os cidadãos quer com as empresas. Na minha opinião, é esta a abordagem correcta e, como tal, pode contar com o meu apoio. Não obstante, oponho-me à abordagem excessivamente simplificada, dirigida ao sector agrícola, do parágrafo 189. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus não é contra o consumo de carne, e faz bem em não ser. Assim sendo, não votaremos a favor deste parágrafo.

Finalmente, solicitaria à Comissão que, de futuro, adoptasse uma abordagem mais integrada e minimizasse a compartimentalização. Um trabalho conjunto com o Parlamento podia resultar num avanço significativo mediante uma mescla de legislação, política de estímulos e activação ao nível da descentralização. Podemos conseguir grandes avanços nesta matéria.

Inés Ayala Sender (PSE). – (ES) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao senhor deputado Florenz pela sua generosidade e abertura de espírito, assim como a todos os grupos que participaram neste exercício político e neste debate sobre questões de fundo e sobre o futuro, que teve o mérito de nos informar, de nos esclarecer e de nos dar a coragem e a prudência necessárias para abordar outras importantes acções legislativas paralelas, também de alto risco, como o pacote relativo às alterações climáticas, a política relativa aos veículos, a Estratégia de Lisboa e sectores como a energia, o transporte, a indústria e o turismo.

Penso que este foi um bom exercício e, mais importante ainda, uma forma de avançarmos de forma irreversível para o século XXI e de mostrarmos, como disse o Comissário, o exemplo que queremos dar no futuro.

Este exercício foi um exemplo de colação e de generosidade que veio no momento oportuno, num momento de crise que comporta elevados riscos sociais e também a ameaça do proteccionismo e de um retrocesso. Existe também uma enorme incerteza, e daí que a segurança seja tão importante. No entanto, também temos de olhar para o futuro.

Esta é uma nova era para os Estados Unidos, como já foi dito, e sê-lo-á também para a União Europeia, segundo esperamos, após a ratificação do Tratado de Lisboa, que, acreditamos, terá lugar em breve.

É também uma nova era, e isto é importante, em que existem riscos, mas em que se abrem inúmeras oportunidades em grandes novas áreas e políticas, como no Brasil, na China e na Rússia, nas grandes potências emergentes, e também em vastas regiões como a América Latina e nos países em desenvolvimento, especialmente em África.

Penso que este é um passo decisivo para um novo modelo de desenvolvimento e de crescimento económico e social, mas que requer sustentabilidade e redução de impactos. Porém, Senhor Comissário, Senhora Presidente, temos ainda pela frente o desafio de transmitir esta mensagem aos nossos cidadãos.

Gostaria simplesmente de terminar destacando os progressos realizados na introdução de adaptações relacionadas com o abastecimento de água e com a seca, e também com a mobilidade sustentável, que eu creio que ...

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Markus Pieper (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, o relatório Florenz contém uma série de boas sugestões. Um aspecto positivo do debate sobre o clima é que será um catalisador para a transição para a idade das energias renováveis. O relatório demonstra-o claramente, ao apontar numerosas oportunidades para novas tecnologias e desenvolvimento económico.

Creio, no entanto, que é uma pena termos excluído vastas áreas da ciência. Os estudos e os cientistas que se debruçam sobre as alterações climáticas propondo cenários menos escuros ou, até, de forma algo positiva foram, simplesmente, ignorados. As suas sugestões foram rejeitadas pela maioria. A ciência é apenas o que cabe no conceito político. Mas essa atitude não colhe porque a ciência não se deixa manipular. Assim, o relatório acabará, infelizmente, por ser totalmente inútil.

Quem quer que, com as bases actuais, exija uma redução de CO₂ de 80% ou mais está a deitar por terra os progressos económicos e sociais. Quem quer que, ao mesmo tempo, exija o abandono da energia nuclear está, deliberadamente, a não querer ver a realidade. Quem quer que exija que todas as áreas da vida humana devam prestar contas vai contra a ideia fundamental de liberdade. Quem quer que exija novas leis para o solo e a agricultura está a aproveitar o debate sobre o clima para impor sanções que queria impor de uma forma ou de outra mas que nada têm a ver com as alterações climáticas. E quem quer que exija vestuário de protecção contra os efeitos das alterações climáticas está, deliberadamente, a lançar para o ar motivos de ansiedade.

Espero que estas ideologias radicais e deslocadas não sejam incluídas no relatório. Só então poderei apoiá-lo, já que considero da maior importância a defesa do ambiente, em especial se puder ir a par de progresso social e competitividade económica.

Matthias Groote (PSE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas realizou um excelente trabalho. Hoje, temos diante de nós o relatório final a ser submetido a votação. É um relatório que indica o modo como o Parlamento Europeu prevê a futura política climática e as medidas que devem ser tomadas com vista à adaptação às alterações climáticas.

Espero que no próximo processo legislativo possamos chegar também, no Parlamento, a um mesmo grau de concordância, de modo a que tudo aquilo que documentámos neste relatório possa ser posto em prática. Graças ao método de trabalho da comissão, este relatório conseguiu criar também uma perspectiva horizontal. Devo dizer que seria bom que mantivéssemos este método de trabalho da comissão na próxima legislatura, tal como o senhor deputado Sacconi acaba de sugerir.

A luta contra as alterações climáticas não pode ser travada unicamente pela Europa. Temos de trazer outros continentes e outros países para este combate. A comissão também fez um bom trabalho nesta matéria,

porque, como Parlamento, ganhámos pela primeira vez visibilidade em matéria de diplomacia climática e este é um aspecto que gostaria de sublinhar uma vez mais nesta Assembleia.

Quando falamos de medidas de adaptação, estamos a falar também de financiamento. A este propósito, gostaria uma vez mais de exortar as outras duas instituições, a Comissão e o Conselho, a darem a esta questão prioridade máxima nas próximas Perspectivas Financeiras.

Podemos aprovar aqui os mais extraordinários relatórios, mas, se não houver dinheiro disponível para aplicar as medidas, os relatórios de nada servirão. Deveríamos igualmente analisar o grau de eficácia das medidas financeiras que já estamos a tomar e avaliar os seus efeitos numa auditoria.

Zita Plešinská (PPE-DE). – (SK) Senhoras e Senhores Deputados, a União Europeia tem ambições de se tornar o líder na luta internacional contra o aquecimento global, pelo que não se pode limitar a formular objectivos de protecção do clima; também tem de os implementar através de medidas políticas. O relatório transversal do senhor deputado Florenz confirma que a luta contra as alterações climáticas se deve basear numa abordagem horizontal e deve ser tida em conta em todas as normas legais.

A água desempenha um papel central nas alterações climáticas. Temos de compreender que as consequências das alterações climáticas no regime da água podem causar um efeito de dominó e podem ter impacto em muitos sectores da economia. Os problemas cada vez maiores com a água à escala mundial exigem uma política coordenada de gestão da mesma por parte dos Estados-Membros, bem como a introdução de princípios ambientais numa gestão integrada dos recursos aquáticos.

Temos de iniciar programas para a criação de instalações de armazenamento aéreo para água pluvial em áreas florestais, agrícolas e urbanas, através de instrumentos legislativos, de medidas não relacionadas com investimento e de medidas de investimento que darão um contributo fundamental para o armazenamento da água pluvial nas zonas rurais. Até agora, a água pluvial foi considerada como água residual que tinha de ser eliminada o mais rapidamente possível. A nova abordagem da questão da água baseia-se no princípio de que a água pluvial é essencial à vida. Congratulo-me com o facto de esta abordagem ter sido introduzida por um grupo de peritos constituído por cientistas checos e eslovacos. É uma abordagem interessante, Senhor Ministro Bursík. Acredito que conquistará o seu apoio.

Não é possível ter um estilo de vida sustentável sem os contributos da economia, da ciência, dos meios de comunicação social, do sector de voluntariado e dos cidadãos privados. É importante não desistir perante um problema tão complexo. Enfrentamos um desafio e temos de agir agora, porque as nossas acções de hoje determinarão o nosso futuro. O nosso objectivo central deve consistir em não privar as gerações futuras dos fundamentos da vida que recebemos de Deus.

Só venceremos na concorrência global se conseguirmos trazer para o mercado tecnologias eficientes, inovadoras e inteligentes, de forma transparente e sem obstáculos burocráticos. Só venceremos se dermos "luz verde" a todas as soluções avançadas na Europa.

Justas Vincas Paleckis (PSE). – (LT) Felicito o relator e todos com a mesma opinião, que afrontam a ameaça colocada pelas alterações climáticas. Os residentes na Lituânia e noutros países do Báltico desejam efectivamente uma rede europeia de energia eléctrica. Se não for criada nos próximos anos, falar de segurança energética não passa de conversa. A decisão de aumentar o montante do Fundo Estrutural, usado para o aquecimento de residências multi-apartamentos, é muito importante. Raramente acontecem milagres. Todavia, o prolongamento da vida útil da Central Nuclear de Ignalina, um milagre ainda esperado na Lituânia, reduziria a poluição e permitiria manter o PIB anual nos 4-5%, o que é particularmente necessário num Estado tão afectado e prejudicado pela crise económica. Confrontados com a crise, um número crescente de cidadãos europeus pensam mais na sobrevivência do que em travar as alterações climáticas, mas se formos capazes de desistir do nosso estilo de vida perdulário e nos tornarmos-nos mais frugais, não apenas iremos salvar o ambiente e travar o sobreaquecimento do planeta, como iremos poupar dinheiro. Fazendo poupanças rigorosas no quotidiano, no uso dos recursos, e prescindindo de fazer pequenos percursos de carro, é possível poupar até 1 000 euros por ano.

Françoise Grossetête (PPE-DE). – (FR) Senhora Presidente, poderia afirmar-se que este relatório é redundante após a votação do pacote energia-clima do passado mês de Dezembro. Mas não, este relatório tem o mérito de realizar uma excelente síntese daquilo que devemos prever para lutarmos contra as alterações climáticas, e aproveito para felicitar o relator, o senhor deputado Karl-Heinz Florenz, que teve um espírito visionário na redacção deste relatório.

Não fiquemos pelos discursos. Zelemos por que os Estados-Membros se empenhem na prática. Apoio os meus colegas que chamaram a nossa atenção para a necessidade de dispormos de um orçamento que corresponda às nossas ambições. Após a "história de sucesso" do pacote energia-clima, sob a Presidência francesa, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para conseguir um bom acordo internacional em Copenhaga.

Ora, temos razões para nos preocupar. 2009 é um ano de eleições europeias, com mudança da Comissão Europeia. A preocupação atinge o seu máximo quando lemos as declarações do Presidente da República Checa, que afirma que o aquecimento global não existe.

Pois bem, mesmo que ele tivesse razão, todo o nosso dispositivo destinado a lutar contra as alterações climáticas constitui uma resposta à grave crise económica que atravessamos. A rarefacção dos nossos recursos energéticos, a necessidade de segurança energética, a desflorestação, a asfixia das nossas grandes metrópoles, nas quais se concentra uma grande parte da população, e a necessidade, por conseguinte, de recorrermos a transportes sustentáveis, a fome inexorável no mundo e a necessidade de o alimentar, tudo isto joga a favor das soluções propostas de luta contra as alterações climáticas.

Estamos a entrar na era do crescimento sustentável, a terceira revolução industrial, que constitui um formidável trunfo para a investigação, a inovação, o emprego e a competitividade das nossas empresas. A eficiência energética, pelo seu lado, já deveria fazer parte de todos os planos de relançamento, pois baseia-se em tecnologias inovadoras. Assim, ao reduzir a factura energética, o consumidor fica satisfeito. Ao reduzir o consumo de energia fóssil, a União Europeia consegue mais independência e emite menos carbono, o que representa milhares de novos empregos.

Sim, a luta contra as alterações climáticas representa uma das respostas para a crise económica. A sua realização passará pelo desenvolvimento de uma economia pobre em carbono, com a adesão das autoridades locais, das empresas, dos investigadores, com a adesão de todos os cidadãos.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) O relatório apresenta dados científicos e recomendações para o combate às alterações climáticas, fazendo uma referência tanto à adaptação como à redução das causas deste problema. O combate às alterações climáticas é não só uma obrigação para que possamos assegurar o futuro das gerações vindouras, como é também uma oportunidade para revitalizar a economia mundial.

Solicito que a importância da eficiência energética tenha reflexo tanto no orçamento comunitário como nos instrumentos financeiros existentes. Medidas como tornar os transportes mais eficientes através da utilização de sistemas de transporte inteligentes, promover o transporte ferroviário e marítimo, assegurar o desenvolvimento intermodal e o investimento em veículos mais ecológicos contribuirão para a redução das emissões geradas por este sector.

Preconizei o desenvolvimento de formas de turismo mais ecológicas, designadamente o turismo desportivo ou o turismo cultural. Desejo ainda salientar que os destinos turísticos de excelência devem ser aqueles que respeitam e protegem o ambiente. Penso que devemos ponderar a criação de um fundo internacional para a plantação de árvores em terras incultas.

Gostaria de dizer, para concluir, que é preciso desenvolver a investigação no domínio das ciências médicas e no sector farmacêutico com o propósito de produzir medicamentos e vacinas que cheguem a toda a população afectada por determinadas doenças a preços razoáveis.

Etelka Barse-Pataky (PPE-DE). – (HU) Senhora Presidente, hoje em dia a mudança climática e os transportes são temas inseparáveis. Ao mesmo tempo, a mobilidade, tão preciosa para nós, e conquistada a tanto custo, a livre circulação de pessoas, bens e capitais, só poderá manter-se no futuro se houver mudanças, e se dermos provas de determinação neste contexto. Na qualidade de responsável de sessão temática para o quinto tema-chave, os transportes, na Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, recomendo a adopção e a simultânea aplicação de um pacote global.

O que é necessário? Antes de mais, o ambiente económico deve transformar-se com um objectivo duplo: apoiar a inovação ecológica, em primeiro lugar por meio de taxas e contratos públicos, e aplicar efectivamente o princípio "poluidor-pagador". A inovação ambiental é indispensável no domínio da tecnologia dos veículos a motor, para o desenvolvimento de combustíveis alternativos destinados a este sector, assim como de soluções inteligentes de transporte e sistemas de gestão logística. O princípio "poluidor-pagador" deve ser aplicado a todos os veículos, assim como ao comércio de emissões e à incorporação de custos externos.

Todas as iniciativas que lançámos devem ser reforçadas. Não basta falar nestas coisas, é preciso transformá-las em realidade. Que tipo de coisas, por exemplo? Um espaço aéreo europeu comum, um céu europeu único e sistemas de gestão próprios. A efectiva implementação de tais medidas é essencial, pois só será possível regular a indústria e o consumo uma vez que tenhamos cumprido as nossas próprias obrigações.

Acima de tudo, devemos tratar das nossas cidades e outras áreas complexas. Nisto reside talvez a nossa tarefa mais difícil. Devemos incentivar uma nova cultura do transporte e zelar por um uso muito mais eficiente das ferramentas de que dispomos. Gostaríamos de agradecer a Karl-Heinz Florenz porque este relatório vem dotar-nos de um roteiro credível e abrangente, uma base que nos vai permitir defender os nossos objectivos e adoptar uma posição firme nas negociações de Copenhaga, convidando o mundo inteiro a juntar-se a nós.

Adam Gierek (PSE). – (PL) Senhora Presidente, no preâmbulo do relatório do senhor deputado Karl-Heinz Florenz, que estamos hoje a debater, ele refere o seu relatório anterior sobre os dados científicos das alterações climáticas. Infelizmente, não encontrei factos nesse relatório, apenas uma crença na infalibilidade dos relatórios do IPCC. Por conseguinte, nem a presente resolução, nem a de Maio de 2008 podem, de alguma forma, legitimar as decisões políticas da Comissão Europeia, uma vez que carecem de uma abordagem científica objectiva. Apenas um modelo coerente relativo às alterações climáticas, que tenha em conta todas as variáveis, como o impacto dos gases com efeito de estufa, das partículas em suspensão e, acima de tudo, da actividade solar, poderia constituir uma justificação para estas decisões.

O relatório, que contém informações facciosas que realçam os mecanismos hipotéticos subjacentes ao aquecimento global, como as emissões de CO₂, ignora a necessidade de uma luta internacional contra o verdadeiro impacto das alterações climáticas. A Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas concentrou a sua atenção, de forma tendenciosa, no problema da redução das emissões de gases com efeito de estufa e referiu, apenas de passagem, a luta contra o verdadeiro impacto das alterações climáticas.

Agnes Schierhuber (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, também eu gostaria de agradecer ao relator, que tentou, efectivamente, obter o máximo possível para todos nós.

A agricultura é particularmente afectada pelas alterações climáticas, já que os seus produtos são obtidos ao ar livre. Estou a pensar na seca e na desertificação, que podemos observar por exemplo no sul de Itália, ou em outros fenómenos meteorológicos extremos, como as quedas inesperadas de chuva e granizo ou as inundações, que muitas vezes afectam os meios de subsistência dos nossos agricultores.

A agricultura é muitas vezes retratada como sendo a grande causadora das alterações climáticas. Cerca de 10% dos gases com efeito de estufa a nível global são produzidos na agricultura, a maioria dos quais, no entanto, são gases de origem natural, como o metano.

Em minha opinião, pelo contrário, a agricultura está à frente da luta contra as alterações climáticas. Com base num estudo austríaco de 2008, gostaria de documentar o seguinte: através de plantas como a erva, o milho e os cereais, e também através do solo, a agricultura e a silvicultura consomem e captam consideravelmente mais gases com efeito de estufa do que geram. De acordo com esse estudo de 2008, as emissões provenientes da agricultura e da silvicultura num valor aproximado de 8 milhões de toneladas anuais de equivalente CO₂ contrapõem-se, no total, a um efeito de captação de 58 milhões de toneladas de CO₂ ou equivalente CO₂. Isto demonstra que a agricultura não deve ser retratada como uma espécie de vilão ambiental. Muito pelo contrário. Eis mais alguns números: desde 1990, a agricultura na Áustria reduziu as suas emissões de CO₂ em 1,3 milhões de toneladas.

A energia é outro domínio importante no qual a agricultura contribui para a luta contra as alterações climáticas. Por exemplo, a agricultura na Áustria consome aproximadamente 2,2% da energia gerada. A percentagem de energias renováveis é de 23%, uma grande parte das quais provém também da agricultura.

Por último, gostaria de dizer o seguinte. Uma grande importância deverá ...

(A Presidente retira a palavra à oradora)

Satu Hassi (Verts/ALE). – (FI) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria sinceramente de agradecer ao senhor deputado Florenz o seu excelente trabalho como relator. O nosso maior desafio agora é estabelecer o próximo tratado internacional sobre o clima. As duas questões mais incómodas do tratado são os objectivos de redução das emissões dos diferentes países e a maneira como os países industrializados

irão contribuir para financiar investimentos que atenuem as alterações climáticas nos países em desenvolvimento. Em ambas as questões a UE tem de alargar o seu campo de visão, apesar de, em teoria, nos podermos orgulhar do facto de termos sempre liderado no que respeita à protecção climática global.

As últimas pesquisas sugerem que uma redução de 30% nas emissões até 2020 não será suficiente – os objectivos têm de ser mais drásticos. Quanto ao financiamento das medidas climáticas nos países em desenvolvimento, lamento que na sua nova Comunicação a Comissão continue a fazer observações muito gerais e não proponha modelos suficientemente concretos.

Em diferentes contextos, incluindo o debate sobre o pacote climático, nós, no Parlamento, mostrámos que estamos preparados para contribuir significativamente para o esforço de reduzir as emissões nos países em desenvolvimento. Esta é uma das áreas onde a UE deve encorajar o novo Presidente dos Estados Unidos a adoptar uma nova via. Até agora, os Estados Unidos não disseram nada sobre o modo como estão a preparar-se para apoiar os objectivos de redução de emissões nos países em desenvolvimento. A protecção climática pode ter êxito, mas as medidas têm de ser imediatas e consistentes.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao relator. Serei muito específica relativamente à agricultura e a dois números que constam do relatório, os quais considero, devo dizer, desnecessários. O relatório ficaria, com certeza, a ganhar se não os tivesse. Estes abordam muito especificamente o consumo de carne e não creio que haja lugar para o texto destes números no relatório em questão.

O número seguinte sobre as rações de gado ignora a realidade da investigação que tem sido efectuada há já um bom par de anos em muitos Estados-Membros e que procura fazer exactamente o que diz o texto em causa, pelo que este está desfasado da realidade.

Uma das áreas que, na minha opinião, precisa de ser reforçada, prende-se com a informação sobre a forma como os agricultores e todos aqueles que fazem uso da terra podem cultivar de maneira "mais amiga do ambiente". Creio que os investigadores não souberam cooperar com os agricultores, e a verdade é que precisamos de mais esforços em relação a serviços de divulgação que permitam veicular a mensagem, encorajar e não coagir.

Marusya Ivanova Lyubcheva (PSE). – (BG) Senhoras e Senhores Deputados, as alterações climáticas estão, por razões óbvias, no centro das atenções da política europeia e não apenas nesta.

Nenhum país ou união poderá, isolada e de modo independente, ultrapassar os desafios inerentes às alterações climáticas. Estas devem, consequentemente, ser integradas no plano horizontal bem como no plano vertical. A política, a legislação e as finanças devem trabalhar em conjunto. O relatório proporciona uma excelente plataforma para este fim.

Gostaria de transferir o enfoque para dois factos, sem os quais não conseguiremos realizar o nosso trabalho a favor da luta contra as alterações climáticas. A ciência: o relatório confere especial atenção às novas tecnologias, mas temos de falar mais na ciência e prever investimentos para esta área que nos permitam encontrar soluções. Sem este aspecto ficamos limitados ao trivial e mundano.

A investigação científica é a nossa base. As novas tecnologias desenvolvidas pelas empresas e pela ciência em conjunto são o nosso futuro. Apelo ao investimento na ciência e na designação das alterações climáticas como uma prioridade importante para todos os programas científicos da UE.

Danutė Budreikaitė (ALDE). – (LT) Na luta contra as alterações climáticas temos de atribuir grande importância ao sector dos transportes que, actualmente, representa quase um terço das emissões de CO₂ da UE. O sector dos transportes tem de reduzir as emissões de CO₂ em 20% até 2020. No esforço para atingir estes objectivos, é essencial promover um pacote de medidas estável em matéria de política de transportes, que deverá incluir inovações ecológicas, aplicação de taxas às emissões de CO₂, alterações na condução e nos hábitos de utilização dos veículos e outras medidas. Gostaria de alertar para o facto de nalguns Estados-Membros o IVA ter sido aumentado devido à crise financeira e ter surgido a situação em que as pessoas se apercebem que é mais barato viajar de carro devido às elevadas tarifas dos transportes públicos. Portanto, gostaria de incitar os Estados a aplicarem incentivos fiscais e a encorajarem as pessoas a utilizarem os transportes públicos. É igualmente importante incentivar a utilização do comboio, investindo no desenvolvimento das infra-estruturas ferroviárias. Permitam-me lembrar-vos que um comboio emite por quilómetro, em média, três vezes menos CO₂ do que um automóvel e até 8 vezes menos do que um avião.

Marie Anne Isler Béguin (Verts/ALE). - (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, podemos congratular-nos aqui com este grande consenso, mas ficamos na mesma: Senhor Comissário responsável pelo ambiente, Senhores Ministros do Ambiente, qual o peso do ambiente na Comissão e nos Conselhos, e também nos governos? Todos nós o sabemos.

Eu própria não era minimamente favorável à criação desta comissão, pois penso que, para isolar qualquer coisa, nada melhor do que criar uma nova comissão. Em França, chamamos-lhe "comissão de fachada".

Interrogo-me sobre a questão do futuro deste relatório do ponto de vista da sua integração nas políticas europeias. Recordo apenas, dirigindo-me a alguns colegas que já aqui estavam em 1992, que houve, nessa altura, um excelente relatório sobre o desenvolvimento sustentável. Mal foi aprovado - aliás, por unanimidade -, esse excelente relatório foi pura e simplesmente enterrado. Se o tivéssemos introduzido nas políticas europeias, talvez não estivéssemos agora neste ponto.

Quero dirigir-me especialmente ao senhor relator, que evitou apresentar um projecto político. Mas claro que sim, Senhor Relator, o que o senhor apresentou foi um projecto político, pois representa uma reorientação total das políticas europeias, a nível agrícola, a nível das pescas e a nível dos transportes. Então, temos de ser mais ambiciosos, e ficamos à espera dos resultados.

Herbert Reul (PPE-DE). - (DE) Senhora Presidente, levar a sério as consequências das alterações climáticas significa ouvir todos os diversos lados do debate, incluindo a ciência. Tivemos um grande número de peritos na comissão, é verdade. Infelizmente, porém, representavam apenas um ponto de vista. Não tivemos a oportunidade de ouvir todos os lados do debate. Creio que foi um erro.

Tivemos um primeiro projecto de relatório do senhor deputado Florenz, que era consideravelmente melhor do que aquele que temos hoje diante de nós e sobre o qual vamos basear a nossa decisão. Muitas das sugestões nele actualmente incluídas são boas, mas, em minha opinião, algumas delas estão erradas. Não faz sentido recorrer constantemente a novas regulamentações e novas medidas. A solução só pode ser dizer "sim" à inovação e "sim" à investigação. A solução reside na assunção da responsabilidade individual e não na criação de cada vez mais regulamentação do Estado. Há uma série de regulamentações absurdas, como a obrigação de manter registos contabilísticos, o impedimento do consumo de carne e correspondente aplicação de sanções, além de afirmações difamatórias sobre a agricultura, e muitas outras coisas mais. Em minha opinião, este não é o caminho certo a seguir e, por isso, considero este relatório problemático na sua actual redacção.

Martin Bursík, *Presidente em exercício do Conselho.* - (EN) Senhora Presidente, apercebi-me de que os distintos deputados deste Parlamento usam da palavra nas suas línguas maternas. Não tenho dúvidas de que os intérpretes falam incomparavelmente melhor do que eu a língua inglesa, portanto, se me permitem, tentarei responder a este debate no Parlamento Europeu falando em checo.

(CS) Gostaria de exprimir o meu apreço pela profundidade do debate no Parlamento Europeu, pela sua abordagem objectiva e também pela atitude responsável dos deputados do Parlamento Europeu. Gostaria de abordar aproximadamente sete pontos do debate. Primeiro, gostaria de sublinhar o papel do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, visto que algumas das intervenções puseram em causa as conclusões do PIAC. Na minha opinião, constitui, até certo ponto, uma desvantagem que os relatórios trimestrais publicados pelo PIAC sobre factos materiais relacionados com alterações climáticas e sobre as adaptações e mitigações tenham 1 200 a 1 400 páginas, com um trabalho científico muitíssimo minucioso, completado por referências à literatura científica relevante. No entanto, estes relatórios são compilados posteriormente num resumo, acabando como um "sumário para decisores políticos", com cerca de 20 páginas, já sem quaisquer referências. Na minha opinião, muitos mal-entendidos surgem do facto de nós, enquanto decisores políticos, não termos tempo - e eu peço desculpa se isto não se aplicar aos senhores deputados - para ler aquelas 1 200 ou 1 500 páginas. É importante enfatizar que o PIAC não só recebeu um Prémio Nobel, como, na conferência sobre o clima, realizada em Bali, foi reconhecido por 192 Estados participantes como a fonte científica mais completa e de mais elevada qualidade, assim como a informação mais consistente à nossa disposição para decidir se e como reagir às alterações climáticas. Esta foi a opinião dos 192 representantes nacionais e também é a minha resposta a algumas sugestões de alarmismo, um argumento a que me habituei no meu próprio país.

Na minha opinião, temos um ponto de partida muito bom em 2009. Por um lado, voltámos a falar a uma só voz enquanto União Europeia. Apercebi-me do valor enorme disto mesmo em Bali. Conseguimos avançar consideravelmente nas negociações com os nossos parceiros do G77 e com outras economias e fomos, de facto, a única grande economia global a fazer pressão para a adopção do objectivo de reduzir gases com efeitos de estufa em 30%, até 2020. A segunda esperança no início deste ano consiste na mudança nos Estados

Unidos, tal como referiram aqui muitos dos senhores deputados. Na minha perspectiva, algures em Copenhaga, existe uma sala com cerca de 200 fechos na sua porta. Se conseguirmos abrir todos estes fechos, concluiremos um novo acordo global sobre a protecção do clima para o período posterior a 2013. Penso que abrimos agora o primeiro fecho que é a União Europeia. O segundo fecho são os Estados Unidos e é por isso que estamos a colocar tanta ênfase no estabelecimento, tão rápido quanto possível, de contacto com a nova Administração dos EUA e estamos a planear uma visita conjunta da Tróica, juntamente com a futura Presidência sueca e com o Comissário para o Ambiente, Stavros Dimas. E esta é a minha resposta ao comentário do senhor deputado Jerzy Buzek, por outras palavras, não pretendemos, decididamente, liderar nós próprios as negociações internacionais. De maneira alguma. Pretendemos coordenar as negociações. A Dinamarca tem um enorme interesse no êxito da conferência de Copenhaga, como é óbvio. Na reunião ministerial, no Conselho Europeu informal da Primavera, pretendemos dar informações sobre o progresso das negociações bilaterais para o acordo internacional respeitante às alterações climáticas. Também iremos procurar, em conjunto, definir uma estratégia futura relativa à forma de coordenar negociações internacionais, envolvendo os diplomatas, como é óbvio. Além disso, negociaremos as adaptações, o que constituirá o tema principal do Conselho informal da Primavera, que terá lugar em Praga.

O próximo ponto da minha resposta diz respeito ao facto de termos chegado a uma conjuntura interessante, visto que os esforços da UE no sentido de uma política ambiciosa e activa em matéria das alterações climáticas se vêem, subitamente, confrontados com os efeitos da crise financeira e económica. Considero muito positivo, neste contexto, que as vozes que apelam a um adiamento dos nossos objectivos de longo prazo relacionados com as alterações climáticas sejam raras. Pelo contrário, a grande maioria das vozes – inclusivamente aqui, no Parlamento Europeu, o que muito agradeço – pede-nos que usemos e tratemos esta coincidência como uma oportunidade, visto que ela ofereceria uma estratégia de "sêxtuplo ganho", por outras palavras, uma estratégia de "ganho, ganho, ganho, ganho, ganho, ganho", porque se as diversas economias estão prontas a responder à crise financeira e económica através do investimento – e mesmos os economistas mais conservadores estão preparados para admitir excepções –, então isto representa uma oportunidade para transformar a nossa economia actual numa economia de baixo carbono e para apoiar tecnologias ambientais modernas. Por que razão os seis "ganhos"? Porque pouparemos o dinheiro gasto na energia através de medidas de poupança de energia. Porque reduziremos a nossa dependência de energia importada, porque reduziremos o nosso consumo de fontes naturais não renováveis, porque criaremos novos empregos – e não esqueçamos que os vários planos na Europa para responder à crise financeira e económica irão criar novas oportunidades de emprego precisamente no domínio dos "empregos verdes" e em torno de novas tecnologias ambientais destinadas a fontes de energia renováveis e à poupança de energia – e, ao mesmo tempo, reduziremos as emissões de gases com efeito de estufa.

Por isso, a Presidência checa considera esta situação como uma oportunidade excepcional para mudar os paradigmas de comportamento e para orientar a nossa economia no sentido de uma maior sustentabilidade. A maior oportunidade para mudar a economia consiste no mercado global de carbono. Ao contrário da política ambiental nos anos setenta do século XX, quando nos baseámos na proibição e em injunções e utilizámos principalmente a chamada política de "fim de linha", em 2009, estamos a utilizar muito mais instrumentos financeiros para ajudar o ambiente. Na minha opinião, o facto de o pacote relativo ao clima e à energia incluir um novo sistema de comércio de emissões baseado em leilões oferece uma base excelente para a criação de um mercado global de carbono. Olhemos para a ambição. Em 2013, ocorrerão progressivamente leilões de energia eléctrica e, até 2015, desejamos um mercado global de carbono ao nível da OCDE. Por isso, estamos a observar com atenção a evolução nos Estados Unidos e a forma como decorrerá o processo de adopção do sistema de "limitação e comércio de emissões" ("*Cap and Trade*") no Congresso dos EUA.

Um outro ponto que gostaria de mencionar é o papel das fontes de energia renováveis e da poupança de energia. Temos de oferecer alguma coisa nas nossas negociações com os países em vias de desenvolvimento, temos de lhes oferecer o desenvolvimento económico, mas, simultaneamente, temos de oferecer o tipo de desenvolvimento que garantirá o cumprimento dos objectivos identificados pela PIAC e que nós, enquanto políticos, adoptámos. E as fontes de energia renováveis desempenharão aqui um papel absolutamente decisivo, visto que, em princípio, temos duas opções possíveis. Há milhares de milhões de pessoas sem acesso à electricidade, mas com um desejo desesperado de dispor da mesma, simplesmente porque se trata de uma perspectiva atraente para os consumidores e ninguém pode ser censurado pela sua aspiração. O facto é que estas pessoas terão de mudar para as cidades, à procura de electricidade distribuída de forma convencional, como acontece hoje – grandes fontes centralizadas, redes de distribuição, uma carga para o ambiente – ou a electricidade irá ao seu encontro, nos lugares em que viviam há gerações e onde podem continuar a sua forma tradicional de vida, em harmonia com a natureza. A segunda opção só será possível graças à electricidade

renovável e descentralizada. Por outras palavras, nós, que estamos a desenvolver a tecnologia para fontes de energia renováveis na Europa, estamos a fazê-lo não só para os países desenvolvidos, mas também para aumentar o número de instalações a nível mundial, para reduzir os custos de investimento e os custos operacionais e para tornar estas tecnologias acessíveis às pessoas que vivem em países em vias de desenvolvimento. Esta é uma enorme tarefa política que enfrentamos em relação aos países em vias de desenvolvimento.

Gostaria de terminar garantindo-vos que a Presidência checa tem realmente grandes ambições de alcançar progresso nas negociações em matéria de alterações climáticas. Assumiremos uma liderança muito intensa em negociações internacionais. Também gostaria de vos garantir a consistência da Presidência checa e, se o Primeiro-Ministro da República Checa defendeu o Presidente checo Klaus aqui, no debate do Parlamento Europeu, no domínio das alterações climáticas e da política em matéria de alterações climáticas, tenho de me distanciar das afirmações e da posição do Presidente checo. Quero garantir-vos que a posição da Presidência checa é determinada pelo Governo checo. Peço-vos que tenham em mente que, apesar de quaisquer declarações que ainda possam ouvir ao longo da Presidência checa – visto que o nosso Presidente também está a preparar a sua visita aos EUA –, a política climática é formulada pelo Governo checo e a nossa opinião é coesa e estamos a trabalhar em conjunto com a Comissão e com a futura Presidência sueca na Tróica. Termina assim a minha declaração. Gostaria de voltar a agradecer-vos pelo debate muito produtivo, objectivo e, sobretudo, responsável nesta ilustre assembleia.

Stavros Dimas, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, esperamos também e muito sinceramente poder continuar a trabalhar em grande colaboração com a Presidência checa, o Governo checo e, especificamente, com o Ministro Martin Bursík. Estou certo de que durante o primeiro semestre de 2009 avançaremos consideravelmente nas negociações.

Gostaria de agradecer a todos os oradores do debate de hoje pelas suas positivas contribuições.

Como indica o título do vosso relatório, o que acontece ao clima do mundo até 2015 e posteriormente dependerá da acção que a comunidade internacional decidir levar a cabo agora. Poder dispor e trabalhar com base num aconselhamento científico sólido e insistir em que as negociações devem ser orientadas pela ciência, continua a ser fundamental. Precisamos de transmitir as conclusões científicas a um público mais alargado e sensibilizar mais o consumidor para os impactos dos gases com efeito de estufa nos estilos de vida e padrões de consumo.

Essa maior consciencialização precisa, no entanto, de ser acompanhada de fortes incentivos económicos às empresas a fim de reduzirem as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos produtos e serviços que disponibilizam. É necessária uma transição à escala mundial para uma economia menos dependente do carbono, o que só pode ser alcançado através de uma acção alargada e integrada para fazer face ao problema das emissões em todos os sectores.

A possibilidade de estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa em níveis mais baixos, no caso de, no futuro, o PIAC indicar que é necessário, só existe se formos ambiciosos no presente. Em conjunto com a Comissão, estou convicto de que os Senhores têm igualmente um papel de relevo na transmissão destas importantes mensagens.

2009 será um ano crucial para as negociações a nível global sobre as alterações climáticas. Para a Comissão, 2009 será um ano de implementação: estamos a trabalhar num roteiro para a implementação. Há cerca de 15 medidas que precisamos de submeter ao procedimento de comitologia; há uma lista de prazos no RCLE revisto que vamos cumprir: por exemplo, a lista dos sectores em que se considera que existem riscos significativos de fuga de carbono deve estar pronta até Dezembro de 2009. Haverá uma grande reunião entre as partes interessadas em 30 de Março de 2009. A maior parte do trabalho será feita durante o Verão e, em finais de 2009, teremos esta lista completa.

As regras harmonizadas para os leilões de licenças devem estar prontas até Junho de 2010. Realizar-se-á uma reunião alargada entre as partes interessadas em Fevereiro, sendo que todos estes prazos e programas de trabalho são acessíveis aos senhores deputados. Todavia, 2009, como já disse, vai ser um ano crucial para as negociações sobre alterações climáticas a nível global.

Espera-se que o mundo acorde novas medidas a nível internacional para resolver o problema das alterações climáticas na Conferência de Copenhaga a realizar em Setembro. Contudo, um acordo em Copenhaga não é de modo algum um dado adquirido; há muito trabalho que continua por fazer.

O pacote de medidas em matéria de alterações climáticas e energia deu-nos uma vantagem inicial nesta transição e proporcionou uma excelente base para provar que uma política climática ambiciosa não só é possível como também largamente benéfica para as nossas economias e sociedades. A Comunicação sobre Copenhaga constitui a base para posteriores desenvolvimentos das posições europeias relativamente a elementos-chave, permitindo-nos manter a nossa liderança, bem como uma ajuda para o êxito das negociações em Copenhaga.

É óbvio que a resposta ao desafio das alterações climáticas não pode deixar de passar por um aumento significativo do financiamento e investimento em tecnologias limpas, assim como por medidas que permitam uma adaptação aos inevitáveis impactos das alterações climáticas. Os montantes necessários para os países em desenvolvimento, segundo as estimativas, ascendem aos 120-150 mil milhões de euros/ano em 2020.

Até 2020, este financiamento pode, em grande parte, advir das habitações do sector privado nos países em desenvolvimento. Por exemplo, uma grande parte das reduções no sector energético terá origem nas melhorias em termos de eficiência que se pagarão a si mesmas. Estas podem ser parcialmente apoiadas por acordos internacionais de empréstimos a fim de mobilizar fundos privados a nível mundial.

Uma outra parte significativa de um investimento e financiamento adicional será mobilizada através do mercado de carbono, tanto a partir dos resultados dos futuros leilões de licenças de emissões de carbono como através dos créditos de carbono ao abrigo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A União Europeia no seu pacote de medidas em matéria de alterações climáticas e energia criou uma procura significativa de créditos obtidos a partir do MDL até 2020. Isto irá provavelmente incentivar o desenvolvimento de tecnologias limpas nos países em desenvolvimento.

Contudo, quanto mais pobres são os países em desenvolvimento, mais necessitarão de ajudas financeiras públicas dos países desenvolvidos. Sem essa ajuda, não conseguirão reduzir suficientemente as suas emissões de gases com efeito de estufa. Sem esta assistência, os mais pobres e mais vulneráveis sofrerão as consequências das alterações climáticas. Sem essa ajuda não haverá acordo em Copenhaga.

A questão é a seguinte: de que forma vamos garantir que estes fluxos financeiros públicos adicionais serão previsíveis, despendidos com transparência e eficácia e que as contribuições para esses fluxos serão partilhadas a nível internacional?

Para além do nosso contributo para as negociações nas Nações Unidas, constatamos que, na sequência do sucesso do regime de comércio de emissões da União Europeia, os mercados de carbono começam a ser criados em muitas partes do mundo. A Austrália já anunciou os elementos de base do seu regime. No Outono de 2008, pouco tempo depois da sua eleição, o Presidente Obama dos EUA reafirmou o seu objectivo de criar um mercado de emissões de carbono à escala dos EUA.

Em conjunto, estes regimes de comércio poderão formar o núcleo de um futuro mercado global de carbono em evolução. Como já salientei, o desafio da União Europeia neste momento é facilitar o desenvolvimento desses mercados de carbono associados, em especial entre os países OCDE, até 2015.

Na Comunicação sobre Copenhaga, a Comissão abordou estas questões apresentando propostas concretas – propostas que não só são ambiciosas como também realistas e representarão um contributo de relevo para o êxito de Copenhaga, um êxito tão necessário ao nosso planeta.

Permitam-me que termine aproveitando a oportunidade para agradecer à Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, ao senhor deputado Florenz e ao Parlamento o seu forte apoio às nossas propostas, bem como a seriedade e celeridade com que trabalharam neste pacote.

(Aplausos)

Karl-Heinz Florenz, relator. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, regozijo-me particularmente pelo facto de, na fase final desta Comissão Temporária, esta questão ter sido tratada com um interesse tão pronunciado. Estou muito grato por esse facto. Gostaria igualmente de agradecer a todos aqueles que contribuíram para este debate e a todos os que trabalharam connosco. Elaborámos um roteiro para nos levar até Copenhaga, que, naturalmente, contém sinalizadores, assim como sinais de stop e sinais de viagem sem restrições, mas também sinais que indicam que há caminhos difíceis à nossa frente.

Apraz-me que tenha havido observações críticas, algumas das quais podemos aceitar. A sugestão do senhor deputado Holm no sentido de os cidadãos europeus deixarem de consumir carne é, lamento dizê-lo, absurda,

mas todos nós temos as nossas próprias opiniões. No final chegaremos a um bom resultado e todos terão contribuído para ele. Uma vez mais, os meus sinceros agradecimentos.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar hoje.

Declarações escritas (Artigo 142.º)

Constantin Dumitriu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Senhoras e Senhores Deputados, durante os últimos meses, percebemos o que significa a crise do crédito, na medida em que a economia mundial está afectada por uma crise sem precedentes. Todavia, também se sente, de igual modo, o impacto das crises climática, alimentar e social.

Na Roménia, assistiu-se a quedas da produção nos últimos anos, devido a causas externas, nomeadamente inundações, seca e gripe das aves, às quais se sobrepuseram, nos últimos meses, problemas de natureza económica. Durante a actual crise financeira, será cada vez mais difícil para a Roménia compensar perdas causadas por inundações e pela seca recorrendo ao orçamento do Estado. Desde que integro a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, apoio a ideia de criar mecanismos de intervenção específicos a nível comunitário, independentemente do valor dos limiares nacionais.

Penso ainda que, confrontados com um desafio desta dimensão, devemos dar prioridade ao investimento em tecnologias limpas e às energias renováveis. São a solução para a crise climática, ao mesmo tempo que revitalizam a economia através da criação de novos empregos. É nosso dever, como parte integrante do mandato europeu, persuadir os governos europeus a investir mais na inovação e nas novas tecnologias relacionadas com o ambiente.

Gábor Harangozó (PSE), por escrito. – (EN) Resolver o problema das alterações climáticas neste momento de profundo tumulto financeiro e decrescente confiança nos sistemas económicos pode parecer para muitos um erro em termos de prioridades. Passar a ser ecológico é dispendioso, sendo que os esforços necessários para a reestruturação fundamental de muitos sectores a fim de atingir metas ambiciosas são tremendos.

Não obstante, há muitas oportunidades a aproveitar nos investimentos e políticas "ecológicas" como elementos favoráveis à recuperação económica e estabilidade. O desenvolvimento de uma economia pautada por níveis baixos de emissões constitui um verdadeiro desafio que não podemos dar-nos ao luxo de não enfrentar. Precisamos de metas ambiciosas, mas viáveis, e precisamos de não ter medo de percorrer o caminho de uma revolução industrial inevitável. A fim de assegurar a recuperação económica e melhores condições de vida para os nossos cidadãos, impõe-se uma abordagem complexa e ambiciosa, promovendo a inovação e o desenvolvimento de novos empregos e empresas no quadro das tecnologias limpas.

Por último, obviamente que são necessários meios financeiros suficientes para se fazer os investimentos necessários em inovações ecológicas e, como é evidente, estas despesas não podem, pura e simplesmente, ser feitas a expensas de outras políticas comunitárias vitais, as quais não estão em posição de suportar os encargos decorrentes das alterações climáticas sem recursos financeiros adicionais.

Gyula Hegyi (PSE), por escrito. – (HU) Uma das consequências mais graves a longo prazo das alterações climáticas é a diminuição das fontes de água doce e a crescente escassez de água potável limpa. Não é exagero dizer que a água será o bem estratégico mais importante do século 21. A política europeia de protecção ambiental deve, por esse motivo, ser aplicada com maior rigor do que no passado, com vista à preservação dos lençóis freáticos, à prevenção da poluição das águas e dos solos, e à defesa de uma gestão correcta dos habitats aquáticos naturais e artificiais.

A alternância de períodos de inundação e seca, bem como o agravamento das condições meteorológicas, exigem uma gestão mais eficaz das águas pluviais. A água nunca é a mais, o que há é água mal aproveitada. Na próxima legislatura parlamentar e no novo orçamento, a União Europeia deve reservar fundos importantes à prevenção de inundações e à preservação dos lençóis freáticos, bem como a programas de tratamento da água potável em zonas urbanas e de tratamento de águas residuais. A Hungria possui excelentes recursos hídricos, e há quase duzentos anos que os engenheiros hidráulicos húngaros prestam bons serviços. Deste modo, estou certa de que o nosso país desempenhará um papel activo e construtivo na elaboração de uma política europeia comum da água.

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN), por escrito. – (PL) Ao usar da palavra neste debate sobre a política de preservação do clima até 2050, gostaria de chamar a vossa atenção para as questões que se seguem.

Em primeiro lugar, se os Estados Unidos e os países do Sudeste Asiático não participarem, com o mesmo empenho que a União Europeia, no programa destinado a reduzir as emissões de dióxido de carbono, o enorme esforço financeiro em causa e as inevitáveis consequências de uma menor taxa de crescimento económico na União Europeia serão um preço muito alto a pagar por uma ligeira redução das emissões de dióxido de carbono. A União Europeia é responsável por apenas 14 % das emissões mundiais, enquanto os EUA e os países do Sudeste Asiático são responsáveis por quase 80 %.

Em segundo lugar, o compromisso de cada país relativo à redução das emissões de dióxido de carbono em 20 % até 2020, em conjunto com a necessidade de adquirir licenças de emissão, irá resultar num aumento significativo do preço da electricidade e do aquecimento para os cidadãos e para as empresas. Resultará igualmente em custos ainda mais elevados para o sector industrial, em especial nos novos Estados-Membros, como a Polónia, onde o sector energético depende do carvão. Desta forma, muitos sectores da indústria que têm um nível elevado de consumo de energia podem encerrar nesses países, com muitas consequências sociais negativas.

Por último, a redução das emissões de dióxido de carbono conseguida pelos novos Estados-Membros, em especial pela Polónia, deve ser tida em conta. Na Polónia, a grande reestruturação da economia que teve lugar entre 1990 e 2005 resultou numa redução de cerca de 30 % das emissões de dióxido de carbono. Essa redução teve um custo social muito elevado: no decorrer desse período, o desemprego manteve-se acima dos 20 % durante muitos anos.

Adrian Manole (PPE-DE), por escrito. – (RO) Penso que o relatório do senhor deputado Florenz subordinado ao tema "2050: O futuro começa hoje – Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima" é oportuno e necessário, em virtude dos efeitos já observados e daqueles que são esperados, resultantes das alterações climáticas.

A Roménia foi um dos primeiros países da Europa a assinar o Protocolo de Quioto, o que significa que assumiu o seu compromisso de apoiar o combate às alterações climáticas através da redução das emissões dos gases com efeito de estufa em 8% até 2012.

Penso que estas medidas são necessárias, muito embora, comparativamente com muitos outros países europeus, a Roménia tem um baixo nível de emissões de gases com efeito de estufa. A agricultura e a silvicultura romena podem desempenhar um papel importante no combate às alterações climáticas, cujo impacto tem sido fortemente sentido nos últimos anos, em particular sob a forma de inundações, temperaturas elevadas e secas prolongadas. Estes fenómenos naturais afectam não só a produtividade agrícola e florestal mas também valiosos habitats e ecossistemas.

Espera-se que a agricultura e a silvicultura continuem a contribuir de forma significativa para combater os efeitos das alterações climáticas, através da florestação, com o objectivo de absorver e conter os gases com efeito de estufa, e para a utilização da biomassa enquanto fonte de energia renovável.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE), por escrito. – (RO) A União Europeia assumiu um papel importante no esforço de encontrar um compromisso para adoptar um acordo global pós-Quoto. É possível que a cooperação com a nova Administração norte-americana permita encontrar uma forma específica para implementar este acordo.

As medidas específicas para combater os efeitos das alterações climáticas proporcionam também uma oportunidade para alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável e para criar novos empregos. Estão dirigidas, em particular, a sectores novos e dinâmicos, permitindo um crescimento potencial importante, sectores nos quais o nível de investimento feito até agora tem sido inadequado. Estas medidas terão, além do efeito positivo de combater as alterações climáticas, um impacto favorável e mitigarão os efeitos da crise económica e financeira e podem contribuir, a longo prazo, para reduzir a dependência da União Europeia das importações de energia.

Estamos a falar, no caso vertente, de um investimento novo e intensivo em infra-estruturas de transporte, em fontes de energia renováveis, em biotecnologias, em recolha e reciclagem de resíduos, em energia nuclear e na renovação dos sistemas de aquecimentos das habitações.

A reflorestação e as medidas contra a desertificação podem também ter óptimos resultados a médio prazo.

David Martin (PSE), por escrito. – (EN) Saúdo o relatório Florenz sobre as alterações climáticas, que visa formular políticas para manter o aquecimento global abaixo de 2°C em comparação com os tempos pré-industriais. Saúdo especialmente o apelo no sentido de uma melhoria de 20% para a eficiência energética,

o apelo a objectivos vinculativos para a agricultura e a reivindicação que visa a constituição de um fundo europeu.

Estas propostas em conjunto com as medidas já adoptadas pela UE colocam-nos numa posição forte para defender uma acção global em matéria de alterações climáticas na Cimeira de Copenhaga.

Péter Olajos (PPE-DE), *por escrito*. – (HU) Desejo felicitar o senhor deputado Florenz pelo seu relatório, que constitui uma excelente base de preparação para a Conferência de Copenhaga a realizar no fim do ano.

Considero muito importante a afirmação de que a crise económica e financeira e a crise da mudança climática radicam em causas comuns. Deste modo, a solução para as duas crises é também a mesma. Para mitigar e travar as consequências destas crises, precisamos de inovação global e de uma mudança de paradigma em todos os domínios de actividade.

Concordo com o Senhor Comissário Dimas quando afirma que os custos devem ser cobertos, antes de mais, pelo comércio de licenças de emissão de dióxido de carbono, em segundo lugar pelos investimentos das empresas privadas, e em terceiro lugar por incentivos do Estado.

Todos procuram saídas e oportunidades, formas de estimular o emprego e de dinamizar a economia global, que ao mesmo tempo contribuam para travar as alterações do clima. O chamado 'New Deal Verde' foi explicado pelo Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki-moon. Significa, essencialmente, que os estímulos económicos globais devem tornar-se parte do investimento em tecnologias favoráveis ao ambiente. Esta nova lógica de organização económica, baseada em inovações na tecnologia ambiental, com o apoio do mercado internacional de capitais, também é um dos pontos fundamentais do programa do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

As inovações na tecnologia industrial verde do futuro irão contribuir para a eficiência do Estado e da economia, despertar o interesse dos agentes económicos, e aumentar a exigência dos consumidores em termos dos preços dos produtos e serviços em oferta.

Rovana Plumb (PSE), *por escrito*. – (RO) Os doze pontos contidos no relatório constituem um plano de acção claro para o futuro. Todavia, a sua aplicação a nível local, nacional, regional e global requer o apoio de cidadãos informados.

Segundo um inquérito de opinião especial do Eurobarómetro sobre as alterações climáticas, realizado na Primavera de 2008, aproximadamente 41% dos europeus declararam estar mal informados sobre as causas, as consequências e as formas de combater as alterações climáticas. Na Roménia, mais de 65% dos cidadãos afirmaram não ter qualquer informação sobre o tema.

Aumentar a sensibilização para esta questão entre o público através de campanhas educativas e de sensibilização em áreas da vida quotidiana é um passo vital nessa direcção. A Comissão e os Estados-Membros devem financiar campanhas públicas de sensibilização e criar condições para formar pessoas para novas carreiras adaptadas aos desafios específicos do mercado de trabalho decorrentes de mudanças económicas estruturais, que as alterações climáticas e os seus efeitos ajudam a agilizar.

Na actual crise financeira, a UE deve comprometer-se, política e financeiramente, com áreas-chave como a manutenção e desenvolvimento de tecnologias "limpas" para combater as alterações climáticas, o apoio a medidas de adaptação transfronteiras, a promoção da eficiência energética e a prestação de assistência no caso de catástrofes, de acordo com o princípio de solidariedade da União Europeia. O resultado de tudo isto é a criação de empregos ecológicos em empresas novas e competitivas.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Senhoras e Senhores Deputados, qualquer debate sobre clima, ecossistemas e energia reveste-se de uma importância vital, porque todas as mudanças significativas a este nível podem afectar a vida no planeta. Independentemente do tipo de causas ou da argumentação científica avançada por vários grupos de investigadores, o certo é que estamos confrontados com o fenómeno do aquecimento global. O presente relatório, abrangente e bem redigido, paralelamente à informação útil e valiosa que nos faculta, incentiva-nos a colocar a seguinte pergunta: O que vamos fazer por nós e pelas gerações vindouras?

Face a este panorama das alterações climáticas, penso que existem três tipos de projectos que os Estados-Membros da União Europeia deveriam desenvolver e apoiar, atribuindo-lhes prioridade:

1. Projectos que implicam políticas normalizadas para gerir as fontes de energia o mais eficazmente possível e encontrar soluções para reduzir a poluição, em particular nas zonas industriais e nos parques empresariais.
2. Projectos que implicam financiamento para a investigação científica dirigida ao desenvolvimento de tecnologias limpas.
3. Projectos que apoiam actividades específicas imediatas dirigidas a recriar o ecossistema a nível europeu e em qualquer região do mundo.

Daciana Octavia Sârbu (PSE), por escrito. – (RO) A União Europeia assumiu a liderança no combate às alterações climáticas. Conceber uma estratégia a longo prazo para a gestão efectiva dos recursos naturais mundiais ajudará a alcançar uma economia global com menos emissões de dióxido de carbono.

Esta estratégia deve basear-se no princípio da solidariedade com vista a alcançar um equilíbrio entre países ricos e países em desenvolvimento, que necessitam de assistência para reduzir a sua vulnerabilidade aos efeitos adversos das alterações climáticas. Os sinais de aquecimento global reflectem-se claramente na pobreza, na falta de produtos alimentares e nos recursos energéticos limitados. É sabido que o petróleo deixou de ser uma fonte de energia suficientemente poderosa para satisfazer o nível de procura, que se estima venha a registar um aumento de, pelo menos, 60% até 2030. A procura de fontes alternativas e a utilização inteligente dos recursos existentes são desafios com que a UE se deparará no futuro. A agricultura é um dos sectores mais vulneráveis às alterações climáticas devido à sua dependência das condições meteorológicas.

Dado que deste sector dependem os recursos alimentares da população mundial, a gestão sustentável dos solos e dos recursos hídricos e a protecção das florestas e da biodiversidade deverão figurar na ordem do dia da estratégia a longo prazo para combater os efeitos do aquecimento global.

Richard Seeber (PPE-DE), por escrito. – (DE) A Europa e o mundo enfrentam actualmente importantes desafios. A crise no mercado de capitais não é o único problema premente. Temos igualmente de iniciar, tão rapidamente quanto possível, um programa sustentável de luta contra as alterações climáticas. Uma tão grande associação política e económica como é a União Europeia pode constituir-se como o principal parceiro na luta contra as alterações climáticas.

O primeiro passo já foi dado neste contexto – a União chegou a acordo quanto a objectivos vinculativos no domínio do clima e, com a adopção do pacote relativo às alterações climáticas, em Dezembro de 2008, pôs em marcha uma série de medidas apropriadas com vista à protecção do clima. A prioridade máxima, agora, deve ser a conclusão do acordo internacional, em Copenhaga, evitando ao mesmo tempo a desindustrialização e a imposição de ónus desnecessários à economia europeia. Devemos, sim, aumentar os nossos investimentos e intensificar a nossa actividade de investigação nas tecnologias verdes. Deste modo a Europa poderá avançar, não só no domínio do ambiente, mas também no plano económico.

Theodor Dumitru Stolojan (PPE-DE), por escrito. – (RO) A União Europeia converteu-se no principal actor da tomada de medidas específicas ao adoptar políticas de combate ao desafio global causado pelas alterações climáticas.

A política europeia neste domínio pode tornar-se mais eficaz a nível global e a nível comunitário se: a) o esforço europeu for apoiado pelos esforços dos outros países industrializados poderosos que não integram a UE, e por países como a China, a Índia, o Brasil, a Rússia, etc.; b) o desenvolvimento da energia nuclear for incentivado e não for desencorajado, pelo menos nos próximos 30-40 anos, até ser desenvolvida tecnologia capaz de utilizar recursos renováveis e até os seus custos a tornarem acessível, sem a necessidade de concessão de subsídios; c) a Comissão Europeia der um maior apoio a projectos que visem a poupança energética e a extracção de energia da biomassa, incluindo a transferência de tecnologia, nos Estados-Membros da União Europeia menos desenvolvidos e com um maior potencial agrícola.

A Roménia continuará a desenvolver o seu programa nuclear para a geração de electricidade. Simultaneamente, procederá à modernização das suas centrais alimentadas a carvão e agilizará os seus esforços para produzir energia a partir da biomassa. Para tal, precisamos de estabelecer parcerias com os Estados-Membros e instamos a Comissão Europeia a agilizar o processo de simplificação dos procedimentos de concessão de fundos europeus.

Csaba Sándor Tabajdi (PSE), por escrito. – (HU) Os investimentos verdes devem desempenhar um papel central nos pacotes estatais de estímulo económico que se destinam a contrariar os efeitos negativos da crise económica internacional. Estes investimentos, quer sejam usados para uma exploração mais eficaz das fontes de energia renovável ou para moderar o consumo de energia e reduzir a emissão de dióxido de carbono e

outros gases com efeito de estufa, trarão não só vantagens económicas, como benefícios sociais significativos. É do interesse da Hungria que os Estados-Membros da UE coordenem e intensifiquem os seus esforços neste domínio. Ao definirmos metas ambientais, devemos estar atentos às capacidades económicas e sociais dos Estados-Membros da UE. Importa definir apenas metas que possamos atingir, tomando em consideração os efeitos das mesmas sobre a crise económica. São metas que só podem ser alcançadas se a sociedade se mostrar solidária. A actividade dos governos não é suficiente para que isto aconteça; é igualmente necessária uma mudança gradual no interior da sociedade. As recomendações concretas contidas no relatório Florenz, como o incentivo à construção de energia zero, ou seja de chamadas "casas passivas", bem como a criação de um fundo europeu para apoiar a investigação na área das energias renováveis, estabelecer ligações entre redes energéticas a nível europeu e sensibilizar mais os cidadãos da UE para este tema, e em particular as crianças, são medidas que irão contribuir para esta mudança de atitudes na sociedade.

Além disso, devemos empenhar-nos na defesa do progresso tecnológico da Europa em termos de evolução da protecção ambiental ao longo do século 21, e converter este progresso num trunfo económico e social. Os excepcionais recursos agrícolas da Hungria podem representar uma grande oportunidade para a geração de energia a partir de biomassa, ou da reutilização de materiais alternativos, vegetais e animais – produtos residuais impróprios para outros fins comerciais –, para a produção de biogás.

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-Presidente

4. As prioridades da luta contra a doença de Alzheimer (declaração escrita): ver Acta

*

* *

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL). – (SV) Espero que neste momento todo o Parlamento preste atenção. Durante a sessão plenária de Janeiro, adoptámos por unanimidade uma resolução sobre o Corno de África. A mesma continha um parágrafo específico que pedia a libertação de Dawit Isaak. Actualmente, Dawit Isaak está gravemente doente e desejo solicitar ao Presidente que escreva às autoridades da Eritreia.

A notícia sobre o seu estado de saúde foi confirmada por diversas fontes e referida hoje nos meios de comunicação social da Suécia. A situação é muito grave e urgente, e gostaria ainda de recordar, simplesmente, que Dawit Isaak é um jornalista sueco-eritreu que se encontra detido desde 2001 sem ter sido julgado. O seu estado de saúde é tão grave que está presentemente detido num hospital militar, e temo pela sua vida.

Lanço um apelo à libertação de Dawit Isaak.

(Aplausos)

Presidente. – Senhora Deputada, posso confirmar que o Presidente irá escrever às autoridades da Eritreia.

5. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

5.1. Futura política integrada da UE sobre as alterações climáticas (A6-0495/2008, Karl-Heinz Florenz) (votação)

(A sessão é suspensa às 11H55 enquanto se aguarda a sessão solene)

PRESIDÊNCIA: PÖTTERING*Presidente***6. Sessão solene - Autoridade palestina**

Presidente. - Senhoras e Senhores Deputados, é com muito prazer e comoção que hoje aqui dou as boas-vindas a Mahmud Abbas, Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana. Seja muito bem-vindo ao Parlamento Europeu, Senhor Presidente!

(Aplausos)

Convidámos igualmente o Presidente de Israel, Shimon Peres. Infelizmente, devido às celebrações que assinalam os 60 anos da existência de Israel, enquanto nação, não foi possível manter a data acordada. Esperamos que a visita do Presidente Peres possa realizar-se em breve.

Senhor Presidente, não é a primeira vez que visita o Parlamento Europeu. Ao recebê-lo aqui, em Estrasburgo, num período extremamente difícil para o Médio Oriente e, em particular, para o seu povo, o povo palestino, lembro-me do nosso último encontro no Médio Oriente, ocorrido há quase dois anos – em finais de Maio de 2007 – em Gaza. O senhor recebeu-me na sede oficial da Autoridade Nacional Palestiniana. Nunca me esquecerei do nosso encontro, já que a situação era extremamente tensa. Naquela altura, o senhor Presidente conduzia conversações delicadas com o objectivo de salvar o governo de unidade nacional, que formou com energia e previdência. Infelizmente, dez dias mais tarde, um golpe inglório pôs fim a esses esforços.

Hoje, veio directamente do Cairo, depois de uma paragem em Paris, para se encontrar com o Presidente francês. Nos últimos dias, realizaram-se, no Cairo, algumas conversações promissoras sobre a formação de um Governo palestino de consenso nacional.

No que diz respeito à tragédia na Faixa de Gaza, não foi sem preocupação que o Parlamento Europeu observou o sofrimento do povo palestino. O Parlamento Europeu não manteve silêncio. Exigimos um cessar-fogo imediato. Denunciámos a resposta desproporcionada, que atingiu não só as forças armadas do Hamas mas também civis e organizações humanitárias internacionais. Decidimos igualmente denunciar as provocações e os *rockets* disparados pelo Hamas que, infelizmente, continuam a visar Israel – e nós denunciámos este facto – apesar do cessar-fogo. Isto tem de parar.

(Aplausos)

Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de prestar homenagem ao pessoal da Agência das Nações Unidas de Socorro e Trabalho para os Refugiados da Palestina (UNRWA) pela coragem e sacrifício exemplares com que levaram e levam a cabo a sua tarefa. Em nome do Parlamento Europeu, agradecemos muito sinceramente a estes homens e mulheres das Nações Unidas.

(Aplausos)

Apelamos ao reatamento, tão rapidamente quanto possível, de negociações de paz, visto que estamos convencidos de que não pode existir uma solução meramente militar para o conflito israelo-palestino. Enquanto actor político, temos, agora, a obrigação e a responsabilidade de fazer tudo o que está ao nosso alcance para permitir que as pessoas no Médio Oriente convivam em paz. A reconciliação entre os palestinos constitui uma condição prévia para a paz entre Israel e a Palestina. O Parlamento Europeu apoia incondicionalmente as conversações em curso, lideradas em particular pelo Egipto, com o objectivo de preparar o caminho para a formação de um Governo palestino de consenso nacional. Só um governo deste tipo estará em posição de assegurar a unidade necessária do povo palestino.

(Aplausos)

Exigimos e esperamos que tal Governo respeite os princípios fundamentais do processo de paz, renuncie à violência e se empenhe nas negociações com Israel. A União Europeia está pronta a colaborar com este tipo de Governo.

O empenho do novo Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e a nomeação de George Mitchell como enviado especial para o Médio Oriente constituem sinais positivos. A determinação da União Europeia – e apraz-me que a Comissária competente, senhora Ferrero-Waldner, esteja aqui presente connosco, juntamente com a sua colega – em empenhar todo o seu peso político e económico no processo, assim como a vontade

política de numerosos parceiros árabes, indicam que deveria ser possível retomar e concluir com sucesso o processo de paz, com base nas resoluções das Nações Unidas e na iniciativa árabe para a paz.

Senhor Presidente Abbas, agradecemos-lhe por estar aqui hoje, e digo isto em nome do Parlamento Europeu, mas especialmente no meu próprio nome. Temos um grande respeito e reconhecimento por aquilo que está a fazer em circunstâncias extremamente difíceis. Confiamos em si, porque o senhor é um homem de mediação, de reconciliação e, portanto, também de paz. Desejamos-lhe sucesso.

Agora, convido-o a tomar a palavra e transmitir a sua mensagem ao Parlamento Europeu. Seja muito bem-vindo ao Parlamento Europeu, Senhor Presidente Mahmud Abbas.

(Aplausos)

Mahmoud Abbas, *Presidente da Autoridade Palestiniana (transcrição da interpretação inglesa a partir do original em árabe)*. – Em nome de Deus, pleno de graça e todo misericordioso. V. Exa., Sr. Pöttering, Presidente do Parlamento Europeu, Senhoras e Senhores Deputados ao Parlamento Europeu, em primeiro lugar, gostaria de apresentar os meus agradecimentos a V. Exa, Sr. Pöttering, Presidente do Parlamento Europeu, e a vós, por me concederem esta oportunidade de falar perante esta augusta Assembleia.

Vim até vós, da Palestina, cujo povo está a sofrer uma das mais prolongadas ocupações militares na história moderna. A Palestina foi profundamente ferida pela mais violenta, terrível e horrífica agressão militar, uma agressão que tomou como alvo as vidas de crianças, mulheres e idosos, assim como as suas casas, meios de subsistência, explorações agrícolas, fábricas e escolas. Visou ainda a água potável, os sistemas de esgotos e as redes eléctricas, assim como os hospitais, serviços, estradas e pontes.

Sim, a guerra israelita visou acima de tudo os meios de subsistência do meu povo, as suas infra-estruturas e o seu futuro, assim como o futuro do Estado Palestino, para o qual trabalhamos juntos há tanto tempo, e para cujo estabelecimento não deixámos de trabalhar.

Tiveram a oportunidade de testemunhar, juntamente com o resto do mundo, os restos mortais queimados e destroçados de crianças. Ouviram os apelos dos homens, os apelos de crianças e de mulheres que perderam quase todos os seus familiares. Sim, todos viram a mãe que foi assassinada com os seus filhos nos braços. Sim, todos viram o pai que perdeu os seus cinco filhos devido a um ataque com *rockets*, e a rapariga Balousha que estava a dormir ao lado das irmãs e que acordou com o som das explosões que as matou a todas. Todos viram as centenas de crianças cujas casas ruíram e lhes caíram em cima.

Todos viram também a escola de Al-Fahura, que era tida pelo povo de Jabalia como um local seguro, e por isso se refugiaram nela, e o modo como as bombas reclamaram as vidas daqueles refugiados inocentes, resultando na morte de mais de 40 pessoas. Aquelas pessoas tinham famílias, tinham nomes, tinham história, ambições e esperanças. Para além disso, mais de 100 pessoas ficaram feridas.

Juntamente com aquelas vítimas inocentes caíram também os valores da consciência humana, os princípios das Nações Unidas e os seus deveres de proteger a paz internacional e a segurança. Recordar-se-ão que as sedes das Nações Unidas, as suas escolas, clínicas, armazéns de produtos alimentares e de produtos médicos não foram poupados nesta guerra insana contra o nosso povo pacífico e resistente em Gaza.

Senhoras e Senhores Deputados, vim da Palestina até vós, portador de uma pergunta feita por um rapaz chamado Luay, que perdeu a vista devido às bombas. Ele perguntou-me quem iria devolver aos seus olhos a luz da esperança, a luz da vida, e, para o seu povo, a luz da liberdade e da paz.

Sim, Senhoras e Senhores, foram cenas e imagens terríveis. Foi este o resultado desta guerra, que provocou a morte de mais de 1 400 mártires, mais de 5 000 feridos, a maioria dos quais eram civis inocentes, sendo que uma elevada percentagem dos mesmos eram crianças, mulheres e idosos. Cerca de 500 dos feridos encontram-se ainda em estado crítico e as mortes continuam a suceder dia após dia. Para além disso, verificou-se a destruição total de mais de 4 000 casas e edifícios e de cerca de 20 000 outras casas.

Quer isto dizer que aproximadamente 90 000 pessoas ficaram sem casa e tiveram de ser deslocadas. Para além da destruição em larga escala do sistema eléctrico, do sistema de abastecimento de água, do saneamento básico, do sistema rodoviário e de instalações vitais, de edifícios públicos e privados, esta guerra de Israel arrasou o fruto do sangue e do suor do nosso povo palestino, de centenas de milhares de palestinos que trabalharam a vida inteira e que agora perderam o fruto de todo o seu trabalho. Destruíu ainda tudo aquilo que a Autoridade Nacional Palestina tinha construído nos últimos 15 anos.

Grande parte destas infra-estruturas e muitas destas instalações tinham sido erigidas graças às contribuições dos vossos países e de outros países amigos.

Este é o cenário das consequências desta guerra. Tudo isto em simultâneo com um outro tipo de agressão que ocorre diariamente, na Cisjordânia, contra as nossas terras, os nossos agricultores e a nossa economia nacional.

Os colonatos israelitas não acabaram de modo algum. As políticas de colonatos conduziram à continuação da construção do muro de separação, assim como a uma proliferação das barreiras nas estradas, dos postos de controlo e das barreiras que cercam as cidades, as vilas e as pequenas aldeias e ainda campos de refugiados na Cisjordânia, e inclusivamente em Jerusalém.

Pelo contrário, no ano passado, o número de pedidos de estabelecimento de colonatos aumentou 17 vezes em comparação com o ano que precedeu Annapolis. Os postos de controlo aumentaram de 580 para 660.

As incursões militares não cessaram, nem as detenções diárias e, por vezes, o assassinio de cidadãos; nem as perseguições cometidas pelos habitantes dos colonatos e as suas incursões armadas, nem o incêndio de casas, como aconteceu em Hebron, Nablus e em outras áreas; nem os ataques terroristas conduzidos pelos habitantes dos colonatos contra os agricultores na época da azeitona, uma época que é tida pelo nosso povo como um símbolo da paz e da vida, e não apenas o meio de subsistência de dezenas de milhar de famílias palestinianas.

Este cenário trágico resultante das incursões e das agressões de Israel na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, é a confirmação, para nós e para todo o mundo, de que aquilo que está a acontecer é uma agressão contra todo o povo palestiniano, o seu futuro e os seus legítimos direitos nacionais. É uma agressão e uma guerra contra o futuro da paz e contra todos os esforços internacionais efectuados nesse sentido.

Este embargo injusto imposto ao nosso povo em Gaza, e a guerra desencadeada contra o mesmo, não passou de um episódio numa série contínua de medidas que visam separar a Faixa de Gaza do resto dos territórios palestinianos ocupados, bem como marginalizar Gaza, marginalizando ao mesmo tempo todo o nosso povo, impedindo-o de atingir o seu objectivo supremo: acabar com a ocupação, ganhar a liberdade e o direito à autodeterminação e a constituição de um Estado Palestino independente nos territórios ocupados em 1967, sendo Jerusalém Oriental a sua capital.

Tudo isto é confirmado pela escalada nas políticas de colonatos, apesar de todos os esforços e acordos, incluindo o relatório George Mitchell em 2001, o último dos quais foi o Acordo de Annapolis, que prometeu ao povo palestiniano um Estado até ao final de 2008. Contudo, o culminar do Acordo de Annapolis foi uma guerra arrasadora em Gaza e uma guerra de colonização na Cisjordânia, incluindo em Jerusalém.

O mundo reconheceu em Annapolis o fracasso das soluções unilaterais e militares. Também declaramos que Israel deveria empenhar-se em terminar as actividades de implantação de colonatos de modo a preparar o caminho no sentido de um processo político que ponha termo à ocupação e que cumpra o direito à solução de dois estados – um Estado Palestino e um Estado Israelita. Contudo, a realidade demonstrou-nos que Israel continua a ser governado por uma mentalidade militarista e ocupante, apesar de os seus líderes falarem sobre uma solução de dois estados.

Não podemos lidar com Israel como se este fosse um estado acima da obrigação de prestar contas, acima do direito internacional. É preciso pôr termo a estas práticas e temos de responsabilizar os líderes de Israel pelas suas violações do direito internacional e humanitário.

(Aplausos)

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de enfatizar que o sucesso das operações de socorro e assistência, assim como de reinstalação de famílias cujos lares foram destruídos, implica que sejam levantados os embargos, que os postos de controlo e os pontos de passagem sejam abertos, devendo Israel ser responsabilizado pelo cumprimento dos compromissos assumidos no Acordo de 2005 em matéria de Circulação e Pontos de Passagem, que regularia o fluxo da assistência, dos equipamentos e dos materiais necessários para a reconstrução e a normal circulação de bens e pessoas. Isto aplica-se a todos os pontos de passagem em Gaza – não apenas à passagem de Rafah – e aplica-se também à liberdade de circulação na Cisjordânia e aos corredores de segurança entre a Cisjordânia e Gaza, tendo em vista reforçar a unidade do território palestiniano e da sua economia.

Gostaria aqui de louvar os esforços da UNRWA (Agência das Nações Unidas de Socorro e Trabalho para os Refugiados da Palestina) pelo trabalho continuado, apesar de todas as obstruções e obstáculos, para ajudar

o nosso povo. Apelo à vossa organização e a outras organizações para que apoiem os seus esforços em todos os campos.

A reconciliação nacional e o estabelecimento de um governo de reconciliação nacional constituem uma das nossas prioridades. Abrimos a porta para esta reconciliação que irá pôr termo a divisões e convulsões e também a apelos no sentido da separação entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Nós já alertámos em relação a esta armadilha em que Israel nos quer fazer cair.

Por este motivo, no princípio de Junho, solicitámos um diálogo sem condições prévias. Aceitámos o documento de trabalho egípcio. As nossas portas mantêm-se abertas; não iremos permitir a divisão do nosso povo e da sua unidade geográfica; iremos prosseguir os nossos esforços empenhados para fazer face a qualquer tentativa de separação.

Conhecemos as intenções e os planos das forças e das tendências regionais que apoiam e incentivam a separação. Essas forças estão a obstruir a solução egípcia que irá pôr termo às disputas e às divisões internas. Esta solução é secundada, ao nível do mundo árabe, pela Liga árabe e pela resolução n.º 1860 do Conselho de Segurança, em cuja redacção eu participei pessoalmente, juntamente com ministros árabes e europeus.

Gostaria de sublinhar que iremos continuar a envidar todos os nossos esforços no sentido de atingir o nosso objectivo mais nobre, que é o de encontrar uma solução para a causa Árabe-Palestiniana, na medida em que o *status quo* lança uma grande incerteza sobre o futuro e deixa o nosso povo como vítima das políticas de guerra, da agressão e do extremismo.

Uma vez alcançado um governo de reconciliação nacional, baseado no programa apoiado pelas partes árabes e internacionais, isso permitir-nos-á supervisionar os pontos de passagem, assim como os esforços de reconstrução, em benefício do nosso povo e da preparação das eleições presidenciais e legislativas.

Espero que isso receba o vosso apoio e espero também que nos ajudem a organizar e a monitorizar essas eleições, à semelhança do que se passou em 1996 e em 2006. Esperamos ainda poder contar com o vosso apoio na libertação do Presidente do Conselho Legislativo Palestino e de todos os deputados que foram detidos e que ainda se encontram presos em Israel.

(Aplausos)

A essência do conflito na nossa região é a ocupação israelita. Trata-se de um conflito entre as esperanças e as aspirações do nosso povo de se libertar desta ocupação e a tentativa perpetrada por Israel de destruir estas aspirações, assim como de obstruir os esforços internacionais que visam o estabelecimento de um Estado Palestino por meios pacíficos.

O nosso povo olha para vós e para todas as nações amantes da paz e da justiça e faz-vos o seguinte apelo: chegou a hora de a comunidade internacional assumir as suas responsabilidades legais, políticas e morais, de modo a proporcionar-lhe uma protecção internacional adequada, permitindo-lhe libertar-se desta ocupação e viver em paz e liberdade. Mais uma vez, gostaria aqui de enfatizar o nosso e o vosso pedido no sentido do envio de forças internacionais com vista à protecção do nosso povo.

Temos notícia dos esforços árabes e internacionais para reconstruir a Faixa de Gaza. É verdade que estes esforços devem ser levados a cabo o mais brevemente possível, para que o nosso povo possa recuperar a esperança e a confiança. Contudo, não conseguimos deixar de pensar quanto tempo mais será dada luz verde a Israel para destruir o património e as infra-estruturas do povo árabe.

Por consequência, a comunidade internacional tem de impedir a repetição dos acontecimentos passados, e deveria apelar a Israel no sentido de parar com as suas políticas de destruição. Gostaria de reiterar os meus agradecimentos à Comissão Europeia pela sua ajuda na reconstrução dos estabelecimentos e das instituições da Autoridade Palestiniana. Gostaria de enfatizar que não é possível continuar com negociações sérias e abrangentes se não se verificar o fim total e absoluto da construção de colonatos – incluindo aquilo que se designa por expansão natural – e de todos os bloqueios dos colonatos e todos os tipos de embargo.

Gostaria agora de confirmar-vos que nenhuma das partes pode ignorar tudo aquilo que o Governo palestino conseguiu em relação à consolidação da paz, da ordem pública e da estabilidade. Israel devia obrigar-se a cumprir os seus prazos e deveria também deixar de minar os esforços do Governo palestino com as suas incursões e detenções. Deveria ainda respeitar o estatuto jurídico e de segurança da Autoridade Palestiniana, para além de ajudar o governo a pôr em prática os seus projectos económicos vitais, sem recorrer a pretextos como as áreas G e demais exemplos.

Já não é tempo de negociarmos à volta do termo da ocupação. Aquilo que precisamos é de acabar de vez com a ocupação – i.e. das terras que estão ocupadas desde 5 de Junho de 1967, de acordo com o que ficou expresso no roteiro para a paz. Não podemos regressar à negociação de questões parciais ou acessórias enquanto se mantém ausente uma solução da causa principal – o termo da ocupação – e ocorre ao mesmo tempo uma escalada nos colonatos, tendo em vista o fortalecimento e o aprofundamento desta ocupação, assim como a detenção de 1 100 prisioneiros palestinianos. Só assim será possível o processo de paz recuperar a sua credibilidade em relação ao nosso povo e ao povo da região no seu conjunto.

Senhoras e Senhores Deputados, aquilo de que precisamos é da reconstrução de Gaza, mas também temos de reconstruir o processo de paz. Esta é a nossa responsabilidade colectiva. A Europa, que defendeu no passado – e que continua a defender – os princípios da segurança e da justiça na nossa região e no mundo, tem de reforçar agora, mais do que nunca, o seu papel numa parceria clara e global com a Administração do Presidente Obama, o Quarteto e a comunidade internacional. A eleição do Presidente Obama e as posições por ele assumidas, para além da sua iniciativa de nomear o Sr. George Mitchell como seu enviado especial, são iniciativas encorajadoras que irão suavizar o caminho das negociações e todo o processo político.

Com toda a franqueza, gostaria de dizer que a nossa decisão árabe é a de implementar a Iniciativa de Paz árabe – A Iniciativa de Paz árabe, que faz parte do roteiro da paz, e que se tornou numa iniciativa de paz islâmica que abrange 57 países muçulmanos. Esta iniciativa deveria ser inteiramente complementada.

Conforme referi, a presente iniciativa faz parte do roteiro para a paz adoptado pelo Conselho de Segurança, de acordo com a Resolução n.º 1515. Não nos podemos pôr a escolher e negociar em relação aos seus fundamentos, que assentam no direito internacional. Esta é a última oportunidade para uma paz verdadeira e justa na nossa região. Todas as partes, em especial Israel e o Quarteto, devem ser claras e honestas a este respeito.

É preciso frisar que a Iniciativa de Paz árabe passou a ser também uma iniciativa de paz islâmica. Trata-se de uma iniciativa que pede terra pela paz. Assim que Israel se retire de todos os territórios ocupados, 57 países árabes e muçulmanos estarão dispostos a normalizar as suas relações com Israel. Esta é uma oportunidade histórica que não pode ser desperdiçada.

Senhoras e Senhores Deputados, as cenas de morte e destruição abalaram a consciência e os sentimentos de milhões de pessoas no mundo, incluindo os países amigos europeus. O nosso povo aprecia esta consciência humana viva, mas a este respeito temos de reforçar que o povo da Palestina não perderá o seu desejo de liberdade e de vida. Um povo que espera sinceramente o vosso apoio na sua luta para atingir o seu direito à liberdade e à independência, para que possa construir o seu futuro e para que possa dar aos seus filhos o direito a uma vida em segurança, a uma escola desenvolvida e a um futuro brilhante na sua pátria – esta pátria que merece vida e segurança.

Senhoras e senhores, o nosso grande poeta palestiniano, Mahmoud Darwish, disse uma e outra vez, "Esta é uma terra pela qual vale a pena viver". A este respeito, gostaria de expressar a V. Exas. o meu profundo agradecimento e gratidão, em nome do povo deste grande poeta, por acolherem as actividades da sua comemoração. Este poeta é o símbolo do patriotismo palestiniano. Ele é o poeta da humanidade.

A Mahmoud Darwish, digo o seguinte: "O teu poema, aquele que ainda tem de ser escrito, sobre as crianças de Gaza, sobre o seu sofrimento e as suas esperanças, será escrito por um poeta entre as crianças que mantiveram o teu espírito, do mesmo modo como mantiveste acesa a sua causa e os seus pequenos sonhos". Obrigado por me escutarem.

(Aplausos prolongados)

Presidente. – Senhor Presidente Abbas, em nome do Parlamento Europeu, gostaria de lhe agradecer muito a sua vinda a Estrasburgo e a intervenção que aqui proferiu. Agora, temos a tarefa comum de trabalhar pela paz. Nós, na União Europeia e no Parlamento Europeu, queremos ser mediadores honestos da paz. Queremos que o povo de Israel viva dentro de fronteiras seguras e queremos que o povo da Palestina viva dentro de fronteiras seguras. O nosso ponto de partida é a dignidade humana. As jovens palestinianas trabalham com tanto empenho na escola como as jovens israelitas. Os rapazes israelitas gostam tanto de jogar futebol como os rapazes palestinianos. É tempo de uma coexistência pacífica do tipo daquela que temos na Europa. Este é o nosso desejo para o Médio Oriente.

Senhor Presidente Abbas, desejamos-lhe todo o sucesso em todos os seus esforços pela paz. Um Estado palestiniano seguro, bem como um Estado israelita seguro – e este comentário dirige-se a Israel – não pode

permanecer apenas uma visão para o futuro. É necessário que isto se torne realidade e que aconteça no nosso tempo. Se queremos realmente que tal aconteça, então, conseguiremos alcançá-lo.

(Aplausos)

Senhor Presidente, os meus agradecimentos. Se as circunstâncias o permitirem, voltaremos a encontrar-nos nos dias 23 e 24 de Fevereiro. A Mesa da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica convidou-me a visitar a Palestina e Israel. Chefiarei uma delegação que irá à Faixa de Gaza e visitará as zonas do Sudeste de Israel. Se a agenda do senhor Presidente o permitir, e faço votos de que sim, encontrar-nos-emos em Ramallah. Também visitarei Jerusalém, como é óbvio.

Queremos ajudar – e isto vem tanto das nossas cabeças, como dos nossos corações – a tornar possível a paz entre Israel e a Palestina, entre a Palestina e Israel, no Médio Oriente.

Senhor Presidente Abbas, gostaríamos de lhe agradecer pelo seu trabalho árduo e encorajá-lo a continuar o caminho da reconciliação, do compromisso e da paz. Gostaríamos de lhe agradecer a sua visita ao Parlamento Europeu.

(Aplausos)

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-presidente

Urszula Gacek (PPE-DE). - *(EN)* Senhora Presidente, há quatro meses atrás um engenheiro polaco foi raptado no Paquistão. Continua detido pelos seus raptadores talibãs, que ameaçam executá-lo hoje se as suas exigências não forem satisfeitas. Gostaria de fazer um apelo a esta Assembleia no sentido de apoiarem os Governos da Polónia e Paquistão nos seus esforços para garantir a libertação do meu compatriota.

7. Período de votação (continuação)

7.1. Sanções contra empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular (A6-0026/2009, Claudio Fava) (votação)

- *Antes da votação:*

Claudio Fava, relator. - *(IT)* Senhora Presidente, permita que, com o apoio dos outros grupos, solicite ao Conselho que anexe à directiva a seguinte declaração formal e que, por conseguinte, adie a votação sobre a resolução legislativa. Passo a ler a declaração que espero que seja anexada:

“O Parlamento Europeu e o Conselho declaram que as regras sobre subcontratação acordadas com base no artigo 9.º da presente directiva deverão ser adoptadas sem prejuízo de outras disposições sobre esta matéria a incluir em futuros instrumentos legislativos”.

Martin Bursík, Presidente em exercício do Conselho. - *(EN)* Senhora Presidente, a Presidência toma nota da declaração proposta. Contudo, deve informar os deputados do Parlamento Europeu que não pode assumir compromissos em nome do Conselho sem o consultar previamente.

Claudio Fava, relator. - *(IT)* Senhora Presidente, sei que o Conselho se vai reunir formalmente com o Comité dos Representantes Permanentes. Peço à Presidência que proponha oficialmente o aditamento desta declaração e, por essa razão, solicito que a votação sobre a resolução seja adiada para a próxima sessão plenária, a fim de dar tempo ao Conselho para proceder à consulta formal.

(O Parlamento manifesta o seu apoio)

7.2. Desafio da eficiência energética e tecnologias da informação e da comunicação (votação)

7.3. Repatriamento e reinstalação dos detidos de Guantânamo (votação)

8. Declarações de voto

*

* *

Reinhard Rack (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, durante a última sessão solene, solicitei que a utilização da câmara de filmar fosse facilitada, deixando, por exemplo, um lugar vago. Hoje, mais uma vez, isso não foi feito. A câmara não estava junto de mim, mas junto do General Morillon e, a seguir, junto do senhor deputado Grosch. Talvez fosse possível fazer alguma coisa para facilitar não só o trabalho dos operadores de câmara, mas também o nosso.

Presidente. – Muito obrigado, Senhor Deputado Rack, lembraremos os serviços.

Declarações de voto orais

- Relatório Karl-Heinz Florenz (A6-0495/2008)

David Sumberg (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, no final, votei a favor deste relatório, porque, no geral, todos somos a favor da preservação do nosso ambiente. Essa é uma tradição nobre do meu partido – o Partido Conservador britânico – mas, todavia, creio que tenho de acrescentar duas observações ao texto do relatório.

A primeira prende-se com o facto de só podermos ter uma boa política em matéria de alterações climáticas se todos se unirem. É simplesmente uma perda de tempo para a União Europeia, ou para um país individualmente, desenvolver uma política nesse sentido. Portanto, temos necessariamente de envolver os países da Ásia.

A segunda observação prende-se com o seguinte: em tempos de incerteza como os que vivemos, uma política para as alterações climáticas tem de ser ajustada com a necessidade de segurança energética. Nos dias de hoje, enfrentamos uma situação no mundo em que todos os nossos países precisam de um aprovisionamento energético garantido. Esta é uma questão predominante porque, sem isso, as economias, os serviços sociais e o bem-estar das pessoas não poderão ser mantidos.

Bogdan Pęk (UEN). – (PL) Senhora Presidente, gostaria igualmente de falar sobre o tema desta directiva. Votei contra a directiva, pois estou plenamente convencido de que é extremamente perigosa e constitui uma ameaça para o desenvolvimento da Europa. Associa a necessidade óbvia de proteger de forma sensata o ambiente a um conceito absolutamente hipócrita, nomeadamente que os seres humanos podem influenciar as alterações cíclicas do clima da terra.

É precisamente essa parte, a questão da redução das emissões de dióxido de carbono, que constitui a secção mais importante deste documento. As avultadas quantias de dinheiro, estimadas em centenas de milhares de milhões, que serão gastas com este objectivo constituem um total desperdício. Em vez disso, poderiam ser utilizadas para criar uma verdadeira segurança energética e ambiental na União Europeia. Esta é uma solução muito má e, tragicamente, infeliz.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, vários pontos e várias partes do relatório Florenz, especialmente o n.º 190, referem-se à contribuição da agricultura para as alterações climáticas. Embora a mobilização do solo, mínima ou reduzida, constitua uma opção na maioria dos Estados da UE e tenha benefícios tanto económicos como ao nível das alterações climáticas – e mereça de longe mais apoio, na minha opinião – a investigação e o debate sobre a agricultura concentram-se em grande medida no metano e no óxido nitroso proveniente do gado ruminante.

Ainda que se realizem progressos, não apoio o facto de os Estados-Membros terem de respeitar as metas dos seus sectores que não participam no regime de comércio para a redução de emissões através da redução obrigatória dos efectivos de bovinos na Europa. Não nos esqueçamos de que o que não produzimos aqui na Europa, iremos depois importar. Um quilo de carne de bovino produzida no Brasil dá origem a seis vezes mais emissões de dióxido de carbono do que um quilo de carne de bovino produzida na Irlanda.

Leopold Józef Rutowicz (UEN). – (PL) Senhora Presidente, a economia europeia é a maior importadora de combustíveis fósseis. Um aumento do preço destes combustíveis devido a uma maior procura, bem como a custos de produção mais elevados, poderá ter um impacto negativo significativo na qualidade de vida dos nossos cidadãos e tornar a economia da União Europeia menos competitiva.

As iniciativas destinadas a poupar energia e a introduzir fontes de energia limpas, que produzam energia a preços estáveis e relativamente reduzidos, poderiam contrariar esta tendência. O recurso à investigação científica para desenvolver soluções tecnológicas resultará automaticamente na redução das emissões de dióxido de carbono. No entanto, a divulgação de teorias controversas e o facto de nos assustarem com informações sobre o dióxido de carbono não tem qualquer valor e torna mais difícil o processo técnico e material de redução das emissões de dióxido de carbono e a limitação da utilização de combustíveis fósseis para a produção de energia.

Apoio todas as actividades técnicas e científicas destinadas a reduzir a utilização de combustíveis fósseis. Contudo, infelizmente, não posso concordar com as teorias expressas no relatório do senhor deputado Florenz. O relatório não tem o meu apoio.

Zuzana Roithová (PPE-DE). – (CS) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Florenz pelos seus esforços e pela forma democrática como geriu a Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas. Embora o seu relatório inicial fosse melhor do que este compromisso, ainda assim votei a favor. O debate objectivo hoje aqui travado deu voz a um espectro muito amplo de opiniões, algumas delas críticas, mas todos partilharam a opinião de que as alterações climáticas estão em curso e que não existe qualquer dúvida de que, com o nível actual de civilização, podemos conseguir influenciá-las e a nossa responsabilidade em relação às gerações futuras consiste em chegar a um acordo sobre medidas eficazes. Nenhuma delas representa uma panaceia e todas têm de ser aplicadas em todos os continentes. Acredito que a Presidência checa, apesar das opiniões extremas do Presidente checo, conseguirá obter novos compromissos por parte dos Estados Unidos.

Hynek Fajmon (PPE-DE). – (CS) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei contra o relatório Florenz. A adopção deste relatório constitui uma má notícia para os cidadãos da UE. O clima da Terra mudou, está a mudar e mudará, independentemente de o desejarmos ou não. Os compromissos absurdos que a UE está a impor a si própria nesta matéria não terão qualquer influência sobre este facto. O relatório Florenz afirma que os compromissos em matéria do clima adoptados pela UE em 2007 são insuficientes e que devem ser reforçados. Não concordo com isso. Enquanto a UE for a única parte do mundo a reduzir as suas emissões, o objectivo da redução das emissões globais nunca será alcançado. A única coisa que conseguiremos será a deslocalização de uma grande parte das empresas europeias e a perda de empregos. Os autores do relatório querem mudar tudo na Europa, desde os menus alimentares até ao turismo, sendo que o turismo social se torna o objectivo oficial. Até Mao-Tse-Tung poderia sentir-se orgulhoso de uma tal revolução cultural, na qual tudo o que é antigo é deitado fora e substituído por aquilo que é novo. Nenhuma pessoa racional pode concordar com tal abordagem e, por isso, votei contra.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, embora 70 % da superfície terrestre seja constituída por água, as nossas reservas de água, em especial de água potável, estão a diminuir a um ritmo assustador. Áreas cada vez maiores do nosso planeta enfrentam a ameaça da escassez de água. Quanto maior for o ritmo de desenvolvimento, maior é a procura de água. A investigação demonstrou que, à medida que as sociedades se tornam mais ricas, a procura de água aumenta. O progresso não é possível sem água.

Muitas regiões do mundo estão à beira do desastre. A manutenção do *status quo* no que respeita à gestão dos recursos hídricos poderá conduzir a uma situação em que o acesso à água cause não apenas conflitos, mas inclusivamente guerras. Será a situação material de cada país e não a sua capacidade militar a determinar o seu sucesso. Muito em breve, a falta de água terá como consequência uma crise alimentar.

Necessitamos de uma política integrada e adequada, que contribua para preservar e reconstituir as nossas reservas de água. Temos que racionalizar a utilização da água.

Ivo Strejček (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, permita-me que explique por que votei contra o relatório Florenz sobre as alterações climáticas.

As políticas relacionadas com as alterações climáticas são baseadas em grande medida em ideologias alarmistas. Os dados relativos às alterações climáticas são controversos. As hipóteses que responsabilizam o homem por estas alterações são também, no mínimo, discutíveis. O homem é visto como uma criatura que prejudica o ambiente, na medida em que o seu contributo não é positivo. Não partilho dessa opinião.

O conteúdo do relatório é uma consequência directa de uma ideologia ecológica que está na moda e que defende que temos de pôr a natureza e o planeta em primeiro lugar, que não podemos tomar conta das pessoas, das suas necessidades e dos seus interesses.

As poucas alterações ao relatório exortando à realização de progressos no que toca à energia nuclear e apoiando avanços em matéria de fusão nuclear dificilmente poderão minorar o seu impacto negativo em toda a agricultura e economia na Europa.

Votei contra o relatório porque se trata de um projecto que conduz a problemas políticos substanciais. Em vez de levar por diante ideias que não interessam a ninguém, devemos, sim, tomar conta das pessoas e das suas necessidades.

Mairead McGuinness (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, apoiei este relatório principalmente porque os números que me suscitavam alguma preocupação foram ou eliminados ou alterados num sentido que entendo ser o correcto. Estes relacionavam-se especificamente com a agricultura e a pecuária. Sublinho que, no passado, a União Europeia reduziu consideravelmente a sua produção animal devido à PAC, que actualmente somos importadores líquidos de carne de bovino e que a carne de bovino é produzida em todo o mundo independentemente das preocupações que acarreta ao nível das alterações climáticas.

Essa situação mostra-nos realmente quão importante é a possibilidade real de um consenso global em torno desta questão e que, embora a Europa possa liderar esta acção, temos de tentar insistir para que outros nos acompanhem, pois só nos prejudicaremos se formos vistos como os únicos a apostar neste combate.

Por último, apoio a ideia do relatório de um ano europeu específico com o objectivo de passar informação e abordar a questão das alterações climáticas de forma a ter o apoio dos cidadãos. Há já um bom trabalho a ser feito nesta área.

Nirj Deva (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, votei a favor deste relatório porque considero, pela primeira vez, que a União Europeia está sincronizada com os Estados Unidos. O Presidente Obama foi eleito para o cargo dizendo que vai colocar o ambiente em primeiro lugar nos seus programas.

Mas não sei se os meus constituintes aceitarão que a nossa acção fará, na realidade, alguma diferença. Mesmo se os Estados Unidos e a União Europeia actuarem concertadamente para reduzir as emissões de dióxido de carbono, impõe-se considerar o que acontecerá se não nos esforçarmos o suficiente para encorajar as economias emergentes da Índia e da China a fazer o mesmo – através da transferência tecnológica e ajudando os chineses e indianos a obter as mais modernas tecnologias de baixo teor de carbono que nos for possível exportar e a associarem-se a nós. O facto é que, enquanto falamos, a China, em cada duas semanas, põe a funcionar centrais (eléctricas) a carvão com elevada intensidade de carbono. Portanto, como é que nos ajudamos a nós próprios a reduzir tudo o que queremos reduzir sem promover a transferência de tecnologia?

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhora Presidente, mais uma vez vemos a União Europeia a viver num mundo virtual – um mundo que existe apenas nas resoluções do Parlamento, nos comunicados da Comissão e nos comunicados de imprensa do Conselho.

Condenamos o aquecimento global, no entanto a nossa peregrinação mensal entre Bruxelas e Estrasburgo gera centenas de milhares de toneladas de gases com efeito de estufa. Falamos muito do uso sustentável da terra, no entanto a política agrícola comum encoraja o abate de sebes, o uso de fertilizantes à base de químicos e o *dumping* de excedentes nos mercados vulneráveis do Terceiro Mundo. Nós pregamos a conservação, no entanto a política comum da pesca criou uma calamidade ecológica, destruindo o que deveria ter sido um grande e renovável recurso.

Caros colegas, não acham que os nossos eleitores notaram? Os senhores imaginam que, como o demónio malicioso de Décartes, podem manipular a sua realidade controlando a sua percepção das coisas? O facto é que os nossos eleitores perceberam o que se passa há muito tempo, motivo aliás por que, em todas as oportunidades, eles votam "não". Se consideram que estou errado, provem-me que estou errado. Submetam o Tratado de Lisboa a um referendo: *Pactio Olisipiensis censenda est*.

- Relatório Claudio Fava (A6-0026/2009)

Zuzana Roithová (PPE-DE). - (CS) Embora tenha votado a favor do relatório do senhor deputado Fava, tenho reservas de princípio em relação ao título da directiva que estabelece sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. É uma hipocrisia, quando a economia paralela também inclui milhões de trabalhadores, comerciantes, empregados domésticos e outros provenientes da Europa e a harmonização das sanções tem de se aplicar ao trabalho no mercado negro, independentemente da origem do trabalhador.

Emine Bozkurt (PSE). – (NL) A delegação do PvdA (Partido Trabalhista dos Países Baixos) apoia o objectivo desta directiva, nomeadamente, punir os empregadores de imigrantes clandestinos com vista a desincentivar o trabalho ilegal como um dos factores de atracção da imigração clandestina e, ao mesmo tempo, prevenir e combater a exploração de migrantes.

Mau grado os vários aspectos positivos deste compromisso, vimo-nos obrigados a votar contra, e isto por diversas razões. Inicialmente, a responsabilidade abrangia toda a cadeia até ao contratante principal. Infelizmente, esta cláusula não foi incluída no compromisso estabelecido entre o Conselho e o Parlamento, que se cinge agora à primeira fase da externalização ou subcontratação. Isto é contraproducente e incentiva mais externalização como forma de evitar a responsabilidade social.

Alem disso, existem insuficientes garantias de protecção dos migrantes e de punição dos empregadores quando estes violarem a lei. Os migrantes não terão direito a receber quaisquer salários em dívida antes de serem deportados, nem serão autorizados a aguardar o seu pagamento dentro da União Europeia. As hipóteses de receberem o dinheiro que lhes é devido após a sua deportação são nulas, o que significa que os imigrantes clandestinos que sejam vítimas de exploração e queiram lutar pelos seus direitos poucas possibilidades terão de o fazer.

David Sumberg (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, absteve-me relativamente a esta importante votação neste Parlamento. Claro que não sou a favor da vinda de imigrantes ilegais para os nossos países, ocupando os postos de trabalho daqueles que pagaram os seus impostos e que contribuíram com a sua quota-parte ao longo do tempo, só que, neste caso, considero que a responsabilidade não deve recair principalmente sobre os empregadores, mas, sim, sobre os governos nacionais dos vários países.

Tenho assim a oportunidade, através desta abstenção, de deixar registada a minha opinião sobre o actual Governo britânico que fracassou lamentavelmente na formulação de uma política adequada de imigração no nosso país – uma política de imigração que acompanhe os que entram, assim como os que saem, que assegure que a justiça prevaleça relativamente a todos aqueles que têm direito a entrar e aos que não têm, e, sobretudo, uma política que mantenha boas relações inter-raciais e comunitárias, com base no facto de que a população britânica considera que é possível existir um equilíbrio certo e adequado entre aqueles que vêm para cá, aqueles que ficam e os que vão embora.

*

* *

Francesco Enrico Speroni (UEN). – (IT) Senhora Presidente, gostaria de fazer um ponto de ordem, pois parece-me que não votámos o relatório Fava. Não percebo como é que podemos fazer declarações de voto quando ainda não houve votação.

Presidente. – Votámos o relatório, mas não fizemos ainda a votação final, portanto as pessoas podem muito bem querer expressar-se sobre as votações anteriores.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE). – (PL) Senhora Presidente, a crise demográfica é um dos mais importantes desafios que a União Europeia enfrenta a curto prazo. A reduzida taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida resultam no envelhecimento da nossa sociedade. Entretanto, um número cada vez menor de cidadãos tem de pagar os custos associados a essa situação.

A falta de candidatos a determinados empregos resulta na contratação de imigrantes ilegais, uma vez que o custo do seu trabalho é significativamente inferior. O emprego ilegal deve ser punido e as suas consequências negativas devem ser sentidas em primeiro lugar pelos empregadores e, só posteriormente, devem afectar os trabalhadores.

A directiva estabelece requisitos administrativos adequados que devem ser cumpridos pelos empregadores. No entanto, estes requisitos não devem ser excessivos, pois poderão ter um impacto negativo na situação das pessoas que entraram legalmente na União Europeia e que são possuidoras de autorizações de trabalho válidas. A obrigação de consultar os documentos dos candidatos poderá desencorajar a contratação de estrangeiros pelos empregadores e resultar numa redução da taxa de emprego, com consequências negativas para o mercado de trabalho.

Philip Claeys (NI). – (NL) Embora esteja claramente longe de ser perfeito, vou votar a favor do relatório Fava. De qualquer modo, gostaria de manifestar o meu apoio à directiva, que visa fazer frente ao problema do emprego ilegal de imigrantes clandestinos.

Naturalmente, isto é apenas a ponta do icebergue, visto que devíamos também assestar baterias contra os traficantes de seres humanos, as redes de apoio à imigração clandestina e, obviamente, os governos dos Estados-Membros que procedem à legalização maciça de estrangeiros em situação irregular. No fim de contas, esta impunidade é nem mais nem menos do que um dos factores impulsionadores de todo o processo da imigração clandestina. Os estrangeiros em situação irregular podem organizar as manifestações que quiserem, fazer exigências e apresentar petições, sem correrem o risco de ser apanhados ou repatriados para os seus países de origem. Importa adoptar uma política de regresso eficaz e que cumpra exactamente o que a lei prevê.

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhora Presidente, o direito a determinar quem pode atravessar as nossas fronteiras e fixar-se no nosso território é um atributo que define o estatuto de Estado. Durante anos, este Parlamento tem procurado transferir esse estatuto de Estado para a União Europeia, fazendo-o sem o consentimento dos eleitores e, tanto quanto se pode perceber pelos resultados dos referendos em França, Países Baixos e Irlanda, diante de uma oposição activa por parte dos cidadãos. A questão da imigração ilegal deveria ser uma prerrogativa nacional, assim como a questão das sanções contra os empregadores de imigrantes ilegais deveria caber, inquestionavelmente, aos Estados-Membros.

Se a União Europeia quer alargar as suas competências para este domínio, terá primeiro de assegurar o consentimento total dos cidadãos relativamente à base jurídica na qual assenta a acção que tenciona levar a cabo. Quer isto dizer, submeter o Tratado de Lisboa a um referendo. *Pactio Olisipiensis censenda est!*

Nirj Deva (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, esta é uma legislação horrível. Horrível porque criminaliza o empregador e não criminaliza o imigrante. Não tem sentido. Esta situação irá gerar um mal-estar entre todos os empregadores sempre que contratarem alguém. Podem imaginar o que acontecerá quando um possível empregador olhar para um provável empregado e começar a fazer perguntas de carácter extremamente intrusivo?

Para além disso, este assunto não tem nada a ver com a União Europeia. É um assunto da competência da legislação nacional e dos governos nacionais – cabe aos parlamentos nacionais dos vários Estados-membros decidir quem querem ou não querem nos seus países. Criminalizar os empregadores nacionais numa altura de profunda recessão é um absurdo. Esta legislação nunca deverá ver a luz do dia.

- Proposta de resolução B6-0062/2009 (Eficiência energética)

Zuzana Roithová (PPE-DE). - (CS) A União Europeia pode agora ver os primeiros resultados da política energética comum. Em 2015, começarão os leilões no âmbito do comércio de licenças de emissão e iniciar-se-ão os programas destinados à energia renovável. Só a adopção do Tratado de Lisboa permitirá uma gestão mais eficaz das prioridades europeias no sector da energia e estas estão, agora, a mudar. A mais importante de todas é a independência política. O abastecimento de energia não deve constituir uma fonte de chantagem política. A segunda prioridade consiste no aumento da proporção da energia limpa e das fontes de energia renováveis. Esta é a razão pela qual estas tecnologias, assim como a energia nuclear, a sua segurança operacional e as questões de resíduos também devem ser visadas no financiamento da investigação. A coisa mais fundamental que este debate mostrou foi que também temos de procurar as formas de restringir o consumo e mostrar respeito pelas fontes naturais. No entanto, isto começa pela educação dos nossos filhos.

Syed Kamall (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, lembro-me de um professor me dizer uma vez, quando eu era um jovem estudante universitário, que a tecnologia oferece muitas soluções mas, se quisermos alcançar objectivos, é preciso, frequentemente, vontade política e executiva para o fazer.

Mais uma vez aqui estamos neste Parlamento Europeu a falar de alterações climáticas. Falamos de eficiência energética. No entanto, é bom lembrar que 12 vezes por ano mudamos esta Assembleia de Bruxelas para Estrasburgo, já para não falar nos edifícios a mais que temos no Luxemburgo. Não só custa aos contribuintes europeus mais de 200 milhões de euros por ano, como emite 192 000 toneladas de CO₂ – equivalente a 49 000 balões de ar quente. É pois tempo de os políticos desta Assembleia pararem de "emitir" os seus disparates sobre eficiência energética e alterações climáticas, acabarem com a hipocrisia e encerrarem o Parlamento de Estrasburgo.

Francesco Enrico Speroni (UEN). - (IT) Senhora Presidente, sou automobilista e, nessa condição, estou completamente farto de toda a perseguição que nos é feita. Algumas das propostas feitas neste relatório são disso exemplos típicos, e foi por isso que votei contra.

Nirj Deva (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, apoio esta proposta com relutância, embora tivesse preferido não ter votado a favor. O motivo está em que não podemos criar eficiência energética sem concorrência. A concorrência é o primeiro motor da eficiência em qualquer mercado – seja ele de energia ou do que for – e, neste caso, estamos a utilizar um instrumento – tecnologia – em toda a União Europeia para promover um mercado de eficiência energética.

Obviamente que devemos promover a eficiência energética através da concorrência na União Europeia. Se o tivéssemos feito, se tivéssemos procurado saber de que forma podemos competir uns com os outros com vista a aumentar a nossa eficiência energética, teríamos o melhor mercado de eficiência energética no mundo. Razão por que afirmei que o meu voto a favor foi dado com alguma relutância.

- Proposta de resolução RC-B6-0066/2009 (Prisioneiros de Guantânamo)

David Sumberg (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, antes de nos despedirmos de Guantânamo com base numa resolução deste Parlamento e numa decisão executiva do Presidente dos Estados Unidos – uma má aliança de poder destituído de visão – permitam-me que assinale dois factos.

Em primeiro lugar, Guantânamo foi criado para proteger todos os nossos cidadãos. No que diz respeito aos Estados Unidos, funcionou. Desde o 11 de Setembro que não houve um único acto de terrorismo no território dos Estados Unidos. Uma vez que se vai reformar, gostaria de saudar o trabalho do Presidente George W. Bush no que respeita a esta questão. Sei bem que disse a pior das heresias nesta Assembleia ao proferir estas palavras, mas é a verdade.

Em segundo lugar, lembremo-nos também que, embora tenhamos sido isentos nos nossos conselhos aos americanos, vamos ver o que a Europa vai agora fazer para partilhar a responsabilidade de aceitar alguns desses detidos e proteger os nossos cidadãos de futuros ataques terroristas. Devo dizer que estou bastante apreensivo.

Jim Allister (NI). - (EN) Senhora Presidente, sempre ávido para saltar para qualquer desfile que passe, hoje, o Parlamento Europeu pediu que os Estados-Membros abrissem as suas portas de par em par aos detidos de Guantânamo, precisamente no dia em que os serviços de segurança revelam que Mullah Sakir, que foi libertado o ano passado, está agora num posto de comando da Al-Qaeda e a orientar ataques às tropas britânicas e da NATO no Afeganistão. Nesse mesmo dia, declaramos que a UE é uma casa aberta para esses activistas terroristas. Os senhores estão loucos? Lembrem-se de que, uma vez admitidas e com uma situação regularizada enquanto cidadãos, essas pessoas podem circular livremente em todos os Estados-Membros da UE. Espero bem que aqueles que votaram a favor desta loucura estejam cá quando tudo isto der para o torto.

Zuzana Roithová (PPE-DE). - (CS) Senhora Presidente, permita-me que explique a razão pela qual me absteve de votar a resolução sobre o encerramento da prisão de Guantânamo. O debate de ontem mostrou que todos se congratulam com este plano popular ou populista do Presidente dos Estados Unidos, mas não podemos mais do que isto. A resolução contém apreciações para as quais não temos avaliações ou dados suficientemente comprovados. Dedicámos, ontem, três horas de um debate aceso à questão de saber onde colocar os prisioneiros e aqueles cujos crimes não foram provados. Como é óbvio, a solução cabe ao Congresso dos Estados Unidos e a cada um dos governos de alguns países europeus, mas não ao Parlamento Europeu. Por isso, não votei a favor da resolução.

Philip Claeys (NI). - (NL) Embora a resolução sobre Guantânamo apresente vários elementos que corroboram as bases do primado do direito, não estou satisfeito, como é óbvio, com o teor subjacente a este texto, que aponta os detidos de Guantânamo como eventuais vítimas merecedoras da nossa simpatia. Na verdade, não estamos a falar propriamente de santos imaculados, mas sim de pessoas suspeitas de terem cometido actos de terrorismo, mas cuja condenação carece de elementos de prova concludentes.

A resolução declara que os Estados-Membros devem tomar as providências necessárias para receber os detidos de Guantânamo. Trata-se de uma disposição, no mínimo, problemática. A meu ver, o problema do fundamentalismo islâmico radical tem já suficiente dimensão na Europa, pelo que será um pouco imprevidente querer combater o terrorismo e, em simultâneo, abrir as portas a pessoas suspeitas de estarem ligadas à Al-Qaeda, aos talibãs e a grupos afins.

Daniel Hannan (NI). - (EN) Senhora Presidente, durante anos esta Assembleia criticou os Estados Unidos relativamente à suspensão das liberdades cívicas inerente à manutenção das instalações de segurança em Guantânamo. A minha voz esteve entre as vozes críticas que se ergueram.

Aceitei – ao contrário desta Assembleia – que estas eram questões difíceis e delicadas. Há uma série de detidos que foram libertados para depois virem a ser recapturados nos campos de batalha do Afeganistão. Um fez-se explodir num mercado no Iraque, matando dezenas de pessoas. Não obstante, há alguns princípios que são absolutos e não devem ser sacrificados às conveniências. Um deles é o princípio de que ninguém deve ser detido sem ser acusado de um crime.

Caros colegas, nós preficiámos todas as nossas resoluções sobre Guantânamo com afirmações solenes de boa vontade. Falámos, insistimos, como amigos dos Estados Unidos. Bem, aqui está a nossa oportunidade de fazer valer essas afirmações. A Administração norte-americana, ao fazer o que há muito vínhamos solicitando, pede a nossa ajuda. Não responder, seria desonroso, incoerente, hipócrita e decepcionante para nós mesmos.

Syed Kamall (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, aqueles de entre nós que acreditam na liberdade e no Estado de direito procuraram durante anos persuadir os nossos amigos americanos a fechar a prisão da Baía de Guantânamo, ou a acabar com as detenções nessas instalações. Portanto, o país que se apelida a si próprio o líder do mundo livre não pode pôr de lado esses valores em prol das suas conveniências, ainda que as preocupações de segurança sejam compreensíveis.

Agora que o Presidente Obama anunciou o encerramento de Guantânamo, devemos ajudar da maneira que pudermos. Contudo, não cabe à União Europeia determinar quem entra nos países da União Europeia. Cabe aos Estados-Membros, e deixemos aqui um apelo aos Estados-Membros da União Europeia para fazerem a sua parte no sentido de ajudar os nossos amigos americanos desta vez. Eles deram mostras dessa vontade. Eles ouviram-nos. É altura de os ouvir, tal como a classe política europeia deve ouvir os eleitores, quando, em referendo após referendo, estes rejeitaram o Tratado de Lisboa. É altura de ouvirmos as vozes que realmente interessam.

Nirj Deva (PPE-DE). - (EN) Senhora Presidente, a Magna Carta e o habeas corpus são os princípios de base sobre os quais assenta a redacção da Constituição americana. São também os princípios de base da legislação do meu país. Não se pode acusar alguém e prendê-lo sem culpa formada nem julgamento. No entanto, anos após ano, neste Parlamento, condenámos o Presidente Bush pelo que fez com Guantânamo. Neste momento, temos uma decisão do Presidente Obama, e muito bem, de acabar com essa prisão.

Se o Presidente americano ouviu o que tínhamos para dizer, cumpre-nos agora, certamente, encorajar os Estados-Membros a aceitarem dividir este peso com os nossos aliados americanos. Contudo, esta não é uma matéria em que o Parlamento possa dar orientações aos outros parlamentos. Cabe aos parlamentos nacionais decidir se é do seu interesse ajudar os americanos neste momento de necessidade.

Declarações de voto escritas

- Relatório Karl-Heinz Florenz (A6-0495/2008)

Šarūnas Birutis (ALDE), por escrito. – (LT) A Europa precisa de uma estratégia comum para a política energética que assegure o uso eficiente dos recursos e minimize o impacto ambiental.

A UE e os Estados-Membros têm de assegurar o desenvolvimento das infra-estruturas energéticas europeias, o que é imperativo no nosso esforço para diversificar as fontes de energia da UE e reduzir a dependência dos combustíveis fósseis.

Actualmente, na UE, o aquecimento de edifícios é responsável pelo maior consumo de energia e constitui a maior parte do CO₂ emitido – cerca de 40% de todo o CO₂ emitido. Nesta área em particular, há muitas oportunidades para poupar energia.

Concordo com a proposta do relator no sentido de se organizar uma campanha de informação dos cidadãos a nível nacional, visando o aumento da eficiência energética, durante a qual os proprietários de casas e apartamentos teriam imagens térmicas das suas propriedades e seriam fornecidas informações sobre a sua eficiência energética e recomendações sobre o financiamento de possíveis obras de modernização recorrendo ao microcrédito. A fraca eficiência energética é um ponto sensível dos edifícios da era pós-soviética e muitos proprietários não sabem como, nem por que meios, podem poupar energia. Penso que é necessário aumentar a ajuda a título dos Fundos Estruturais até 15% (actualmente é de 3%) para renovar habitações.

John Bowis (PPE-DE), por escrito. – (EN) Os Conservadores britânicos saúdam a ideia principal do relatório da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas. Consideramos que o relatório representa um contributo significativo para este debate, que conduzirá a um acordo internacional eficaz em matéria de

alterações climáticas, em Copenhaga, em 2009. Apoiamos em especial os objectivos ambiciosos de redução das emissões a médio e a longo prazo, a promoção das energias renováveis e o aumento da eficiência energética, bem como o apelo a uma abordagem sustentável à florestação, às florestas tropicais e à desflorestação. Também entendemos que uma economia menos dependente do carbono dará azo a uma maior inovação, criará novas empresas competitivas, assim como empregos no domínio da tecnologia limpa, das energias renováveis e dos empreendimentos ecológicos.

Contudo, não podemos apoiar o conceito segundo o qual a Estratégia Europeia de Segurança e a Política Europeia de Segurança e Defesa têm um papel a desempenhar no combate aos efeitos das alterações climáticas.

Opomo-nos veementemente às referências ao Tratado de Lisboa, em particular aquelas que sugerem que as competências da União Europeia no domínio das alterações climáticas já não são suficientes. Consideramos que a UE dispõe de todos os poderes de que precisa para ajudar os povos da Europa a trabalharem em conjunto rumo ao sucesso e à liderança, através do exemplo, em matéria de alterações climáticas.

Nicodim Bulzesc (PPE-DE), por escrito. – (RO) Votei a favor do relatório Florenz, pois subscrevo as recomendações feitas em relação à futura política integrada sobre as alterações climáticas.

Este relatório exorta a Comissão a acompanhar de perto e a analisar as últimas descobertas da investigação científica para avaliar, em particular, se a meta dos 2°C estabelecida pela União Europeia pode, efectivamente, alcançar o objectivo de evitar efeitos perigosos decorrentes das alterações climáticas.

Simultaneamente, salienta a importância de a União Europeia e outros países industrializados estabelecerem, conjuntamente, uma meta a médio prazo, visando a redução de 25-40% das emissões de gases com efeito de estufa, até 2020, bem como uma meta de redução, a longo prazo, de pelo menos 80% das emissões até 2050, comparativamente aos valores de 1990, ao mesmo tempo que continuam a perseguir a meta de limitar o aumento médio da temperatura global em 2°C, em relação ao nível pré-industrial, e assim alcançar uma probabilidade de 50% de alcançar esse objectivo.

David Casa (PPE-DE), por escrito. – (EN) Este relatório aponta o caminho a seguir e envia uma mensagem clara a todos para actuarem de imediato, antes que seja tarde demais. Não podemos correr riscos quando está em causa a preservação da natureza e da humanidade. Precisamos de uma política integrada, por forma a evitar a duplicação de trabalho, e de harmonizar os nossos objectivos e estratégias. A União Europeia deverá assumir a liderança na luta contra as alterações climáticas, e este relatório constitui um enorme passo em frente nessa direcção. Os direitos à vida, à segurança, à saúde, à educação e à protecção do ambiente são direitos fundamentais, e é nosso dever salvaguardá-los para as gerações vindouras. Todos nós estamos já bem cientes dos enormes danos que as alterações climáticas estão a causar, sendo nosso dever minimizá-los tanto quanto possível.

Charlotte Cederschiöld, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE-DE), por escrito. – (SV) Votámos hoje a favor do relatório sobre a futura política comunitária integrada de preservação do clima. Neste contexto, gostaríamos, no entanto, de sublinhar que devem reverter para os Estados-Membros os rendimentos decorrentes do comércio de licenças de emissão.

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE), por escrito. – (RO) Votei a favor do relatório "2050: O futuro começa hoje – Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima", porque as alterações climáticas podem causar catástrofes irreversíveis e porque a era da energia fóssil barata está prestes a chegar ao fim.

É por esta razão que a UE deve unir forças com os seus parceiros estratégicos para enviar todos os esforços com vista a reduzir a sua actual dependência dos combustíveis fósseis e aumentar, de forma significativa, a quota das energias renováveis utilizadas.

Com o investimento adequado, a eficiência energética da economia europeia deve crescer, enquanto os gases poluentes com efeito de estufa devem ser reduzidos em mais de 25% nos próximos doze anos.

A UE deve empreender as acções firmes necessárias para alcançar os seguintes objectivos até 2050: uma redução das emissões de gases com efeito de estufa, uma quota de 60% de utilização de fontes de energia renováveis e eficiência energética.

O Ano Europeu da Criatividade e Inovação pode constituir uma grande referência a este respeito, salientando a importância fundamental do investimento na investigação científica e nas novas tecnologias.

Konstantinos Droutsas (GUE/NGL), por escrito. – (EL) As alterações climáticas são o resultado da exploração irresponsável dos recursos naturais pelo capital para obtenção de lucro.

A UE considera que a culpa é dos trabalhadores, do seu modo de vida e dos seus hábitos de consumo, e quer pôr o lobo de guarda ao rebanho, entregando a responsabilidade pela atenuação das alterações climáticas justamente àqueles que estão na sua origem: os monopólios e as multinacionais. A energia, a água, as florestas, os resíduos e a produção agrícola estão a ser privatizados e concentrados nas mãos de um pequeno número de multinacionais, agora também em nome do ambiente. O funcionamento sem barreiras do "mercado livre", a liberalização dos mercados e as reestruturações capitalistas constituem o cerne das medidas propostas no relatório do Parlamento Europeu.

Os acordos da UE com países terceiros exigem a liberalização dos mercados e dos serviços públicos em todos estes sectores. Incluem metas, por exemplo, para os biocombustíveis que são a causa da destruição de vastas áreas florestais. Estão a ser promovidas mutações e está a ser dado apoio à monocultura, destruindo assim a biodiversidade.

A protecção do ambiente está inclusivamente a servir de pretexto para intervenções imperialistas de acordo com a "doutrina Solana".

A economia verde que a UE e os EUA estão a promover oferece uma saída para a acumulação excessiva de capital, a salvaguarda dos lucros dos monopólios e a intensificação da exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais. Esta política não só não resolve absolutamente nada como ainda, pelo contrário, agrava o problema das alterações climáticas.

Edite Estrela (PSE), por escrito. – Votei favoravelmente o relatório Florenz sobre o tema "2050: O futuro começa hoje - Recomendações para a futura política integrada da UE sobre as alterações climáticas", uma vez que apresenta uma série de propostas à União Europeia, aos Estados-Membros e aos seus cidadãos, tendo em vista objectivos ambiciosos de redução das emissões de gases com efeito de estufa na União Europeia.

Gostaria de sublinhar que o problema das alterações climáticas necessita de uma abordagem transversal a todos os níveis de elaboração de políticas públicas e que o investimento em tecnologias "verdes" constitui, também, uma exigência da actual crise económica que permitirá criar mais empregos.

Considero o documento final da Comissão CLIM, da qual fiz parte, um contributo muito positivo na luta contra as alterações climáticas e que demonstra claramente a necessidade de se alcançar um acordo internacional na Conferência de Copenhaga, no final do ano.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – O relatório não aborda o essencial da questão sobre as causas de abusos ambientais: o carácter predatório do capitalismo. Apenas procura repartir responsabilidades por todos para justificar propostas que, fundamentalmente, assentam na liberalização dos mercados, na assunção dos custos por parte dos utilizadores e dos trabalhadores.

Embora o texto final aprovado na sessão plenária seja mais contido do que a proposta inicial, e haja alguns aspectos positivos, não concordamos com outros pontos, designadamente quando utilizam a capa de defesa do ambiente para mais uma oportunidade de intensificação da ofensiva ideológica, para a responsabilização das populações e dos trabalhadores, para mercantilizar e tornar rentável toda a actividade ambiental.

Assim, acompanhámos a votação favorável de algumas propostas apresentadas pelo nosso grupo e outras que visaram dar um conteúdo mais correcto ao relatório, mas não pudemos deixar de mostrar a nossa discordância com as tentativas de mercantilizar tudo o que é essencial à vida humana, incluindo o próprio ar.

Glyn Ford (PSE), por escrito. – (EN) As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios que o mundo enfrenta hoje. Sou favorável à utilização de lâmpadas de baixo consumo energético, contudo, francamente, isso não basta! Será necessário empreender e suportar mudanças muito mais drásticas e radicais no nosso estilo de vida e nas nossas vidas.

Recentemente, numa reunião pública realizada no meu círculo eleitoral de Cheltenham, perguntaram-me qual seria, na minha opinião, a medida mais importante para combater o aquecimento global e as alterações climáticas. A minha resposta foi clara: ratificar o Tratado de Lisboa. Sem uma UE forte, com competências em matéria de política externa e de segurança comum, não acredito que consigamos levar os EUA e o Japão, a China e a Índia a tomar as medidas necessárias.

O apoio e encorajamento dados por uma poderosa UE, que fale a uma só voz, fará mais pelo combate às alterações climáticas do que milhões de lâmpadas de baixo consumo de energia.

Duarte Freitas (PPE-DE), por escrito. – Este relatório congrega posições de vários partidos políticos e de várias sensibilidades sectoriais, compilando os mais recentes e fiáveis dados científicos. É, por isso, um documento de inegável rigor, abrangência, actualidade e pertinência.

Concordo com o relatório na sua globalidade, mas votei desfavoravelmente as referências mais directas ao impacto da pecuária nas alterações climáticas por as considerar excessivas. A agricultura não deve ser ostracizada, pelo contrário, deve ser potenciada a produção e o consumo de produtos locais, com menos emissões de gases com efeito de estufa resultantes do seu transporte.

Por outro lado, votei favoravelmente as referências aos problemas do sector agrícola resultantes dos impactos das alterações climáticas, considerando que as regiões mais adversamente afectadas deverão ser devidamente compensadas. Ainda no que concerne a adaptação às alterações climáticas, concordo com a urgência da aplicação da nova directiva-quadro para a protecção dos solos e com a necessária adaptação da política de coesão, de protecção da água e da Rede Natura 2000, face aos impactos esperados.

Finalmente, votei favoravelmente as referências à necessidade de se evitar uma utilização desmesurada dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, visto que a Europa deve, efectivamente, reduzir as suas emissões se quiser continuar a liderar as negociações internacionais e que se obtenha um acordo mundial em Copenhaga.

Jaromír Kohlíček (GUE/NGL), por escrito. – (CS) As alterações climáticas são um facto. Apesar disso, alguns cientistas manifestam dúvidas qualificadas em relação às mesmas. O mesmo se passa com o efeito das actividades humanas, que este relatório também considera constituírem a causa principal das alterações climáticas, mas que é igualmente questionado por alguns cientistas. De qualquer modo, os 22 capítulos do relatório constituem um bom resumo do problema na perspectiva da opinião maioritária dos peritos a nível mundial. No que diz respeito a capítulos específicos, o capítulo dedicado à energia está bastante incompleto. Afirma, correctamente, que os combustíveis fósseis representam uma fonte limitada, mas ignora completamente a questão decisiva de assegurar quantidades suficientes de energia no caso de o consumo global aumentar, de facto, em 60% até 2030.

Por isso, é claro que, num futuro muito próximo, será necessário um esforço intenso para construir centrais nucleares. Neste momento, esta é a única fonte reconhecida de energia limpa que pode ser produzida em grande quantidade, mas tem os seus opositores ideológicos também no PE. Até se conseguir a fusão termonuclear, não haverá qualquer alternativa à energia nuclear na procura de uma fonte de energia limpa. Feita esta reserva, concordo com o relatório.

Marie-Noëlle Lienemann (PSE), por escrito. – (FR) O relatório Florenz fornece uma lista extremamente pormenorizada das acções a empreender para combater as alterações climáticas e desenvolver políticas de acompanhamento. No entanto, sofre de algumas fraquezas estruturais reveladoras da indispensável e desejável reorientação da União Europeia.

As grandes falhas são financeiras.

A criação de uma taxa carbono é de facto prevista, mas o seu estudo e a sua implementação, bem como de um balanço sistemático do carbono por produto, não são incluídos no programa de acção 2009-2014! Trata-se, no entanto, de um elemento essencial.

Não é referido qualquer montante orçamental destinado a acções e projectos concretos, tanto a infra-estruturas públicas como a políticas industriais inovadoras, ao desenvolvimento regional, à ajuda às colectividades locais ou à investigação/desenvolvimento.

Em matéria industrial, a referência aos "instrumentos legislativos" não basta.

Da mesma maneira, a criação de um Fundo europeu para o clima está sujeita à imposição de "deixar ao mercado o cuidado de determinar quais as tecnologias a empregar..."

Assim, não incluirá nem uma visão a longo prazo, nem o interesse geral... É absurdo.

Por conseguinte, é indispensável a UE debruçar-se muito rapidamente sobre a questão da taxa carbono, das ajudas públicas destinadas a apoiar uma nova conjuntura verde, e sobre um orçamento comunitário ao serviço da prevenção das alterações climáticas.

Nils Lundgren (IND/DEM), *por escrito*. – (SV) Não restam dúvidas de que o clima tem sofrido alterações. No entanto, não se sabe se o fenómeno resulta principal ou essencialmente da actividade humana ou se decorre, principal ou essencialmente, de um processo natural. Continua a haver grandes incertezas em relação às alterações climáticas, e quanto às medidas a tomar neste contexto. É precisamente por causa destas incertezas que devemos dar os primeiros passos para, por exemplo, reduzir as emissões de dióxido de carbono que lançamos para a atmosfera. Foi o motivo que me levou, em ocasião anterior, a votar a favor da proposta de reduzir estas emissões em 20% até 2020.

A Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas do Parlamento Europeu acaba de apresentar um relatório sobre a resposta a dar pela União Europeia ao fenómeno das alterações climáticas. O relatório é muito timorato. Deixa a impressão de que os deputados envolvidos estão empenhados em tranquilizar determinados sectores, como a agricultura e o turismo. Ao mesmo tempo, o relatório defende novos financiamentos e a criação de novos mecanismos, e propõe, na prática, grandes medidas a favor de uma economia centralizada, com campanhas de propaganda, em escolas ou ATL, controladas por Bruxelas.

O relatório está tão longe das questões essenciais que me vi obrigado a votar contra. Não podemos continuar a dar o nosso assentimento a tudo aquilo que é apresentado apenas para manifestar as nossas preocupações, as nossas dúvidas e a nossa vontade de agir em relação às alterações climáticas.

David Martin (PSE), *por escrito*. – (EN) Apoio este relatório que reitera o compromisso de curto prazo da UE de redução das emissões em 30% até 2020, caso exista um acordo internacional. O relatório retoma igualmente a meta incluída no roteiro de Bali, a saber, a redução pelos países industrializados das suas emissões em 80% até 2050. Congratulo-me com este relatório que exorta a Comissão e o Conselho a adoptarem uma postura de liderança nas próximas conversações pós-Quito, em Copenhaga, e insta a que sejam adoptadas normas mínimas de eficiência energética na UE para os edifícios novos e renovados. O relatório exorta o ECONFIN a introduzir taxas reduzidas de IVA para energias renováveis e para bens economizadores de energia.

Apoio o apelo aos incentivos económicos, tais como os previstos no âmbito de um mercado global de CO₂ para que os países protejam as suas florestas tropicais, bem como o apelo a que sejam adoptadas medidas de eficiência energética a níveis local e regional para combater a pobreza energética.

Iosif Matula (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) Com a aprovação deste relatório, a União Europeia demonstra estar activamente envolvida no combate aos efeitos adversos causados pelas alterações climáticas. O aquecimento global é uma das questões mais complexas que se deparam a todo o planeta. É por esta razão que é necessário um esforço conjunto que envolva todos os países. As mais de 150 recomendações incluídas neste relatório abrangem a maioria dos domínios em que podem ser registadas melhorias para se alcançar o objectivo europeu de redução de 2°C do aumento da temperatura.

A fim de assegurar o cumprimento deste objectivo, todas as pessoas devem ser activamente associadas e estar adequadamente informadas acerca das formas de proteger o ambiente e de assumir a sua responsabilidade em relação às gerações vindouras.

O Plano de Relançamento da Economia Europeia apoia a luta contra o aquecimento global, não unicamente através da concessão de fundos para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, mas também através da utilização de formas que promoverão a eficiência energética. O investimento em investigação e inovação permitirá o desenvolvimento de tecnologias limpas, dando resposta aos reptos colocados pelas alterações climáticas.

Penso que as medidas propostas são viáveis e que podem ser implementadas a médio e a longo prazo. Muito embora a maioria dos países esteja confrontada com problemas económicos e financeiros, deve ser dispensada uma atenção particular ao combate aos efeitos adversos das alterações climáticas.

Mary Lou McDonald (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Foi com satisfação que apoiei o relatório final da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas.

O relatório do senhor deputado Florenz que hoje temos em mãos assenta em princípios científicos e delinea os desafios que a nossa sociedade enfrenta em vários domínios, como o dos transportes, da exploração dos solos, da energia e da gestão de resíduos. A actual crise económica não deverá ser utilizada como pretexto para recuarmos nos nossos compromissos em matéria de clima. Algumas forças menos progressistas têm tentado usar o abrandamento económico como desculpa para renegar os necessários compromissos no que toca ao clima. Esta atitude deverá ser vista não só como o estratagema cínico que é, vindo de forças que não

estão de todo interessadas em fazer face à realidade das alterações climáticas, mas também como revelando falta de visão.

Rejeito especificamente a noção de que a energia nuclear tem qualquer tipo de papel a desempenhar na futura economia amiga do ambiente. A Irlanda deverá manter-se como uma ilha livre de energia nuclear. Na base do nosso abastecimento de energia deverão estar as fontes de energias renováveis, e não a loucura de curto prazo da energia nuclear.

Miroslav Mikolášik (PPE-DE), *por escrito*. – (SK) Desejo um bom dia a todos. Apoio plenamente o relatório e gostaria de lhe agradecer, Senhor Deputado Florenz, por um relatório pormenorizado sobre a futura política da União Europeia em matéria de alterações climáticas. É terrível que as alterações climáticas globais estejam a influenciar e vão influenciar o nosso ambiente e, por conseguinte, a nossa saúde e a nossa sociedade. Por isso, temos obrigação de avançar para um acordo sobre uma política que ajude a reduzir os factores que contribuem para uma catástrofe no futuro.

Desde a decisão que o Parlamento tomou em Abril de criar uma Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, houve negociações bem-sucedidas sobre a ajuda na integração das respostas europeias num contexto global. No entanto, temos de reavaliar permanentemente as nossas reservas em relação aos objectivos de redução, ao consumo de energia e ao papel da agricultura. Talvez a cooperação nos permita reduzir as emissões de carbono e desacelerar o processo de aquecimento global na Europa e em todo o mundo.

Como referiu o senhor deputado Florenz, existe mais do que um caminho para lidar com as alterações climáticas, mas sabemos que é correcto começar com melhorias na eficiência e na gestão dos recursos. As alterações climáticas globais são prejudiciais para o nosso ambiente, para o nosso actual estilo de vida e para as oportunidades das gerações futuras. Temos de dar o nosso melhor para desacelerar este processo, se não mesmo para o interromper. Obrigado a todos.

Jan Mulder (ALDE), *por escrito*. – (NL) Embora este relatório tenha tido o meu apoio na votação final, isso não me impede de exprimir sérias objecções a certas partes do mesmo. Assim, não considero que a cultura de forragens para a criação de gado em grandes superfícies afecte negativamente o clima. De igual modo, não penso que deva ser introduzida uma directiva europeia em matéria de protecção do solo para enfrentar o problema das alterações climáticas.

Alexandru Nazare (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) No actual contexto económico, afigura-se cada vez mais difícil financiar investimentos em tecnologias limpas e em energia "verde", uma medida muito necessária no combate ao aquecimento global. É por esta razão que me associo aos meus colegas que apoiam este relatório e propõem medidas dirigidas a aumentar os investimentos "inteligentes", que constituem uma solução não exclusivamente para a crise climática, mas também para a crise do crédito, na medida em que podem gerar novos empregos.

Uma dessas medidas é o projecto de regulamento da Comissão, em debate no Parlamento, que estipula que os Estados-Membros podem financiar, a cargo dos fundos estruturais e de coesão, programas públicos de trabalho de grande escala para a renovação de residências. Esta medida pode revelar-se muito vantajosa. Por exemplo, as famílias com baixos rendimentos podem receber assistência financeira para modernizar os seus sistemas de aquecimento e podem poupar consideravelmente nas suas facturas de manutenção. Além disso, esta medida contribuirá também para reduzir a dependência energética da Europa, que constitui uma prioridade, tendo em conta a recente crise energética que a Europa viveu.

James Nicholson (PPE-DE), *por escrito*. – (EN) O presente relatório aborda questões relacionadas com as alterações climáticas, tais como um apelo à redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa, a promoção das fontes de energia renováveis e a melhoria da eficiência energética.

Os efeitos das alterações climáticas e do aquecimento global começam, hoje, a afectar-nos a um ritmo mais elevado do que alguma vez imaginámos. Por isso, é imperioso que a política ambiental continue a ser uma das grandes prioridades da UE e dos diferentes Estados-Membros.

Com o Pacote Clima-Energia aprovado em Dezembro, a UE assume hoje um papel de liderança no que respeita à legislação ambiental, estando em posição de encorajar países terceiros a seguirem o seu exemplo e a promover políticas que visem fazer face às alterações climáticas.

Não podemos, pura e simplesmente, dar-nos ao luxo de ignorar esta questão e de esperar cinquenta anos para ver quais serão as consequências.

Rovana Plumb (PSE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor do presente relatório, pois este oferece um "roteiro com 12 pontos de acção" da futura política integrada de preservação do clima.

O relatório salienta a importância do estabelecimento, por parte da UE e de outros países industrializados, em conjunto, de uma meta a médio prazo para a redução de 25-40% das emissões dos gases com efeito de estufa (GEE) até 2020, bem como a fixação de uma meta de redução, a longo prazo, de pelo menos 80% das emissões até 2050, comparativamente a 1990.

A fim de alcançar estes objectivos e de conseguir uma adaptação às alterações climáticas, devem ser afectados fundos, a nível comunitário, no valor de aproximadamente 175 milhões de euros anualmente. Isto implica a criação de um fundo europeu do clima, financiado pela receita originada pelo comércio de licenças de emissão e/ou fundos privados equivalentes dos Estados-Membros, para possibilitar os investimentos e a solidariedade que são necessários para financiar uma futura política climática.

Deve ser dispensada uma atenção particular à investigação para assegurar o apoio científico ao desenvolvimento e à implementação de tecnologias limpas. A política ambiental deve ser vista como uma oportunidade para a estratégia de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Deve ser também aplicada de forma correcta e sectorialmente, com vista a combater os efeitos da crise através da criação de novos empregos ecológicos em empresas competitivas.

Zdzisław Zbigniew Podkański (UEN), *por escrito*. – (PL) Até à data, ao longo de diferentes legislaturas, foram apresentadas treze resoluções do Parlamento Europeu sobre o tema das alterações climáticas. Apesar dos esforços da Comissão e do Parlamento, este assunto continua a suscitar controvérsia. O relatório do senhor deputado Florenz não alterou a posição dos que não estão convencidos da influência decisiva das actividades humanas a nível das alterações climáticas. Ao longo de milhões de anos, essas alterações apenas estiveram sujeitas às leis da natureza.

Outro problema reside no próprio conceito de uma política integrada para todos os países europeus. Não é possível falar de uma abordagem integrada quando o relatório não refere as condições específicas dos novos Estados-Membros e, mais importante ainda, não refere os esforços que estes têm envidado desde 1989 para reduzir a poluição e as emissões de gases com efeito de estufa. Os diferentes países têm direito a estabelecer objectivos diferentes. Cada país deve ter o direito de escolher a tecnologia que utiliza para obter energia. Relativamente à recomendação de que a Comissão proponha um objectivo vinculativo de 20 % para o aumento da eficiência energética, a suspeita de que tecnologia energética estrangeira dispendiosa está a ser promovida de forma sub-reptícia não é infundada.

Lydie Polfer (ALDE), *por escrito*. – (FR) Votei favoravelmente o relatório Florenz. Trata-se de um excelente trabalho, pois define, de forma muito pormenorizada, um vasto leque de medidas que terão de ser tomadas em domínios tão diversificados como a energia, os biocombustíveis, a eficiência energética, a mobilidade, o turismo, a agricultura e a produção animal, a protecção dos solos e a gestão da água, da mesma maneira que a gestão dos resíduos e dos recursos, que são temas de futuro, a educação e a formação.

O excelente trabalho da Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, criada em 25 de Abril de 2007, é conduzido com um espírito visionário e as suas propostas de luta contra as alterações climáticas merecem ser apoiadas por todos os actores da vida política, económica e social.

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. – A abrangência dos temas incluídos no debate da futura política integrada europeia sobre as alterações climáticas é enorme e deve levar-nos em busca de soluções razoáveis, realizáveis e cientificamente sustentadas. Um debate inquinado, que recusa a ciência para lá do oficial, que ignora a necessidade de investigação, que abandona a perplexidade da investigação científica, transforma a ciência em dogma, e os dogmas servem de pouco aos decisores políticos.

A nossa prioridade deve, pois, ser a de nos concentrarmos numa produção e num consumo energético que seja diversificado, eficiente, capaz de reduzir dependências e capaz de garantir a qualidade de vida que desejamos para todos (europeus e não europeus).

Temos, assim, pela nossa frente um enorme desafio científico, em que cabe às autoridades públicas sinalizar a prioridade do investimento na investigação e desenvolvimento, mas também, nomeadamente, na medida em que são agentes no mercado, incentivar a criação de mercados rentáveis para os produtos energeticamente mais eficientes. As alterações climáticas pedem um passo em frente no desenvolvimento, não um passo atrás. Façamos esse esforço.

Peter Skinner (PSE), *por escrito*. – (EN) As metas estabelecidas pela UE para conseguir uma redução coordenada são vitais, se queremos que se registre uma mudança correspondente para melhor no nosso ambiente.

Votei para que se melhore a estrutura dessa coordenação recorrendo a uma variedade de fontes – incluindo os efeitos benéficos da produção segura de energia nuclear –, que será preciso rever à luz dos pareceres das inspecções nacionais e da evolução tecnológica.

Tendo em conta que é necessário financiamento, votei também a favor da utilização das receitas do leilão no âmbito do regime de comércio de licenças de emissão para cobrir os custos de quaisquer alterações necessárias. Inclui-se aqui igualmente o investimento em novas tecnologias.

Dispor de um Regime de comércio de licenças de emissão para a aviação, ainda que possa ter apenas um efeito marginal, continua a ser uma medida adequada a seguir.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. – (EN) O debate sobre uma política comunitária integrada de preservação do clima é vital se pretendemos conseguir uma redução de 50% nas emissões de carbono até 2050.

Andrzej Jan Szejna (PSE), *por escrito*. – (PL) Votei a favor do relatório do senhor deputado Florenz com o título “2050: O futuro começa hoje – Recomendações com vista a uma futura política comunitária integrada de preservação do clima”. Este relatório foi elaborado pela Comissão Temporária sobre as Alterações Climáticas, que foi constituída em Junho de 2007.

O relatório consiste numa lista específica de recomendações relativas à redução das emissões de dióxido de carbono, as quais devem ser implementadas pelas instituições comunitárias (principalmente pela Comissão Europeia) e pelos Estados-Membros. Para que esses objectivos sejam cumpridos, serão igualmente necessárias acções a nível local.

As alterações que ocorrem no nosso clima são repentinas e têm consequências negativas graves. A UE e as nações industrializadas deveriam adoptar uma meta de redução de 25 % a 40 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2020 e, a longo prazo, deveriam ter como meta uma redução de 80 % das emissões até 2050, comparativamente aos níveis de 1990.

As restantes recomendações do relatório incluem a parceria e cooperação, com países terceiros no espaço mediterrânico, no domínio da produção de energia solar e um desempenho de energia zero nos novos edifícios residenciais até 2015 e em todos os novos edifícios até 2020, com a possibilidade de, a longo prazo, esse objectivo ser alargado aos edifícios renovados. Os planos incluem igualmente a criação de uma comunidade europeia de energias renováveis destinada a promover actividades de investigação e desenvolvimento, com o objectivo de desenvolver tecnologias inovadoras.

Thomas Ulmer (PPE-DE), *por escrito*. – (DE) Absteve-me na votação do relatório sobre as alterações climáticas. Isso não significa que considere que o relatório, na sua globalidade, seja mau. No entanto, misturou dados científicos correctos com falsas polémicas. Todo o trabalho realizado pela comissão foi unilateral e os múltiplos pareceres científicos disponíveis não foram tido em conta. Não é possível produzir um relatório equilibrado nesta base. Infelizmente, este tipo de abordagem tem-se tornado mais comum nesta fase de preparação para as eleições europeias.

– Relatório Claudio Fava (A6-0026/2009)

Guy Bono (PSE), *por escrito*. – (FR) Votei contra o relatório Fava sobre o projecto de directiva que prevê sanções contra entidades que empreguem imigrantes clandestinos.

Segundo números da Comissão, vivem clandestinamente na União Europeia entre 4,5 e 8 milhões de nacionais de países terceiros, que constituem, portanto, alvos privilegiados de um patronato pouco escrupuloso que vive do trabalho clandestino.

Em nossa opinião, é fundamental colocar sobretudo a tónica sobre essas práticas, indignas de uma Europa onde o respeito dos direitos fundamentais deve ser aplicado a todos. Chegou a altura de frisar, finalmente, a responsabilidade daqueles que se aproveitam dessa população particularmente vulnerável. Temos de deixar de criminalizar esses explorados e de estigmatizar os imigrantes ilegais. Com as medidas que preconizamos aqui, não se trata apenas de impor sanções aos patrões abusadores, mas também de defender um certo número de direitos sociais, como, por exemplo, o de ser defendido por um sindicato.

Contudo, não devemos gritar vitória demasiado cedo, pois a ameaça de sanções não basta, há que dispor dos instrumentos jurídicos de controlo que as acompanham. Só nessas condições poderemos implementar uma política comum eficaz no capítulo da imigração.

Charlotte Cederschiöld, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE-DE), por escrito.

– (SV) O Parlamento Europeu votou hoje sobre o relatório (A6-0026/2009) do senhor deputado Fava (Grupo Socialista no Parlamento Europeu, Itália) relativo a sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular na UE.

O facto de o relatório atribuir aos Estados-Membros a responsabilidade de aplicar sanções penais fez com que nós, Conservadores Suecos, optássemos por não o apoiar.

Gérard Deprez (ALDE), por escrito. – (FR) Apoio o relatório Fava, graças ao qual poderemos punir mais severamente a entidade patronal que recorra a mão-de-obra ilegal.

As multas deverão passar a incluir despesas de retorno e o pagamento dos montantes não pagos (salários, impostos e quotizações para a segurança social). As restantes sanções previstas vão desde a exclusão dos subsídios públicos até ao encerramento, temporário ou definitivo.

Salientamos três pontos-chave do dispositivo: em primeiro lugar, o sinal emitido aos patrões pouco escrupulosos, ou mesmo vigaristas, ao instaurar sanções penais para os casos mais graves de exploração de mão-de-obra clandestina, como, por exemplo, o emprego de menores, condições de trabalho particularmente abusivas, ou quando o trabalhador é vítima de tráfico de seres humanos. Em seguida, a possibilidade de disposições mais suaves para os particulares, se as condições de emprego a título privado forem correctas. Por fim, o envolvimento da responsabilidade das empresas implicadas na cadeia de subcontratação, se puder ser provado que tinham conhecimento do emprego de clandestinos pelo subcontratante.

Por fim, não esqueçamos que se trata de normas mínimas (cada Estado é livre de reforçar as sanções à entidade patronal e as protecções aos clandestinos) e que está prevista uma cláusula de revisão de três em três anos que nos permitirá melhorar a sua eficácia com base na experiência.

Constantin Dumitriu (PPE-DE), por escrito. – (RO) O relatório elaborado pela nossa colega constitui um primeiro passo do combate ao emprego ilegal e da redução de um dos aspectos mais graves da criminalidade transfronteiriça. Enquanto, até agora, as políticas nacionais se centravam mais em impedir o acesso dos imigrantes ilegais ao mercado de trabalho, a partir de agora, combatemos o problema na sua raiz, aplicando sanções aos empregadores que se aproveitam da vulnerabilidade dos imigrantes ilegais.

A maioria destes trabalhadores trabalha no sector da agricultura, e em inúmeros casos as condições em que estas pessoas têm de viver são desumanas, muitas vezes não chegam a receber qualquer pagamento. Com as nossas propostas, não só se aplicarão sanções aos empregadores, como também se assegurará que os trabalhadores recebem os pagamentos que lhes são devidos. Eram necessárias disposições desta natureza para estabelecer normas a nível comunitário para aplicar sanções aos empregadores, dado que, na maioria dos casos, este fenómeno é alimentado por redes transnacionais de tráfico de seres humanos.

Não devemos interpretar o presente relatório como sinónimo de encerramento das fronteiras da União Europeia, mas antes como um reforço do princípio da preferência comunitária. Tendo presente o perfil demográfico da maioria dos Estados-Membros, precisamos de manter as fronteiras do mercado de trabalho abertas, mas com a condição de que o fluxo de trabalhadores é legal e adequado às necessidades da Comunidade.

Patrick Gaubert (PPE-DE), por escrito. – (FR) Congratulo-me com a adopção, por larga maioria, do projecto de directiva, que possui uma importância primordial na luta contra a imigração clandestina e é indispensável à criação de uma política comum global da imigração.

O emprego clandestino constitui a principal fonte de atracção de milhares de homens e mulheres que passam todos os dias as nossas fronteiras pensando encontrar aqui um emprego decente para alimentarem as suas famílias. Na realidade, apenas se tornam escravos de um certo patronato que usa e abusa da sua situação de fragilidade e desconhecimento dos seus direitos para os explorar e os utilizar como mão-de-obra barata.

Esta directiva emite um duplo sinal: para o patronato fraudulento, que não poderá continuar a abusar da situação em toda a impunidade, e para os candidatos à imigração clandestina, que serão dissuadidos pelas condições mais rígidas de acesso ao emprego legal.

O compromisso negociado com o Conselho é satisfatório, e apenas esperamos a aplicação rápida desta directiva por parte dos Estados-Membros para pôr fim à situação de vulnerabilidade a que estão sujeitas milhares de pessoas na Europa.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. - (FR) Não podemos deixar de aprovar a proibição geral de empregar trabalhadores em situação irregular, a fim de dissuadir a imigração clandestina. Tal como não podemos deixar de aprovar as sanções contra os empregadores que recorrem - muitas vezes para abusar dela - a essa mão-de-obra e que não passam de negreiros dos tempos modernos.

No entanto, há alguns senãos. Mais uma vez, a União Europeia aproveita-se de um dossiê que possui numa base jurídica comunitária (primeiro pilar) para alargar as suas competências no que respeita à harmonização do direito penal dos Estados-Membros. À notável excepção, no entanto, da Irlanda e do Reino Unido, que fizeram valer a sua possibilidade de "opt out" reconhecida pelos Tratados.

Em seguida, mantenho bem presente no espírito aquilo que aconteceu, em França, no seguimento de um movimento de greve num restaurante empenhado da cidade de Neuilly caro a Sarkozy: patrões que se armam em vítimas de um mercado de trabalho demasiado rígido ou protectores de uma mão-de-obra que pagam ao valor mínimo legal; abertura de vastas possibilidades de regularização pelo trabalho, que a directiva vai reforçar ainda mais através da possibilidade de uma regularização que apenas depende de o clandestino denunciar o patrão!

Temo que, na prática, em países tão laxistas como a França nesta matéria, tudo isto acabe por não limitar os apoios à imigração clandestina.

Carl Lang (NI), *por escrito*. - (FR) Este relatório possui alguns méritos.

O primeiro é o de possuir um objectivo pedagógico. Estabelece a alarmante constatação do aumento da imigração clandestina na Europa, uma imigração estimada, segundo os próprios números da Comissão, entre 4,5 e 8 milhões de pessoas, e especifica os sectores da economia onde existe maior concentração de trabalho ilegal: a construção, a agricultura, as limpezas, a hotelaria e a restauração.

O segundo mérito é o de intensificar a luta contra o trabalho clandestino, nomeadamente através da possibilidade de estabelecer sanções financeiras e penais contra os empregadores de clandestinos.

Infelizmente, os limites a este relatório são também numerosos. Nada diz quanto às medidas a tomar para acabar com esses fluxos descontínuos de imigração clandestina. O restabelecimento dos controlos nas fronteiras internas nem sequer é previsto.

Por outro lado, neste momento de crise, tanto social como económica, e de forte aumento do desemprego, a primeira necessidade para os países da União consiste em proteger os seus empregos. Para isso, é indispensável pôr em prática políticas nacionais e europeias de protecção social. Em França, há que reservar os empregos para os Franceses, e, na Europa, para os Europeus. Trata-se da aplicação dos princípios da preferência e da protecção nacionais e europeias como condições essenciais para a renovação económica e social dos países da União Europeia.

Jörg Leichtfried (PSE), *por escrito*. - (DE) Voto a favor do relatório do colega Claudio Fava sobre as sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular.

Temos de pôr cobro à contratação ilegal de imigrantes, não só para os proteger contra a exploração, mas também para evitar prejuízos para a economia do país em causa.

O mais importante, neste contexto, não é punir os trabalhadores ilegais oriundos de países terceiros, mas sancionar os empregadores, que se encontram numa posição muito mais forte.

David Martin (PSE), *por escrito*. - (EN) Apoio a introdução e aplicação de sanções contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. Este relatório inclui normas mínimas sobre sanções contra os empregadores, devendo ser levadas a cabo inspecções nos sectores de actividade mais expostos a abusos, embora na Escócia já estejamos protegidos pela Lei relativa à Imigração, Asilo e Nacionalidade de 2006.

Lydie Polfer (ALDE), *por escrito*. - (FR) Votei favoravelmente o projecto de directiva, que trata um flagelo muito espalhado, o flagelo da imigração ilegal, que dá muitas vezes lugar à exploração. Na União Europeia, com efeito, existem entre 4,5 e 8 milhões de clandestinos a trabalhar na construção, na agricultura, na

hotelaria e noutros sectores. Há que reforçar a luta contra a imigração clandestina prevendo diferentes tipos de sanções a nível europeu contra os empregadores desses imigrantes ilegais.

De facto, trata-se de responsabilizar as empresas e de contribuir, por conseguinte, para o reforço da luta contra a imigração clandestina.

Frédérique Ries (ALDE), *por escrito*. - (FR) Congratulo-me com o facto de o Parlamento Europeu ter aprovado hoje, por larga maioria, o projecto de directiva que visa aplicar sanções aos empregadores de imigrantes clandestinos.

Esta directiva "sanções" inscreve-se na estratégia da União Europeia ("cartão azul", que favorece a imigração seleccionada, e a directiva "retorno") de luta contra a imigração clandestina.

O trabalho clandestino é um flagelo para a economia europeia, sobretudo no contexto da actual crise económica.

A UE ainda surge como um "Eldorado" aos olhos de muitos imigrantes clandestinos, pois nela encontram muitas vezes um trabalho e uma qualidade de vida de que não beneficiam no seu país de origem.

A União Europeia conta entre 4,5 e 8 milhões de nacionais de países terceiros que vivem clandestinamente na UE, encontrando, em geral, trabalho nos sectores da construção, da agricultura, dos trabalhos domésticos e da hotelaria. Nela exercem profissões mal pagas, muitas vezes no limite da exploração.

Patrões pouco escrupulosos aproveitam essa mão-de-obra em situação ilegal, disposta a trabalhar a custos muito reduzidos e em condições precárias.

Graças à votação de hoje, empregar trabalhadores clandestinos poderá, a partir de agora, custar muito caro ao patronato, ou mesmo conduzi-lo à cadeia.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. - (IT) Votei a favor do relatório do senhor deputado Fava respeitante a sanções contra empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular. Estou de acordo com a preocupação do relator quanto às consequências sociais deste fenómeno e às condições de exploração em que se encontram estes trabalhadores.

Empregadores sem escrúpulos aproveitam-se dos imigrantes ilegais para trabalhos mal remunerados e pouco qualificados que mais ninguém quer fazer. Além disso, o trabalho ilegal deveria ser considerado como uma verdadeira chaga social, pois pode conduzir à depreciação dos salários e ao agravamento das condições de trabalho, assim como à distorção da concorrência entre as empresas. Por isso aplaudo a iniciativa do senhor deputado Fava, tendente a defender os direitos destas pessoas, que se encontram numa situação de grande vulnerabilidade.

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. - (EL) A proposta de directiva da Comissão e o respectivo relatório do Parlamento Europeu sobre a imposição de sanções contra empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular são um monumento à hipocrisia e à falsidade. O verdadeiro objectivo não é a imposição de sanções contra os empregadores que barbaramente exploram trabalhadores imigrantes, mas sim punir, prender e deportar à força os imigrantes para os seus países de origem. Faz parte de um conjunto de medidas da política da UE contra a imigração, tal como formulada no "Pacto da Imigração" e vem no seguimento da célebre directiva da "vergonha" que prevê a detenção por 18 meses dos imigrantes "ilegais", a sua deportação e a proibição de entrarem em território da UE durante 5 anos.

De facto, a proposta de directiva e o relatório do Parlamento Europeu, que aponta exactamente na mesma direcção, intensificam as medidas repressivas contra os imigrantes, determina uma metodologia para a sua exclusão social e, no essencial, facilita a sua exploração ainda mais selvagem pelo capital.

O Partido Comunista da Grécia vota contra o relatório e contra a proposta de directiva da Comissão.

O nosso Partido apoia as justas reivindicações dos imigrantes, a sua legalização, a abolição do trabalho clandestino e não declarado, o aumento de vencimentos e salários, o salário igual por trabalho igual e a plena salvaguarda dos seus direitos sociais e cívicos.

- Proposta de resolução B6-0062/2009

Edite Estrela (PSE), *por escrito*. - Votei favoravelmente a proposta de resolução sobre o desafio da eficiência energética e tecnologias da informação e da comunicação (TIC) porque considero que as TIC desempenham

um papel essencial na melhoria da eficiência energética, estimando-se que a sua utilização possa proporcionar uma poupança de mais de 50 milhões de toneladas de CO₂, anualmente.

O potencial proporcionado pelas TIC deve ser plenamente utilizado pelos Estados-Membros, no sentido de se alcançarem os objectivos fixados pelo pacote clima-energia, de uma redução das emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 20%, de um aumento, para 20%, da quota-parte das energias renováveis, e de uma melhoria, em 20%, da eficiência energética na União Europeia, até 2020.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Votámos favoravelmente este relatório de um Deputado checo do nosso grupo político por considerarmos que trata um tema da maior importância: o desafio da eficiência energética através das tecnologias de informação e comunicação. Estas tecnologias podem ser forças motoras de mais produtividade, crescimento e reduções de custos, sem prejuízo da competitividade, do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida dos cidadãos da UE. Daí que estejamos de acordo com a proposta de solicitar às futuras presidências do Conselho que elejam como um dos seus temas prioritários as tecnologias de informação e comunicação, bem como o seu significado para travar as alterações climáticas e na adaptação às mesmas.

Também nos parece importante que se redobrem esforços a todos os níveis do processo de tomada de decisão a fim de utilizar os instrumentos financeiros disponíveis para o desenvolvimento e a implantação de novas soluções tecnológicas, baseadas nas TIC, que incrementem a eficiência energética.

De igual modo, dado o atraso na abordagem sistemática às soluções TIC inteligentes, é importante que haja uma maior sensibilização que confira particular ênfase à redução das emissões no desenvolvimento dos centros urbanos, nomeadamente através do desenvolvimento de edifícios e de redes de iluminação, transmissão e distribuição inteligentes, bem como através da organização dos transportes públicos.

Mieczysław Edmund Janowski (UEN), *por escrito*. – (PL) A proposta de resolução sobre o desafio da eficiência energética através das tecnologias de informação e comunicação tem o meu apoio.

As TIC devem ser a solução para o futuro de praticamente todo o equipamento que consome energia, pois contribuem para uma poupança significativa em termos de consumo energético. Se não tomarmos essa iniciativa, poderá ocorrer um aumento significativo da procura de energia já nos próximos anos (cerca de 25 % no espaço de quatro anos).

As maiores poupanças poderão verificar-se no sector relacionado com a produção e transmissão de electricidade. A eficiência deverá aumentar cerca de 40 % no domínio da produção de energia e cerca de 10 % no domínio da distribuição. As TIC contribuem igualmente para uma melhor gestão da rede energética e facilitam a integração de fontes de energia renováveis. Graças à aplicação das TIC, serão possíveis poupanças significativas a nível do aquecimento, do ar condicionado e da iluminação de edifícios. Tudo isso contribuirá para uma redução efectiva das emissões de CO₂, tanto em termos de unidades de energia, como a uma escala global.

Estas tecnologias, incluindo os próprios componentes, bem como os sistemas de micro e nano-electrónica e muitas abordagens tecnológicas modernas (por exemplo, a fotónica), aumentam a competitividade e criam novas oportunidades para empresas e para o mercado de trabalho.

O aumento da eficiência energética implica a redução do consumo de energia durante as fases de produção, transmissão e distribuição, bem como a nível do consumidor final. Tendo em conta que essa redução é conseguida através de alterações comportamentais e tecnológicas, bem como de alterações económicas destinadas a assegurar a manutenção do mesmo nível de conforto e serviços, a implementação das TIC modernas deve ser tão abrangente quanto possível.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. – (IT) Votei a favor da proposta de resolução relativa ao desafio da eficiência energética e às tecnologias da informação e da comunicação.

Considero, efectivamente, que, paralelamente ao objectivo da redução de 20% das emissões de gases com efeito de estufa até 2020, temos também de procurar melhorar a eficiência energética em 20% no mesmo período de tempo. Por esta razão, apoio a proposta apresentada, que visa aumentar, por exemplo através de projectos de demonstração, a consciência da importância das tecnologias da informação e da comunicação para melhorar a eficiência energética na economia da União Europeia. Estas tecnologias são uma força motriz para o aumento da produtividade e do crescimento, bem como para reduções dos custos que promovem a competitividade, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da UE.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE), por escrito. – (RO) Votei a favor da proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre a resolução do problema da eficiência energética através das tecnologias da informação e da comunicação, porque estou firmemente convicto de que estas tecnologias podem proporcionar soluções viáveis para este problema.

A eficiência energética é um tema que se reveste de extrema importância, na medida em que, todos temos consciência disso, as reservas naturais das quais obtemos a energia que utilizamos estão a diminuir progressivamente e acabarão por se esgotar um dia. Consequentemente, penso que as tecnologias que permitam uma eficiência energética são uma vantagem para toda a sociedade.

Czesław Adam Siekierski (PPE-DE), por escrito. – (PL) A questão da segurança energética da União Europeia foi levantada muitas vezes neste Parlamento, em especial por representantes dos novos Estados-Membros.

A crise que recentemente afectou muitos Estados-Membros demonstrou claramente como é real o risco de corte do nosso fornecimento de gás e como estamos mal preparados para lidar com as consequências.

A Europa deve finalmente começar a mostrar solidariedade na forma como pensa e age. Devemos construir uma infra-estrutura de transmissão adequada, criar mecanismos de apoio aos países que venham a sofrer com a falta de matérias-primas e diversificar as fontes dessas mesmas matérias-primas. Devemos procurar fontes alternativas de gás e criar um sistema para poupar energia e tornar o nosso consumo de gás mais eficiente.

Sei que todas estas questões foram já referidas em numerosas ocasiões, mas de que é que isso nos serviu, se ainda não saímos do ponto de partida?

Catherine Stihler (PSE), por escrito. – (EN) A importância da eficiência energética e do seu contributo para o cumprimento das metas em matéria de alterações climáticas não poderá ser subestimada. Os programas de eficiência energética possuem potencial de criação de emprego.

- Proposta de resolução RC-B6-0066/2009

Guy Bono (PSE), por escrito. – (FR) Votei favoravelmente esta resolução sobre o retorno e a reintegração dos detidos do centro de detenção de Guantánamo.

Penso que a Europa não pode deixar de congratular-se com a decisão do Presidente americano Barack Obama de encerrar o centro de detenção, coisa que muitos de nós reclamamos há vários anos. Assim, parece-me oportuno responder agora ao apelo dos EUA no sentido de avançarmos com uma posição comum que corresponda aos valores da União Europeia.

É fundamental sermos capazes de varrer também à nossa própria porta e de fazer com que os países europeus que permitiram à CIA transferir secretamente prisioneiros sejam colocados perante as suas próprias responsabilidades.

Niels Busk, Anne E. Jensen e Karin Riis-Jørgensen (ALDE), por escrito. – (DA) Os deputados ao Parlamento Europeu do Partido Liberal Dinamarquês votaram contra o artigo 4.º da proposta de resolução sobre o repatriamento e reinstalação dos detidos de Guantánamo, por considerarmos que é um direito soberano de cada Estado-Membro decidir se aceita detidos de Guantánamo, caso a Administração dos EUA o solicite.

Estamos, naturalmente, a favor de os Estados-Membros se consultarem mutuamente sobre as possíveis consequências para a segurança pública em toda a UE caso os Estados-Membros decidam aceitar os detidos.

Martin Callanan (PPE-DE), por escrito. – (EN) Para muitos dos eurodeputados, a existência do centro de detenção da Baía de Guantánamo transformou-se num chicote para atingir a América. Pessoalmente, sinto-me grato por, uma vez mais, os Estados Unidos terem assumido uma responsabilidade desproporcionada pela protecção da Europa contra o terrorismo.

No entanto, aceito que o centro de detenção da Baía de Guantánamo deva ser encerrado. Isso não significa que não considere que os terroristas violentos não precisem de estar detidos, bem pelo contrário. Mas é evidente que é preciso resolver as questões jurídicas que envolvem a detenção de combatentes inimigos e que a melhor forma de o fazer é encerrando o Campo Raio-X.

Por muito que admire e apoie os Estados Unidos, é preciso dizer que os reclusos de Guantánamo são essencialmente responsabilidade da América, e não nossa. Foram capturados ou detidos sob comando

americano e deverão, por conseguinte, ser julgados e detidos por crimes cometidos contra os Estados Unidos, ao abrigo do direito americano e em território americano.

Não apoio a ideia de os Estados-Membros da UE assumirem qualquer responsabilidade por estes terroristas extremamente perigosos. No entanto, também não considero que a UE deva dizer aos seus Estados-Membros o que fazer a este respeito.

Assim sendo, absteve-me na votação desta resolução.

David Casa (PPE-DE), por escrito. – (EN) É preciso que usemos de grande cautela ao tomar decisões como as propostas na presente resolução. Não podemos, pura e simplesmente, abrir os braços e acolher um qualquer recluso de Guantánamo. Embora assegurando que os antigos detidos sejam tratados com dignidade, é preciso que garantamos que a sua inocência seja provada, para além de toda a dúvida razoável, antes de tomar quaisquer decisões. Se não usarmos da máxima atenção, qualquer decisão menos criteriosa poderá ser fatal.

Chris Davies (ALDE), por escrito. – (EN) Embora me congratule com a decisão de encerramento de Guantánamo, preocupa-me a disponibilidade dos países europeus para admitirem receber detidos que podem manter ligações terroristas. Tendo em conta a política de livre circulação de pessoas na UE, as medidas tomadas por um dos Estados-Membros poderão ter repercussões nos demais, numa altura em que enfrentamos problemas complexos ligados ao terrorismo. Para além disso, a nossa capacidade para deportar um suspeito de terrorismo está limitada por convenções internacionais (como a CEDH), cuja revisão tarda.

Proinsias De Rossa (PSE), por escrito. – (EN) Apoio esta resolução que acolhe entusiasticamente a decisão do Presidente dos EUA, Barack Obama, de encerrar as instalações de detenção da Baía de Guantánamo, bem como outras ordens executivas relacionadas. Recordo que cabe aos Estados Unidos a responsabilidade principal por todo o processo de encerramento do centro de detenção da Baía de Guantánamo e pelo futuro dos seus reclusos. Insto, no entanto, os Estados-Membros da UE, caso a Administração norte-americana o solicite, a estarem preparados para aceitar reclusos de Guantánamo na UE, a fim de contribuir para reforçar o direito internacional, e a assegurarem a todos um tratamento justo e humano.

Contudo, manifesto profunda preocupação face às notícias de que a Administração Obama manterá a prática das entregas extraordinárias.

Edite Estrela e Armando França (PSE), por escrito. – Votámos favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu sobre a possibilidade de acolher reclusos de Guantánamo sem culpa formada, por considerar que a cooperação da União Europeia é fundamental para reforçar o direito internacional e o respeito pelos direitos humanos e para assegurar aos detidos de Guantánamo um tratamento justo e imparcial.

Consideramos, por isso, que a iniciativa e a disponibilidade do Governo português em colaborar com a Administração norte-americana no processo de encerramento da prisão de Guantánamo constitui um exemplo a seguir pelos outros Estados-Membros, no sentido de apoiar os Estados Unidos a resolver este problema complexo, num quadro de respeito dos direitos humanos e das regras do direito internacional.

Vasco Graça Moura (PPE-DE), por escrito. – Votei contra esta resolução por me parecer inadmissível, face aos seus considerandos D (terceiro ponto) e F, que a UE defenda que os seus Estados-Membros se disponham a acolher prisioneiros libertados de Guantánamo no seguimento de uma sugestão infeliz e demagógica do Ministro dos Negócios Estrangeiros português.

Na verdade, em caso algum é de aceitar que os Estados-Membros da UE acolham detidos que sejam considerados "potenciais ameaças" (considerando D), nem de esquecer o precedente dos 61 ex-reclusos que, após a libertação, se envolveram em actividades terroristas (considerando F).

Não sendo possível distinguir com segurança entre aqueles que constituem e os que não constituem potenciais ameaças, é evidente que o chamado "princípio de precaução" não deve vigorar apenas no âmbito do REACH.

Pedro Guerreiro (GUE/NGL), por escrito. – Apesar de a resolução integrar alguns aspectos que consideramos positivos, nomeadamente que "cabe aos Estados Unidos a responsabilidade principal por todo o processo de encerramento do centro de detenção da Baía de Guantánamo e pelo futuro dos seus reclusos", não clarifica os termos em que, quantos a nós, deveria ser considerada a gravíssima situação humanitária em causa.

Como temos salientado, opomo-nos a qualquer acordo entre Estados ou entre os EUA e a UE relativamente à "transferência de prisioneiros" detidos em Guantánamo. Tal não significa que não sejam considerados, no

quadro do respeito da soberania nacional, da Constituição da República Portuguesa e do direito internacional, decisões e pedidos livremente expressos por cada cidadão, designadamente de asilo em Portugal.

Por outro lado, a resolução:

- não denuncia que a detenção e o transporte ilegal de cidadãos não foram postos em causa pela recente Administração norte-americana, e

- faz "tábua rasa" do apuramento de toda a verdade quanto às violações do direito internacional e dos Direitos do Homem cometidos no âmbito da chamada "guerra contra o terrorismo", incluindo das responsabilidades de diversos governos de países da UE quanto à utilização do espaço aéreo e do território dos seus países para a prisão e o transporte de prisioneiros ilegalmente detidos.

Ona Juknevičienė (ALDE), *por escrito*. – (LT) Felicito e apoio vivamente a decisão do Presidente dos EUA, Barack Obama, de iniciar o encerramento do centro de detenção da Baía de Guantánamo. Trata-se de um importante passo no sentido de uma nova política dos EUA. Tenho a certeza de que todos os Estados-Membros da UE irão apoiar essas políticas dos EUA e de que responderão ao possível apelo do Presidente Obama à cooperação ou à ajuda na resolução da questão dos prisioneiros libertados. No entanto, votei contra o número da resolução que insta os Estados-Membros, "a estarem preparados para aceitar reclusos de Guantánamo", pois creio que esta questão deveria ser decidida por cada país da Comunidade de forma independente. Não tenho dúvida de que cada um deles, perante um caso concreto, responderá positivamente e oferecerá apoio à Administração dos EUA. Todavia, isso representará a sua própria escolha e boa vontade, bem como o respeito pelas normas jurídicas internacionais e humanitárias.

Athanasios Pafilis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Os eurodeputados do Partido Comunista da Grécia votaram contra a proposta de resolução comum apresentada pelos partidos políticos no Parlamento Europeu, apelando à libertação imediata de todos os presos detidos arbitrariamente e retidos pelos EUA na base de Guantánamo e ao encerramento imediato e definitivo da referida base que também mantém ilegalmente em solo cubano, contra a vontade do povo cubano e do seu governo.

Em vez disso, a resolução apela a um "julgamento justo" para aqueles detidos contra os quais os EUA considerem possuir provas, exortando os Estados-Membros da UE a acolherem presos nas suas próprias prisões, no âmbito da luta conjunta contra o terrorismo levada a cabo pela UE e os EUA. É uma perfeita palhaçada e é cumplicidade concordar com o julgamento e condenação dos detidos, quando todos sabemos das torturas medievais a que foram submetidos e, conseqüentemente, da credibilidade das provas obtidas ao fim de anos de encarceramento desumano.

As celebrações e saudações em torno do Presidente Obama estão a criar ilusões nas pessoas quanto à política do imperialismo. No que toca a esta questão específica, as ordens dadas relativamente a Guantánamo mantêm a possibilidade de a CIA "raptar suspeitos terroristas" e de os levar para prisões secretas.

Tobias Pflüger (GUE/NGL), *por escrito*. – (DE) Votei a favor da proposta de resolução comum do Parlamento Europeu sobre o repatriamento e a reinstalação dos reclusos do centro de detenção de Guantánamo, pois aplaudo a aceitação de prisioneiros de Guantánamo por parte dos países da UE. Muitos Estados-Membros da UE têm co-responsabilidade no que se refere a este centro de detenção pelo facto de terem, por exemplo, concedido direitos de sobrevoos para o transporte ilegal de prisioneiros.

No entanto, o relatório contém alguns pontos que tornam difícil um voto favorável.

As práticas de tortura em Guantánamo, nomeadamente o afogamento simulado, não são explicitamente referidos como tortura, mas sim como "duras técnicas de interrogatório [...] que equivalem a tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes".

Além disso, foram rejeitadas todas as alterações propostas pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde e pelo Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia que exigiam o encerramento de todos os campos de detenção secretos, o direito de indemnização para as vítimas e uma investigação das violações dos direitos humanos em Guantánamo.

Luís Queiró (PPE-DE), *por escrito*. – A dificuldade da Europa em lidar com a decisão de encerramento de Guantánamo revela bem a distância que vai entre as intenções assentes em princípios válidos e a realidade, plena de dificuldades.

O encerramento de Guantánamo é uma boa notícia, tanto em si mesma, como enquanto símbolo. Mas este encerramento não resolve o problema para o qual aquela foi criada - e que ela também não resolveu: como lidar com uma ameaça à segurança nacional e internacional que se apresenta com características inteiramente distintas dos tradicionais combatentes inimigos, para quem o direito internacional foi pensado e está preparado?

Mais do que cooperar no eventual acolhimento de ex-detidos de Guantánamo - que pode ser necessário mas deve ter em conta diversas limitações - a Europa, os Estados Unidos e a sociedade internacional devem cooperar no sentido de procurar uma solução jurídica estável e duradoura que responda a este desafio dos combatentes terroristas internacionais. Sem ela, a Guantánamo suceder-se-á uma outra má solução.

Quanto ao acolhimento de ex-detidos, para além do dever de coordenação a nível europeu, seria avisado não acolher aqueles a quem, noutras circunstâncias, não se concederiam vistos por razões de segurança. Boa vontade e cautela devem ser os critérios.

Luca Romagnoli (NI), *por escrito*. - (IT) Votei contra a proposta de resolução comum sobre o repatriamento e a reinstalação dos detidos de Guantánamo. Em particular, tenho a firme convicção de que a responsabilidade por todo o processo de encerramento do centro de detenção de Guantánamo e pelo futuro dos seus detidos cabe apenas e exclusivamente aos Estados Unidos da América.

Além disso, não concordo com a afirmação feita na resolução de que a responsabilidade pelo respeito do direito internacional e dos direitos fundamentais cabe a todos os países democráticos e, particularmente, à UE. Não podemos interferir numa matéria que é da exclusiva competência do Governo dos Estados Unidos. Em suma, pelas razões que acabo de expor, sou contra a eventual admissão dos detidos de Guantánamo na UE.

Catherine Stihler (PSE), *por escrito*. - (EN) Todos os Estados-Membros deverão fazer a sua parte para tornar possível o encerramento do centro de detenção da Baía de Guantánamo. De nada vale exortar os Americanos a encerrarem este centro, o que o actual Presidente está a fazer, se não pudermos partilhar alguma da responsabilidade.

Andrzej Jan Szejna (PSE), *por escrito*. - (PL) Congratulo-me com a decisão do Presidente Barack Obama relativa ao encerramento do centro de detenção de Guantánamo. Durante a campanha para a sua eleição, o Presidente Obama tinha já sublinhado que o encerramento desta conhecida prisão seria uma prioridade.

A questão do repatriamento e reinstalação dos reclusos do centro de detenção de Guantánamo pode ser o sinal de uma importante mudança da política americana na direcção certa, nomeadamente no sentido do respeito pelos direitos fundamentais, bem como pelo direito internacional e humanitário. Todos os reclusos devem ser julgados. Se forem condenados, devem cumprir a sua pena numa prisão dos Estados Unidos. Os que não forem acusados e que optem voluntariamente pelo repatriamento devem ser restituídos ao seu país de origem o mais rapidamente possível. Os que não forem acusados, mas que também não possam ser repatriados devido a um risco de tortura ou perseguição devem ter a oportunidade de permanecer nos Estados Unidos, onde lhes deve ser oferecida protecção humanitária e uma indemnização. Actualmente, há cerca de 242 reclusos em Guantánamo. Alguns permanecem no centro de detenção simplesmente por não haver nenhum país para o qual possam regressar em segurança. Trata-se de pessoas que não foram acusadas de quaisquer crimes.

A luta contra o terrorismo continua a ser uma prioridade da política externa da União Europeia e dos Estados Unidos. No entanto, devemos sublinhar enfaticamente que essa luta deve andar sempre de mãos dadas com o respeito pelos direitos fundamentais e pelos princípios do direito internacional.

9. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13H20, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: ROTHE*Vice-presidente***10. Aprovação da acta da sessão anterior***(A acta da sessão anterior é aprovada)*

Nils Lundgren (IND/DEM). - (EN) Senhora Presidente, intervenho para uma invocação do Regimento, e remeto para o n.º 2, alíneas a) e b) do artigo 142.º sobre a repartição do tempo de uso da palavra. Ontem, aquando do debate sobre o centro de detenção de Guantánamo, aqui nesta Câmara, eu e diversos outros oradores fomos interrompidos sem piedade ao excedermos nalguns segundos o nosso tempo de uso da palavra. Este duro tratamento foi infligido pelo Presidente Pöttering e pelo Vice-presidente Siwiec, que o substituiu à tarde.

Em contrapartida, o Presidente Pöttering permitiu ao presidente do Grupo PSE, Martin Schulz, exceder o seu tempo de uso da palavra em bem mais de um minuto. Bem, não me passaria pela cabeça insinuar que isso se deve ao facto de os senhores deputados Pöttering e Schulz serem companheiros – *alte Kameraden*, como poderíamos dizer em alemão –, porém, registo aqui um padrão recorrente. Os colegas de grandes grupos políticos que veiculam a mensagem política que a Presidência do Parlamento pretende ouvir são tratados com grande generosidade. Os colegas dos grupos políticos mais pequenos, que veiculam mensagens políticas que a Presidência do Parlamento não quer ouvir, são tratados com grande severidade. Pois bem, esta é uma violação do Regimento, no qual se estipula claramente a forma como o tempo de uso da palavra deverá ser repartido.

Gostaria de recordar ao Presidente Pöttering e a todos os seus Vice-presidentes –

(O Presidente informa o orador que excedeu o seu tempo de uso da palavra)

Vim para aqui mandatado para defender a subsidiariedade e a soberania dos Estados-Membros, e o Presidente e os Vice-presidentes deste Parlamento não têm qualquer direito de tentar silenciar a voz de 1 5% do eleitorado sueco.

Presidente. – Senhor Deputado Lundgren, tenho de lhe retirar a palavra. O senhor deputado excedeu em mais de metade o seu tempo de uso da palavra. Tomei nota do que disse. Creio que ficou claro para todos.

Nils Lundgren (IND/DEM). - (EN) Senhora Presidente, permita-me que lhe lembre que isto não aconteceria ao senhor deputado Schulz, que não teria sido interrompido. Esta é uma grande diferença. Mas acaba de comprovar a pertinência do meu argumento – muito obrigado.

Presidente. – Senhor Deputado Lundgren, está seguramente equivocado. Tomarei nota das suas palavras, que ficarão registadas na acta. Também seria seguramente apropriado discutir na Mesa a questão das diferenças de comportamento, o que em parte se deve à quantidade de tempo disponível.

11. Kosovo (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre o Kosovo.

Hannes Swoboda (PSE). – (DE) Senhora Presidente, estamos hoje a debater a questão do Kosovo com base num relatório muito exaustivo do senhor deputado Lagendijk, o relator, um relatório que está, naturalmente, relacionado com as declarações da Comissão e do Conselho.

No presente caso, o relator não dispõe de tempo oficial de uso da palavra, o que considero uma situação inqualificável. Se o relator tivesse simplesmente apresentado o relatório de iniciativa na segunda-feira à noite, teria disposto de quatro minutos. Penso que não é justo. Solicito à Mesa, por conseguinte, que se debruce sobre esta questão e pondere se não é de conceder também tempo oficial de uso da palavra a alguém que, como o relator da Comissão do Assuntos Externos, desenvolveu um trabalho de vários meses.

Agora, por uma questão de solidariedade para com um colega do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, a senhora deputada Kallenbach concedeu-lhe o seu minuto de tempo de palavra. Talvez fosse possível, Senhora Presidente, se tal estiver no seu poder, atribuir um minuto à senhora deputada Kallenbach ao abrigo

do procedimento "catch-the-eye". Gostaria, no entanto, de lhe pedir que reflectisse cuidadosamente sobre esta questão. Temos de encontrar uma regulamentação diferente para este tipo de casos.

Presidente. – É verdade, sem dúvida, que é necessário abordar o problema de fundo. No que respeita a esta situação específica, recomendaria que a senhora deputada Kallenbach solicitasse esse minuto ao abrigo do procedimento "catch-the-eye", pois isso simplificaria bastante as coisas.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhora Presidente, estou grato por esta oportunidade para fazer o ponto da situação quanto à evolução mais recente no Kosovo. Daqui a duas semanas – em 17 de Fevereiro de 2009 – o Kosovo celebrará o primeiro aniversário da sua declaração de independência, pelo que este é seguramente um debate oportuno. Desde então, o Kosovo adoptou uma Constituição e um quadro jurídico e institucional completamente novo. A declaração de independência criou uma nova situação e novos desafios à comunidade internacional e à UE, em particular.

As opiniões divergentes dos Estados-Membros relativamente à declaração de independência não prejudicam, de forma alguma, os objectivos políticos globais da União. Permanecemos empenhados em ajudar o desenvolvimento económico e político do Kosovo no âmbito do objectivo geral de assegurar a estabilidade a longo prazo do conjunto dos Balcãs.

No caso do Kosovo, isso significa contribuir, em especial, para o reforço do estado de direito, o respeito pelos direitos humanos e a protecção das minorias, bem como encorajar o desenvolvimento económico e trabalhar em prol da protecção do rico património cultural e religioso do Kosovo.

Significa igualmente continuar a ver o Kosovo no quadro mais alargado dos Balcãs Ocidentais, estabelecido na Cimeira de Salónica em 2003. A política de apoio a uma perspectiva europeia para a totalidade dos países dos Balcãs Ocidentais, acordada nessa ocasião, foi entretanto reiterada, mais recentemente, pelo Conselho na sua reunião de 8 de Dezembro de 2008.

Prova do nosso contínuo empenhamento é a rápida nomeação, no início do ano passado, de Pieter Feith como Representante Especial da UE, o qual está baseado em Priština e terão oportunidade de conhecer, muito em breve, na Comissão dos Assuntos Externos. A sua missão, e a da sua equipa, é prestar um apoio valioso no terreno, a fim de nos ajudar, colectivamente, a cumprir todos os nossos objectivos políticos.

Mais recentemente, no início de Dezembro de 2008, a EULEX, até à data a mais ambiciosa missão civil da PESD, iniciou o seu mandato. O seu principal objectivo é assistir e apoiar as autoridades do Kosovo na área do Estado de direito, especificamente, no desenvolvimento da administração policial, judiciária e aduaneira.

O nosso principal desafio, ao longo dos próximos meses, será intensificar o nosso envolvimento no Kosovo, sobretudo avançando para o destacamento total da EULEX. Somos suficientemente realistas para saber que o ano de 2009 trará a sua quota-parte de dificuldades e obstáculos.

As instituições do Kosovo enfrentarão igualmente numerosos desafios no cumprimento dos seus compromissos de desenvolvimento de um Kosovo estável, multiétnico e democrático. A ajuda da comunidade internacional é fundamental se quisermos que o Kosovo tenha êxito na sua integração plena no resto da região.

A Comissão anunciou que, no final do corrente ano, apresentará um estudo que analisará formas de promover o desenvolvimento político e socioeconómico do Kosovo. Esta intenção foi muito saudada pelo Conselho. Deverá proporcionar novas oportunidades e assentar naquilo que já foi conseguido, fazendo ajustamentos à luz da nossa experiência ao longo dos próximos meses.

A situação no Norte do Kosovo continuará seguramente a ser difícil ao longo dos próximos meses, exigindo uma atenção particular. Os mais recentes surtos de violência étnica em Mitrovica, no início de Janeiro deste ano, foram potencialmente graves, mas foram contidos. É particularmente encorajador que as autoridades de Priština tenham actuado com uma razoável contenção. No entanto, estes incidentes recordam-nos constantemente os riscos permanentes de desestabilização que existem na região. Continuaremos a acompanhar de perto a situação, em particular no Norte do país.

A Presidência está grata pelo interesse contínuo manifestado pelos deputados deste Parlamento e pelo seu apoio ao papel da União na região. Congratulo-me, em especial, com a proposta de resolução apresentada para debate no actual período de sessões. É encorajador que o Parlamento esteja em posição de dar o seu apoio aos nossos esforços na região, bem como ao empenhamento da União na estabilidade do Kosovo, no contexto da região mais alargada.

Esta Presidência está empenhada em manter o Parlamento informado, quer através de discussões regulares aqui em plenária, quer de sessões mais específicas nas comissões. Temos previstas várias actividades para esta Primavera, *inter alia*, dedicar a reunião de Gymnich, no final de Março, aos Balcãs Ocidentais. Estou igualmente ciente de que Pieter Feith se reunirá com a Comissão dos Assuntos Externos na próxima semana, reunião em que terá a oportunidade de apresentar informações actualizadas e circunstanciadas acerca da evolução mais recente no terreno.

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, um ano apenas após a declaração de independência, a situação no Kosovo e em toda a região dos Balcãs Ocidentais encontra-se, em geral, estável e sob controlo, apesar de alguns incidentes.

A presença da União Europeia no Kosovo tem vindo progressivamente a materializar-se, vindo a revezar as Nações Unidas. O Representante Especial da UE reside em Pristina, e a Missão da União Europeia para o Estado de Direito (EULEX) encontra-se destacada por todo o Kosovo, ficando totalmente operacional em finais de Março.

Um Kosovo estável e multiétnico é uma prioridade essencial para a União Europeia. A melhor forma de o Kosovo rumar à integração europeia é através da criação de uma sociedade democrática e multiétnica, no pleno respeito pelo Estado de direito, cooperando de forma pacífica com os seus vizinhos e contribuindo para a estabilidade regional e europeia. Isso inclui medidas de vulto com vista à salvaguarda do futuro de todas as comunidades no Kosovo, criando assim a base para um desenvolvimento económico e político sustentável.

O relatório de progresso da Comissão, de Novembro de 2008, foi considerado por todas as autoridades como uma avaliação objectiva e justa daquilo que já foi conseguido e dos desafios futuros. As autoridades do Kosovo comprometeram-se a trabalhar e cooperar com a Comissão para enfrentar esses desafios. Disponibilizamos fundos significativos ao Kosovo, ao abrigo do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão (IAP), como parte do compromisso total de 1,2 mil milhões de euros assumido na Conferência de doadores de Julho de 2008.

Em 2008, o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão apoiou projectos no valor de 185 milhões de euros no Kosovo, o triplo do valor se comparado com o ano anterior. Concederemos ainda 106 milhões de euros em 2009. A gestão destes fundos é da exclusiva responsabilidade do Gabinete de Ligação da Comissão em Pristina, que está agora totalmente operacional, possuindo já todos os sistemas de controlo pertinentes, e que substitui a Agência Europeia de Reconstrução.

A Comissão congratula-se com a proposta de resolução que hoje é aqui debatida no Parlamento Europeu. Aborda uma série de questões que todos concordamos serem de extrema importância, como a preservação do património cultural do Kosovo, a melhoria da capacidade da sua administração pública, uma melhor integração entre as suas comunidades, a importância da educação multiétnica e a sorte das famílias romanichéis nos campos contaminados com chumbo no Norte.

A Comissão leva todas estas questões muito a sério. Posso talvez dizer algumas palavras sobre cada uma delas.

A Comissão financia, desde 2004, a reconstrução de sítios religiosos e culturais – o seu programa dispõe de um orçamento de 10 milhões de euros –, com o envolvimento próximo do Conselho da Europa. Em 2008 e 2009, o financiamento mantém-se, contando com mais 2,5 milhões de euros para novos projectos. Consideramos que este é um importante aspecto da reconciliação e apoiámos a criação de uma base de dados do património cultural do Kosovo. Os cemitérios também poderão ser incluídos neste debate, a fim de assegurar a sua restauração e preservação adequadas.

Gostaria de manifestar a nossa gratidão ao Parlamento Europeu pelo montante adicional de 3 milhões de euros, no quadro do orçamento para 2008, destinados à reconstrução do património cultural nas zonas afectadas pela guerra nos Balcãs Ocidentais. A Comissão atribuiu metade desse montante – 1,5 milhões de euros – ao Kosovo, num projecto conjunto com o Ministério da Cultura, na cidade multiétnica de Prizren.

Ficamos gratos pelo montante adicional ao abrigo desta rubrica, inscrita igualmente no orçamento para o ano em curso. Ao abrigo do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão de 2007, a Comissão está a implementar projectos com vista a facilitar o regresso e a integração das pessoas internamente deslocadas e dos refugiados no Kosovo, num total de 3,3 milhões de euros. Previmos financiamentos adicionais – 4 milhões de euros ao abrigo do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão para 2008 e 2 milhões ao abrigo do Instrumento de

Assistência de Pré-Adesão para 2009. Estas somas contribuirão igualmente para melhorar a capacidade local de reintegrar as pessoas regressadas no ambiente social e económico local.

A igualdade de géneros é também uma das prioridades da nossa agenda. A Comissão proporcionou assistência técnica à Agência do Kosovo para a Igualdade dos Géneros. Apoiou igualmente, através do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos, as actividades de várias ONG locais que trabalham no campo da igualdade dos géneros e dos direitos da mulher.

No que se refere à capacidade da administração pública, a Comissão acompanha a implementação da estratégia de reforma e do plano de acção da administração pública do Kosovo. Salientámos junto das autoridades a urgência de adoptar legislação relativa à função pública. Através do nosso envolvimento na criação da escola regional de administração pública, cooperamos também com o Instituto da Administração Pública do Kosovo. É prestada uma especial atenção ao Ministério do Governo e da Administração Local, mediante um projecto de apoio num valor de praticamente 1 milhão de euros.

A Comissão está a desenvolver esforços significativos para ajudar a reformar o sistema de ensino no Kosovo. A nossa assistência financeira é abrangente. Visa melhorar simultaneamente as condições materiais e a qualidade do ensino primário, secundário e terciário e do sector da formação profissional, bem como reforçar os aspectos multiculturais como base para a conciliação.

Na sequência da conferência de doadores de Julho, foi criado pelo Banco Mundial um Fundo Fiduciário de Dadores Múltiplos destinado ao sector social mais alargado, incluindo a educação. A Comissão encontra-se entre os principais contribuintes para o Fundo, contribuindo com um valor de 5 milhões de euros. Ao todo, a assistência da UE para a educação no Kosovo, ao longo do período de 2006-2010, ascende a 30,5 milhões de euros. A abertura da universidade europeia multiétnica receberá o nosso apoio assim que as partes interessadas a nível local cheguem a um acordo para transformar estes esforços num projecto sustentável.

A sorte das famílias romanichéis nos campos de refugiados contaminados com chumbo é motivo de grande preocupação. A Comissão está a ajudar activamente na procura de uma solução sustentável aceitável para todos. Exortámos reiteradamente todas as partes a abster-se de politizar a questão, agindo exclusivamente no melhor interesse das famílias romanichéis.

Por último, o Kosovo beneficia ainda dos nossos programas multi-beneficiários, que abrangem os Balcãs Ocidentais e a Turquia e que financiam os processos de recenseamento civil das populações romanichéis. O nosso apoio aos romanichéis no Kosovo inclui também a educação. Apoiamos, juntamente com o Conselho da Europa, a educação de qualidade para as crianças romanichéis, incluindo o ensino da sua língua materna.

A meu ver, tudo isto é bastante consentâneo com as vossas propostas. Agradeço muito aos senhores deputados deste Parlamento a sua atenção e aguardo com expectativa as suas questões.

Doris Pack, em nome do Grupo PPE-DE. – (DE) Senhora Presidente, gostaria de felicitar o relator e o relator-sombra, pois creio que, em conjunto, produzimos uma excelente resolução.

A presente resolução apela ao Conselho e à Comissão para que assegurem a execução de uma acção comum no Kosovo, solicita que a EULEX actue em colaboração com o Alto Representante da UE e que sejam criadas sinergias em benefício da vida económica e social do Kosovo, que necessita verdadeiramente de uma melhoria.

A missão EULEX deve igualmente assegurar que os processos judiciais que se arrastam há vários anos sejam finalmente levados por diante e concluídos. Continua a haver muitas atrocidades que ainda não foram expostas e apresentadas perante um tribunal. O combate à corrupção no Kosovo é igualmente importante, já que ainda há muitos criminosos que continuam impunes.

Para além de tudo aquilo que já ouvimos, a União Europeia deveria ponderar não só a tomada de medidas em grande escala, mas também a necessidade de se centrar mais intensamente na vida quotidiana das pessoas e nas possibilidades de projectos locais que envolvam a população local. Este trabalho é muito importante.

Devemos exortar o Governo do Kosovo a finalmente dar início à aplicação prática da sua Constituição, que inclui o plano Martti Ahtisaari. A população do Kosovo deve estar consciente, na sua vida quotidiana, de que todos vivem ali em conjunto e que os Sérvios, os Albaneses e os membros de todas as outras minorias no Kosovo devem ser vistos como cidadãos com direitos iguais.

O Governo do Kosovo deve igualmente levar por diante o seu programa de descentralização. Sou, como é óbvio, totalmente a favor da criação de um Colégio Universitário Europeu multiétnico, que seria, a par da

Universidade de Priština e da Universidade de Mitrovica, mais uma instituição comum a centrar a atenção num futuro comum.

Além disso, gostaria que a Sérvia percebesse finalmente que os Sérvios do Kosovo não querem ser incentivados a não participar no governo. Devem ser autorizados a tomar parte no governo, no trabalho parlamentar e na vida civil. Só assim o Kosovo poderá florescer.

Csaba Sándor Tabajdi, *em nome do grupo PSE*. - (FR) Senhora Presidente, vou falar em nome do Grupo Socialista no Parlamento Europeu. Podemos constatar que a situação no Kosovo está a melhorar. Temos de agradecer à Presidência checa e à Comissão a sua boa cooperação. Estou perfeitamente de acordo com a senhora deputada Doris Pack quando afirma que a missão EULEX constitui um enorme desafio para a Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, um dos maiores desafios de toda a história da União Europeia enquanto Comunidade de direito.

É excelente que já exista uma base jurídica no seguimento da declaração do presidente do Conselho de Segurança, que o Governo sérvio acolheu positivamente. Havia um acordo tácito da parte da China e da Rússia, que anteriormente tinham rejeitado qualquer resolução do conflito.

É primordial a missão EULEX cooperar bem com as partes envolvidas no Kosovo. Não devemos repetir os erros cometidos pela MINUK, que desperdiçou muito dinheiro e se afastou da população do Kosovo. A senhora deputada Doris Pack também referiu esta questão. É extremamente importante clarificar a partilha das competências entre, por um lado, o Governo e o Parlamento do Kosovo e, por outro, a EULEX.

Não podemos assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento do Kosovo. A presença da EULEX no Norte do Kosovo é muito importante, a fim de evitar a partilha desse território. Por fim, a execução integral das disposições da constituição nos termos do plano Ahtisaari representa uma questão primordial para as minorias.

Johannes Lebech, *em nome do Grupo ALDE*. - (DA) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de manifestar o meu profundo regozijo por esta proposta de resolução e agradecer ao senhor deputado Lagendijk o notável trabalho que realizou. O resultado é um texto equilibrado e pertinente que simultaneamente trata todas as questões importantes. Através desta resolução, o Parlamento Europeu estará, principalmente, a enviar um sinal ao povo do Kosovo e às pessoas noutros países dos Balcãs Ocidentais e a dizer: "Não nos esquecemos de vocês, vocês fazem parte da Europa". Não são meras palavras ocas e destituídas de sentido real. A missão EULEX, a maior missão até hoje levada a cabo ao abrigo da Política Comum de Segurança e Defesa, já está a caminho. É gratificante que a missão seja apoiada pela ONU e que abranja o país todo.

Através desta resolução, o Parlamento Europeu estará a apoiar o Kosovo nesta missão. Também salientámos as áreas nas quais os Estados-Membros da UE poderão ajudar o Kosovo. Este aspecto diz respeito à ajuda especial para o estabelecimento da administração pública, ao reforço da sociedade civil e aos projectos educativos. Quando salientamos as áreas em que os líderes do Kosovo têm de introduzir melhorias, por exemplo, na protecção das minorias, é porque falamos a sério quando dizemos que vamos apoiar o Kosovo nos seus esforços para a criação de uma sociedade democrática. Uma sociedade democrática que respeite as minorias e coexista pacificamente com os seus países vizinhos. Isto não diz apenas respeito ao futuro do Kosovo, mas ao futuro de toda a região dos Balcãs e à Europa como um todo. Temos um longo caminho a percorrer e vai ser difícil. Existe apenas um caminho e é na direcção da UE e de uma integração total e completa do Kosovo e do resto dos Balcãs Ocidentais no quadro da cooperação Europeia.

Ryszard Czarnecki, *em nome do Grupo UEN*. - (PL) Senhora Presidente, o pecado original cometido quando este novo país, o Kosovo, nasceu está relacionado com o sentimento prevalecente entre a minoria sérvia do Kosovo e Metochia, bem como na própria Sérvia, de que o novo Estado e toda a maioria muçulmana estão contra os sérvios. Este facto deverá ter influenciado as relações entre Belgrado e Priština e, certamente, também as relações entre o povo kosovar e os sérvios que vivem em enclaves de etnia sérvia.

Se os direitos culturais, educativos e religiosos da minoria sérvia não forem respeitados, as relações bilaterais entre o Kosovo e a Sérvia, bem como noutras regiões dos Balcãs, serão mais difíceis e a adesão de Priština à União Europeia ficará mais longe.

Concordo com o que disse o senhor deputado Johannes Lebech, que usou da palavra antes de mim. O governo do Kosovo tem de compreender que o respeito pelos direitos das minorias constitui a norma europeia. Temos que respeitar rigorosamente estes princípios e, nesse contexto, manter-nos atentos aos nossos parceiros do Kosovo.

Joost Legendijk, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Decorreu quase um ano até que a missão EULEX tivesse, finalmente, condições para cumprir o seu mandato inicial. Convirá recordar no que consistia esse mandato inicial.

A EULEX, como já alguém frisou, a maior missão europeia de sempre, propunha-se desenvolver e actuar em todo o Kosovo, a norte e a sul do rio Ibar. A EULEX seria também responsável por três domínios – o serviço aduaneiro, a polícia e o sistema judicial – e, acima de tudo, não havia qualquer – e sublinho qualquer – relação ambígua entre, por um lado, a EULEX e, por outro, a MINUK, a missão das Nações Unidas. Muito menos as acções da EULEX resultariam na divisão do país entre norte e sul. Não era esse, de todo, o propósito da missão.

Durante muito tempo, por culpa do evidente bloqueio que entravava o Conselho de Segurança, foi tido como impossível cumprir o mandato inicial. Efectivamente, foi apenas a partir de Novembro último que se começou a pensar que a missão, afinal, podia começar a actuar. Volvidos dois a três meses sobre o início das suas operações, convirá fazer um balanço da situação e analisar se as coisas estão efectiva ou, fazendo uso de alguma prudência, aparentemente a funcionar.

As autoridades policiais do Kosovo estão extremamente satisfeitas com a excelente cooperação estabelecida com a EULEX. Os serviços aduaneiros reataram finalmente o seu normal funcionamento, sobretudo na parte norte do Kosovo, onde, no ano passado, foram feitos em cinzas pelos Sérvios kosovares. Por último, teve início o imenso rol de acções judiciais em matéria de violência interétnica e de corrupção, o que demonstra, mais uma vez, que a actuação da EULEX serve os interesses de todas as comunidades, e não apenas dos Albaneses ou dos Sérvios.

Mas o que realmente espero é que os progressos obtidos pela EULEX nos últimos meses tenham continuidade de uma forma positiva. De igual modo, faço votos para que Belgrado compreenda que a sua actual abordagem, no sentido de um trabalho construtivo com a União Europeia, é de longe mais eficaz do que tentar permanentemente reescrever a história. Acima de tudo, faço votos para que as autoridades do Kosovo consigam resolver a enorme série de problemas que ainda têm pela frente. A longo prazo, será possível controlar a corrupção, assim como o crime organizado, ainda com demasiada força no Kosovo. A longo prazo, com base na legislação da UE, o Kosovo terá um aprovisionamento energético sustentável. A longo prazo, a economia do Kosovo poderá, por fim, descolar.

O Kosovo é um Estado independente e, quer isso agrade a este Parlamento ou não, este é um facto irreversível. A União Europeia tem a ganhar com a transformação do Kosovo num Estado viável. É por isso que lá estamos, e lá temos de continuar a estar.

Tobias Pflüger, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhora Presidente, o meu grupo, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, rejeita a resolução apresentada sobre o Kosovo. A maioria dos Estados-Membros, mas não todos, reconheceram o Kosovo em clara violação do direito internacional. O meu grupo insiste na necessidade de todas as normativas relativas ao Kosovo estarem em conformidade com o direito internacional e de serem acordadas com todas as partes envolvidas, incluindo a Sérvia. O reconhecimento do Kosovo criou um precedente desastroso, que está agora a ser seguido por outras regiões, como a Ossétia do Sul e a Abcásia.

A UE lançou a missão EULEX no Kosovo. O Grupo GUE/NGL rejeita esta missão, uma vez que se baseia no reconhecimento do Kosovo em clara violação do direito internacional, criando, assim, qualquer coisa como um protectorado da União Europeia. A EULEX tem, e cito, "determinadas responsabilidades executivas", o que significa que os seus funcionários podem simplesmente anular decisões tomadas pelas autoridades kosovares. A missão EULEX inclui também 500 polícias encarregados de combater actos de insurreição. Em 26 de Janeiro, a EULEX e a KFOR realizaram um exercício comum de combate à insurreição, o que, infelizmente, demonstra a estreita cooperação existente entre a UE e a NATO no Kosovo.

Ao mesmo tempo, a UE e outras organizações estão a promover uma reconstrução económica neoliberal no Kosovo, mas não é isso que a população deseja. Por isso, apelamos a soluções que estejam em consonância com o direito internacional e a um voto inequívoco contra a missão EULEX da União Europeia. Se queremos de facto apoiar a população local, a missão EULEX não nos permitirá fazê-lo.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo IND/DEM. – (NL) Quando, há dois meses, fiz uma visita de trabalho ao Kosovo, pude constatar *in loco* por que é que tanta gente acha difícil a presença internacional naquele país. Além disso, tive então a impressão de que os vários níveis de actuação nem sempre funcionavam bem em conjunto.

As instituições europeias deviam fazer mais do que encolher os ombros. Estamos envolvidos na situação. Através da missão EULEX, a Europa é responsável pela situação vivida no terreno. Quer seja solicitada para o efeito ou não, a EULEX deve adoptar uma atitude mais assertiva e ajudar as autoridades do Kosovo em tudo o que for possível.

Gostaria de destacar dois aspectos. Em primeiro lugar, insto os Estados-Membros que ainda não reconheceram o Kosovo a reconsiderarem a sua posição. O Kosovo não vai retornar ao interior das fronteiras da Sérvia. Em segundo lugar, apelo à elaboração de um plano director para os Balcãs Ocidentais, que devia ser executado, de forma tangível, em colaboração com todos os países envolvidos, de modo a ajudá-los a prepararem-se para a adesão à União Europeia. É este o compromisso da Europa para com os Balcãs Ocidentais.

Bernd Posselt (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, como relator-sombra do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus, gostaria de felicitar o senhor deputado Lagendijk pelo seu excelente texto. Apoiamos o programa de reforma na Sérvia e respeitamos, naturalmente, a pequena minoria de Estados-Membros da UE que não reconheceram o Kosovo ao abrigo do direito internacional.

Queremos, no entanto, desencorajar as pessoas a acreditarem que esta evolução possa ser revertida. Três quartos dos deputados deste Parlamento votaram a favor do reconhecimento do Kosovo. A Comissão pronunciou-se igualmente a favor, juntamente com 23 dos 27 Estados-Membros, todos os países do G7, quatro das seis repúblicas da antiga Jugoslávia e três dos quatro países vizinhos do Kosovo.

Isto demonstra que esta evolução é irreversível. Por isso, é importante olhar para o futuro, o que envolve alguns riscos. O primeiro grande risco é a divisão do Kosovo. Até agora, a divisão da ex-Jugoslávia tem-se processado ao longo das fronteiras das antigas repúblicas ou ao longo das antigas fronteiras internas das regiões autónomas. Se o mapa fosse redesenhado, por exemplo em Mitrovica, a consequência seria, nomeadamente, os albaneses no vale de Preševo, na Sérvia, a população de Sandžak de Novi Pazar e outros começarem a interrogar-se sobre onde devem as fronteiras situar-se. O que daria origem a uma situação extremamente perigosa.

Por esta razão, faz todo o sentido seguir o plano Ahtisaari, que respeita as antigas fronteiras internas da Jugoslávia, ao mesmo tempo que prevê uma ampla e mútua protecção das minorias. A protecção das minorias prevista no antigo plano Ahtisaari, que agora é parte integrante da Constituição do Kosovo, é o mais completo programa de protecção do mundo. Os Sérvios do Kosovo devem aproveitar esta oportunidade e fazer uso dessa protecção das minorias.

Senhor Presidente em exercício do Conselho, V. Exa. sabe que eu próprio provenho de uma minoria que foi abusivamente usada para servir os fins de outros. Os Sérvios do Kosovo devem fazer por evitar este tipo de situação. O outro perigo que ameaça o Kosovo é o do caos e da corrupção. Neste caso, só posso dizer que temos de tornar a EULEX forte, porque a UNMIK não foi solução, mas, na realidade, parte do problema.

Hannes Swoboda (PSE). – (DE) Senhora Presidente, o meu colega Joost Lagendijk está na mesma situação do Kosovo. Existe, mas não é reconhecido por todos como relator, embora o seja de facto. Neste contexto, gostaria de lhe manifestar o meu sincero agradecimento, assim como ao senhor deputado Tabajdi, pelo seu relatório.

É evidente que, em relação ao reconhecimento do Kosovo, ainda não fizemos os progressos que muitas pessoas, inclusive no Kosovo, desejariam. Temos de reconhecer que esta foi uma situação dolorosa para a Sérvia. Não devemos lançar mais achas para a fogueira, devendo, sim, desenvolver todos os esforços para garantir que o processo seja um processo pacífico. Regozijo-me pelo facto de os líderes da Sérvia, apesar de muitas palavras duras no início, terem tentado legalizar e neutralizar a situação, a fim de dar uma oportunidade à missão EULEX. Gostaria que todos aqueles que se opõem à missão EULEX me dissessem em que situação se encontrariam os Sérvios e outras minorias no país se a mesma não existisse.

É absurdo, do ponto de vista da minoria sérvia ou da própria Sérvia, condenar a missão EULEX. Considero simplesmente grotesco o facto de haver alguém, neste Parlamento, que apoia a Sérvia mas condena a missão EULEX. É verdade, no entanto, que existem algumas questões ainda em aberto. Os líderes políticos do Kosovo devem fazer um esforço para pôr as coisas em prática. Uma das nossas principais tarefas e exigências é a implementação de todos os pontos do plano Ahtisaari, que vamos votar amanhã no contexto da presente resolução.

Por último, devemos promover a integração de toda a região. Naturalmente, todos os países terão de fazer os seus trabalhos de casa. No entanto, quanto mais progressos a Sérvia e a Macedónia fizerem no processo

de integração, tanto mais rapidamente conseguiremos resolver a questão do Kosovo e as outras questões conexas ainda em aberto. Só a integração de todos os países da região criará as condições necessárias para uma evolução pacífica do Kosovo.

Annemie Neyts-Uyttebroeck (ALDE). – (NL) Uma vez que todos os oradores que usaram da palavra estão razoável, devida ou excepcionalmente familiarizados com a situação do Kosovo, não vejo necessidade de me alargar muito mais sobre o assunto para tentar convencer o Parlamento de quão familiarizados estamos com a situação.

Devíamos, em primeiro lugar, regozijar-nos pelo facto de o primeiro ano de independência do Kosovo ter, afinal, corrido bastante bem, e melhor do que muitos temiam. De igual modo, gostaria de exprimir o meu contentamento e satisfação pelo facto de a missão EULEX ter, finalmente, iniciado as suas operações, graças à boa vontade de muitos e ao trabalho competente levado a cabo no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Muita coisa dependerá do sucesso da missão EULEX, visto que, antes da sua independência, o Kosovo foi, durante dez anos, um protectorado. Interessa-nos agora conduzir o Kosovo para a maturidade.

Sylwester Chruszcz (UEN). – (PL) Senhora Presidente, uma decisão unilateral da comunidade albanesa resultou na declaração de independência da província sérvia do Kosovo em relação à Sérvia. Pessoalmente, considero que se trata de uma violação sem precedentes do direito internacional. Além disso, esta decisão teve outras repercussões, reveladas pelos acontecimentos do ano passado no Cáucaso.

Gostaria de recordar que as Nações Unidas não reconheceram a decisão dos albaneses do Kosovo. A Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas continua em vigor. É por esse motivo que gostaria de deixar um alerta contra a tomada de qualquer decisão antes que o Tribunal Penal Internacional de Haia se pronuncie relativamente a esta matéria. Apenas então saberemos qual é o verdadeiro estatuto jurídico de uma província que, segundo o direito internacional, ainda é parte integrante da República da Sérvia.

Gostaria de chamar a vossa atenção para a situação dramática que a comunidade sérvia ainda enfrenta na auto-proclamada República do Kosovo. Admitamos abertamente que a decisão de alguns Estados-Membros da União Europeia no sentido de reconhecerem aquele país foi um erro fatal. É muito simples: o Kosovo pertence à Sérvia.

Erik Meijer (GUE/NGL). – (NL) Desde que, há cerca de um ano, o Kosovo anunciou a sua independência, a União Europeia tem permanecido irremediavelmente dividida sobre esta matéria. A Grécia vagueia na indecisão, enquanto a Espanha, Roménia, Eslováquia e Chipre rejeitam esta independência por motivos de ordem interna. A missão EULEX, o projecto conjunto com o qual a União Europeia espera ganhar influência no interior do Kosovo, parece ser mais um instrumento para ocultar as suas divisões internas do que outra coisa qualquer.

Embora possa vir a revelar-se benéfica para a União Europeia, irá a missão EULEX beneficiar igualmente o Kosovo? O povo do Kosovo deseja que o seu país adira em breve à União Europeia e se torne um Estado-Membro de pleno direito. Após praticamente um século de subjugação pela Sérvia, não pretende ser alvo de novas ingerências externas. Um projecto como a EULEX poderia ter sido útil durante algum tempo, nos primeiros meses de 2008, para evitar o caos. No entanto, essa fase chegou ao fim. A chegada tardia da missão EULEX vem agora criar a sensação de que a União Europeia gostaria de converter o Kosovo num protectorado, com presença militar e influência administrativa, tal como sucedeu previamente na Bósnia-Herzegovina, onde esta política não teve grande sucesso.

A fim de assegurar um futuro em paz e harmonia para o Kosovo, é necessário envolver outras partes para além do actual governo e dos partidos que o compõem. Há que ter em conta outras forças importantes, como o movimento de autodeterminação Vetëvendosje, no sul, para o qual a iniciativa da UE representa uma forma de colonialismo sem razão de ser, e os representantes dos Sérvios, nos municípios a norte do rio Ibar, que fazem tudo o que podem para manter um elo permanente com a Sérvia. Sem estes críticos da missão EULEX, será impossível encontrar uma solução duradoura. O futuro do Kosovo conhecerá melhor sorte se for fundado em compromissos internos amplamente acordados e não numa exibição de força da União Europeia.

Patrick Louis (IND/DEM). – (FR) Senhor Presidente, caros colegas, há dez anos, provavelmente para celebrar o cinquentenário e redefinir o seu campo de competências limitado pela Convenção de Washington, a NATO esmagava militarmente Belgrado. Esses bombardeamentos eram realizados em plena violação do direito internacional, isto é, sem o acordo prévio da ONU.

Há um ano, Pristina declarava unilateralmente a independência do Kosovo, em pleno desprezo pela soberania da República Federal da Jugoslávia, cuja soberania e integridade territorial tinham, no entanto, sido reafirmadas na resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Actualmente, a missão europeia EULEX, associando peritos americanos, espera que o Kosovo possa tornar-se um Estado de direito. Se a situação não fosse tão dramática, seria engraçado perguntarmos a nós próprios como é que, a partir de tais origens, foi possível chegar a tais resultados.

Entretanto, exortamos a missão para que zele por que a minoria nacional sérvia seja respeitada e valorizada na terra dos seus antepassados. Eis aquilo que nos parece um bom começo para o restabelecimento do direito.

Anna Ibrisagic (PPE-DE). – (SV) Nasci nos Balcãs. Acompanhei de perto os problemas no Kosovo em finais da década de oitenta. Vi a Eslovénia e a Croácia tornarem-se Estados independentes e sofreram uma guerra no início dos anos 90. Eu própria vivi a experiência da guerra na Bósnia e acabei por abandonar o país como refugiada. Sei como é fácil começar uma guerra mas também sei quão mais difícil é restabelecer a paz e a confiança das pessoas umas nas outras.

O Kosovo está hoje numa situação determinante para o futuro das próximas gerações, precisamente no que se refere ao problema da confiança entre os diferentes grupos étnicos desta região. Congratulo-me com o facto de o senhor deputado Lagendijk afirmar tão claramente na sua resolução que devemos pôr termo às nossas discussões e diferendos em torno da independência do Kosovo.

Importa dedicarmos o nosso tempo e a nossa energia a debater formas de fortalecer a igualdade do direito de todos os povos a viverem em paz, e a trabalharem para um futuro melhor no Kosovo. Devemos concentrar-nos na efectiva protecção das minorias e na melhoria da situação económica, assim como no combate contra o aumento da corrupção e o crime organizado.

Cada um dos habitantes do Kosovo terá de assumir pessoalmente o compromisso de contribuir para o fim da violência entre os grupos étnicos. Importa assegurar que os crimes de guerra sejam julgados pelos tribunais. Alguns dos membros deste Parlamento são contrários à presença e ao envolvimento da UE no Kosovo, mas todos os que presenciaram as guerras nos Balcãs lamentam que o envolvimento da União Europeia não tenha sido mais resolutivo e profundo.

O trabalho a levar a cabo é enorme, e demorará tempo, mas trata-se, ao fim e ao cabo, de restaurar a confiança entre as populações, para que as gerações vindouras tenham a oportunidade de ser educadas e viver e trabalhar umas com as outras, em paz e no respeito mútuo pelas diferenças que as distinguem. É este o fundamento da Europa.

(Aplausos)

Libor Rouček (PSE). – (CS) Gostaria de mencionar brevemente o papel da Sérvia, em particular. Apesar de uma situação difícil a nível interno, o Governo da Sérvia adoptou uma abordagem muito construtiva e responsável em relação ao destacamento da missão EULEX no Kosovo. Em concordância com as Nações Unidas, também facilitou a nomeação de um alto funcionário da polícia de nacionalidade sérvia para as forças policiais no Kosovo. Estou firmemente convencido de que este é o caminho para alcançar a inclusão progressiva dos sérvios kosovares, bem como de outras minorias na vida política, económica e social do Kosovo. Neste contexto, gostaria igualmente de pedir ao Alto Representante da União Europeia que garanta que as autoridades do Kosovo prestem atenção suficiente ao desenvolvimento multilateral na área de Mitrovica. Partilho a opinião da senhora deputada Anna Ibrisagic de que é, actualmente, necessário prestar muito mais atenção do que até agora à situação de segurança e à situação económica, assim como ao desenvolvimento económico do Kosovo.

Nicholson of Winterbourne (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Lagendijk, cuja enorme competência política permitiu produzir uma resolução que é, para nós, uma excelente base de trabalho.

Agradeço-lhe, em especial, o facto de ter aceite o n.º 26, para o qual chamo a atenção do senhor Ministro e da Comissão. Registamos aqui a saúde excepcionalmente precária dos 1 500 cidadãos romanichéis que vivem na região das minas de chumbo e aí permanecem há nove anos devido a uma avaliação errónea da ONU. Aceito totalmente que, como o referiu o Senhor Ministro Vondra, esta não seja bem a missão da União Europeia. No entanto, agradeço à equipa da Comissão por ter acolhido este tema, assim que eu o suscitei, e por ter visitado e testemunhado os danos que os níveis de chumbo causaram. Estas pessoas apresentam

teores de chumbo no sangue em níveis assustadores, provocando danos irreversíveis, o que exige, urgente e imediatamente, uma nova mudança de local e tratamento médico.

Senhor Ministro Vondra, prometeu que manteria este Parlamento totalmente informado. Permita-me que lhe solicite que, na qualidade de Presidência em exercício do Conselho, atribua a este assunto a máxima atenção e dê a conhecer as medidas que toma.

Alojz Peterle (PPE-DE). – (SL) Apresento as minhas felicitações sinceras ao relator e ao relator-sombra por este excelente relatório, que visa contribuir para o reforço da estabilização e normalização do Kosovo.

Os progressos do Kosovo ao longo do ano passado animaram a nossa esperança na possibilidade da convivência entre as suas diferentes etnias e culturas. Só nesta condição poderão concretizar-se as aspirações da Europa em relação tanto ao Kosovo como a toda a região dos Balcãs Ocidentais.

Registámos progressos, e bastante significativos, e importa agora ir mais longe. Congratulo-me, em particular, com o facto de a EULEX também contribuir para a normalização da situação no Kosovo. Felicito-me com a recente criação de forças de segurança kosovares e com a participação de um sector da comunidade sérvia nas forças policiais do Kosovo. Para continuar a progredir, teremos de agir nas frentes política, económica, social e da segurança, designadamente, e dedicar especial atenção ao que está a acontecer no terreno, onde a questão da convivência entre as etnias assume a sua dimensão mais sensível. Devemos apoiar projectos que visem reforçar a coexistência e a cooperação interétnicas. Nesta perspectiva, saúdo a intenção da Comissão Europeia de empregar todos os meios que estiverem ao seu alcance para assegurar esta evolução. É disto, precisamente, que o Kosovo precisa.

Richard Howitt (PSE). – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me muito com o debate e a resolução de hoje, próximo passo na normalização das relações entre a União Europeia e o Kosovo, um ano após a independência.

É importante fazer notar aos Conservadores britânicos que, como os senhores deputados Van Orden e Tannock, se opõem a esta posição que estavam errados, já que são hoje 54 os países – incluindo 22 dos nossos Estados-Membros – que reconhecem legalmente o país, e a própria Missão da União Europeia para o Estado de Direito foi destacada com o assentimento da Sérvia. Na verdade, sempre argumentámos que um Kosovo estável favorece as aspirações europeias da Sérvia, e hoje reiteramos que queremos o seu êxito.

Ontem, a Missão “Justiça” da UE abriu o seu primeiro julgamento de crimes de guerra no Kosovo. Hoje, sua alteza real, a Princesa Ana do Reino Unido, visita uma escola para crianças portadoras de deficiência em Gjiilan, no Kosovo. Certamente que, em conjunto, estes acontecimentos demonstram o empenho da Europa em, sem nunca esquecer as injustiças do passado, trabalhar hoje em prol de um futuro melhor para todos.

Ria Oomen-Ruijten (PPE-DE). – (NL) Antes de mais, gostaria de felicitar o senhor deputado Lagendijk por esta resolução bastante equilibrada e, ao mesmo tempo, aproveitaria esta oportunidade para agradecer à senhora deputada Pack e à sua delegação todo o trabalho de grande utilidade que desenvolveram nesta matéria.

Os objectivos da UE são claros: o Kosovo não pode transformar-se num buraco negro. A responsabilidade de evitar que tal aconteça incumbe, em primeiro lugar, às autoridades kosovares. A população tem de ganhar confiança tanto no governo como no sistema judicial. A corrupção e o crime minam o Estado. As mulheres e as minorias têm também de ser plenamente envolvidas no processo.

Em segundo lugar, a responsabilidade de evitar o caos está também, na minha opinião, do lado dos países vizinhos, nomeadamente com as autoridades da Sérvia. O estabelecimento de um diálogo construtivo e a cooperação regional são do interesse de todos os actores da região.

Finalmente, a União Europeia tem uma grande responsabilidade nesta matéria. Com a missão EULEX, a União Europeia colocou bem alto a fasquia das suas aspirações. É bom que o trabalho efectivo tenha, enfim, começado. Os próximos dois anos vão confirmar se a EULEX pode, realmente, continuar a fazer a diferença a longo prazo. Faço votos para que tal se confirme.

A estabilidade, a reconciliação e o desenvolvimento do Estado de direito no Kosovo são de grande importância para os kosovares e para todas as minorias étnicas do Kosovo, mas são igualmente do interesse da União Europeia. Neste domínio, a eficácia da ajuda deve ser uma questão prioritária. Recentemente, a senhora deputada Pack e eu visitámos o Kosovo. Não há falta de ajuda, mas esta poderia, porventura, ser mais coordenada e eficaz.

Adrian Severin (PSE). - (EN) Senhora Presidente, quantos reconhecimentos serão necessários para que um Estado seja independente? Esta não é a questão, uma vez que a qualidade dos reconhecimentos conta mais do que a quantidade. A declaração de autodeterminação não conduz à independência se o Estado em causa não for reconhecido por aqueles face aos quais pretende fazer valer a sua autodeterminação.

A independência de um Estado não é real enquanto o Conselho de Segurança das Nações Unidas não a aceitar. Para além disso, um Estado não é independente se não for capaz de oferecer a todas as comunidades que vivem no seu território uma perspectiva justa de integração orgânica numa sociedade cívica e multicultural e se não for auto-sustentável e auto-governável.

Por todas estas razões, o Plano Athisaari fracassou. Solicitar o *status quo ante* também não é solução – é preciso ir mais além. Para isso, a União Europeia e os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas terão de convocar uma conferência internacional que deverá encontrar uma solução sustentável para a segurança democrática, o equilíbrio geoestratégico e a estabilidade socioeconómica dos Balcãs Ocidentais. Nesse contexto, o Kosovo deverá ser colocado de novo nos trilhos da legalidade internacional, devendo a região obter um roteiro claro para a sua integração na UE.

Infelizmente, o relatório Lagendijk não explora esses caminhos, abandonando, assim, qualquer via realista para um futuro melhor. Por conseguinte, os Social-democratas romenos ver-se-ão obrigados a votar contra o relatório.

Marian-Jean Marinescu (PPE-DE). – (RO) De acordo com as disposições do direito internacional, e de acordo com a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adoptada em 1999, o Kosovo não pode ser considerado um Estado. Cinco Estados-Membros da União Europeia não reconheceram a declaração de independência unilateral do Kosovo. Todavia, o Kosovo é uma realidade, e devemos reconhecê-lo como tal.

A estabilidade nos Balcãs Ocidentais, a região que mais hipóteses tem de aderir à União Europeia num futuro próximo, é essencial. É por esta razão que a UE deve desempenhar um papel de liderança na gestão da delicada situação da região. A missão EULEX, que já alcançou a sua capacidade operacional inicial, constitui um primeiro passo importante nessa direcção, na medida em que a assistência e a coordenação são necessárias para assegurar, em primeiro lugar, um clima de cooperação inter-étnica, que possibilite o regresso à normalidade.

Deve salvaguardar-se a protecção de todas as minorias no Kosovo, incluindo a minoria sérvia. As instituições devem ser reforçadas para evitar o caos e assegurar um desenvolvimento estável. A propriedade deve ser restituída e o direito de regresso dos refugiados deve estar garantido. Os instrumentos financeiros de que a UE dispõe, em particular o instrumento de assistência à pré-adesão, devem ser utilizados com vista a favorecer o desenvolvimento social e económico, aumentar a transparência e promover a reconciliação entre as comunidades étnicas. O Kosovo não deve ser isolado do processo europeu. Deve ter uma perspectiva europeia num contexto regional. Devemos aplicar as mesmas normas em todos os países da região: o que é exigido aos outros países da região deve também ser exigido à Sérvia e ao Kosovo.

A União Europeia deve insistir no relançamento do diálogo entre Pristina e Belgrado. Penso que a resolução, na sua actual formulação, não reflecte toda a gama de posições sobre o Kosovo dos 27 Estados-Membros da União Europeia. É por esta razão que a delegação romena do Grupo PPE-DE, com excepção dos deputados de origem húngara, irá votar contra esta proposta de resolução.

Csaba Sógor (PPE-DE). – (HU) Foi necessário a Sérvia ser bombardeada para perceber que os direitos das minorias têm de ser respeitados. É uma lição muito dura. Em vez de conceder a autonomia ao Kosovo, a Sérvia foi forçada a aceitar a sua independência. O Kosovo também representa um sinal de alerta para os Estados-Membros. Todos os Estados-Membros devem garantir que as minorias étnicas que albergam no seu território se sintam seguras e em casa. O bem-estar das minorias é a base mais sólida que pode existir para a segurança, soberania e desenvolvimento económico de um país. No dia 17 de Fevereiro de 2008, participei pessoalmente nas comemorações oficiais realizadas em Priština para assinalar a declaração de independência do Kosovo. Espero que a ocasião tenha representado igualmente a garantia de que a autonomia cultural e territorial da minoria sérvia também será devidamente respeitada no interior do Kosovo. Aos albaneses do Kosovo foi oferecida a oportunidade de uma solução ao estilo europeu. A Sérvia tem mais uma hipótese: Vojvodina. Os Estados-Membros da UE também podem desenvolver esforços para conceder autonomia cultural ou territorial às minorias étnicas que residem nos seus territórios. Seria embaraçoso que Estados-Membros da UE ficassem atrás do Kosovo e da Sérvia neste domínio.

Victor Boştinaru (PSE). – (RO) Na qualidade de deputado ao Parlamento Europeu e membro da Delegação para as Relações com a Europa do Sudeste, esperava ouvir, em nome dos nossos valores comuns, que orgulhosamente designamos “valores europeus”, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia exortar, com todo o seu poder e autoridade, os partidos políticos do Kosovo a abrirem-se à representação multi-étnica, e que quaisquer progressos nas relações entre o Kosovo e a União Europeia dependeriam dessa abertura.

Espero que o documento em apreço nos indique que o modelo que a UE pretende construir no Kosovo, com o dinheiro dos contribuintes europeus, é genuinamente multi-étnico, multicultural e multiconfessional, e não baseado na segregação. Nos debates que travámos com deputados do Kosovo, estes disseram-nos que este tipo de modelo não pode ser implementado de momento.

Gostaria de concluir formulando a seguinte pergunta: se este modelo não pode ser aplicado no Kosovo e se os valores europeus não têm lugar no Kosovo, que modelo pode, então, aplicar a Comissão Europeia?

Gisela Kallenbach (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, quero agradecer ao senhor deputado Lagendijk, bem como à Comissão dos Assuntos Externos, o facto de terem assegurado, com esta resolução e este debate, que o tema do Kosovo permaneça na nossa ordem do dia. É minha opinião que a população do Kosovo o merece efectivamente, após o fracasso da União Europeia na região na década de 1990.

Temos uma dívida a pagar: devemos à população do Kosovo e de toda a região uma forte e intensiva ajuda no seu caminho rumo à UE. Neste contexto, a prioridade máxima é a criação das condições prévias para um melhor desenvolvimento económico, uma vez que, sem estas, não é de excluir a ocorrência de agitação social.

Solicito à Comissão que exerça a sua influência de modo a garantir que o Acordo Centro-Europeu de Comércio Livre (CEFTA) seja efectivamente aplicado por todos os Estados signatários. Solicito também ao Conselho que vele por que os Estados-Membros tratem de forma sensível a questão do repatriamento forçado dos requerentes de asilo.

Alexandru Nazare (PPE-DE). – (RO) A missão EULEX é a maior missão civil alguma vez organizada no âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa. Gostaria de salientar que o contingente internacional composto por 1 900 elementos inclui 200 militares e polícias romenos. A Roménia participa, por conseguinte, na missão EULEX, pois é dever de Bucareste apoiar os seus parceiros da União Europeia, apesar de nem sempre concordar com as decisões tomadas pela maioria deles.

A Roménia não reconheceu a independência do Estado do Kosovo, e uma das razões porque não o fez foi o facto de querer evitar legitimar movimentos separatistas. Uma solução negociada entre Belgrado e Pristina, possivelmente de natureza confederativa, teria sido preferível à situação actual. Todavia, nas actuais circunstâncias, o que é importante é que a União Europeia complete com êxito a missão. Mas é preciso evitar situações em que o envolvimento da UE se prolongue *ad infinitum*. O Kosovo não deve converter-se num protectorado da União Europeia, mas precisa de ajuda para gerir os seus assuntos internos.

Este aspecto reveste-se de importância tanto para o Kosovo como para a União Europeia, em particular na actual crise económica e com os recursos limitados de que dispomos.

PRESIDÊNCIA: COCILOVO

Vice-presidente

Călin Cătălin Chiriță (PPE-DE). – (RO) Subscrevo muitas das ideias expressas no hemiciclo, mas este problema é muito mais complexo. É verdade, tal como a Roménia manifestou, que a base jurídica da declaração unilateral de independência do Kosovo é extremamente dúbia, dado que, nos termos do direito internacional, as minorias não têm direitos colectivos e também não gozam do direito de autodeterminação e de separação. O que desejo salientar é que as pessoas que pertencem a minorias étnicas têm direitos.

A separação do Kosovo e o seu reconhecimento como Estado por outros países abriu um grave precedente, que foi seguido, apenas alguns meses depois, pelo reconhecimento unilateral por parte da Rússia da independência das províncias separatistas da Ossétia do Sul e da Abcássia. Nestes dois casos, o Presidente Putin invocou claramente o modelo do Kosovo. Movimentos separatistas de regiões como Caxemira, Nagorno-Karabach, Transnístria, Crimeia, Norte de Chipre, entre outras, declararam de imediato que essas regiões têm o mesmo direito que o Kosovo à independência.

Penso que, no futuro, a União Europeia e os seus Estados-Membros terão de apoiar, de forma coerente, o princípio da integridade territorial em relação a todos os Estados e dissuadir, de forma activa, as tendências separatistas. A União Europeia deve envidar esforços especiais para manter a estabilidade em toda a região dos Balcãs Ocidentais e a materializar as suas perspectivas europeias.

Miloš Koterec (PSE). – (SK) O Kosovo existe aqui como um facto aceite por alguns e não por outros. Embora uma maioria dos Estados-Membros seja a favor da sua independência ou a tenham reconhecido, há cinco Estados-Membros que não o fizeram – para não falar do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Se queremos que a resolução influencie a política externa da União Europeia, ela tem de ter um efeito unificador. Se mostrarmos que a nossa política externa comum foi imposta pela maioria, quer no Conselho, quer no Parlamento Europeu, ela será contraproducente para a unidade da União. Procuremos uma solução unificadora e não imponhamos decisões cujo texto é, no mínimo, ambíguo, se não mesmo confuso e descuidado.

Charles Tannock (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, a corrida internacional ao reconhecimento do Kosovo foi, a meu ver, difícil de compreender. Existiam muitos outros litígios mais antigos por resolver e mais merecedores dos esforços da UE: Caxemira, por exemplo, ou Taiwan, ou mesmo a Somalilândia no Corno de África.

A declaração de independência do Kosovo expôs igualmente uma cisão entre os Estados-Membros. Não há qualquer possibilidade de o Kosovo fazer parte da União Europeia ou das Nações Unidas enquanto alguns dos Estados-Membros não reconhecerem a sua soberania. O precedente do Kosovo provocou ainda a indignação da Rússia e conduziu ao reconhecimento das regiões georgianas da Abcásia e da Océcssia do Sul, no Verão passado.

As populações das diversas partes da antiga Jugoslávia têm o direito de viver em paz e prosperidade. Nós, na União Europeia, temos o dever mortal de ajudar, mas essa ajuda jamais deverá ser incondicional. É preciso que vejamos reformas concretas no Kosovo, esforços genuínos de combate à criminalidade organizada e ao tráfico de seres humanos, bem como a protecção adequada e a igualdade das minorias, como a minoria sérvia.

A Comissão e o Conselho deverão permanecer vigilantes e insistir na necessidade de progressos palpáveis.

Ingeborg Gräßle (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão do Controlo Orçamental está a permitir-se dizer algumas palavras sobre a política externa de alto nível. Verificámos que no Kosovo – o terceiro Estado que mais ajuda recebe da União Europeia – são extremamente preocupantes os casos de corrupção, tendo graves consequências para a segurança do nosso orçamento e dos interesses financeiros da Comunidade.

Existe um relatório final elaborado por um grupo de trabalho das Nações Unidas, pelo Gabinete de Luta Anti-Fraude da Comissão e pela *Guarda di Finanza*. Este relatório final ainda não foi aplicado. Remonta ao final de Junho de 2008 e expõe casos graves de corrupção que envolvem fundos da UE. Aguardamos uma explicação.

Este relatório final é realmente um relatório final. Não existe nenhuma organização de acompanhamento. Actualmente, não existe ninguém a representar os nossos interesses nesta matéria. Também a este respeito, eu apelaria à Comissão para que finalmente nomeasse alguém. A missão EULEX por si só não pode fazer este trabalho. Oponho-me igualmente a que continuemos a apresentar desculpas para o estatuto incerto deste Estado.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de vos agradecer por terem iniciado este debate. Penso que foi correcto usar o estímulo do primeiro aniversário da Declaração de Independência do Kosovo, que ocorrerá em breve. Entendo que se trata de uma medida oportuna, especialmente tendo em conta a actual crise económica, porque existe o potencial perigo de que a questão possa, de alguma forma, desaparecer de nosso radar, sendo que ainda possuímos uma enorme responsabilidade pela conclusão do trabalho: não só no Kosovo, mas também na região mais alargada dos Balcãs Ocidentais. Considero que muito do que aqui foi dito por vós – como Hannes Swoboda e outros – merece especial atenção. Penso que a posição do Conselho é exactamente a mesma.

São muitos os desafios que temos pela frente. Gostaria de salientar os três mais importantes pilares da nossa política para o Kosovo. O primeiro diz respeito à indivisibilidade e à estabilidade do Kosovo. O segundo à descentralização e à igualdade de oportunidades para todas as minorias do país. O terceiro – e provavelmente

o mais importante e exigente – diz respeito ao envolvimento do Kosovo na integração regional e europeia: cooperação regional nos Balcãs Ocidentais. Certamente, será necessário que, um dia, aproximemos mais o Kosovo do processo de estabilização e associação, porém, há ainda muito trabalho por desenvolver, e não é segredo que, em determinadas matérias, a unidade no Conselho será difícil de atingir.

Penso que o nosso objectivo deverá ser o de nos concentrarmos no futuro e não no passado, e congratulo-me muito com as declarações daqueles que o reconheceram. Evidentemente, o diálogo com a Sérvia sobre as questões concretas ainda pendentes deverá ser conduzido com total transparência e muita intensidade, mas penso que o realismo deverá ser, para nós, o princípio orientador.

A situação económica e a sua melhoria são da máxima importância para a consecução da estabilidade, pelo que a efectiva gestão e mobilização dos recursos próprios do Kosovo é uma condição *sine qua non*, assim como o é uma boa administração e mobilização dos recursos internacionais. Lutar conta a corrupção e proceder a uma privatização transparente são igualmente elementos importantes.

Considero de extrema importância o apoio do Parlamento à Missão EULEX. Permitam-me que felicite o senhor deputado Joost Lagendijk pelo trabalho que desenvolveu. É excelente. Li o texto e, pessoalmente, não me suscitou quaisquer problemas, embora, provavelmente, eu fosse um tanto cuidadoso: todos nós conhecemos a situação económica do Kosovo e a escassez de energia Kosovo, bem como nos Balcãs em geral. A linha e a geração de electricidade constituem uma das poucas oportunidades para que consigam uma economia sustentável e integrem a sua economia na região. Sim, as preocupações ambientais são importantes, porém, a promoção da futura estabilidade económica não é menos importante.

Alguns dos senhores deputados mencionaram a situação das famílias romanichéis nas minas de Trebca. Todos sabemos que se trata de uma situação desastrosa, e estarão certamente cientes dos trabalhos encomendados nesta matéria. Houve uma delegação encabeçada por Pierre Morel que visitou a região em Dezembro, tendo-se oferecido para se encontrar com os líderes dos acampamentos de romanichéis em Trebca. A solução não é fácil. Segundo sabemos, foi feita uma oferta para que deixassem esta área, mas, por enquanto, não se mostram dispostos a isso. Com efeito, têm declinado a oferta, por isso, há ainda muito trabalho a fazer. Penso que a reunião da próxima semana com Pieter Feith, que também está envolvido neste caso, será uma oportunidade para voltar a debater esta questão.

Uma vez mais, muito obrigado. Penso que realizámos um debate muito produtivo, e espero que o Parlamento continue a apoiar todos os nossos esforços no Kosovo, bem como na região.

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão felicita o senhor deputado Lagendijk e congratula-se com esta resolução: esta proporciona um maior envolvimento do Kosovo no processo em curso para aproximar mais a região da Europa.

A Comissão estabeleceu um modo eficaz de cooperação com todos os actores locais que trabalham no Kosovo, incluindo a EULEX e o Representante Especial da UE. Prosseguiremos esta cooperação. Só desta forma é que o nosso trabalho no Kosovo poderá ser profícuo. A boa cooperação tem provado, até ao momento, ser essencial para manter a paz nesta área.

A Comissão financiou um projecto no valor de 7 milhões de euros sobre o Estado de direito, incluindo uma componente de 1 milhão de euros para lutar contra a corrupção. Para ser mais específica, em Dezembro de 2008, demos resposta circunstanciada a abrangente a todas as perguntas apresentadas, quer oralmente, quer por escrito, ao senhor deputado Bösch, Presidente da Comissão dos Orçamentos. Esclareciam-se então questões ligadas ao financiamento da UE e à forma como essas verbas são geridas no Kosovo. Informavam-se igualmente os deputados sobre os sistemas de gestão e controlo financeiro de que a Comissão actualmente dispõe.

Desde então, não recebemos quaisquer outros pedidos de informação. Estamos em posição de poder fornecer aos senhores deputados cópias do material enviado à Comissão do Controlo Orçamental, caso estejam interessados.

Gostaria de me referir a um comentário da senhora deputada Kallenbach relativo ao Acordo Centro-Europeu de Comércio Livre (CEFTA). Acalentamos a esperança de que uma melhoria nas relações entre a Sérvia e o Kosovo possa permitir a integração do Kosovo na CEFTA. A Comissão fará o seu melhor para o facilitar.

A resolução salienta numerosas questões importantes, como a preservação do património cultural do Kosovo, a melhoria da capacidade da administração pública, uma melhor integração de todas as comunidades no Kosovo, a necessidade de educação multiétnica e a sorte das famílias romanichéis nos campos de refugiados

contaminados por chumbo no Norte do país. A Comissão tenciona acompanhar estas questões através dos instrumentos existentes e em cooperação com outros dadores.

Publicaremos o nosso estudo sobre o Kosovo, como parte do nosso pacote sobre o alargamento, no Outono. Confio que incluirá uma série de ideias com vista a assegurar que o Kosovo permaneça plenamente ancorado na perspectiva europeia, que partilha com o conjunto dos Balcãs Ocidentais.

Presidente. - Nos termos do n.º 2 do artigo 103.º do Regimento, declaro que recebi uma proposta de resolução⁽¹⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, dia 5 de Fevereiro de 2009.

12. Efeitos da crise financeira na indústria automóvel (debate)

Presidente. - Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre os efeitos da crise financeira na indústria automóvel.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Senhor Presidente, penso que avançamos agora para um tema verdadeiramente importante. Nas actuais circunstâncias, é algo que temos de discutir. Uma vez mais, estamos gratos por esta ocasião, muito oportuna, para discutir o efeito da actual crise económica e financeira na indústria automóvel.

Como muitos dos senhores deputados têm vindo a testemunhar de perto nos vossos círculos eleitorais, a indústria automóvel é um elemento fundamental para toda a economia europeia. Ao longo dos últimos anos, promovemos a competitividade do sector, criando um mercado único europeu para o sector automóvel e exortando a uma concorrência mais leal com países terceiros. Mais recentemente, concentrámo-nos em reduzir as emissões dos gases de escape a fim de combater a poluição e as alterações climáticas. Todas estas áreas, mereceram deste Parlamento o seu constante apoio.

Graças a estes esforços e, em particular, à resiliência e capacidade de adaptação da indústria automóvel europeia, os automóveis europeus estão hoje entre os melhores, mais inovadores e mais competitivos do mundo, bem como entre os mais rápidos, mais eficientes do ponto de vista do consumo de combustível e mais sustentáveis em termos ambientais. Deveríamos estar orgulhosos do desempenho europeu.

No entanto, apesar da sua resiliência, e como resultado de factores que, em grande parte, estão para além do seu controlo, o sector automóvel europeu tem sido atingido de forma particularmente dura pela crise económica mundial. Estas dificuldades já estavam aparentes em Novembro do ano passado, altura em que o Conselho concordou com uma abordagem assente na promoção de automóveis ainda mais sustentáveis e eficientes em matéria de consumo de combustível, metas realistas para os construtores e incentivos eficientes para estimular a procura.

No curto espaço de tempo que entretanto decorreu, a situação tornou-se mais grave. A indústria registou, no ano passado e relativamente ao ano anterior, se comprarmos 2008 com 2007, uma queda de 8% na venda de automóveis na União. É provável que a situação se mantenha igualmente negativa – se é que não piorará ainda – em 2009, atingindo não apenas os construtores automóveis, mas também toda a cadeia do lado da oferta do sector automóvel.

Os senhores Ministros reuniram com o meu amigo, o Senhor Comissário e Vice-Presidente da Comissão, Günter Verheugen, em 16 de Janeiro, a fim de discutir os problemas específicos que o sector enfrenta. Manifestaram uma preocupação particular com o facto de as dificuldades actuais poderem colocar em risco um número significativo de postos de trabalho, tendo salientado a importância que atribuem ao futuro da indústria automóvel.

Evidentemente, a responsabilidade primeira por estes desafios cabe à própria indústria. Esta deverá ser encorajada a dar todos os passos necessários para fazer face a problemas estruturais, tais como a sobrecapacidade e a falta de investimento em novas tecnologias.

(1) Ver Acta.

No entanto, a importância desta indústria para a economia europeia, bem como o facto de o sector estar a ser atingido de forma particularmente dura pela actual crise implicam a necessidade de algum apoio público. É o que está reflectido no Plano de Relançamento da Economia Europeia, acordado pelo Conselho Europeu em Dezembro último, bem como nos programas nacionais dos Estados-Membros. Evidentemente, não podemos permitir que o apoio de curto prazo à indústria prejudique a sua competitividade de longo prazo. Isso implica que nos centremos claramente na inovação.

Os Estados-Membros concordam que o apoio à indústria automóvel tem de ser bem orientado e coordenado. Este deverá igualmente respeitar alguns princípios essenciais, como a concorrência leal e a abertura dos mercados. Com estas medidas não deverá estar em causa qualquer corrida aos subsídios, não devendo também resultar daqui quaisquer distorções do mercado. Para isso, os Estados-Membros confirmaram a sua disponibilidade para cooperarem de forma estreita com a Comissão através de medidas, quer do lado da oferta, quer do da procura, tomadas a nível nacional. A Comissão esforçou-se, por seu turno, por dar uma resposta rápida nos casos em que seja necessária uma reacção.

Mais genericamente, a Presidência do Conselho apoia totalmente a Comissão quanto à necessidade de avançar rapidamente com a implementação do Plano de Relançamento da Economia Europeia. A Comissão foi também convidada a explorar, juntamente com o Banco Europeu de Investimento, a forma como poderá ser melhorada ainda mais a utilização dos empréstimos previstos para este sector, no que respeita à rapidez da sua disponibilidade, financiamento de projectos e a antecipação dos empréstimos, sem discriminar entre os fabricantes dos Estados-Membros.

No que respeita ao ambiente global, é preciso que nos envolvamos clara e precocemente num diálogo com a nova Administração dos EUA, bem como com outros parceiros mundiais.

A Presidência checka está determinada em fazer avançar esta política global de apoio à indústria, respeitando, simultaneamente, os princípios e parâmetros a que me referi. Existe já uma série de instrumentos comunitários que podem desempenhar o seu papel no sentido de prestar apoio, sobretudo, no domínio das novas tecnologias, por exemplo, no desenvolvimento de carros limpos. É preciso pôr a funcionar todo o potencial das tecnologias de propulsão inovadoras e sustentáveis do ponto de vista do ambiente – pilhas de combustível, energia híbrida, eléctrica e solar.

Por outro lado, existem também outros instrumentos já prontos e rapidamente disponíveis, tais como, por exemplo, o regime de abate de velhos automóveis. Estes instrumentos poderão combinar o fomento da procura de carros novos com as externalidades positivas em matéria de segurança dos transportes, redução de emissões e outras. São hoje vários os Estados-Membros que já usam este instrumento. Por conseguinte, a Presidência gostaria de solicitar que a Comissão apresentasse de imediato uma proposta com vista a encorajar, de forma coordenada, a renovação do parque automóvel europeu no âmbito da recuperação e reciclagem de veículos, com base na análise do impacto desses regimes nos vários Estados-Membros. O nosso objectivo é dispor de uma proposta da Comissão antes ainda do Conselho Europeu da Primavera, no contexto da avaliação do Plano de Relançamento, e poder, assim, discutir a questão durante o Conselho "Competitividade", em Março. Este será encabeçado pelo meu colega Martin Říman e pelo Vice-Presidente da Comissão, Günter Verheugen. Estes regimes poderão proporcionar à indústria automóvel a nível comunitário um considerável estímulo da procura e assegurar também um ambiente de equidade no mercado interno. Gostaria de colocar ênfase na segunda parte da frase, também no contexto actual.

Em suma: não se trata apenas de apoiar um sector fundamental da nossa economia, mas sim de uma abordagem da qual todos beneficiaremos a longo prazo.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhoras e Senhores Deputados, o Senhor Ministro Vondra acaba de dar conta a todos vós do resultado dos debates por mim mantidos com os ministros responsáveis pelo sector automóvel, em 16 de Janeiro. Resta-me confirmar tudo o que foi dito, mas também gostaria de aconselhar prudência, ao mesmo tempo. Temos de ter cuidado, agora, para não suscitar esperanças e expectativas a que, depois, não consigamos dar seguimento. Permitam-me entrar em mais alguns detalhes acerca da posição da indústria automóvel europeia, neste momento.

A experiência mostra que os automóveis são um indicador precoce de tendências económicas. Foi, portanto, sem surpresa que constatámos que a forte queda na procura nos veículos, a que assistimos no Verão passado, foi seguida por uma desaceleração económica em todos os outros sectores da economia. Porque é este o caso?

A queda na procura é um sintoma da falta de confiança na evolução da economia. Nesta matéria, os consumidores não se comportam de forma diferente das empresas. Em épocas de incerteza económica, quando as pessoas não sabem o que lhes vai acontecer, não abrem mão do seu dinheiro. Num agregado familiar, a compra de um carro novo é o maior investimento ao longo de vários anos. No entanto, é algo que se pode adiar, dado que, naturalmente, um automóvel europeu pode sempre durar mais um ano.

Todos sabem que a situação só irá melhorar no essencial quando a confiança generalizada e a convicção da melhoria das tendências globais da economia tiverem regressado. Quer isto dizer que as medidas que, em conjunto, pomos em prática na Europa, a fim de combater globalmente a crise são, em absoluto, o aspecto mais importante.

Gostaria de fornecer mais alguns números para demonstrar o quão importante é este aspecto. A indústria automóvel europeia emprega 12 milhões de pessoas directa e indirectamente, o que representa 6% de todos os postos de trabalho na União Europeia. É o sector mais importante da economia no que se refere às exportações europeias. O nosso maior excedente de exportação é de veículos automóveis.

Em 2007, produzimos 19,6 milhões de veículos automóveis na Europa. No ano passado, este valor era de praticamente menos um milhão e vai baixar novamente, de forma significativa, em 2009. Existem actualmente 2 milhões de veículos por vender. A indústria automóvel é o sector da Europa, que investe a maior percentagem do seu volume de negócios em investigação e desenvolvimento. Em média, os fabricantes de automóveis investem 4% em investigação e desenvolvimento. Este valor tem comparação apenas com uma média de apenas 2% das empresas europeias no seu todo. Em termos muito simples, podemos dizer que se trata de uma indústria-chave para a Europa.

A crise económica tem afectado a indústria em todos os sectores ao mesmo tempo. Trata-se de algo que nunca aconteceu antes – é a primeira vez – e tenho de referir que o cidadão comum só pensa na situação no que diz respeito a veículos ligeiros. A situação dos veículos comerciais é muito mais dramática. Neste sector, as novas encomendas, em todo o território da União Europeia, caíram praticamente para zero, e isto quando existe uma capacidade de produção de quase 40 000 veículos comerciais por mês.

O impacto negativo sobre a situação do emprego é inevitável, e por duas razões principais. Temos um claro excesso de capacidade em veículos na União Europeia. A própria indústria admite um excesso de capacidade de 20%. Há quem diga que a percentagem ainda é mais elevada. Mas vinte por cento é já por si um valor muito elevado, e quando se compara este aspecto com o número de pessoas empregadas por este sector, então estamos a falar de mais de 400 000 postos de trabalho. Não há absolutamente nenhuma dúvida de que, durante este ano de crise económica, os fabricantes europeus de automóveis irão pôr em prática, em ritmo acelerado, as medidas de reestruturação que vêm sendo planeadas há algum tempo. Mas, fica dito de modo muito claro e inequívoco: não há garantia de que, no final deste ano, ainda tenhamos todas as fábricas na Europa que temos em laboração neste momento. Existe uma elevada probabilidade de, até ao final do ano, uma série de locais de produção deixar de existir. Nem sequer existe uma garantia de que, até ao final do ano, todos os fabricantes europeus continuem a estar no mercado.

A pressão da concorrência internacional no sector automóvel é muito forte. Na qualidade de legisladores europeus, reforçamos esta concorrência ainda mais, fazendo grandes exigências à indústria automóvel europeia para esta satisfazer ao longo dos próximos anos. A indústria é obrigada a fazer progressos consideráveis em termos de inovação. Para que a senhora deputada Harms, não venha já criticar-me novamente, gostaria de esclarecer de que não estou a criticar este facto – penso que é assim que está correcto. Não me censure por descrever os factos tal como eles são. Não se trata de crítica da minha parte, é apenas uma observação. A nossa legislação tem tornado os automóveis europeus consideravelmente mais caros e, nos próximos anos, vão ficar ainda mais caros. Os efeitos primários desta situação vão aumentar a pressão da concorrência, aumentar a pressão dos custos e aumentar a necessidade de as empresas em questão alcançarem maior produtividade. É a única maneira de sobreviver a esta situação concorrencial.

Todos sabemos o que significa uma maior produtividade na indústria automóvel. Em qualquer caso, não tem um impacto positivo sobre os números do emprego. Esta é a realidade da situação actual.

A nossa política, agora, é perseguir dois objectivos ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, conseguir fazer com que a indústria europeia passe por esta crise – e sublinho cada uma das minhas palavras – sem perder um único fabricante europeu, sempre que possível. Um único fabricante. O segundo objectivo é aumentar a competitividade da indústria automóvel europeia, a longo prazo, e consolidar de modo duradouro a Europa como região mundial líder na produção automóvel.

Tanto quanto diz respeito às medidas relacionadas com a primeira destas metas, fizemos tudo o que podia ser feito. Demos acesso ao financiamento à indústria automóvel europeia, atingida como foi, de modo particular e severo, pela crise de escassez do crédito. O Banco Europeu de Investimento (BEI) está a disponibilizar 9 mil milhões de euros para este sector, só neste ano, e digo desde já que não vale a pena estar aqui a pedir mais por hoje. Dada a dotação de capitais próprios do BEI, mais não pode ser disponibilizado. Nove milhões de euros já se encontram disponíveis sobre a mesa.

Graças ao árduo trabalho da minha colega, senhora Comissária Kroes, o controlo dos auxílios estatais tem agora uma forma tão flexível, e mudámos as regras de tal forma, que os Estados-Membros têm consideravelmente maior capacidade para reagir rapidamente e de uma forma expedita nos casos em que a assistência é necessária em casos individuais. A Comissão está assim a assumir o papel que adquiriu através da legislação, ou seja, de assegurar que estas medidas não dão azo a quaisquer distorções da concorrência e que não comprometem os nossos objectivos políticos. Gostaria de citar apenas um exemplo nesta matéria. É manifestamente evidente que a ajuda às filiais europeias de empresas americanas apenas pode ser autorizada quando é claro que o auxílio em questão serve exclusivamente para manter os empregos europeus.

Tomámos um conjunto de medidas destinadas a impulsionar a modernização do parque circulante nas estradas da Europa, por meio das quais procuramos, ao mesmo tempo, prosseguir o objectivo de ter um impacto positivo sobre o meio ambiente. Nem todos os Estados-Membros vão utilizar o sistema de pagamento de prémios de desmantelamento, mas, aqueles que o fizerem, seguirão os seguintes princípios acordados, nomeadamente que essas medidas não podem discriminar outros fabricantes. Para dar mais um exemplo, os Estados-Membros não podem dizer, "Dou-te um prémio, se abateres para a sucata o teu antigo carro, mas apenas se o novo carro que comprares for um carro alemão", isto no caso de se viver na Alemanha, ou, por analogia, na França ou na República Checa. Não é possível fazer tal coisa.

No entanto, um aspecto que é possível – e com o qual eu me congratulava imensamente – é o encadeamento destes prémios ao abate com objectivos de natureza ambiental. Por outras palavras, os prémios seriam pagos apenas se o novo veículo adquirido cumprisse determinados requisitos em matéria de emissões. Tanto quanto nos é dado apreciar, o novo sistema de prémios está a funcionar bem e a ter o efeito positivo pretendido.

Existe apenas uma maneira de fazer o mercado de veículos comerciais funcionar novamente. Os prémios de abate, como se pode imaginar, não são possíveis neste sector. O que é acima de tudo necessário neste caso é dar às pequenas e médias empresas deste sector acesso ao financiamento. É o que estamos a fazer. Também é necessário assegurar que, quando estão a ser investidos dinheiros públicos, é dada preferência à aquisição de veículos comerciais amigos do ambiente, por exemplo, no caso dos transportes públicos ou de outros serviços públicos para os quais os veículos são necessários. Já fizemos tudo isso.

A longo prazo – algo de que temos falado muitas vezes nesta Assembleia – o que é necessário é implementar as recomendações do processo CARS 21, designadamente para garantir o futuro da indústria automóvel europeia através de um esforço maior em relação à inovação, à investigação e ao desenvolvimento, de modo que o automóvel europeu do futuro seja o líder mundial em automóvel, não só em termos do nível de sua tecnologia, do seu acabamento e da sua segurança, mas também em relação à sua eficiência em termos de combustível – o que significa baixo consumo – e de compatibilidade com o ambiente – o que significa baixas emissões. A indústria europeia está a acompanhar-nos neste domínio, e estamos a apoiar os projectos associados enquanto parte do pacote europeu de estímulo económicos, como todos sabem.

Por último, permitam-me referir que o resultado mais importante das discussões com os Estados-Membros foi termo-nos todos comprometido em impedir a ocorrência de qualquer corrida ao protecçãoismo na Europa. Essa corrida ao protecçãoismo faria com que os Estados-Membros financeiramente mais fracos ficassem a perder e iria prejudicar gravemente a prestação de solidariedade social na Europa.

Outra coisa que podemos fazer para estimular a procura e para ajudar a guiar a indústria automóvel através desta crise é assegurar que não há igualmente violação das condições da concorrência internacional. Essa é uma pergunta que deve ser, em particular, dirigida aos Estados Unidos. Vamos ver quais as medidas que o Presidente Obama coloca em prática para combater a crise na indústria automóvel os EUA. A este respeito, gostaria de salientar que não é do interesse da Europa que os fabricantes de automóveis americanos abram falência. As consequências para a Europa seriam devastadoras se tal acontecesse. No entanto, também não é do nosso interesse que os Estados Unidos instituam uma política para favorecer a sua indústria automóvel à custa dos seus concorrentes de outras partes do mundo. Espero que tenhamos a oportunidade de discutir este ponto calmamente com os nossos amigos americanos.

A indústria automóvel europeia não está à beira do abismo. Está numa situação difícil, mas é nossa firme convicção que a indústria é suficientemente capaz e forte para superar esta difícil situação e continuar, no futuro, a desempenhar um importante papel na criação de emprego, garantindo a prosperidade da Europa.

Jean-Paul Gauzès, *em nome do grupo PPE-DE*. - (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, infelizmente, temo que a mensagem que acaba de ser transmitida não seja, de facto, uma mensagem de esperança destinada a restabelecer a confiança. Eu aprovava, Senhor Comissário, o seu penúltimo parágrafo sobre o que deve ser a indústria automóvel. Mas temo que, infelizmente, as propostas apresentadas não estejam à altura do desafio e, sobretudo, incitem alguns Estados-Membros a resolverem sozinhos os seus problemas quando a Europa não consegue coordenar.

Ora, o que é que esperam, neste momento, os nossos concidadãos? Esperam muito da Europa, provavelmente demasiado, mas esperam sobretudo que façamos outras coisas. A indústria automóvel, como o senhor disse, representa 12 milhões de empregos na União Europeia, ou seja, 10% do PIB. Em França, estamos a falar de 2,5 milhões de empregos, ou seja, 10% do emprego por conta de outrem. Trata-se de 15% das despesas de investigação e desenvolvimento (I&D).

O sector automóvel atravessa hoje uma crise sem precedentes, caracterizada por uma diminuição conjuntural da procura, por uma necessidade de financiamento, tanto dos construtores como dos subcontratantes, mas também dos consumidores, e por um desafio estrutural de competitividade das empresas num contexto de concorrência mundial cada vez mais violenta. Se não temesse ser politicamente incorrecto, acrescentaria que as exigências que impomos à indústria automóvel e a dissuasão que aplicamos à utilização dos veículos também contribuem para esta situação.

É indispensável e urgente uma resposta coordenada à escala europeia, de forma a apoiar e amplificar as acções que alguns Estados-Membros já desencadearam. Em primeiro lugar, é indispensável que o sistema bancário financie normalmente a indústria automóvel, ou seja, a taxas e condições normais, e com montantes que correspondam às necessidades do sector. Ora, apesar dos esforços do BEI, todos sabemos que o crédito ainda não regressou ao normal. À falta dele, cabe à Europa fornecer uma resposta importante.

Em segundo lugar, não se trata apenas de limitar o impacto da crise, mas sim de proporcionar um novo futuro à indústria automóvel. É indispensável uma verdadeira política industrial. Temos de prever o mundo de amanhã e de acelerar as evoluções necessárias no que respeita, nomeadamente, à protecção do ambiente e às exigências do desenvolvimento sustentável. Temos de desenvolver uma cultura da antecipação. É primordial que o esforço de inovação não seja realizado em detrimento da crise e que as ajudas públicas permitam agir neste domínio.

Guido Sacconi, *em nome do Grupo PSE*. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer ao Senhor Presidente em exercício do Conselho Alexandr Vondra e ao Senhor Comissário Günter Verheugen a prontidão com que fizeram estas declarações. Devo dizer que partilho amplamente da preocupação manifestada e concordo com a abordagem realista que propõem.

Ao fim e ao cabo, todos estamos conscientes da situação. Vi um estudo de acordo com o qual ao longo deste ano se poderão vir a perder dois milhões de postos de trabalho no conjunto do sector automóvel, a maior parte deles no sector dos componentes. Estamos perante um paradoxo extraordinário. Por um lado, temos um parque automóvel público e privado - como o senhor muito bem disse - extremamente obsoleto e com altos níveis de emissões, mas, por outro lado, a procura diminuiu dramaticamente, se é que não entrou mesmo em colapso.

Por isso saúdo vivamente o plano de retoma decidido pela Comissão, que procurou recorrer a todos os instrumentos disponíveis, embora saibamos que eles são limitados, e porquê. Precisamos, efectivamente, de uma intervenção anticíclica que estimule e apoie fortemente a procura, no respeito pelos objectivos ambientais em que tanto nos empenhámos nos últimos meses.

E o que é que está a acontecer? O que está a acontecer é que cada país age por sua conta e risco. Uns intervêm, outros não fazem nada; o meu país, por exemplo, nada fez até agora. Uns fazem uma coisa, outros fazem outra. Mas concordo consigo, temos de fazer um esforço até ao Conselho "Concorrência" da próxima Primavera para potenciar ao máximo a coordenação, pelo menos a nível dos princípios, associando, por exemplo, os planos de abate a objectivos precisos em termos de emissões. Considero que a França encontrou uma solução inteligente, a de variar o montante do bónus atribuído aos compradores de acordo com o nível de emissões da viatura adquirida. Isso iria, quanto a mim, criar uma situação "win-win", uma situação em que todos ganhariam, em termos de emprego, de inovação, de competitividade e de ambiente.

Patrizia Toia, em nome do Grupo ALDE. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise na indústria automóvel alargou-se a todo o sector, às indústrias subsidiárias, a outros sectores associados, às redes comerciais e de serviços; as perspectivas são dramáticas em termos de emprego.

A meu ver, a descida terrível nos últimos registos de matrículas - em alguns Estados-Membros, este mês, os registos desceram 33%, 20%, e por aí fora - demonstra que não se trata de uma crise num sector tecnologicamente obsoleto, nem de uma crise interna causada por erros de gestão nesta ou naquela empresa. É uma crise sistémica, e, por isso, deve ser enfrentada com urgência e com firmeza pelas Instituições europeias.

Foram propostas algumas soluções, mas o importante é saber de que modo, com que recursos e com que perspectivas de inovação se poderão concretizar. É necessário, sem dúvida, apoiar a procura; o consumo é a única via para a retoma. Mas, ao mesmo tempo que se implementa esta medida de apoio ao consumo - trata-se de uma medida de médio prazo -, considero necessário, desde já, um apoio ao crédito destinado à retoma da produção, ao pagamento dos materiais e à manutenção dos postos de trabalho, mesmo em situações de redução das encomendas e da procura.

O crédito é, portanto, a resposta, mas, na realidade, o importante é como atribuí-lo. Também eu desejo que a Europa assuma um papel mais proeminente, de liderança; é importante que as Instituições europeias dêem um sinal claro nesse sentido. Os Estados Unidos estão a intervir, tal como alguns países europeus, e espero que o meu país passe das propostas genéricas às iniciativas concretas, mas gostaria que a Europa tivesse uma intervenção mais forte tanto no âmbito do plano de retoma como para além dele, pois acredito, e o próprio Senhor Comissário o disse também, de certo modo, que o destino das grandes empresas europeias é também o nosso destino comum. Os grandes produtores europeus não devem ser confrontados com a concorrência, no âmbito do mercado comum, sob a forma de diferentes tipos de ajudas de Estado ou de benefícios; devem encontrar uma resposta por parte de uma Europa forte, incisiva e coordenada, pois o destino do mercado automóvel europeu dependerá da nossa capacidade de enfrentar, juntos, a concorrência mundial.

Há ainda a outra questão, referida pelo senhor deputado Sacconi e em que eu gostaria de insistir: o apoio não deve ser uma mera ajuda, ou, pior ainda, uma medida de alívio, que deixa tudo como estava, mas sim um incentivo para uma futura capacidade concorrencial do sector em termos de inovação, de produções e tecnologias compatíveis com o ambiente e de segurança dos passageiros e dos transportes.

Guntars Krasts, em nome do Grupo UEN. - (LV) Obrigado, Senhor Presidente. Na indústria automóvel, tal como no sector da construção, os recursos têm sido canalizados para um rápido crescimento futuro, mas o desenvolvimento nesta área estava no passado e continua a estar intimamente ligado à disponibilidade de crédito. A crise financeira atingiu, portanto, a indústria automóvel de forma particularmente violenta. A estabilização do sector só será possível quando o crédito bancário normalizar e isto, por sua vez, está associado ao ultrapassar da crise financeira. Não tenho dúvidas de que a crise financeira dará origem a correcções significativas na estrutura futura do mercado automóvel. A nossa tarefa neste momento não é de preservar os postos de trabalho existentes, mas a de preservar a competitividade futura do sector automóvel da Europa e, como tal, o apoio público ao sector automóvel deveria estar ligado a dois objectivos principais: à redução da dependência do petróleo e das respectivas flutuações de preços e à melhoria significativa dos indicadores ambientais e da redução de emissões. Estes propósitos são coincidentes. São também, em princípio, importantes para a economia europeia como um todo, a fim de reduzir o risco que um aumento dos preços do petróleo, uma vez ultrapassada a crise, em parte como resultado de novas aquisições de automóveis, pode representar num processo conjunto de recuperação económica. Obrigado.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. - (DE) Senhor Presidente, na minha opinião, a primeira prioridade deveria ser a de associar a gestão da crise económica com o desafio global que é a crise climática. Estaríamos a cometer um grande erro se, com as nossas medidas económicas, prosseguíssemos objectivos, relacionados com a protecção do clima e a segurança energética, tão pouco ambiciosos como aqueles que previmos na regulamentação das emissões de CO₂ para os automóveis.

Não podemos repetir o erro prestar alguma atenção aos murmúrios imprecisos sussurrados pela indústria automóvel. Foi esse erro que cometemos no Inverno passado, e as consequências podem ver-se agora em todo o lado para onde olhamos. Os mesmos grupos que nos fizeram recuar na execução do ambicioso regulamento do CO₂ para os automóveis, já não conseguem dar vazão às enormes quantidades de grandes carros ávidos de gasolina e que já não conseguem vender. É minha convicção que temos realmente de deixar claro aos construtores de automóveis que o futuro reside em modelos pequenos, eficientes e amiga do ambiente e que devem ser envidados todos os esforços, em conjunto com acções de incentivo, para promover tais modelos. Também deve ficar claro em que medida as inovações, tais como motores eléctricos, são

efectivamente abrangidas. No entanto, esta abordagem só é possível em conjunto com um plano coordenado envolvendo a política energética.

Gostaria particularmente de destacar o que um orador anterior do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus referiu, tratando-se de algo com que concordo em absoluto: estou totalmente convencida de que, se nos concentrarmos exclusivamente nos automóveis, sem estarmos cientes, ao mesmo tempo, do modo como precisamos de reestruturar o sector dos transportes e de como o sector de transportes públicos será daqui a dez anos, nesse caso vamos ficar muito aquém do que temos de apresentar feito. Esta abordagem também pode levar a que se assegure e crie um grande número de postos de trabalho. O Comissário Verheugen, ao indicar-nos que não são apenas carros que são produzidos, mas também autocarros e comboios, e assim por diante, deu-nos uma importante pista.

Portanto, o que temos de fazer é pensar para além do hoje, planeando e promovendo agora sistemas de transportes orientados para o futuro.

Roberto Musacchio, *em nome do Grupo GUE/NGL*. - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tornou-se evidente que a crise financeira se transformou também numa terrível crise económica e, presentemente, manifesta-se igualmente como uma crise social gravíssima.

Demonstra-o a situação do sector automóvel, no qual – concordo com o senhor deputado Sacconi – podemos presumir que estão em risco mais de dois milhões de postos de trabalho. Arriscamo-nos a que a crise resulte em despedimentos, especialmente entre os mais vulneráveis, ou seja, os trabalhadores mais velhos e os trabalhadores em situação precária. É necessária uma intervenção urgente e firme. As ajudas existem, mas temos de decidir – e digo-o com toda a franqueza ao Senhor Comissário – se devem ser coordenadas a nível europeu ou de outro modo, como parecem estar a propor alguns grandes Estados.

Eu diria que é necessária uma coordenação europeia, que aponte em dois sentidos: o da inovação, relacionada com o pacote das alterações climáticas, e, se me é dado repeti-lo, com o regulamento Sacconi sobre as emissões, e o da esfera social. Penso que nenhum trabalhador, desde os mais velhos aos trabalhadores precários, deveria ser despedido. A inovação não pode ser conseguida à custa do despedimento de trabalhadores.

O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização deveria também ser adaptado à luz deste cenário; de igual modo, o Fundo Social Europeu – porque não? – refere-se neste momento à criação de novos postos de trabalho, mas poderia orientar-se também para o não despedimento de trabalhadores. O trabalho deve ser reconduzido ao seu papel central na Europa, deve ter o papel que lhe cabe como fundamento da democracia.

Patrick Louis, *em nome da grupo IND/DEM*. - (FR) Senhor Presidente, caros colegas, todos conhecemos as causas estruturais da crise do sector automóvel e dos seus subcontratantes. Esta fileira, como aconteceu com a agricultura e os têxteis, é muito afectada pelas deslocalizações e pelos *dumpings* social, ambiental e fiscal.

O que é que vamos fazer quando os Americanos venderem os seus 4x4 vorazes de energia, subsidiados e dopados e apoiados num dólar em baixa, no nosso mercado, também agredido por veículos de gama baixa provenientes da Turquia, da Índia ou da China?

Resta uma solução. Há que restabelecer as tarifas externas comuns, abandonadas pelos acordos de Maastricht. Só os direitos de compensação nas fronteiras da União poderão restabelecer um comércio internacional verdadeiro e leal. Temos de ousar, antes que seja demasiado tarde, o que manda o bom senso. Mas, como sabem, o protocolo 27 do Tratado de Lisboa e o seu artigo 63.º proibem firmemente qualquer protecção aduaneira do mercado europeu.

Assim, caros colegas, sejamos consequentes. Não continuemos a defender as causas que nos fazem tanto mal. Enterremos definitivamente este Tratado prejudicial e paremos de brincar aos bombeiros pirómanos.

Karsten Friedrich Hoppenstedt (PPE-DE). - (DE) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Presidência, mas também a Comissão, as suas declarações muito claras sobre esta situação. Partilho o optimismo do Comissário Verheugen relativamente à indústria automóvel ter reconhecido os sinais dos tempos e vir a encontrar soluções orientadas para o futuro em muitas áreas.

Evidentemente, vivemos no mundo real e, na sequência de uma queda de 5% na produção de veículos ao longo do último ano, a indústria espera uma nova queda de 15% em 2009. Esta será a maior queda na produção da União Europeia desde 1993 e significará menos 3,8 milhões de veículos do que em 2007. É importante percebermos que, para cada emprego que é mantido na indústria automóvel, há cinco outros,

em áreas e indústrias associadas, que dele dependem. Significa isto que a crise financeira, claramente, tem um impacto deveras significativo no sector automóvel, na medida em que afecta tanto os próprios fabricantes como os seus clientes. Ambos os grupos necessitam muitíssimo de um melhor acesso ao crédito. Já foi dito que a indústria automóvel tem acesso a 9 mil milhões de euros do Banco Europeu de Investimento. No entanto, tanto os fabricantes como os fornecedores necessitam de mais crédito para financiarem os seus negócios e, portanto, também os clientes precisam para poderem financiar a compra de automóveis. Precisamos, portanto, de pôr o pé no acelerador, a fim de fortalecer a procura, pois no 4.º trimestre de 2008, as matrículas de automóveis europeus de passageiros desceram 19%, enquanto as de veículos comerciais caíram 24%.

Até agora, nesta crise, os bancos têm sido apoiados ao som da música de milhares de milhões de euros a caírem, a fim de salvar todo o sistema. De um modo geral, porém, os bancos da indústria automóvel foram deixados fora. No entanto, estas instituições não têm acesso a auxílios estatais. Em toda a Europa, tal como anteriormente nos Estados Unidos, a indústria automóvel teve de colocar em reserva milhares de milhões de euros para os balanços residuais sobre contas de locação que não são abrangidas. Estas perdas - em especial à luz dos 2 milhões de veículos acumulados - baseiam-se em descidas significativas do valor de locação veículos, o que, em seguida, causa problemas também a este respeito. Por outras palavras, há necessidade de uma actuação muito rápida neste domínio no intuito de lançar uma bóia de salvação a estes bancos, tal como já aconteceu com os restantes bancos dentro do sistema.

Stephen Hughes (PSE). - (EN) Senhor Presidente, a Nissan anunciou a perda de 1 200 empregos nas suas instalações de Sunderland, no meu círculo eleitoral do Nordeste de Inglaterra. Trata-se de quase um quarto dos seus efectivos, e a estes números haverá que acrescentar um número ainda desconhecido de empregos ao nível da cadeia de fornecedores.

A instalação de Sunderland da Nissan é geralmente reconhecida como a mais produtiva da Europa. Se a fábrica com a mais elevada produtividade da Europa precisa de dispensar um quarto dos seus funcionários, então que Deus nos ajude quando este processo atingir em pleno as menos produtivas.

Foi criada uma *task force* de recuperação na minha região, envolvendo os principais actores regionais. As medidas que estão a planear - ajudar na procura de emprego, na formação e reciclagem, no lançamento de pequenas empresas, na ajuda ao auto-emprego - são todas elas perfeitamente adequadas para apoiar o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Congratulo-me com as propostas da Comissão com vista à simplificação deste Fundo. É preciso que este seja simplificado e mobilizado com urgência, de forma maciça, como parte de uma resposta europeia coordenada à crise do sector automóvel.

No ano passado, só foi usada uma pequena fracção deste Fundo. Não o ignoremos. É preciso que o ponhamos ao serviço das nossas populações.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-presidente

Josu Ortuondo Larrea (ALDE). - (ES) Senhor Presidente, contrariamente a muitos outros, o sector automóvel não é um sector especulativo, mas funciona com pequenas margens que só se transformam em lucro se foram vendidas muitas unidades.

É verdade que os automóveis são uma importante fonte de gases com efeito de estufa, mas não é menos verdade que este sector da indústria, juntamente com os sectores auxiliares, é responsável por 10% do PIB da economia europeia e proporciona 12 milhões de postos de trabalho que representam 6% do emprego na União.

Por conseguinte, é um sector muito importante para o bem-estar dos nossos cidadãos, pelo que não podemos abandoná-lo ao seu destino e às inflexíveis regras da oferta e da procura, graças às quais temos uma crise no sector financeiro e, conseqüentemente, em todos os demais sectores, incluindo o sector automóvel.

Temos de procurar soluções de apoio que respeitem o princípio da livre concorrência na União Europeia e que proporcionem a ajuda necessária para salvar este sector produtivo. Nesse sentido, precisamos de um quadro europeu para garantir a harmonização em todos os Estados-Membros. Nos Estados Unidos e noutros países já foi aprovada uma ajuda financeira no valor milhares de milhões de dólares. Além disso, alguns países já ajustaram as suas taxas de câmbio e introduziram outros mecanismos para se tornarem competitivos nos nossos mercados.

Por conseguinte, não nos preocupemos com o que diz o resto do mundo e adotemos, sem mais demoras, as medidas que são necessárias.

Michael Cramer (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, só teremos êxito no combate às alterações climáticas e na reestruturação da economia mundial, se atacarmos os dois problemas em conjunto. O que nós precisamos é de um *New Deal* verde.

A crise na indústria automóvel não é uma crise meramente económica. A recessão sentida pelos construtores de automóveis é também o resultado da sua filosofia do "maior, mais rápido, mais pesado", praticada ao longo dos últimos anos. Até há poucos meses, a General Motors, a Daimler e C.^a centraram-se nos grandes bebedores de gasolina, enquanto os seus departamentos de marketing garantiam que os SUV eram os novos carros da cidade. Estavam, pura e simplesmente, a ignorar as alterações climáticas e esse problema está de volta, como uma assombração que os persegue.

Se agora estamos a disponibilizar milhares de milhões de euros do dinheiro dos contribuintes, as condições vão ter de ser claras. As empresas do sector automóvel têm agora de utilizar o dinheiro para efectuar mudanças no sentido de obter gamas de produtos de menor dimensão e maior eficiência, com sistemas de propulsão alternativos – não apenas pelo ambiente, não pelo clima, mas também pela segurança a longo prazo de centenas de milhares de postos de trabalho.

Vou dar um exemplo da Alemanha, o meu país, sobre o que não deve ser feito. Na Alemanha, se o CEO do Deutsche Bank, Josef Ackermann, mandar abater para sucata o seu terceiro, quarto ou quinto carro com nove anos de idade e comprar um novo *Porsche Cayenne*, irá receber um bónus de 4 000 euros. Uma situação destas não tem orientação social nem ambiental. Na verdade, é simplesmente desorientação e loucura. É algo com que não podemos concordar.

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL). – (SV) A Suécia, o meu país, à semelhança de muitos outros, é muito dependente da indústria automóvel. A Volvo e a Saab são marcas bem conhecidas, mas a indústria automóvel sueca, como as suas congéneres, foi gravemente atingida pela crise económica. Contribuíram para esta crise diversos factores, mas um deles em particular foi a incapacidade de realizar atempadamente uma viragem em termos de produção. É necessária uma reconversão para o fabrico de veículos mais pequenos, de menor consumo e equipados de tecnologia menos poluente.

Há muito tempo que a UE exige uma flexibilidade unívoca da parte dos trabalhadores. Eu próprio e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Nórdica Verde exigimos que, da mesma forma, seja imposto um dever de flexibilidade às administrações das grandes empresas. A falta de flexibilidade e o novo pensamento contribuíram, afinal de contas, para a crise a que assistimos na indústria automóvel e noutros sectores de produção.

Por fim, gostaria de salientar que a indústria automóvel é um sector laboral importante, que emprega na sua maioria homens, e que merece o nosso inteiro apoio. Espero que neste caso a UE dê provas de um empenhamento semelhante àquele que manifesta quando a crise afecta indústrias que empregam sobretudo mulheres.

John Whittaker (IND/DEM). – (EN) Senhor Presidente, poderíamos adivinhar o conteúdo destes relatórios. Temos um problema e é preciso que a União Europeia expresse a sua opinião. É preciso que dê a impressão de que detém as rédeas da situação para a resolução do problema. Assim, dispomos de um Plano de Relançamento da Economia Europeia, de que a indústria automóvel faz parte. Mas, na realidade, cada um dos fabricantes automóveis tratará de olhar por si, da melhor forma possível, e cada um dos países tratará de proteger os seus fabricantes da melhor forma possível.

Evidentemente que há argumentos a favor de algum apoio, algum apoio financeiro à indústria automóvel e a outros sectores para manter intactos o capital e as competências. Porém, isso só pode ser decidido a nível nacional, porque o apoio – para além do Banco Europeu de Investimento mencionado pelo Senhor Comissário Verheugen – só pode ser proporcionado pelos contribuintes nacionais.

Contudo, neste caso, a União Europeia poderia adoptar uma atitude construtiva, pelo menos até que a recessão termine, a saber, libertar os fabricantes automóveis das restrições ambientais. Esta indústria atravessa já tempos difíceis. Estas normas ambientais e outras restrições regulamentares tornam os carros mais dispendiosos. Estão a ajudar a matar uma indústria que já se encontra em situação extremamente difícil.

Malcolm Harbour (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, ontem, na minha cidade de Birmingham, realizou-se uma Cimeira sobre a crise. Lamento não ter podido estar presente, pois comecei a minha actividade profissional há 40 anos na indústria automóvel. Atravessei várias crises, mas nenhuma como esta.

Nunca houve uma situação em que as vendas tenham caído tão rapidamente. Gostaria de dizer aos meus colegas dos Verdes que, se analisarem a situação dos veículos que se encontram por vender, verificarão que entre estes a percentagem mais elevada é a dos modelos mais pequenos, mais leves e mais ecológicos. Não se trata do malogro dos modelos de negócio: trata-se do malogro de todo o sistema económico.

Segundo uma das estatísticas da nossa Cimeira – apresentadas pelo Professor David Bailey da nossa Birmingham Business School – estima-se que 300 000 consumidores do Reino Unido viram ser-lhes recusados pedidos de crédito automóvel ao longo dos últimos seis meses. Actualmente, alguns seriam recusados de qualquer forma, mas essa é a natureza da situação que enfrentamos.

Quanto a alguns dos temas discutidos – e concordo inteiramente com o que o senhor deputado Stephen Hughes disse sobre a Nissan, que ele bem conhece –, há medidas que podemos tomar a nível nacional e europeu para ajudar a indústria através desta reestruturação. É claramente preferível ajudar a indústria a manter estes funcionários essenciais em situação de emprego do que permitir que sejam despedidos para serem novamente readmitidos mais tarde.

Dispomos dos incentivos para investir nos automóveis que a senhora deputada Harms e outros pretendem. O facto de os Verdes falarem de veículos eléctricos como sendo a solução mostra muito simplesmente quão desfasados estão do mundo real – esses veículos estão ainda a 10 ou mais anos de distância, e todos nós sabemos disso.

O problema está, na verdade, em trazer os compradores e a procura de volta à economia. É preciso que solucionemos a questão do crédito; é preciso que ajudemos os compradores públicos a regressar aos mercados e a comprarem autocarros ecológicos, camiões amigos do ambiente, veículos verdes – bem vistas as coisas, isso terá consequências. Não pretendemos uma corrida concorrencial entre empresas. O Senhor Ministro Vondra foi extremamente claro ao afirmar que estamos num mercado único, e que nesta esfera não queremos actividades concorrenciais.

Porém, acima de tudo, é preciso enfrentar a necessidade dos negociantes de automóveis de terem de vender e procurar automóveis no mercado.

O meu último comentário é dirigido ao Senhor Comissário, que referiu aqui o trabalho anterior desenvolvido pela Senhora Comissária Kroes: por favor, diga à Senhora Comissária Kroes que retire de cima da mesa esta proposta totalmente indesejável e desestabilizadora de mudança de toda a estrutura dos contratos dos concessionários. Ninguém a pediu, e nós não a queremos.

Monica Giuntini (PSE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvimos os compromissos do Conselho e da Comissão, mas quero lembrar que a quebra global das vendas neste sector em 2008 foi de 8%. Há neste momento milhares de trabalhadores que perderam o emprego e dependem agora do subsídio de desemprego. O senhor deputado Sacconi deu-nos há pouco os números.

Esta situação não diz respeito apenas às grandes empresas do sector automóvel, mas também a todas as empresas associadas à indústria automóvel. Estou a pensar na Toscânia, de onde provenho. Como tive a oportunidade de referir recentemente, de acordo com a Associação Europeia de Fornecedores de Componentes de Automóveis, uma em cada dez empresas estará em risco de falência nos próximos meses. Por isso considero necessária uma intervenção rápida, segura e realista, e sei que o Senhor Comissário Verheugen é sensível e estará atento a esta questão.

Não há tempo a perder, Senhor Comissário. É essencial a coordenação entre os países europeus; de outro modo, corremos o risco de pôr em prática diferentes medidas dispersas que acabam por não produzir efeitos nem para a economia da UE nem em termos de apoio aos trabalhadores. Temos de criar incentivos, coordenados a nível europeu, tais como os que o senhor deputado Sacconi referiu, que permitam investimentos em veículos limpos e apoiem a investigação e as novas tecnologias. Temos de intervir desde já na revisão dos critérios do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a utilizar no apoio aos trabalhadores europeus, e penso que são necessários mais financiamentos por parte ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Ivo Belet (PPE-DE). – (NL) Senhor Comissário, o salvamento da indústria automóvel europeia ameaça degenerar numa sucessão de actos lesa-Europa. Cada Estado-Membro procura, avulsamente, enfrentar o problema e toma medidas de apoio a nível nacional. V. Exa. saberá melhor do que eu que há Estados-Membros que prometem crédito barato aos fabricantes de veículos automóveis, sob condição de estes comprarem peças a fornecedores locais do país em causa. Obviamente, este é o caminho da loucura, e é positivo que tenha afirmado, há minutos, que não irá tolerar e tenciona reprimir este tipo de práticas.

Tal como referiu o senhor deputado Harbour, do que os fabricantes necessitam são de medidas no presente e de apoio ao investimento para o futuro, tendo já em vista novos automóveis amigos do ambiente e híbridos. Tudo isto é bastante positivo, mas não resolve os problemas do presente. Nesse sentido, a nova iniciativa hoje aqui anunciada pela Presidência checa, antes da próxima Cimeira da Primavera, é uma ótima notícia e projecta um verdadeiro raio de esperança. Trata-se, mais precisamente, de uma proposta de aplicação de uma medida em toda a Europa que estimularia a olhos vistos a compra de automóveis amigos do ambiente.

Além disso, já não é novidade que os fabricantes de automóveis precisam de novas linhas e garantias de crédito. O Banco Europeu de Investimento libertou um montante considerável de dinheiro, mas é necessário muito mais para atravessar estes tempos adversos. Em muitos casos, as empresas em causa são PME da indústria fornecedora de componentes que, neste momento, precisam de crédito para sobreviver.

Numa outra perspectiva, Senhor Comissário, devíamos também encarar esta crise como uma oportunidade para, finalmente, sermos inovadores no domínio da fiscalidade automóvel. Há anos que pugnamos por uma proposta da Comissão no sentido do ajustamento da mesma. É chegada a altura de, finalmente, promovermos uma mudança à escala da União Europeia e transformarmos a fiscalidade automóvel num sistema que recompense os consumidores que optarem por automóveis amigos do ambiente.

Mia De Vits (PSE). – (NL) A indústria automóvel é um sector muito importante para o emprego na Bélgica. Tanto no interior como em redor da fábrica da Opel de Antuérpia, na Bélgica, estão hoje em causa 2 700 postos de trabalho directos. As decisões são tomadas em Detroit e todas as unidades fabris da Opel enfrentam o problema da sobrecapacidade de produção. Escusado será dizer que as autoridades competentes preparam já pacotes de emergência consistindo em auxílios estatais e garantias bancárias. Porém, a fim de garantir a eficácia destes auxílios, exortaria hoje a Comissão Europeia, nas pessoas do Senhor Comissário Verheugen e da sua colega, a Senhora Comissária Kroes, a sentar-se à mesa com as autoridades e as unidades de produção em questão, com o intuito de assegurar o máximo de postos de trabalho a nível europeu e de garantir uma abordagem coordenada à escala europeia antes de 17 de Fevereiro, dia em que a decisão será tomada em Detroit. Tal como foi referido anteriormente, esta iniciativa é necessária para impedir uma corrida de pendor proteccionista entre os Estados-Membros.

Marie-Noëlle Lienemann (PSE). - (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, caros colegas, temos de voltar às grandes políticas industriais que fundaram a União Europeia. Refiro-me ao carvão e ao aço.

A força dessas políticas era a de serem, simultaneamente, instrumentos de modernização - e, aqui, estamos a falar da redução das emissões de carbono do sector automóvel - e políticas de carácter social, de acompanhamento, de defesa dos trabalhadores, da sua formação e da sua protecção. Assim, faço quatro propostas.

A primeira é a da criação de um fundo europeu de apoio aos trabalhadores assalariados da indústria automóvel que vá mais longe do que o fundo de modernização, pois o que é importante é manter os trabalhadores nas empresas durante esses períodos chave, acompanhando o seu nível de remuneração em caso de desemprego parcial e acompanhando a sua formação no seio da empresa. Não podemos contentar-nos com uma hipotética reconversão dos trabalhadores que são despedidos.

Em segundo lugar, há que criar uma agência dedicada à inovação e que acelerar o financiamento da I&D, a fim de andarmos mais depressa e conseguirmos vencer o fosso tecnológico dos veículos limpos e dos veículos seguros.

Em terceiro lugar, acelerar a renovação do parque automóvel. Os prémios ao abate podem ser eficazes. E devem ser harmonizados a nível da União Europeia, a fim de evitar efeitos de uma concorrência pouco saudável.

E vou terminar sobre este ponto. A concorrência é importante, mas é também importante...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, chegou o momento de o Presidente receber pedidos adicionais de uso da palavra, mas temos um problema, pois são muitos os deputados que pediram para intervir. Por conseguinte, vou aplicar muito estritamente a decisão da Mesa, segundo a qual se concederá a palavra a cinco deputados. Findo o minuto que foi concedido a cada deles, a palavra ser-lhes-á automaticamente retirada.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE-DE). – (RO) Nos debates sobre a crise do sector automóvel e nas decisões que deles sairão, não devemos ignorar os problemas dos fabricantes de componentes automóveis, que foram afectados pela crise, na sequência do efeito dominó, por estarem à mercê das suspensões da produção.

Na Roménia, por exemplo, há mais de 400 empresas que produzem componentes automóveis, cujo volume total de negócios, em 2008, foi de 8 mil milhões de euros. 75% destas empresas são pequenas empresas e trabalham, regra geral, para um só cliente. É por esta razão que os efeitos da crise se estão a fazer sentir de forma tão acentuada. Nestas circunstâncias, as empresas são obrigadas a recorrer ao despedimento, ou encontrar outras soluções, nomeadamente a redução do horário de trabalho ou a concessão de licenças sem vencimento aos seus trabalhadores. Os fabricantes de pneumáticos são igualmente afectados.

Tendo em conta os avultados números referentes aos trabalhadores destas empresas, penso que os fabricantes de componentes automóveis e de pneumáticos devem ser incluídos em todas as futuras soluções que prevejam a concessão de apoio económico durante a actual crise.

Matthias Groote (PSE). – (DE) Senhor Presidente, o Comissário Verheugen acabou de nos mostrar como os números são dramáticos e qual a situação actual do mercado automóvel. Situações dramáticas devem exigir uma acção harmonizada. Em 2006, nós, no Parlamento Europeu, lançámos um relatório de iniciativa sobre a harmonização do imposto sobre veículos, que esperávamos fosse baseado no CO₂ e no consumo. Creio que tal acção poderia representar um programa económico, através do qual o Conselho poderia mostrar em uníssono – pois teria de haver decisão por unanimidade – o modo como os impostos baseados no consumo dos veículos poderiam ser colocados na Web.

No que diz respeito ao tema referido pela minha colega, senhora deputada De Vits, isto é, a General Motors, gostaria de perguntar à Comissão se está a tomar precauções para a eventualidade de falência da empresa-mãe. Nesse caso, iria a Comissão agir harmoniosa e uniformemente para encontrar uma solução europeia para as filiais da General Motors?

Zbigniew Krzysztof Kuźmiuk (UEN). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de chamar a sua atenção para três questões neste debate.

Os governos dos Estados-Membros da União Europeia estão a oferecer aos construtores automóveis um apoio financeiro significativo, na ordem das dezenas de milhares de milhões de euros. O Governo alemão, além do apoio concedido aos construtores alemães, decidiu apoiar igualmente os proprietários de veículos. Quem decidir enviar o seu carro velho para a sucata recebe 2500 euros.

A Comissão Europeia que, até à data, acompanhou de forma rigorosa o cumprimento das regras relativas à concessão de auxílios estatais às empresas, foi muito rápida a dar o seu aval em todos estes casos, tendo em geral adaptado as suas decisões a decisões prévias dos governos dos Estados-Membros neste domínio.

Sem pôr em causa os princípios em que se basearam as iniciativas destinadas a auxiliar a indústria automóvel europeia, gostaria de lembrar mais uma vez como foi extremamente injusta a decisão da Comissão Europeia relativa ao reembolso dos auxílios estatais concedidos pelo Governo polaco aos estaleiros daquele país. Devido a essa decisão, cerca de 50 000 postos de trabalho estão actualmente a ser eliminados no sector da construção naval polaco, prevendo-se que mais de 10 000 postos de trabalho se percam no futuro em indústrias associadas.

Zita Pleštinšká (PPE-DE). – (SK) Senhor Comissário Verheugen, a Comissão Europeia tem de dar passos concretos para recuperar a indústria automóvel. Antes de mais, temos de evitar distorções no mercado interno. As medidas proteccionistas propostas por alguns Estados não são forma de responder à crise actual. Apelo à Comissão para que apresente, tão rapidamente quanto possível, medidas para um plano europeu de abate de veículos.

Senhor Presidente em exercício Vondra, espero do Conselho que os Estados-Membros aproveem, durante a reunião do Conselho Europeu em Março, um plano de abate de veículos que aumente directamente o poder de compra dos consumidores que pretendem comprar veículos novos.

Estou firmemente convencida de que, se a UE quer ser o maior exportador de automóveis e, simultaneamente, pretende ser um líder global na luta contra as alterações climáticas, tem de ajudar a sua indústria automóvel, que é o maior investidor privado na investigação e no desenvolvimento. Através do financiamento da investigação e do desenvolvimento, através do apoio ao investimento...

Ivo Strejček (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, tenho acompanhado o debate com bastante atenção e não acrescentarei nada de novo. Gostaria apenas de salientar alguns comentários que aqui foram avançados, que, na minha opinião deveriam perpassar por todo o debate.

Refiro-me às palavras do Senhor Ministro Vondra de que deveremos ter em conta a concorrência leal e evitar as distorções do mercado, bem como aos comentários do Senhor Comissário no sentido de que deveremos ser justos e não alimentar falsas expectativas. Acima de tudo, Senhor Comissário, agradeço-lhe por afirmar que deveremos proporcionar maior flexibilidade aos nossos fabricantes, através de menos regulamentação, menos legislação e menos exorbitância burocrática.

Presidente. – Gostaria de utilizar 30 segundos do nosso tempo para explicar a norma que foi estabelecida pela Mesa, pois reconheço que é extremamente desagradável para os deputados que pediram para usar da palavra não poderem fazê-lo.

A Mesa decidiu que o tempo fundamental de debate é o tempo atribuído aos deputados que intervêm utilizando o tempo que foi repartido entre os diferentes grupos parlamentares. Subsequentemente, no procedimento "catch-the-eye" é dada a palavra a cinco deputados durante um minuto cada, pela ordem do maior grupo ao mais pequeno. No entanto, se houver seis pedidos e dispusermos de seis minutos, todos eles poderão ser ouvidos. Este período pode ser alargado a seis minutos, ou mesmo a sete. No caso vertente, porém, foram doze os deputados que pediram a palavra. Só cinco viram o seu pedido atendido, conforme estabelecido pela Mesa para este ponto de debate. Estou a esclarecer esta questão para ela possa ser tida em conta em ocasiões subsequentes.

Tem agora a palavra o Ministro Alexandr Vondra para responder às diversas intervenções em nome do Conselho. Tem a palavra, Senhor Ministro.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, Gostaria de agradecer aos senhores deputados um debate extremamente útil. O Conselho aprecia muito todos os vossos contributos para o debate e tentará desempenhar o melhor possível a sua parte, juntamente com a Comissão, na resolução do maior número possível de problemas no sector automóvel.

Não há dúvida de que deveriam ser tomadas algumas medidas de curto prazo, o que já acontece a nível dos Estados-Membros. Assim, penso que todos concordamos que essas medidas deverão ser razoavelmente sustentáveis do ponto de vista financeiro e outros. Deverão ser incisivas, eficazes e, acima de tudo, aplicadas de uma forma compatível com as estritas regras dos auxílios estatais, ao abrigo da legislação comunitária. Informei-vos, por exemplo, das nossas iniciativas relativas ao programa de abate; por isso, é verdadeiramente importante que os passos dados estejam em conformidade com as regras da concorrência e as regras relativas aos auxílios estatais e que se evitem distorções do mercado único.

A minha segunda observação é a seguinte: deveremos ainda ter presente que a indústria automóvel europeia é líder mundial – somos exportadores, somos aqueles que produzem os automóveis – e, nessa perspectiva, não devemos esquecer a necessidade de manter a eficácia de longo prazo, bem como a competitividade desta indústria. Por isso, as medidas que estão a ser tomadas devem cumprir determinados critérios relativos à viabilidade da indústria europeia e à sua competitividade, incluindo o investimento na inovação e em veículos amigos do ambiente, etc.

Assim, o Conselho envida todos os esforços necessários para assegurar que todos os esforços com vista ao IDT e à inovação no sector automóvel, mas também as medidas de curto prazo incluídas neste relatório, sejam totalmente coerentes com os objectivos gerais da Estratégia de Lisboa.

Terceiro comentário: temos de acompanhar a situação fora da Europa. Estamos seguramente cientes de que a crise no sector automóvel nos EUA é estrutural e profunda, e os produtores dos EUA estão numa situação muito pior do que a dos construtores automóveis europeus. Por conseguinte, é óbvio – e Günter Verheugen referiu-o – que os EUA não poderão permitir que a sua indústria automóvel pura e simplesmente morra, o que não seria positivo para nós.

Porem, temos ainda de trabalhar na esfera política com os nossos parceiros internacionais, em especial, através da OMC, a fim de assegurar que, tanto quanto possível, seja mantida uma situação de equidade. O

mesmo se aplica a outros mercados e indústrias automóveis na Ásia. Estamos igualmente a acompanhar a evolução na Coreia e no Japão, etc.

Teremos em breve, no início de Março, o Conselho "Competitividade", e esperamos poder produzir uma decisão de elevada qualidade e, evidentemente, consensual com vista ao Conselho Europeu da Primavera, que abordará sobretudo questões económicas.

Günter Verheugen, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Senhor Presidente, estou de acordo com o que foi dito por uma série de oradores, em especial pela senhora deputada Harms. As medidas que estamos a aplicar a curto prazo não podem, de modo algum, ir contra os nossos objectivos a longo prazo. Este ponto é absolutamente decisivo.

Dada a simpatia e amabilidade da assembleia, também vou ser simpático e dizer algo que vai definitivamente agradar aos senhores deputados e que eu já aqui referi em 2006, ou seja, que o futuro da indústria automóvel europeia vai ser verde, ou então esta indústria não terá futuro na Europa. Permitam-me deixar este ponto totalmente claro. As pessoas podem argumentar se a escolha de modelos produzidos por fabricantes europeus, especialmente pelos fabricantes alemães, não terá sido responsável pela crise em que agora nos encontramos. Não faço ideia. Houve carros ecológicos no passado, e também modelos de baixo consumo – pensemos no Smart da Mercedes, que causou milhares de milhões de euros em prejuízos à empresa. A situação não é, portanto, tão a preto e branco como se poderia pensar. De um ponto de vista ambiental, a escolha dos modelos foi claramente errada e o facto de que a mudança estar a ser feita agora, no meio de uma crise, não torna a situação mais fácil, mas também não muda o facto de esta transição ser necessária e dever ter lugar rapidamente. Sobre este ponto, creio que estamos totalmente de acordo.

Uma barreira aduaneira contra os carros dos EUA, Senhor Deputado Louis, não é, definitivamente, algo que vamos introduzir. Se há coisa que não vamos fazer, é isso. Os carros americanos não desempenham qualquer papel no mercado europeu, enquanto os carros europeus têm um importante papel no mercado os EUA. Se há uma voz, aqui no Parlamento Europeu, a pedir-nos para protegermos o nosso mercado contra os carros americanos, receio que venha a haver uma voz nos EUA, no Congresso em Washington, dizendo que devem proteger o seu mercado dos automóveis europeus. Numa situação destas, a nossa posição não fica a parecer muito bem. Peço-lhe, com toda a seriedade, que não prossiga com esta ideia.

Resta-me apoiar totalmente o que o senhor deputado Groote referiu acerca do imposto sobre veículos. Eu também pensava que as observações feitas especificamente sobre este tópico eram sólidas. A reformulação do imposto sobre veículos, de acordo com um princípio baseado no CO₂ é algo que a Comissão vem solicitando há algum tempo e entristece-me ver que os progressos neste domínio têm sido tão lentos.

O senhor deputado Groote vai certamente perceber que eu não posso expressar qualquer opinião pública sobre a questão que coloca sobre a General Motors e a Opel. Terá de se dar por satisfeito com o facto de eu lhe dizer que estamos muito atentos à evolução dos acontecimentos e que estamos em conversações com todas as partes relevantes.

Gostaria também de dar conhecimento às pessoas que têm, com toda a razão, dado especial atenção à questão do emprego, que a Comissão, de facto, já apresentou uma proposta sobre o modo como o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização pode tornar-se mais flexível e mais eficaz. Se as propostas da Comissão fossem executadas de forma rápida e concretizadas com celeridade – e eu faria um pedido premente no sentido de todos contribuírmos nesse sentido – creio que estaríamos em posição de prestar ajuda, em particular aos trabalhadores temporários da indústria automóvel e aos trabalhadores não qualificadas, que são afinal os que estão na pior situação.

As regras para os prémios pelo abate de veículos – tema já aqui abordado inúmeras vezes, e que gostaria de referir uma vez mais – são claras. Não pode haver um regulamento europeu a obrigar todos os Estados-Membros a tomarem parte nesta acção. Isso é absolutamente impossível. Do mesmo modo, não pode haver regulamentação europeia para que o montante do prémio deva ser o mesmo em toda parte. Os valores de referência devem ser definidos a nível europeu, e é esse o caso. Foi este o acordo a que chegámos na nossa reunião de 16 de Janeiro, em Bruxelas.

Por último, gostaria de salientar, mais uma vez, aquilo que muitos de vós já referiram, nomeadamente que ao discutirmos a crise actual, temos de pensar para além da indústria automóvel. Há, na verdade, toda a razão em dizer que têm de ser encontrados sistemas de tráfego inteligentes, sistemas inteligentes de gestão do tráfego, soluções modernas e inovadoras para o trânsito individual e de massas do futuro, e que talvez esta

crise nos ofereça uma oportunidade para impulsionar mais fortemente estas soluções. Pessoalmente, em todo o caso, gostaria muito que tal acontecesse.

Christoph Konrad (PPE-DE). – (DE) Senhor Presidente, V. Exa. acabou de fazer uma declaração sobre a decisão da Mesa, tendo explicado a razão pela qual o debate pelo sistema “catch-the-eye” ou “procedimento de intervenções sem inscrição prévia” foi modificado. A este respeito, gostaria de apresentar um protesto formal contra esta alteração. Este procedimento foi introduzido para instilar vigor nos nossos debates, para gerar diálogo com a Comissão e para reforçar a cultura de debate. O que foi agora decidido pela Mesa é inteiramente contraproducente, e eu gostaria de solicitar a V. Exa. o favor de apresentar esta questão à Conferência dos Presidentes e de responder a este protesto.

Presidente. – Sim, Senhor Deputado Konrad, é evidente que V. Exa. está no seu pleno direito e tomamos nota do seu protesto. No entanto, V. Exa., enquanto membro de um grupo muito responsável desta Câmara, compreenderá que o que não pode acontecer é que os deputados individuais disponham de mais tempo do que os grupos, pois são os grupos que têm a responsabilidade estatutária de participar nos debates.

A Mesa tomou esta decisão por unanimidade. Trata-se de uma decisão que eu considero de bom senso, e que vai precisamente no sentido de evitar que os deputados que não foram indicados pelo seu grupo – porque o seu grupo não deseja que eles intervenham nesse momento – possam intervir depois. Foi essa a razão pela qual o tempo de uso da palavra foi restringido: cinco minutos para cinco intervenções, observando a ordem do maior grupo ao mais pequeno e assegurando simultaneamente que os oradores não sejam todos da mesma nacionalidade.

Foi isto que ficou decidido. Claro está que esta norma poderá ser alterada. Se a Conferência dos Presidentes propuser uma alteração ao procedimento, a Mesa analisá-la-á com todo o cuidado.

Muito obrigado, Senhor Deputado Konrad, pela sua contribuição, que foi devidamente registada.

Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 142.º)

John Attard-Montalto (PSE), por escrito. – (EN) Gostaria de chamar a atenção para o facto de a crise económica na indústria automóvel nas Ilhas maltesas estar a ser agravada devido a um grave erro administrativo. Os automóveis, em Malta, estão sujeitos a um pesado imposto de matrícula, sobre o qual o Governo também impõe IVA. Ficou agora comprovado que o Governo tem vindo a obter indevidamente dinheiro de milhares de proprietários de automóveis. O Governo recusa-se a reembolsar milhares de proprietários de automóveis que pagaram montantes substanciais que não eram devidos.

O Governo de Malta afirma que o reembolso atingirá milhões de euros. É precisamente por isso que o Governo tem o dever e a obrigação de devolver os impostos cobrados indevidamente. Este é um erro de tal forma grave que se tivesse ocorrido num outro Estado-Membro da UE, o Governo teria sido forçado a demitir-se. Em Malta, o Governo nem sequer teve a decência de reconhecer as suas responsabilidades e de pedir desculpa aos milhares de cidadãos lesados das ilhas de Malta e Gozo. Poderiam ser encontradas soluções, oferecendo descontos aos proprietários destes veículos, por exemplo, no que respeita ao selo anual. O Governo parece fazer orelhas moucas a estas sugestões.

Sebastian Valentin Bodu (PPE-DE), por escrito. – (RO) Se a União Europeia for vista como um organismo vivo, o sector automóvel é o seu esqueleto. É responsável por 3% do PIB da UE e gera um excedente comercial de 35 mil milhões de euros. Todavia, 2008 foi um ano difícil para o sector: no primeiro semestre, as vendas de automóveis caíram devido ao aumento dos combustíveis, e no segundo semestre, as vendas registaram uma queda de 19,3%, na sequência da crise financeira.

Estes não são os únicos problemas que se deparam ao sector. Entre 2009 e 2015, o sector automóvel deve implementar novas normas para as emissões poluentes, para a economia de combustível, etc., o que representa milhares de milhões de euros de custos que o sector terá de suportar.

Os números atrás apresentados são também relevantes porque o sector automóvel assegura os rendimentos de mais de 12 milhões de famílias. Um emprego numa empresa do sector automóvel está associado a quatro empregos de fornecedores, e a outros cinco em sectores conexos e no sector das vendas. É, por conseguinte, evidente que a saúde deste sector da economia europeia é vital para o conjunto da economia da União Europeia. Neste contexto, é imprescindível uma intervenção rápida e coordenada das instituições e dos

governos europeus, nomeadamente a introdução de programas de retoma dos carros antigos contra uma redução consistente do preço de compra de um veículo novo, ajuda financeira, etc.

Elisa Ferreira (PSE), *por escrito*. – A crise financeira provocou a paralisia do crédito; afectou as empresas e as famílias; numa bola de neve a procura reduziu-se com gravíssimas consequências no crescimento económico e emprego.

Neste contexto, justificam-se medidas excepcionais nomeadamente no caso de sectores estratégicos como o automóvel, representando 6% do emprego.

Contudo, a quase totalidade do programa de relançamento da economia europeia do qual tenho a honra de ser relatora em nome deste parlamento, baseia-se totalmente em iniciativas nacionais.

No concreto, como garante a comissão que está no terreno a verificar coordenação e que os países não lançam uma guerra de apoios?

Que mecanismos estão no terreno para salvaguardar o emprego em países que não têm arcaboço financeiro para garantir os postos de trabalho que lhe são vitais?

Para alguns países, a têxtil ou a electrónica têm tanta importância como o automóvel! Que intervenção se pode prever?

Considera que a Comissão vai estar mais alerta ao papel da indústria europeia na sobrevivência da Europa?

Há limites para o que se espera do Banco Europeu de Investimento - teremos o orçamento adequado aos desafios europeus?

Krzysztof Hołowczyc (PPE-DE), *por escrito*. – (PL) A economia da União Europeia é supostamente a maior potência económica mundial. Por um lado, esse facto leva a que sejamos particularmente responsáveis no que respeita a qualquer acção a nível do nosso mercado interno. Por outro lado, uma economia global com a União Europeia na linha da frente tem consequências específicas. Uma dessas consequências é a dificuldade em definir quais são os construtores automóveis verdadeiramente europeus. Numerosas fusões de empresas, a criação de grupos globais de construtores e a presença, há várias décadas, de empresas americanas e asiáticas no mercado interno da União Europeia serviram de base ao aparecimento de um sector europeu de construção automóvel diversificado e competitivo.

Parece adequado que os nossos esforços para criar um Plano de relançamento da economia europeia se guiem, em primeiro lugar, pelos princípios do mercado livre e da competitividade. Também não devemos esquecer que a indústria automóvel, que foi tão gravemente afectada pela crise financeira, é um dos muitos elos da cadeia que representa a economia europeia. Esse facto leva-nos a aprovar o plano de acção proposto pela Presidência, nomeadamente a elaboração de uma estratégia geral que envolva todas as partes interessadas a nível do mercado interno.

Esta estratégia deverá estimular a procura no mercado, a qual determina o estado da economia. O mecanismo de concessão de auxílios deve igualmente recorrer aos fundos afectados ao investimento orientado para a inovação tecnológica, de acordo com orientações relativas à melhoria da segurança rodoviária e da protecção ambiental.

Alexandru Nazare (PPE-DE), *por escrito*. – (RO) A crise económica teve um forte impacto no sector automóvel, um sector que contribuiu significativamente para o PIB de muitos países europeus. Apesar de a União Europeia não dispor de mecanismos de intervenção directa, os Estados-Membros devem poder tomar as medidas necessárias para evitar o colapso de um sector do qual depende o emprego de milhares de cidadãos europeus. O sector automóvel romeno foi também severamente afectado pela crise. Basta-me mencionar os casos da Dacia Renault, que está a reduzir a sua actividade, e da Ford, que pediu ajuda ao Estado romeno.

A grave situação a nível europeu requer a introdução imediata de medidas adequadas. Não me refiro, por exemplo, a medidas proteccionistas, que introduzem distorções no mercado, mas a medidas que ofereçam oportunidades iguais à indústria europeia e que permitam aos trabalhadores deste sector manter os seus postos de trabalho.

Julgamos que não é suficiente tomar medidas a nível nacional; é preciso intervir também a nível europeu. O plano de relançamento da economia europeia permite-o, porque propõe uma nova regulamentação relativa ao crédito para o sistema bancário europeu, que favorece o acesso ao crédito. É igualmente importante que

os regimes de auxílio estatal a que os Estados-Membros se candidatam sejam rápida e facilmente disponibilizados. É um aspecto fundamental para os investidores estratégicos, como os do mercado automóvel.

13. Protecção consular dos cidadãos da União Europeia em países terceiros (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a Protecção consular dos cidadãos da União Europeia em países terceiros.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Senhor Presidente, este debate sobre protecção consular é, uma vez mais, oportuno. Nos últimos anos, uma série de acontecimentos vieram demonstrar a importância da cooperação consular entre os Estados-Membros da UE. Episódios como os do Líbano, em 2006, passando pelos do Chade e acabando na recente tragédia em Mumbai colocam, todos eles, em evidência os riscos crescentes a que estão expostos os cidadãos da UE que viajam para o estrangeiro. Esses riscos serão ainda maiores à medida que um número crescente de pessoas tira proveito das viagens de baixo custo para visitar as regiões mais longínquas do mundo.

A cooperação entre os Estados-Membros neste domínio é, por conseguinte, importante. Oferece um serviço melhor e um reforço do nível de assistência consular. Trata-se de um benefício directo para os cidadãos da UE.

Os Tratados fornecem-nos uma base para essa cooperação. O artigo 20.º refere claramente, e passo a citar: "Qualquer cidadão da União beneficia, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontre representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. Os Estados-Membros estabelecem entre si as regras necessárias e encetam as negociações internacionais requeridas para garantir essa protecção."

As regras mencionadas neste artigo constam de uma decisão aprovada em 1995. Esta Decisão especifica que, num país terceiro, poderá ser solicitada a assistência a um Estado-Membro que não o da nacionalidade, desde que não esteja disponível nesse país terceiro representação permanente ou Cônsul Honorário competente para as questões em causa.

Na prática, isso significa que um Cônsul a quem tenha sido solicitada assistência por parte de um cidadão de um outro Estado-Membro deverá recusar essa assistência se as autoridades do Estado-Membro de nacionalidade desse cidadão (consulado ou embaixada) estiverem presentes no território.

A Decisão de 1995 é uma decisão entre os Estados-Membros, que reflecte o facto de a assistência e protecção consulares serem uma responsabilidade exclusiva dos Estados-Membros e de as relações consulares serem regidas fundamentalmente pela Convenção de Viena sobre Relações Consulares.

As regras relativas à cooperação neste domínio reflectem também o facto de a assistência e a protecção consulares serem vistas de forma diferente nos vários Estados-Membros. Alguns, por exemplo, consideram-nas um direito fundamental de todos os cidadãos. Outros entendem-nas como um serviço prestado pelo Estado. Razão pela qual o Tratado se refere à protecção consular como um "benefício" e não como um "direito".

A partir da crise de Jolo, em 2000, desenvolveu-se mais a cooperação consular de molde a incluir aspectos relacionados com a gestão de crises. Os ataques terroristas nos EUA mostraram que mesmo países terceiros com infra-estruturas sofisticadas podem ter dificuldades em circunstâncias extremas.

Consequentemente, os Estados-Membros elaboraram orientações para lidar com esse tipo de crises. Embora não sejam vinculativas, têm vindo a ser utilizadas com eficácia numa série de ocasiões, tendo sido aperfeiçoadas à luz da experiência.

O Conselho desenvolveu recentemente o conceito de Estado-líder. Isso significa que, no caso de um incidente significativo, particularmente num país onde poucos Estados-Membros estejam representados, um ou dois Estados-Membros podem assumir a liderança na coordenação das acções relacionadas com a protecção e a evacuação.

Tem-se registado igualmente uma cooperação acrescida com alguns países terceiros, por exemplo com os EUA, com os quais procedemos a consultas anuais a respeito de questões consulares. A Noruega, a Suíça e o Canadá também cooperaram com a UE em resposta a incidentes específicos, por exemplo, durante as crises do Líbano, Chade e Mumbai.

Os Secretariados da Comissão e do Conselho fazem também parte da Cooperação Consular Europeia. Há vários anos, o Secretariado do Conselho criou um fórum seguro na Internet, através do qual as autoridades consulares procedem ao intercâmbio de informações sobre questões como a actualização dos conselhos de viagem. O Conselho colocou igualmente à disposição dos Estados-Membros um sistema sofisticado de teleconferência que tem vindo a ser amplamente utilizado durante as crises consulares.

Há três anos, foi criada uma plataforma de intercâmbio de informações e coordenação política das acções a nível da UE. Esta plataforma é denominada Mecanismo da UE de Coordenação em Situações de Emergência e de Crise (MCC). Os dois principais actores do MCC são: em primeiro lugar, a Presidência, assistida pelos Secretariados do Conselho e da Comissão, que decide da oportunidade de desencadear o MCC; em segundo lugar, o COREPER II, que constitui a "plataforma de acção" responsável pela coordenação das acções dos Estados-Membros ou pela elaboração de quaisquer decisões que possam ser necessárias a nível da UE.

O principal instrumento operacional é o Centro de Situação Conjunto da UE (SITCEN) do Secretariado do Conselho. O SITCEN proporciona apoio logístico e informação.

Para além disso, têm sido organizados por sucessivas Presidências exercícios regulares de gestão de crises consulares que têm provado ser particularmente valiosos. O Programa Europeu de Formação Consular foi lançado no final de 2008 com o objectivo de melhorar a cooperação entre os funcionários consulares, nas capitais e no terreno. Está igualmente em estudo a co-localização de instalações consulares.

Certamente muito mais poderá ainda ser feito. Muitas outras questões, por exemplo, as condições dos estabelecimentos prisionais, o rapto parental e a política de informação consular são temas discutidos com regularidade. Mas temos igualmente de aceitar a realidade, a saber, que embora as expectativas e as exigências dos cidadãos cresçam continuamente, os recursos para as autoridades consulares são limitados. Ao apoio a uma cooperação acrescida a nível consular nem sempre correspondem orçamentos suficientes a nível nacional. Fazer a quadratura deste círculo continuará um desafio.

A experiência mostra que a cooperação no campo consular é prezada e que existe um certo número de casos em que podemos manifestar satisfação face aos resultados. A evacuação com êxito de mais de 20 000 cidadãos da UE do Líbano, em 2006, é apenas um exemplo entre vários. A Presidência está empenhada em fazer avançar este trabalho, e gostaria de agradecer ao Parlamento o seu apoio.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, encontro-me aqui, hoje, em representação do meu colega, Comissário Jacques Barrot, que teria todo o prazer em vir pessoalmente, não o podendo fazer devido a um compromisso institucional.

Nos termos do artigo 20.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, qualquer cidadão da União, quando no território de um país terceiro em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontre representado, tem direito à protecção pelas autoridades consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. O artigo 20.º prevê igualmente que os Estados-Membros estabeleçam entre si as regras necessárias para garantir essa protecção. O Senhor Ministro Vondra já abordou este tema. Neste contexto, os Estados-membros introduziram mecanismos de coordenação para a protecção consular, nomeadamente através das orientações estabelecidas em 2006 e 2008, que não são juridicamente vinculativas, mas que ajudam as missões a construírem a sua cooperação no terreno.

Além disso, o artigo 20.º do Tratado da União Europeia obriga as missões diplomáticas e consulares dos Estados-Membros a intensificarem a sua cooperação.

Em Dezembro de 2008, o Conselho aprovou orientações para a aplicação do conceito de Estado-líder em matéria consular. De acordo com as orientações, numa futura crise de maiores dimensões com consequências para a protecção consular no país terceiro em questão, um Estado-Membro deve ser designado como o "Estado-líder" e assumir a responsabilidade pela protecção dos cidadãos da UE em nome dos outros Estados-Membros. O Estado-líder deverá coordenar todas as medidas aplicadas pelos Estados-Membros no terreno e é responsável por garantir que todos os cidadãos da UE recebam apoio. Quem tiver direito à protecção consular de seu próprio Estado-Membro tem o direito de pedir assistência ao Estado-líder.

Esta abordagem destina-se a facilitar a cooperação entre os Estados-Membros no terreno, tendo como ideia subjacente a disponibilização de recursos adicionais sob a forma de pessoal, financiamento, equipamentos e equipas médicas. Ao Estado-líder deve também ser cometida a responsabilidade de coordenar e conduzir medidas para prestar assistência, reunir as pessoas e, se necessário, evacuar os cidadãos para um destino seguro, com o apoio dos outros Estados-Membros afectados. No entanto, os Estados-Membros têm de chegar a acordo sobre o que se entende pela expressão "em que o Estado-Membro [...] não está representado" do

artigo 20.º do Tratado CE. Esta deve abranger situações em que um cidadão da UE, por qualquer motivo, é incapaz de chegar a uma qualquer missão do seu próprio Estado-Membro. Os Estados-Membros estão actualmente a trabalhar na elaboração de critérios comuns para esta situação.

Esta é, portanto, a situação no papel. O facto de a realidade pode ser bastante diferente é algo que alguns deputados desta Assembleia podem testemunhar. Vi na lista de oradores que o senhor deputado Guardans Cambó, o senhor deputado Karim e a senhora deputada Mann pretendem falar sobre este assunto. Eles terão certamente algo a dizer-nos das suas experiências em Mumbai, em Dezembro passado. Tenho a impressão, apesar de apenas três Estados-Membros não terem embaixada em Nova Deli e de apenas sete não manterem um consulado em Mumbai, que, mesmo assim, foi muito difícil – vou tentar expressar-me cautelosamente – para os cidadãos europeus afectados obterem uma protecção adequada.

Estou a apontar para este facto agora, porque é, naturalmente, correcto aprender com experiências como esta. À luz desta experiência, a Comissão considera que ainda há muito trabalho a ser feito para garantir aos cidadãos da União Europeia – em pleno e na vida real – o direito garantido nos termos do artigo 20.º do Tratado CE. Os cidadãos esperam que a União Europeia represente uma mais-valia na sua protecção, quando se encontram num país terceiro. A protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares não está, em última análise, limitada a situações de crise, mas também abrange a prestação de assistência em situações quotidianas.

As Comissão propõe, entre outros, uma melhor informação para os cidadãos da UE – já propusemos que o texto do artigo 20.º seja impresso em todos os passaportes e mostrado em cartazes nos aeroportos e agências de viagens, e estamos igualmente a trabalhar num sítio Web de protecção consular em colaboração com o Secretariado-Geral do Conselho, do qual constaria uma lista actualizada das embaixadas e consulados dos Estados-Membros em países terceiros.

Como parte de sua missão de transmitir melhor aos cidadãos da UE aquilo que a cidadania da União Europeia significa para eles, a Comissão está disposta a enfrentar todos os problemas neste domínio que os cidadãos possam trazer à sua atenção e fazer tudo o que estiver ao seu alcance para concretizar os direitos dos cidadãos da União Europeia que os cidadãos da União Europeia têm direito ao abrigo do artigo 20.º.

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa proporcionará uma base jurídica clara para disposições jurídicas da UE nesta área. A nova redacção do artigo 20.º do Tratado CE (artigo 23.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), permite a adopção de directivas “estabelecendo as medidas de coordenação e cooperação necessárias para facilitar essa protecção”. Significa isto que a Comissão, num futuro próximo, poderia apresentar propostas legislativas para este domínio.

Ioannis Varvitsiotis, em nome do Grupo PPE-DE. – (EL) Senhor Presidente, congratulo-me com este debate e agradeço quer ao Conselho quer à Comissão pelas suas apresentações e pelas informações que nos transmitiram. Tendo sido relator da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos para o Livro Verde sobre protecção diplomática e consular dos cidadãos da União Europeia nos países terceiros, continuo a nutrir um profundo interesse pelos desenvolvimentos neste sector.

Na altura em que fui relator defendi uma aplicação mais alargada do artigo 20.º de modo a incluir mais direitos para os cidadãos europeus, porque isso reforçaria o conceito de nacionalidade europeia, demonstraria na prática as vantagens que a União Europeia oferece numa base quotidiana e, em última análise, fortaleceria a solidariedade europeia.

O recente atentado terrorista em Bombaim veio demonstrar a utilidade e a necessidade de uma coordenação reforçada da protecção dos cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia em situações semelhantes. A publicação pelo Conselho, no passado mês de Dezembro, de directrizes sobre a aplicação do conceito de Estado-líder em matéria consular numa situação de crise constitui um primeiro passo positivo e contém ideias importantes. No entanto, aguardamos com grande interesse a apresentação de propostas de natureza vinculativa.

Compreendo que existem enormes dificuldades de ordem prática. Considero, contudo, que é extremamente importante especificar com clareza de que modo os cidadãos europeus num cenário de crise devem ser informados sobre qual é o Estado-líder. Penso que tudo o que foi dito até este momento não é suficiente. Em todo o caso, congratulo-me com a importância que a Presidência francesa atribuiu a esta questão e aguardo com expectativa a continuação das iniciativas pela Presidência checa.

Martine Roure, em nome do grupo PSE. - (FR) Senhor Presidente, o direito à protecção consular e diplomática constitui um dos pilares da cidadania europeia. O senhor citou, Senhor Ministro, o artigo 20.º do Tratado. É extremamente claro. Todos os cidadãos têm direito a protecção consular. Não se trata de uma opção, trata-se de um direito.

Ora, os factos dramáticos ocorridos em Bombaim mostram-nos, com efeito, que esse direito está muito longe de ser garantido. Os níveis de protecção variam segundo os Estados-Membros, dando lugar a discriminações no tratamento dos cidadãos, que nunca são informados sobre o consulado a contactar em caso de necessidade. A solidariedade financeira faz visivelmente falta entre os Estados-Membros. Cidadãos europeus que perderam tudo têm muitas vezes de enfrentar consulados muito reticentes em encarregarem-se dos custos financeiros.

Os Estados-Membros têm o dever de pôr fim a essa situação. É necessário tornar as linhas directrizes vinculativas e prever uma informação aos cidadãos. A União deve iniciar negociações com os Estados terceiros, a fim de assegurar a necessária protecção diplomática.

Mas, como o senhor disse, Senhor Comissário, os factos ocorridos em Bombaim mostraram também a inaceitável ausência de uma garantia de protecção diplomática para os membros do Parlamento Europeu. A União Europeia e, nomeadamente, a Comissão, tem urgentemente de negociar - e ouvimos perfeitamente o que disse, Senhor Comissário - e o Conselho tem de celebrar acordos *ad hoc* com os países terceiros a fim de garantir uma protecção diplomática específica para os deputados do Parlamento Europeu. É o mínimo que podemos fazer.

Ignasi Guardans Cambó, em nome do Grupo ALDE. - (ES) Senhor Presidente, hoje em dia, na Europa, os cidadãos podem viajar sem atravessar fronteiras, podem votar noutro Estado-Membro que não o seu, podem receber as suas pensões e beneficiar da segurança social em qualquer outro Estado-Membro onde optem por viver. Além disso, as forças policiais cooperam entre si. Um procurador público em Estocolmo pode mandar prender alguém em Sevilha através de um mandado de captura europeu, sem ter de se envolver directamente nos procedimentos locais.

Quando se trata de punir os cidadãos pelos seus actos, os Estados-Membros estão dispostos a abrir mão da soberania. Porém, quando se trata de proteger esses mesmos cidadãos no exterior da União Europeia, é como se estes tivessem viajado na máquina do tempo; eles descobrem que, assim que deixaram a União Europeia, o tempo parou.

No exterior da União, somos apenas 27 Estados, 27 administrações, 27 bandeiras, 27 sistemas consulares, ou, em alguns casos, nem mesmo isso. Numa situação de crise, os cidadãos ou cidadãs perdem o seu estatuto europeu. Cidadania europeia é algo que não existe.

Os 180 milhões de europeus que viajam pelo mundo verificam que só poderão receber protecção se voltarem a ser alemães, espanhóis, polacos ou italianos. Enquanto europeus, eles simplesmente não existem no exterior da União Europeia. Isto configura um grave incumprimento do Tratado e, com o devido respeito, transforma a declaração que o Conselho fez há momentos em mera ficção científica.

Tudo o que o Conselho nos disse sobre a suposta implementação do artigo 20.º do Tratado - "Lead State", videoconferências e os centros conjuntos - não passa de ficção científica quando alguém se encontra em dificuldades, e, como o Comissário disse, alguns de nós já tiveram ocasião de sentir isso na pele.

O artigo 20.º do Tratado é ineficaz: não há protocolos de execução; não regras jurídicas; não há qualquer informação para os cidadãos; não há consequências para alguém que decida menosprezar esse artigo.

Na melhor das hipóteses, os cônsules ajudam-se uns aos outros. Há boa vontade, como poderia ter havido no século XIX, como poderia haver em Pequim em 1800. A situação é esta: existe colaboração entre os cônsules que jantam juntos, mas não uma obrigação de servir conjuntamente os cidadãos por força de uma disposição do direito comunitário.

Por isso mesmo, a Comissão Europeia tem a obrigação, antes mesmo da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, e também depois, obviamente, de implementar o artigo 20.º, para que os cidadãos europeus possam sentir-se orgulhosos do seu passaporte e para assegurar que certos funcionários se compenetrem de que o século XIX terminou e de que, sempre que um cidadão europeu se encontre em dificuldades em Nova Deli, em Beirute ou onde quer que seja, existe efectivamente uma Europa.

Ryszard Czarnecki, em nome do Grupo UEN. – (PL) Senhor Presidente, gostaria de declarar que não partilho esta posição muito crítica em relação à proposta hoje apresentada pelo Vice-Presidente da Comissão Europeia, em nome do Conselho. Penso que o que está em causa não é a existência ou não de um tratado, mas sim se a solidariedade europeia é um conceito que apenas está presente em declarações políticas ou se é uma prática política específica, que se aplica aos cidadãos de vários Estados-Membros. Se for este o caso, o tratado não é um requisito indispensável.

Durante a Presidência eslovena, a França representou a União Europeia em vários países da Ásia, África e América Latina, uma vez que a Eslovénia não possuía uma embaixada nesses Estados. Gostaria de saber se actualmente seria prestada assistência adequada aos cidadãos eslovenos, bem como aos que residem nos Estados-Membros mais pequenos, caso se dirigissem aos consulados franceses nesses países. Trata-se de uma questão pertinente.

Deveríamos alargar o conceito de solidariedade europeia. Parece-me que, na realidade, o Tratado de Lisboa não é uma condição *sine qua non*.

Irena Belohorská (NI). – (SK) De acordo com o artigo 20.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, qualquer cidadão da União beneficiará, no território de países terceiros, de protecção por parte das autoridades diplomáticas ou consulares nas mesmas condições que os nacionais desse Estado. É importante sublinhar a necessidade de a União desenvolver a cooperação de serviços consulares para este propósito.

Os europeus fazem parte das sociedades com maior mobilidade no mundo, com cerca de 9% dos cidadãos a viajar para países nos quais os seus países de origem não possuem este nível de representação. Por exemplo, a Eslováquia, o país que represento no Parlamento Europeu, tem uma fraca presença consular na América Central e na América Latina, regiões para as quais também viajam muitos dos nossos cidadãos. Tenho de acrescentar que, apesar das obrigações dos serviços consulares, a maioria dos europeus não conhece os seus direitos e é um triste facto que mesmo os funcionários destes serviços não estão cientes dos mesmos.

Deveríamos procurar que os passaportes-padrão europeus incluam um extracto do artigo 20.º, de forma a garantir que as pessoas estejam melhor informados sobre a protecção consular. A importância da protecção consular em países terceiros tornou-se patente em situações de crise, como o tsunami de 2004 ou o conflito no Líbano, em 2006. Devido às diferenças em normas consulares, os cidadãos da UE têm de lidar com tantos sistemas quantos os Estados-Membros existentes e estes sistemas podem possuir força e âmbito jurídico divergente.

Os recentes acontecimentos em Mumbai mostram que temos um longo caminho a percorrer no domínio dos serviços consulares. A criação de gabinetes europeus comuns garantiria a coerência funcional e reduziria, simultaneamente, os custos estruturais das redes diplomáticas e consulares dos Estados-Membros.

PRESIDÊNCIA: MANUEL ANTÓNIO DOS SANTOS

Vice-Presidente

Sajjad Karim (PPE-DE). – (EN) Senhor Presidente, já tem sido dito que os cidadãos da Europa viajam muito. Bem, são realizadas, todos os anos, aproximadamente 180 milhões de viagens para fora da União Europeia, e – em teoria – estas encontram-se protegidas nos termos do artigo 20.º, como o Senhor Comissário e, na verdade, a Presidência do Conselho já referiam neste debate.

Nos termos do artigo 20.º, os Estados-Membros só estão obrigados a prestar assistência consular aos cidadãos da União cujo país não esteja representado no território nas mesmas condições que oferecem aos seus nacionais. Esta diferença de abordagem entre Estados-Membros é reconhecida no âmbito do Plano de Acção de 2007 e 2009.

Evidentemente, terá de haver um critério para determinar em que momento e de que forma deverão ser incluídos outros serviços consulares, que se dividem fundamentalmente em três. Não me deterei em todos, sendo que os dois primeiros são perfeitamente sensatos. O terceiro impõe a exigência de o cidadão fazer prova da sua nacionalidade, por meio de passaporte, bilhete de identidade ou outro documento, para que a representação diplomática ou consular seja prestada.

Aqui reside um problema real, visto que, para muitos cidadãos europeus que fogem de uma determinada situação, é perfeitamente possível que possam não estar, efectivamente, na posse dessa documentação.

A assistência é prestada em caso de morte, acidente grave, prisão e detenção, sendo igualmente prestada assistência às vítimas de crimes violentos, traduzindo-se igualmente no apoio e repatriamento de cidadãos da União em dificuldades. Esta é uma lista extensa, embora não exaustiva. É preciso desenvolver mais trabalho neste domínio.

Para que tudo isso seja possível, ouvimos já falar do conceito de Estado-líder, medida através da qual se pretendem desenvolver esforços para assegurar que todos os cidadãos da UE beneficiem de assistência e que permitirá a coordenação entre Estados-Membros.

Tudo isso é muito positivo em teoria, porém, na prática, certamente não foi isso que testemunhei em Mumbai. Não houve uma partilha real de informação e de informação sigilosa, nem o tipo de cooperação que esperaria ver. Ao invés, apenas assisti a uma concorrência entre Estados-Membros, sendo que uma maior centralização e consolidação dos serviços consulares correrá o risco de eliminar a flexibilidade que as missões exigem no terreno em circunstâncias que mudam rapidamente.

Erika Mann (PSE). – (DE) Senhor Presidente, o senhor deputado Karim está absolutamente certo. O problema está no próprio texto, nos fundamentos do artigo 20.º em si. É necessário ter em conta a realidade no terreno. Claro que é. Primeiramente, nem todos os Estados-Membros têm protecção consular e, em muitos casos, a protecção consular que existe é muito limitado e as estruturas de segurança são insuficientes, mesmo para os próprios cônsules.

Tenho experiência pessoal desta situação relativamente ao cônsul alemão, que conduziu durante a noite para poder reunir os seus colegas, acompanhado pelo motorista, mas sem segurança, por estradas que não eram minimamente seguras. Estas condições são simplesmente, inaceitáveis. Não se pode ir para países como a Índia ou para países latino-americanos – há muitos outros países, onde é necessária uma presença no terreno, tal como no enquadramento crítico de Mumbai – e ter apenas um número reduzido de pessoal e de estruturas de segurança inadequadas. As informações não são transmitidas a todos, os Estados-Membros não têm acesso à informação, e assim por diante. Quer isto dizer que não há fim para as limitações e não é de admirar que os Estados-Membros sejam incapazes de proporcionar o grau de protecção que seria de desejar para os seus próprios cidadãos ou para os seus funcionários.

É por isto que é importante haver uma cuidadosa análise desta questão por parte do Conselho e da Comissão. Não podemos andar a falar sobre como estamos sempre presentes em todo o mundo e sobre como a Europa é um parceiro global e, em seguida, nem sequer conseguimos ter no terreno uma estrutura de segurança, nem conseguimos estar na posse de quaisquer sistemas de informação inteligentes. Estamos simplesmente a expor-nos ao ridículo, se não efectuarmos uma análise cuidadosa das nossas próprias estruturas e não garantirmos o necessário nível de protecção adicional.

Nesta perspectiva, gostaria de dar aqui um conselho urgente no sentido de, realmente, se dever realizar uma cuidadosa reavaliação das estruturas, de se realizarem simulacros, como outros Estados fazem, e de não nos devermos concentrar apenas nas principais capitais, as metrópoles, mas que, nestes megapaíses e nestas megacidades, temos de nos aperceber de que também é necessária representação adequada nas outras grandes cidades do mundo.

Mumbai vai acontecer novamente. Haverá outra Mumbai, tal como outras catástrofes do passado se repetiram. Percebam isto e, por favor, estejam preparados.

Sarah Ludford (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, o senhor deputado Guardans Cambó e outros, como o senhor deputado Karim e a senhora deputada Mann ilustraram o fosso que existe entre a retórica e a realidade. Nem sequer estamos de acordo quanto ao significado do artigo 20.º. O Senhor Ministro, falando em inglês, referiu-se a "benefício" ("entitlement") e não a um "direito" ("right"), enquanto a senhora deputada Roure citou a versão francesa que refere "um direito". Porém, consta certamente da Carta dos Direitos Fundamentais, onde é referido como um direito.

Não faremos seguramente progressos, enquanto não for juridicamente confirmado que se trata de um direito com decisões vinculativas e normas comuns na UE e que acarreta também o direito de contestar uma recusa desse direito nos tribunais.

O Ministro referiu que a co-localização estaria em estudo entre os funcionários consulares. A minha experiência no campo da política dos vistos diz-me que estes esforços para tentar levar os Estados-Membros a co-localizar são como empurrar uma pedra montanha acima.

O Senhor Comissário Verheugen informou que estão a ser desenvolvidas medidas concretas. Mas estas foram prometidas no Plano de Acção em 2007: uma referência nos passaportes, *posters*, um *website*. Onde estão essas medidas? Pesquisei "protecção consular" no sítio Web "Europa" e nada encontrei.

Ao aceder ao sítio do Conselho na Internet sobre as viagens, encontramos a mensagem "em construção", o que considero ser uma metáfora para o facto de estarmos a deixar mal os nossos cidadãos, não conseguindo cumprir o que lhes prometemos em matéria de cidadania europeia.

Eoin Ryan (UEN). - (EN) Senhor Presidente, penso ser muito importante – e concordo com muitos dos oradores anteriores – que os cidadãos da UE se sintam seguros, e considero prioritário que olhemos pela segurança dos nossos cidadãos quando estes se encontram fora da União Europeia, especialmente em situações de crise como a que se viveu em Mumbai.

Considero verdadeiramente essencial que os cidadãos europeus possam obter informação em qualquer situação de crise, quer se trate de uma crise que afecte a generalidade das pessoas, quer de uma crise que afecte pessoalmente o cidadão. É necessário que exista muito maior clareza na situação.

Mumbai é um bom exemplo daquilo que não funciona. Congratulo-me com a ideia de um Estado-líder, anunciada recentemente. Considero-a muito importante, contudo, é neste momento absolutamente claro que o sistema não está a funcionar. Sou da opinião de que deverá ser uma prioridade para todos nós pôr o sistema a funcionar, porque, como já aqui foi dito, sentir-nos-íamos muito mais europeus se a Embaixada de um Estado-Membro olhasse por nós quando estamos a passar por dificuldades e nos encontramos no Extremo Oriente, na América do Sul, ou onde quer que seja fora da União Europeia, e entendendo que esse sentimento de pertença à Europa é de extrema importância.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Luca Romagnoli (NI). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a mobilidade cada vez maior dos cidadãos europeus implica, sem dúvida, uma coordenação entre si do trabalho dos consulados.

A proposta da Comissão é positiva, sobretudo porque procura simplificar os procedimentos necessários à concessão de adiantamentos pecuniários aos cidadãos em dificuldades. O direito à protecção consular é hoje, sem dúvida, fragmentário e distribuído de modo heterogéneo. A cidadania europeia não existe, muitas vezes, no estrangeiro e as pessoas podem acabar por lamentar não serem antes cidadãos de outro país, ou mesmo da União. Gostaria que não se apelasse ao orgulho de ser europeu apenas quando convém às Instituições, mas também quando convém aos cidadãos, que podem estar em dificuldades e desejar que a sua cidadania europeia possa, finalmente, ser-lhes útil.

Javier Moreno Sánchez (PSE). - (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a protecção consular é uma componente fundamental da cidadania europeia. Os cidadãos querem sentir-se europeus quando estão dentro da União, mas também fora da União. Querem que a União responda às suas necessidades, especialmente em caso de emergência.

A União não respondeu adequadamente em Mumbai, tal como aconteceu noutras situações de crise. Permitam-me utilizar este minuto para expôr uma ideia, uma ideia que não será uma panaceia mas que oferecerá uma verdadeira ajuda aos cidadãos europeus em países terceiros.

Gostaria hoje de repetir a proposta de criar um número telefónico de emergência europeu gratuito. Este número, que seria impresso nos passaportes, em conjunto com o artigo 20.º, permitiria aos cidadãos acederem, na sua própria língua, a informações essenciais dos consulados dos Estados-Membros da União, que, insisto, teriam de prestar-lhes ajuda.

Os cidadãos esperam acções e não apenas palavras da União.

Gay Mitchell (PPE-DE). - (EN) Senhor Presidente, quando nos tornámos deputados ao Parlamento Europeu, foram-nos conferidos livre-trânsitos – assim como acontece a muitas outras pessoas que trabalham para as Instituições da União. Pergunto-me se a Presidência e o Conselho estão cientes da inutilidade deste documento nos Estados-Membros.

Vivi uma situação extremamente difícil nos Países Baixos, ao regressar de uma viagem de trabalho efectuada ao serviço deste Parlamento a África. Sei de um outro deputado – um deputado britânico – que passou por dificuldades em Dublin. É efectivamente necessário que fique claro, nos nossos próprios Estados-Membros, que se trata de um documento de viagem do Parlamento, da Comissão e da União e que deverá ser totalmente

respeitado. Aqueles que tratam das diligências relacionadas com as viagens em aeroportos e portos deverão ser totalmente informados da validade deste documento.

Solicito que aborde esta questão com cada um dos Estados-Membros e assegure que o documento em questão seja respeitado, porque este tipo de protecção deveria estender-se aos funcionários e deputados ao Parlamento que viajam em trabalho pelo Parlamento.

Kathy Sinnott (IND/DEM). - (EN) Senhor Presidente, na qualidade de eurodeputada, mantive, por diversas ocasiões, contactos com as embaixadas e os consulados em situações em que alguém se tinha ferido, perdido, tinha sido assaltado ou raptado, ou em que, tragicamente, alguém tinha falecido. Estou certa de que essa tem sido também a experiência de muitos outros eurodeputados. Aprecia-me dizer que, sempre que tive de lidar com uma embaixada irlandesa, o trabalho e a cooperação foram excelentes. Porém, o meu país não tem representação em todos os países, e temos de contar com as embaixadas de outros países europeus.

Gostaria apenas de dizer, por experiência, que, sem entrar aqui em relatos, gostaria de ver maior coordenação, mais entreeajuda entre as embaixadas dos países de maior dimensão, que possuem embaixadas e consulados em quase todos os países, para que se ajudem as embaixadas de outros Estados-Membros e os seus cidadãos.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. - (EN) Senhor Presidente, uma vez mais, penso que este foi um debate de extrema utilidade. Compreendo bastante bem a importância que esta questão reveste para vós, na qualidade de deputados ao Parlamento Europeu, pois trata-se de uma questão extremamente delicada, relativamente à qual se vêem confrontados com as expectativas dos vossos cidadãos, que irão a votos nos próximos meses. Por isso, compreendo bem que tratem esta questão com ponderação e que a abordem numa perspectiva tão crítica.

A segunda razão que me leva a compreender a questão é o facto de ser oriundo de um país de média dimensão, a República Checa, que não é uma antiga potência colonial e que, por isso, não possui uma embaixada e ou um consulado em todas as esquinas do mundo. Por isso, aquilo que os irlandeses e outros esperam a este respeito da União Europeia é, penso, bastante lógico.

Contudo, cumpre-me intervir agora em nome do Conselho, e é preciso respeitar alguns preceitos jurídicos que nos norteiam, e o facto é que o orçamento e todas as questões afins são importantes. Temos igualmente de reconhecer e diferenciar, por um lado, aquele que é o problema concreto e, por outro, quais as questões ou assuntos que carecem de maior clarificação.

Eu não estive presente em Mumbai, e ouvi com muita atenção os comentários em tom crítico do senhor deputado Guardans Cambó e outros que participaram na missão do Parlamento Europeu à Índia, quando desse trágico ataque. Quando me preparava para a audição especial de ontem, a minha primeira pergunta foi: existe um consulado espanhol em Mumbai? Nunca lá estive, por isso, pessoalmente desconheço se assim é. Foi-me garantido reiteradamente que existe, de facto, um consulado espanhol em Mumbai, e os que lá estiveram sabem disso. Penso que era simplesmente uma questão de obrigação formal que os alemães prestassem assistência ao senhor deputado Guardans Cambó e à sua delegação, se citarmos o artigo 20.º e toda a decisão.

Espanha enviou um avião, segundo me informaram, para ajudar a evacuar os seus cidadãos, e o mesmo fizeram os franceses e os alemães. Por qualquer razão, que não compreendo, o senhor deputado Guardans Cambó recusou a oferta de regressar no avião espanhol, tendo, ao invés, regressado, subsequentemente, no avião francês.

Por isso, não sei. Apenas disponho da informação que me foi fornecida. Em geral, penso que todos partilhamos da opinião de que será certamente desejável alguma melhoria do quadro jurídico, pelo que peço que permitam que dê a conhecer, pelo menos parcialmente, algumas actividades da Presidência Checa com vista a reforçar a protecção consular no âmbito do actual quadro jurídico.

Existe por exemplo, um projecto que visa incluir uma mensagem nos passaportes nacionais, informando os respectivos portadores de que podem solicitar protecção consular em qualquer embaixada ou consulado de um outro Estado-Membro num país terceiro, desde que neste não exista representação do seu país. Essa será, pelo menos, uma tentativa para clarificar a situação no terreno.

Em segundo lugar, a Presidência deverá intensificar e unificar a utilização de títulos de viagem provisórios (TVP), que podem ser emitidos pelas representações de qualquer dos Estados-Membros a qualquer cidadão de um Estado-Membro que tenha perdido o seu passaporte, ou a quem este tenha sido roubado.

Em terceiro e último lugar, a Presidência organizará igualmente dois seminários ou cursos de formação sobre matéria consular, a fim de contribuir para esta equipa de protecção consular de forma concreta e eficaz.

Nessas ocasiões abordar-se-á o Mecanismo da UE de Coordenação em Situações de Emergência e de Crise (MCC), simulando uma crise consular real. A formação definirá e levará a cabo testes práticos a todos os mecanismos que fazem parte do MCC, incluindo a cooperação entre todas as autoridades e instituições envolvidas. Esta experiência ensinará inclusivamente, através de trabalho de campo, aos participantes a forma como deverão comportar-se e reagir numa situação de extrema pressão psicológica e de tempo. Não sei se estas acções nos tomarão muito tempo antes das eleições, mas, pelo menos, será um contributo que daremos para esta importante questão.

Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, os Tratados não conferem quaisquer poderes de iniciativa à Comissão no campo da protecção consular. No âmbito dos seus poderes limitados, a Comissão está a tentar promover, tanto quanto possível, a eficácia dos direitos de cidadania europeia que assistem aos cidadãos europeus – veja-se, por exemplo, o Plano de Acção da Comissão 2007-2009.

Reitero que a aprovação do Tratado de Lisboa melhoraria certamente muito esta situação. Espero que a senhora deputada Sinnott, que partilhou connosco a sua experiência, utilize essa experiência e o facto de que o Tratado de Lisboa viria a alterar essa situação para ajudar a organizar o apoio ao Tratado de Lisboa na Irlanda.

Os acontecimentos deploráveis em Mumbai mostram existir já hoje claramente uma ampla margem para melhoria, caso pretendamos responder as expectativas legítimas dos cidadãos da UE.

Erika Mann (PSE). – (EN) Senhor Presidente, Apenas uma breve recomendação ao Conselho. Congratulo-me muito com o que aqui afirmou, mas será que poderá certificar-se de que, ao prever esse tipo de exercício de simulação, convidará algumas das pessoas que estiveram, de facto, em Mumbai, pois poderão contribuir com a sua experiência concreta?

Presidente. – O debate é encerrado.

Declarações escritas (artigo 142.º)

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (PSE), por escrito. – (PL) O aumento da mobilidade dos cidadãos da UE exige que adaptemos os princípios actuais de protecção consular, tendo em conta as novas circunstâncias. Os cidadãos da UE devem ter acesso a protecção e assistência garantidas pelos seus próprios países, através dos seus consulados e missões diplomáticas (artigo 3.º da Convenção de Viena sobre as relações diplomáticas e artigo 1.º da Convenção de Viena sobre as relações consulares) e, nos termos do disposto no Tratado de Maastricht, a protecção diplomática e consular adicional fora das fronteiras da União Europeia, a qual resulta do seu estatuto de cidadãos da UE. Na prática, isso significa que, qualquer cidadão da União beneficia, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontra representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado.

Infelizmente, a grave situação em Bombaim, na sequência dos atentados do ano passado, revelou as falhas de muitas representações diplomáticas no que respeita à aplicação prática das decisões comunitárias relativas à segurança dos cidadãos da UE. Dezenas de europeus, incluindo a delegação do Parlamento Europeu que se encontrava na Índia na altura, depararam-se com problemas administrativos e períodos de espera demasiado longos quando tentaram obter uma segunda via dos documentos perdidos. Esta situação provou que não é fácil pôr em prática o conceito da solidariedade europeia.

O direito à protecção consular em países terceiros é uma das principais características da cidadania da União Europeia. Os Estados-Membros devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar que a protecção consular é devidamente implementada e para garantir a igualdade de tratamento e de protecção a todos os cidadãos da UE.

Toomas Savi (ALDE), por escrito. – (EN) Nos termos do artigo 20.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia "Qualquer cidadão da União beneficia, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que é nacional não se encontra representado, de protecção por parte das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado".

No final de Novembro último, o nosso colega Ignasi Guardans Cambó esteve em Mumbai, altura em que ocorreram os ataques terroristas, tendo testemunhado várias violações do Tratado por parte de diplomatas

de alguns dos Estados-Membros, que estabeleceram uma discriminação e diferenciação entre cidadãos da União Europeia com base nas respectivas nacionalidades.

A conduta dos diplomatas de alguns dos Estados-Membros em Mumbai não só violou os direitos de cidadãos da UE, como pôs em evidência deficiências no processo de integração europeu. Por conseguinte, é absolutamente crucial que a UE investigue este caso específico e tome medidas para assegurar que essa situação não volte a verificar-se.

Agradeceria se o Conselho e a Comissão pudessem assegurar que a aplicação do artigo 20.º do Tratado seja acompanhada de perto e que todo e qualquer desvio seja cabalmente investigado.

14. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)

Presidente. – Segue-se o período de perguntas (B6-0006/2009).

Foram apresentadas as seguintes perguntas ao Conselho.

Pergunta n.º 1 de **Marian Harkin** (H-1034/08)

Assunto: PME

Uma vez que a economia é um dos 3 "E" definidos como prioridades pela presidência checa, quais as medidas específicas que o Conselho tenciona tomar para reforçar a confiança das pequenas e médias empresas na economia de mercado à luz da actual situação económica?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Permitam-me que comece por dizer que agradeço a pergunta sobre as PME, porque durante a actual crise económica as grandes empresas e as grandes companhias têm sido sempre suficientemente fortes para fazer pressão em prol de alguma ajuda, coisa que, porém, é muito mais difícil para as PME e que, certamente, requer uma abordagem sistémica.

Como sabe, no dia 1 de Dezembro de 2008, o Conselho aprovou o Plano Europeu de Recuperação Económica, apresentado pela Comissão em 26 de Novembro de 2008. Como resposta à crise financeira, o Conselho apoiou um incentivo equivalente a cerca de 1,5% do Produto Interno Bruto da UE, a fim de restabelecer a confiança das empresas e dos consumidores. Além disso, o plano inclui medidas específicas destinadas a apoiar as PME, as mais importantes das quais são as que têm como objectivo melhorar o acesso das PME ao financiamento, bem como reduzir a carga administrativa.

O Conselho também concordou que a melhoria das condições-quadro para as empresas europeias, particularmente para as pequenas e médias empresas, era essencial para contrariar o efeito da crise sobre a competitividade e apoiar e aumentar a criação de postos de trabalho.

O Conselho também aprovou dois conjuntos de conclusões relacionadas com a concessão de apoio às PME, no contexto da competitividade geral. Em primeiro lugar, conclusões que aprovam propostas de apoio às PME, apresentadas na Comunicação da Comissão intitulada, como provavelmente sabe, "Pensar primeiro nos pequenos: uma Lei das Pequenas Empresas para a Europa", esta chamada SBA, incluindo um plano de acção que esboça as medidas prioritárias que requerem especial atenção.

Em segundo lugar, conclusões da Comunicação da Comissão intitulada "Criar *clusters* de craveira mundial na União Europeia – aplicação da estratégia de inovação alargada". Muito embora os *clusters* não se destinem exclusivamente às PME, estas desempenham um papel importante em muitos *clusters* que têm sido estabelecidos por toda a UE.

Na sua reunião em meados de Dezembro de 2008, o Conselho Europeu aprovou o seu Plano Europeu de Recuperação Económica e apoiou a implementação total do Plano de Acção para a Lei das Pequenas Empresas, tendo apoiado especificamente o incremento da intervenção do Banco Europeu de Investimento, pela quantia exorbitante de 30 mil milhões de EUR para os anos 2009-2010, destinados especialmente a empréstimos às PME, que perfazem um montante de 10 milhões de EUR acima do empréstimo habitual do BEI neste sector.

O Conselho apoiou igualmente uma isenção temporária por dois anos, para além do limiar mínimo da ajuda estatal relativamente a um montante de até 50 000 EUR e o ajustamento do quadro da ajuda estatal, como exigido para aumentar o apoio a empresas, especialmente às PME.

O Conselho também exigiu o uso de processos acelerados para a adjudicação de contratos públicos, previstos para a legislação da CE, bem como para reduzir a carga administrativa sobre as empresas.

A Presidência checa irá prosseguir este esforço, porque a nossa economia se baseia largamente nas PME, motivo por que temos a nossa própria experiência nesse domínio. Logo, os dois próximos Conselhos da Competitividade durante a Presidência checa – dos quais, um irá ter lugar muito em breve, nos princípios de Março, tal como o Conselho informal que irá realizar-se em Praga – irão procurar resolver a questão da redução da carga administrativa, uma vez que cremos que uma melhor regulamentação constitui um importante factor para melhorar a competitividade, especialmente para as PME, além de desempenhar um papel ainda mais importante em tempos de crise económica.

Além disso, a Presidência irá tentar fazer progressos no domínio da implementação do plano de acção e pôr esta política das PME na linha da frente da sociedade, bem como associar a implementação do plano de acção aos programas nacionais de reforma de todos os Estados-Membros.

A Presidência irá igualmente prosseguir os esforços redobrados de discutir as propostas legislativas relacionadas com as PME, tais como o Regulamento relativo ao Estatuto da Sociedade Privada Europeia, que iria oferecer às PME uma forma de negócios que lhes permitiria tirar partido do seu potencial e desenvolver actividades transfronteiriças.

Outra proposta legislativa que gostaria de mencionar é a proposta de directiva relativa a uma redução dos índices do IVA para serviços de trabalho intensivo, que irá ser discutida nos próximos Conselhos ECOFIN.

A acrescentar a isto, o Conselho irá ser envolvido na revisão da Directiva relativa ao atraso dos pagamentos, que está agora a ser preparada e que irá garantir às pequenas e médias empresas o pagamento dentro do prazo de todas as transacções comerciais, coisa que, repito, é muito importante, na actual situação.

Presidente. – Uma vez que estamos bastante atrasados, proponho que o Conselho responda conjuntamente a todas as perguntas complementares. Como sabem, só posso aceitar duas perguntas complementares para além da do autor inicial. Assim sendo, escolhi duas entre as cinco perguntas apresentadas com base no critério de diferenciação de grupo político e de nacionalidade. Escolhi nomeadamente o Senhor Deputado Philip Bushill-Matthews e a Senhora Deputada Silvia-Adriana Țicău.

Olle Schmidt, autor. – (EN) Habitualmente, falo na minha própria língua, mas, como estou a substituir a senhora deputada Marian Harkin, vou tentar falar em inglês macarrónico, que é uma língua comum neste Parlamento.

O Senhor Ministro mencionou a carga administrativa e o objectivo de reduzi-la em 25% por volta de 2012. Pensa realmente que isso constitui um objectivo ambicioso? Não poderíamos fazer mais, e não poderia o Senhor Ministro ser mais específico sobre o que já foi feito até agora? Quais são as metas que pretende atingir? Não poderia dizer, por exemplo, 25% até cerca de 2010? Isso seria bastante ambicioso.

Philip Bushill-Matthews (PPE-DE). – (EN) O Senhor Ministro mencionou a revisão da Directiva relativa ao atraso de pagamentos, que considero extremamente importante. Fiquei preocupado, porém, com o facto de o período de consultas para o efeito ter terminado em finais de Agosto, precisamente antes do verdadeiro impacto da crise financeira. Pessoalmente, penso que se o período de consultas tivesse sido alargado, talvez tivéssemos recebido respostas mais enérgicas como base para melhor revisão da directiva. Vale a pena considerar se devíamos abrir um breve período de consultas adicional, de molde a obtermos informações o mais actualizadas possível, em que então pudesse basear-se uma revisão?

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) Gostaria de formular uma pergunta ao Conselho sobre o plano de relançamento da economia europeia. Este plano prevê a disponibilização de um montante de 30 mil milhões de euros destinado às pequenas e médias empresas. A Comissão anunciou que os subsídios serão concedidos com base no princípio do "primeiro a chegar, primeiro a ser servido".

Gostaria de perguntar ao Conselho que medidas está a tomar com vista a que todos os Estados-Membros desenvolvam programas nacionais de apoio às suas PME, para que possam ter acesso a estes fundos.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Vou tentar. Relativamente à primeira pergunta a respeito dos objectivos para a redução da carga administrativa, o meu país, juntamente com outros países que têm a mesma opinião, deu início ao processo um tanto ou quanto antecipadamente. Juntamente com os Países Baixos e alguns outros países, temos como objectivo nacional uma redução de 20% por volta de 2010. Teremos de ver se será possível fazer mais por volta de 2012.

A Comissão anunciou um roteiro para finais de Janeiro de 2009, mostrando de que modo irá garantir que todas as propostas necessárias para se alcançar uma redução de 25% da carga fiscal a nível comunitário serão apresentadas antes do fim de 2009. Propostas neste domínio apresentadas durante o primeiro semestre deste ano serão respondidas pelo Conselho durante a actual Presidência, pelo que, certamente, iremos tratar do assunto. Vamos proceder à avaliação do processo durante o Conselho Europeu da Primavera. Espero podermos actuar tão exaustivamente quanto possível. Isso é, sem dúvida, o que a Presidência pretende fazer.

A respeito da Directiva relativa aos atrasos de pagamentos, a Comissão tenciona publicar a proposta em finais de Fevereiro de 2009. A Presidência irá dar início à discussão do assunto nos órgãos preparatórios do Conselho.

A última pergunta – que não compreendi – estava relacionada com o Plano Europeu de Recuperação Económica e tratava especificamente do montante do possível empréstimo do BEI. Espero que as PME possam concorrer com as outras grandes indústrias. Precisamente há uma hora atrás, tivemos um debate de vulto sobre a indústria automóvel, pelo que, sem dúvida, julgo ser desejo geral que as PME dele possam beneficiar.

Presidente. – Pergunta n.º 2 de **Manuel Medina Ortega** (H-1035/08)

Assunto: Bases para um novo acordo comercial mundial

Após a interrupção, no passado Verão, das negociações comerciais multilaterais no âmbito da Ronda de Doha e após os acordos do Grupo dos 20 na Cimeira de Washington do passado mês de Novembro, considera o Conselho que existem elementos para que a União Europeia lance novas propostas em matéria comercial que sejam satisfatórias para os países em desenvolvimento?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Em resposta à pergunta do senhor deputado Medina Ortega, que diz respeito à OMC, considero que se trata de um assunto importante. Todos lemos os relatórios do Fórum Económico Mundial de Davos – em que alguns de nós tomaram mesmo parte activa – e escutámos os recentes comentários de Pascal Lamy e outros. Não há dúvida de que há receio de um crescente protecçãoismo, motivo por que todos temos plena consciência dos desafios que nos aguardam no futuro.

Gostaria de fazer notar que no dia 15 de Novembro do ano passado os membros do G20 realçaram a importância de se estabelecerem as modalidades para um acordo pelos finais de 2008, data que já passou. Neste contexto, as delegações dos membros da OMC, incluindo a Comissão Europeia, em nome da UE, intensificaram o seu trabalho em Genebra, tendo em vista proporcionar, para o efeito, um impulso de carácter político.

Já se realizou muito trabalho, tendo o esforço conduzido à nova revisão dos textos para a AGRI e o NAMA (AMNA). Além disso, à luz do actual desenvolvimento político e económico, o Conselho Europeu declarou nas suas conclusões, em meados de Dezembro do ano transacto, que subscrevia o objectivo de, no âmbito da OMC, chegar este ano a um acordo sobre as modalidades conducentes à conclusão da Ronda de Doha, com um relatório ambicioso global e equilibrado e resultados.

O Conselho e a Comissão estavam prontos para uma participação construtiva da UE nas conversações ministeriais, se e quando convocados. Todavia, no dia 12 de Dezembro de 2008, o Director-Geral da OMC, Pascal Lamy, declarou, num encontro informal de chefes de delegações, que não iria convocar os ministros para dar um último retoque nas modalidades por volta do final do ano, pelo facto de, não obstante as consultas intensivas, ainda não existirem condições para um encontro ministerial bem sucedido.

O objectivo da Agenda para o Desenvolvimento de Doha (ADD) é conseguir uma liberalização transparente do comércio a nível multilateral, o que terá como consequência vantagens a longo prazo e um impulso importante à economia mundial, em especial dos países em desenvolvimento, devido ao carácter orientado para o desenvolvimento desta ronda.

Logo, não obstante o facto de não ter sido possível qualquer conclusão por volta dos finais de 2008, o Conselho mantém-se absolutamente empenhado no sistema comercial multilateral, bem como na consecução de um resultado ambicioso, equilibrado e abrangente da Ronda de Doha da OMC, o que é muito mais importante, dada a actual situação económica e financeira.

Muito embora a Presidência esteja absolutamente consciente dos obstáculos que existem no caminho para a conclusão com êxito de todo o processo, irá, sem dúvida, procurar cumprir estes compromissos, trabalhando em prol da renovação das discussões sobre a ADD tão brevemente quanto as condições o permitam. Irá,

igualmente, apoiar um trabalho mais intensivo no contexto de outras agendas da OMC, particularmente no domínio dos serviços e do TRIPS.

Manuel Medina Ortega (PSE). – (ES) Senhor Presidente em exercício do Conselho, agradeço-lhe a resposta que me deu, que eu considero muito completa. No entanto, gostaria de recordar ao Presidente em exercício do Conselho que, no Verão de 2008, a Ronda de Doha esteve prestes a terminar sem que se tivesse chegado a um acordo, visto que alguns países BRIC não estiveram dispostos a fazer qualquer tipo de concessão.

Tendo em conta que na reunião de Washington os países BRIC tiveram um papel de maior relevo, é possível que a sua relutância em fazer concessões tenha ficado a dever-se ao facto de considerarem que lhes fora atribuído um papel secundário, mas na reunião de Washington foi-lhes dado um papel prioritário. Tem a Presidência do Conselho alguma indicação de que, em virtude dos compromissos assumidos em Washington, os países BRIC poderão estar dispostos a adoptar um papel mais activo e a contribuir realmente para o êxito desta Ronda de Doha?

Syed Kamall (PPE-DE). – (EN) Como pergunta complementar, apenas me perguntava se, considerando as novas propostas da União Europeia, ou se a União Europeia tivesse de avançar com novas propostas, o Senhor Presidente em exercício do Conselho concordaria que tais propostas deveriam incluir acções destinadas a eliminar as injustiças da política agrícola comum, para podermos abrir as negociações no NAMA e seguidamente encetar negociações sobre serviços, que representam cerca de 70% do PIB da UE. O Senhor Ministro não estaria também de acordo que já é tempo de a UE mostrar um verdadeiro compromisso com comércio livre?

Gay Mitchell (PPE-DE). – (EN) Gostaria de perguntar ao Senhor Ministro se lhe chamaram a atenção para os elementos proteccionistas presentes no plano de recuperação dos Estados Unidos, especialmente como adiantados por membros da Câmara dos Representantes e do Senado, e, em caso afirmativo, se, em nome do Conselho, transmitiu à Administração americana a preocupação da União Europeia com este assunto.

Isto não augura nada de bom para uma nova Ronda de Doha. Poderá o Senhor Ministro garantir que as nossas preocupações serão transmitidas antes de a necessária legislação ser aprovada no Congresso dos EUA?

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Penso que todos sabemos onde reside o problema. Não reside na União Europeia. Creio que a União Europeia é extremamente favorável à conclusão da Ronda de Doha. Ao longo do ano passado, fizemos tudo quanto era necessário para a concluir, coisa que quase, quase conseguimos.

Logo, onde está o problema? Em primeiro lugar, temos de esperar pela Administração dos EUA, e, ao passo que já se marcaram alguns encontros, ainda falta marcar outros. Além disso, resta saber se a Administração dos EUA continuará empenhada na liberalização do comércio. Nas actuais circunstâncias, é-nos lícito termos certas dúvidas a respeito de uma progressão rápida. Outro país com que temos de discutir este assunto é com a Índia, que, como é do nosso conhecimento, aguarda eleições na Primavera.

Assim, na qualidade de representante do Conselho, oriundo de um pequeno ou médio país que tradicionalmente tem uma economia aberta, gostaria de dar um impulso à conclusão da Ronda e de lhe dizer que o nosso principal objectivo é terminar com êxito as conversações o mais rapidamente possível. Temo, porém, que tenhamos igualmente de ser realistas, pelo que não posso prometer-lhe castelos no ar.

O cenário optimista é o seguinte: uma mensagem clara favorável do encontro do G20, que irá ter lugar em Londres, no princípio de Abril, e logo, o cumprimento e implementação do compromisso, a que poderia seguir-se, em Junho ou Julho, um encontro ministerial em Genebra, onde podiam concluir-se modalidades para a agricultura e o NAMA (acesso a mercados para produtos não-agrícolas). Logo, todos temos esperança de que assim aconteça. Todos estamos a trabalhar duramente para o conseguirmos, mas logo veremos se tivemos êxito ou não, quando nos encontrarmos aqui no final da nossa Presidência.

Presidente. – Pergunta n.º 3 de **Silvia-Adriana Ticau (H-1038/08)**

Assunto: Medidas destinadas à melhoria da eficácia energética dos edifícios

O Conselho propôs uma redução, até 2020, de 20 % das emissões de gases com efeito de estufa e uma melhoria da eficácia energética na mesma proporção. Propôs ainda que de 20% da energia consumida na União Europeia fosse proveniente de fontes renováveis. Ora, 40% do conjunto das emissões de gases com efeito de estufa provêm dos edifícios. A melhoria da eficácia energética nos edifícios pode, por conseguinte,

contribuir significativamente para a redução destas emissões. Em Novembro, a Comissão propôs uma revisão da directiva relativa à eficácia energética neste sector.

Tendo em conta a importância de que esta questão se reveste para os cidadãos pelo seu potencial contributo para a redução das facturas de electricidade e de aquecimento, pode o Conselho indicar a prioridade que tenciona dar ao problema da eficácia energética dos edifícios durante o período de Janeiro a Abril de 2009?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Gostaria de agradecer à senhora deputada Ticău a pergunta que me dirigiu, que também é oportuna. A habitação, ou a questão do aumento da eficácia energética e o compromisso de a aumentar em 20% até 2020 têm de ser encarados a sério.

O Conselho partilha do ponto de vista de que a revisão da proposta de directiva é de importância fundamental para a consecução dos objectivos da Comunidade no domínio do aumento da eficácia energética, das energias renováveis e da redução das emissões de gases com efeito de estufa. A recente crise do gás veio, uma vez mais, revelar a vulnerabilidade da UE perante a dependência energética.

Se conseguirmos alcançar o objectivo ambicioso de uma redução, sem aumentar os riscos da segurança energética, teremos de adoptar uma série de medidas a pequeno, médio e longo prazo que reduzam a nossa dependência energética.

A mais importante dessas medidas é, decididamente, aumentar a eficácia energética dos edifícios. Como resultado, a Presidência está a examinar esta proposta de directiva a nível de grupos de trabalho. O objectivo do exame é descobrir dificuldades na proposta. Esperamos que, em primeiro lugar, seja apresentada a questão da esfera de acção da directiva. Esta questão da esfera de acção da directiva é a mais importante, não apenas relativamente a uma possível economia energética, mas também no que respeita à carga administrativa dos lares. Logo, a Presidência irá garantir que o trabalho prosseguirá de modo intensivo ao longo dos próximos meses. Mantenho assíduas trocas de impressões com Martin Bursík, meu colega no Governo e Ministro do Ambiente, que é Presidente do respectivo Conselho.

O Conselho também irá acompanhar de perto o trabalho na Comissão ITRE sobre este assunto. Para sua informação, vou encontrar-me com o Presidente dessa comissão logo após este período de perguntas. A Presidência está empenhada em fazer tantos progressos quanto possível, tendo em vista a adopção, dentro em breve, da directiva. Para esse fim, planeia apresentar um relatório intercalar ao Conselho TTE, em meados de Junho. A adopção das conclusões do Conselho sobre a Segunda Revisão da Estratégia Energética está planeada para os primeiros Conselhos TTE, que irão ser realizados em 19 de Fevereiro, e que irão constituir os dados para a reunião do Conselho Europeu de Março.

Ir-se-á prestar também a devida atenção ao recente conflito a respeito do gás entre a Ucrânia e a Rússia, bem como às suas consequências. Além disso, ir-se-á realizar um debate de orientação sobre a proposta de directiva do Conselho sobre as reservas de petróleo. Logo, de modo geral, o Conselho considera importante que ao longo dos próximos meses se dê a mais alta prioridade à conclusão das negociações com o Parlamento Europeu sobre o terceiro pacote legislativo relativo ao mercado interno da energia. O Conselho também recorda que a eficácia energética irá ser abordada em relação com a questão mais ampla da segurança energética, da protecção do ambiente e, de facto, do contexto do exame da Segunda Revisão Estratégica da Política Europeia de Energia.

Silvia-Adriana Țicău (PSE). – (RO) Gostaria de informar que irei propor, no meu relatório, a criação de um fundo para a eficiência energética e para as energias renováveis, com vista a conseguir fundos públicos e privados destinados à implementação de projectos específicos no domínio da eficiência energética em toda a União Europeia, e gostaria de ter o apoio do Conselho para esta importante iniciativa.

Zita Pleštinská (PPE-DE). – (SK) A eficiência energética dos edifícios pode levar directamente a poupanças para os consumidores europeus. Vejo uma solução na introdução em grande escala de sistemas de medição de consumo automáticos e inteligentes e de sistemas com fornecimento de informação em tempo real do consumo de energia, incluindo para uso doméstico.

O que pode fazer o Conselho para a implementação desta solução? Que calendário considera realista? Pode o Conselho inspirar o Instituto Europeu de Tecnologia em Budapeste para que este se empenhe no problema da eficiência energética dos edifícios?

Colm Burke (PPE-DE). – (EN) Tem-se realizado no Conselho qualquer debate sobre a tentativa de fazer com que os Estados-Membros proporcionem incentivos financeiros para aumentar a eficácia energética,

sobretudo para as pessoas idosas? Por um lado, isso iria incrementar a eficácia energética e, por outro, iria criar emprego.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Partilho plenamente do ponto de vista de que a eficácia energética é um instrumento importante para tratar tanto as preocupações com o ambiente, como as necessidades de segurança energética.

De facto, estivemos precisamente a discutir este assunto no meu país – neste momento vou abandonar o meu papel na Presidência –, e em Praga consideramos duas medidas verdadeiramente importantes. As outras também são importantes, mas ou a longo prazo, ou sem o enorme impacto destas duas. Das duas primeiras, uma diz respeito à habitação e à eficácia energética e a segunda à energia nuclear, que sei ser uma questão sensível para alguns Estados-Membros. Essas são as mais importantes no combate as alterações climáticas e para tratar da segurança energética. Logo, o desafio do nosso tempo é encontrar os instrumentos adequados para promover a eficácia energética e a habitação.

Gostaria de abordar as questões relativas ao financiamento. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional podia, como foi proposto pela Comissão, ser utilizado para encontrar recursos para investimento na habitação e na eficácia energética, pelo que se trata de um instrumento que agora estará disponível também no âmbito do plano de recuperação.

Outra possibilidade para países como a Roménia – sei isto, pelo meu próprio país – é utilizar o sistema de negociação de emissões, que está incluído no actual Protocolo de Quioto, motivo por que é possível utilizar o seu rendimento.

Penso que dispomos dos instrumentos. Relativamente a esta nova directiva, iremos considerar que o mais importante é o debate sobre o seu âmbito de aplicação. É evidente que nós, na Presidência checa, em colaboração com a próxima Presidência sueca – para quem isso é uma prioridade – iremos tentar fazer o melhor que pudermos e não perder demasiado tempo.

Presidente. – Pergunta n.º 4 de **Colm Burke** (H-1040/08)

Assunto: Energia, relações externas e economia durante a Presidência checa

À luz das prioridades anunciadas pela Presidência para o seu mandato, pode esta indicar o modo como tenciona integrar as três prioridades em termos de iniciativas concretas? O autor da pergunta refere-se especificamente aos debates com os parceiros de Leste sobre os corredores energéticos estratégicos susceptíveis de garantir a segurança energética e a competitividade económica da UE no futuro.

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho*. – (EN) Quero agradecer ao senhor deputado Burke a pergunta que me dirigiu sobre os planos relativos aos corredores energéticos do Sul e às reuniões no decurso da próxima Presidência checa. Asseguramos-lhe que as três prioridades são: energia, relações externas e economia, prioridades que se encontram plenamente integradas e inter-relacionadas, e que iremos concentrar-nos em iniciativas concretas. Esta é uma delas. A Presidência irá concentrar-se particularmente no objectivo de garantir a segurança de fornecimentos de energia, mediante o desenvolvimento de uma série de relações com países terceiros e regiões no domínio da energia, e esforçando-se por conseguir maior diversificação dos recursos energéticos, bem como dos itinerários de trânsito.

A Presidência tenciona levar por diante este trabalho com base nos elementos contidos na comunicação da Comissão sobre a Segunda Revisão Estratégica da Política Europeia de Energia. Espera-se que em Fevereiro o Conselho adopte uma conclusão sobre esta comunicação, constituindo a segurança energética o foco de particulares atenções no Conselho Europeu da Primavera de 2009.

Como parte do seu trabalho, encontra-se planeado grande número de reuniões com países terceiros ou organizações desses países. Esses encontros irão tratar exclusivamente de assuntos relacionados com a energia, ou irão cobrir a energia, entre outros assuntos. No que diz respeito à discussão específica sobre os corredores energéticos estratégicos a que se refere o senhor deputado, a Presidência está a organizar os encontros que se seguem. Os mais importantes são, em primeiro lugar, a conferência sobre o Investimento Internacional na Rede de Trânsito de Gás da Ucrânia, que terá lugar em Bruxelas, em 23 de Março de 2009. Em segundo lugar, a chamada Cimeira sobre o Corredor Meridional, que tencionamos organizar juntamente com a Parceria de Leste, e que irá ter lugar em Praga, nos princípios de Maio. O objectivo desse encontro é encetar um diálogo mutuamente vantajoso entre a UE e os países de trânsito e produtores da região do Cáspio. Isso devia conduzir a uma maior diversificação das vias de fornecimento de energia, de fornecedores

e fontes, reforçando, portanto, a segurança energética da UE. Um dos objectivos específicos é promover o projecto Nabucco.

Provavelmente, a questão do corredor energético estratégico também irá ser abordada no decurso do encontro do Conselho de Parceria Permanente UE-Rússia em matéria de Energia, que também irá ser organizado durante a Presidência checa, provavelmente em Maio, apenas para se criar um período preparatório para a Cimeira UE-Rússia, que estamos a planear para 22 de Maio. Logo, a importância dos corredores estratégicos energéticos referidos pelo senhor deputado foi claramente realçada pelo conflito entre a Ucrânia e a Rússia por causa do gás, nos inícios de Janeiro.

Na sua sessão extraordinária de 12 de Janeiro de 2009, o Conselho dedicado a este assunto adoptou conclusões que delineiam algumas medidas a ser tomadas a curto, médio e longo prazo. Assim, a Presidência irá esforçar-se por assegurar que seja dado seguimento concreto adequado a estas medidas, como parte da alta prioridade que atribui à questão da segurança energética.

Colm Burke (PPE-DE). – (EN) Gostaria de agradecer ao Senhor Presidente em exercício do Conselho a sua resposta extremamente abrangente. Na realidade, esta questão foi apresentada antes do início do conflito Rússia-Ucrânia. Tive a sensação de que este poderia estalar nessa altura. Gostaria de perguntar o seguinte ao Senhor Presidente em exercício do Conselho: nos termos do Tratado de Lisboa, falávamos de uma política comum da energia. Talvez que, na sua capacidade de Presidente em exercício do Conselho pudesse dar uma ideia geral das suas opiniões sobre o conjunto de instrumentos proporcionado por Lisboa para, no futuro, abordar estes desafios e as vantagens de adoptar integralmente a abordagem de Lisboa e do Tratado.

Justas Vincas Paleckis (PSE). – (LT) Obrigado por esclarecer um assunto muito importante. Gostaria de perguntar como é que a República Checa, o país que detém a Presidência, encara o projecto "Nord stream", que tem aspectos positivos e negativos e que, como sabemos, suscita certas dúvidas em relação ao seu impacto ecológico. Assim, ao iniciar a Presidência, como avalia este projecto? Obrigado.

Paul Rübig (PPE-DE). – (DE) Interessar-me-ia saber se vai haver alguma iniciativa no ECOFIN e da parte do Comissário Kovács com vista a iniciar uma redução fiscal progressiva, em toda a Europa, de modo a beneficiar os projectos energéticos em curso ou iminentes, como é o caso do gasoduto Nabucco ou da construção de novas centrais eléctricas, numa perspectiva de criar incentivos e assim impulsionar estas iniciativas estratégicas.

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Todas estas questões dizem respeito a assuntos que actualmente discutimos quase diariamente. A respeito do Tratado de Lisboa, todos sabemos que contém fórmulas de solidariedade que deveriam ajudar-nos a impor o quadro jurídico para melhor cooperação no domínio da energia no interior da UE. Essa é uma parte da história.

Simultaneamente, penso termos aprendido algumas lições durante a actual crise. Uma coisa é a solidariedade como slogan político. A outra é a necessidade de reagirmos rapidamente em época de crise e de respondermos, por exemplo, a uma situação difícil como a que tivemos na Bulgária ou na Eslováquia durante a crise. Logo, temos necessidade de registar alguma melhoria das interconexões, sobretudo na Europa Central e de Leste no domínio do fornecimento do gás. Temos de ter um compressor no gasoduto para podermos inverter o fluxo. O meu país, por exemplo, dispõe de um porque modernizou e investiu, coisa que os Eslovacos não fizeram.

Isso leva-me, portanto, à sua pergunta, sobre se existe algum programa de investimento para cobrir necessidades a curto e médio prazo. Existe. De facto, hoje tive alguns encontros com os respectivos presidentes da Comissão dos Orçamentos, da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, bem como da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, por restarem 5 mil milhões de EUR que não foram despendidos no ano passado e que, no âmbito do Plano de Recuperação Económica, se acordou atribuir para alguns projectos de infra-estruturas. Tanto quanto a Comissão propôs em finais do mês passado, 3,5 mil milhões desses 5 mil milhões deviam ser atribuídos para projectos de interconexões que podem ser realizados durante os próximos dois anos, 2009 a 2010, no domínio da ligações de gás, das redes de interconexões de electricidade e ligações de gás a turbinas de vento situadas no mar alto, no Norte da Europa.

Logo, existe realmente um plano e a minha opinião sobre a Nord Stream é que, como todos sabemos, existe um conflito. Penso que uma lição a retirar da actual crise entre Moscovo e Kiev é que devíamos dispor de meios para permitir solucionar estes problemas, caso eles se repitam, quer relativamente à Rússia, quer à Ucrânia.

Há o projecto Nabucco, que devia poder trazer gás para a Europa de outros países que não da Rússia, isto é, da bacia do Cáspio. Todavia, devíamos também poder diversificar os itinerários do gás para a Europa, para que ela não seja apenas um país. A este respeito, penso que a Ucrânia está a servir-nos como o único fornecedor terrestre.

Existem algumas preocupações a respeito do possível impacto ambiental. Alguns Estados-Membros estão a pôr a questão, pelo que não existe qualquer segredo a esse respeito. Todavia, penso que temos necessidade de no final do dia termos diversificação de itinerários e de fornecedores.

Presidente. – Pergunta nº 5 de **Avril Doyle** (H-1044/08)

Assunto: Controlo do tabaco e abandono do tabagismo

A Convenção-Quadro da OMS sobre a luta antitabaco é a primeira convenção internacional, no domínio da saúde, assinada e ratificada pela União Europeia e todos os Estados-Membros, à excepção da República Checa. Uma vez que a República Checa vai assumir a liderança dos debates respeitantes à Convenção-Quadro da OMS sobre a luta antitabaco, que planos tem a Presidência checa para ratificar a dita Convenção?

Alexandr Vondra, *Presidente em exercício do Conselho.* – (EN) Olho para a senhora deputada Avril Doyle e pergunto-me se não sou o outro lado desta questão. Na última vez que discutimos este assunto, foi no único local onde, como fumador compulsivo, posso fumar! Suponho que observou isso, e essa é uma das razões por que agora tenho obrigação de responder à sua pergunta. A minha mãe estava sempre a aconselhar-me a dizer a verdade em todas as ocasiões, pelo que neste momento me vejo num dilema: ler isto ou dizer o que penso a V. Exa.

Vou, porém, aproveitar esta oportunidade para principiar a nível pessoal. Sou membro da minoria de 30% de Europeus: sou fumador compulsivo e sinto-me terrivelmente discriminado neste edifício. Apelo para V.as Ex.as, não em nome do Conselho, mas como pessoa, para que nos proporcionem melhores condições para satisfazermos o nosso hábito. Agora, porém, tenho de responder a esta pergunta.

A pergunta diz respeito à situação do processo de ratificação na República Checa. Posso assegurar-lhe que o processo de ratificação da Convenção-Quadro na República Checa se encontra em progresso. Já está em progresso desde 2003, já estando em curso a nova tentativa de encontrar aprovação no Parlamento checo. O novo Ministro da Saúde da República Checa – que, tal como o seu antecessor, também fuma – tem a nova proposta visando a renovação da ratificação e vai enviá-la pelo processo de inter-agências, pelo que irá chegar muito em breve ao Parlamento.

O processo de ratificação devia estar concluído, se tivéssemos suficientes votos no Parlamento. Posso assegurar-lhe que no Senado isso não é fácil, quando os nossos senadores viajam pela Europa e se deparam com os mesmos problemas com que me vejo confrontado neste edifício. Penso, porém, que uma coisa é importante: que a legislação seja plenamente implementada de molde a todas as leis respeitarem os compromissos que fazem parte da convenção.

Relativamente à nossa abordagem como Presidência: o novo encontro formal no quadro da CQLAT irá ser o terceiro encontro do organismo internacional negociador de um protocolo sobre o comércio ilícito de tabaco. Neste ponto, o meu país, bem como a Presidência, está absolutamente empenhado em combater o comércio ilícito de produtos de tabaco. O encontro irá ter lugar em Genebra de 28 de Junho a 5 de Julho, de molde que iremos partilhá-lo com os Suecos, nossos amigos, por ser então que nós, Checos, iremos entregar a Presidência aos nossos amigos de Estocolmo. Esta é a essência da minha resposta.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Gostaria de agradecer ao senhor Presidente em exercício do Conselho. Não tenho intenção de fazê-lo ficar paranóico com a minha pergunta, que, no fim de contas, foi apresentada em Dezembro passado.

Sou anti-fumo, e não anti-fumadores. Todos estamos de acordo em que eles têm necessidade de todo o apoio que se lhes possa dar: terapias de substituição da nicotina, etc. Não podemos, porém, deixar de reconhecer os prejuízos que o fumo passivo inflige aos que não gostam de fumar. Logo, por favor, não se sinta aqui o centro das atenções.

Poderia, então, garantir-me que, antes do termo da Presidência checa, terá ratificado a Convenção-Quadro? Pode ou não pode? Seria extremamente importante que pudesse dar-me garantias disso. No fim de contas, os cigarros são o único produto legal nas prateleiras das nossas lojas que, se usados de acordo com as instruções, mata um em cada dois consumidores. Eles são realmente espantosos!

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Muito obrigada, Senhor Presidente em exercício do Conselho, pela sua franqueza. O Senhor citou a sua mãe. Pois bem, como mãe, posso exortá-lo a deixar de fumar, muito embora condoendo-me com a sua difícil situação no edifício? Se estivesse na Irlanda, estaria lá fora ao frio, completamente deixado à sua sorte.

A minha pergunta é: já alguma vez considerou dar alguma orientação aos seus senadores, abandonar o mau hábito e encorajá-los a seguir o seu exemplo?

Alexandr Vondra, Presidente em exercício do Conselho. – (EN) Para concluir este bastante invulgar debate da noite, a minha mãe fumou quando estava grávida e aqui estou eu, como Vice Primeiro-Ministro da República Checa, e tanto o meu irmão como a minha irmã estão de óptima saúde. A minha mulher fumava e ainda fuma e temos três belos garotos, muito inteligentes – por isso, esses são os meus pontos de vista pessoais.

Reparo que este assunto atrai particular interesse na Irlanda, e sei que os Irlandeses adoptaram as medidas. A data da nossa ratificação está nas mãos dos membros do Parlamento e do Senado checos. O Parlamento é soberano.

Actualmente, estou a lutar no meu país pela ratificação, o mais cedo possível, do Tratado de Lisboa. Durante o debate sobre o Tratado de Lisboa, os membros do Senado perguntam-me muitas vezes se a adopção do Tratado de Lisboa irá fazer com que mantenham a sua liberdade de fumar em alguns espaços públicos.

Logo, tenho um dilema. O que é mais importante: o Tratado de Lisboa ou isto? Posso, porém, garantir-lhe que o Governo irá fazer tudo quanto puder para obter a ratificação dos dois Tratados. Subscrevemos os dois Tratados, e a responsabilidade do Governo é fazer o melhor que puder.

Presidente. – As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta, obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

Presidente. – O período de perguntas ao Conselho está encerrado.

(A sessão, suspensa às 19H15, é reiniciada às 21H00)

PRESIDÊNCIA: ONESTA

Vice-presidente

15. Consequências dramáticas da tempestade "Klaus" no sul da Europa (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre as consequências dramáticas da tempestade "Klaus" no sul da Europa.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão Europeia deseja expressar o seu pesar pelo número de vidas exigidas pela tempestade "Klaus" e envia as suas condolências às famílias francesas, italianas e espanholas que perderam entes queridos. Trata-se, de facto, de uma tragédia humana, que teve um impacto devastador nas vidas, nos lares e nas empresas das pessoas. Além disso, é também uma catástrofe ecológica.

Muito embora esta tempestade fosse extremamente violenta, apenas afectou uma estreita faixa de território, tendo os recursos nacionais conseguido fazer-lhe frente com o mecanismo de resposta imediata a catástrofes.

Esse o motivo por que o Mecanismo Comunitário de Protecção Civil não foi activado. Todavia, o Centro de Monitorização e Informação da Comissão esteve em estreito contacto com os Estados-Membros envolvidos desde o primeiro momento em que a tempestade foi prevista.

Outros Estados-Membros estavam ao corrente da situação e estavam a preparar-se para proporcionar apoio às regiões afectadas. A República Checa, por exemplo, ofereceu espontaneamente a sua ajuda.

A Comissão está agora a cooperar com as autoridades dos Estados-Membros afectados a fim de identificar opções para o apoio da UE. As possibilidades podem abranger o Fundo de Solidariedade da UE ou uma reprogramação dos Fundos de Desenvolvimento Estrutural e Rural.

A tempestade "Klaus" é uma desagradável advertência de que as catástrofes naturais constituem uma ameaça concreta para todos os Estados-Membros da UE. Inundações devastadoras atingiram a Europa Central em 2000 e 2002, o RU em 2007, e a Roménia e os vizinhos da UE no ano passado. A vaga de calor de 2003

exigiu dezenas de milhar de vidas. Em 2003 e 2007, incêndios florestais assolaram Portugal e a Grécia. Estes acontecimentos dão-nos uma ideia do modo como provavelmente as alterações climáticas irão afectar o futuro da UE, porque, à medida que o clima muda, podemos esperar acontecimentos meteorológicos mais extremos.

Os Estados-Membros e a Comunidade têm de combinar forças para evitar catástrofes, para limitar os seus impactos e para melhorar a capacidade de resposta da União às catástrofes.

A Comissão irá aprovar em breve uma Comunicação sobre "Uma abordagem comunitária da prevenção de catástrofes naturais ou provocadas pelo Homem". Esperamos ansiosamente um comentário do Parlamento sobre as ideias expostas.

A Comissão queria sublinhar igualmente a importância de avançar na revisão da regulamentação do Fundo de Solidariedade. A proposta ajuda a acelerar a velocidade da resposta, permitindo pagamentos antecipados, além de conter critérios mais simples para uma activação do Fundo em menos tempo. Ao passo que o Parlamento deu um amplo apoio à proposta da Comissão, no Conselho não se registou qualquer progresso.

Estas iniciativas estão a contribuir para dar forma a uma verdadeira política europeia de gestão de catástrofes, esperando a Comissão que o Parlamento Europeu continue a apoiar os seus esforços no sentido de reforçar a capacidade da UE para enfrentar catástrofes naturais e provocadas pelo Homem.

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-presidente

Christine De Veyrac, *em nome do grupo PPE-DE*. - (FR) Senhora Presidente, falo também em nome do nosso colega Alain Lamassoure. Em Novembro de 1999, intervim, neste mesmo Hemiciclo, no seguimento, já então, da tempestade que tinha assolado o Sudoeste da França, para apelar para a solidariedade europeia quando catástrofes naturais de grande dimensão devastavam os nossos países. Há dez anos, responderam-me que não existia nenhum fundo europeu para ajudar os nossos concidadãos na adversidade.

Desde 1999, as catástrofes naturais continuaram, infelizmente, a fazer mortos na Europa e a provocar danos materiais importantes, e a acção europeia, pelo seu lado, foi felizmente reforçada com a criação, em 2002, por iniciativa da Comissão e do Senhor Comissário Barnier, do Fundo de Solidariedade da União Europeia, um fundo que nos permite intervir rápida e eficazmente e com flexibilidade.

Nas actuais circunstâncias, parece necessário accionar esse fundo para ajudar as regiões afectadas, e junto-me assim ao pedido expresso pelo Governo francês de o activar o mais rapidamente possível. Pude constatar, Senhora Comissária, a vontade da Comissão de acelerar as coisas. Com efeito, é urgente resolver a questão das infra-estruturas afectadas.

É também urgente tratar da questão da floresta. Gostaria de insistir sobre este ponto, uma vez que a tempestade destruiu entre 60% e 70% da floresta no Sul da Gironda e nas Landes, quando essa floresta, que é uma das primeiras da Europa, mal se recompunha dos danos sofridos em 1996 e em 1999. Como sabem, não existem seguros para esse tipo de prejuízos, pelo que os silvicultores, neste momento, se encontram completamente falidos após este desastre. Devemos provar-lhes a nossa solidariedade e ajudá-los a reconstruírem o património natural dessas regiões.

Antes de concluir, permitam-me prestar uma homenagem às vítimas da tempestade Klaus, em França, em Espanha e em Itália, e permitam-me dar o meu apoio às suas famílias.

Kader Arif, *em nome do grupo PSE*. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, as imagens da tempestade de 1999 - como acaba de ser recordado - que se abateu sobre o Sudoeste francês, causando danos terríveis, ainda se encontram gravadas na memória colectiva.

O mínimo que se pode dizer é que a Europa não estava preparada para reviver, passado tão pouco tempo, tal tragédia. Alguns vêem nela um fatalismo, eu vejo sobretudo uma ilustração macabra das alterações climáticas de que acaba de falar, Senhora Comissária, para a qual apenas esboçamos uma solução, quando a urgência é enorme. Trata-se de uma realidade que temos de enfrentar com responsabilidade. Infelizmente, temos de nos preparar para enfrentar ainda muitas outras catástrofes naturais.

Nos passados dias 24 e 25 de Janeiro, a tempestade Klaus que se abateu sobre o Sul da França, fez 11 mortos em França, 14 em Espanha e 3 em Itália. Provocou danos consideráveis, destruindo escolas, liceus, inúmeras

habitações, privando milhares de pessoas de electricidade, de aquecimento, de água potável, de telefone, e deixando certos sectores económicos numa situação crítica, como, por exemplo, o sector da madeira.

Quero manifestar aqui a minha solidariedade para com as famílias das vítimas, bem como para com todas as pessoas sinistradas, da mesma maneira que o meu apoio aos eleitos locais, e aproveito simultaneamente para lançar, desta tribuna, um apelo à Comunidade Europeia pois, há que afirmá-lo, esta situação impõe uma resposta europeia e, antes de mais, uma solidariedade europeia.

Evidentemente que o estatuto de catástrofe natural foi reconhecido em França, o que irá facilitar o apoio às pessoas sinistradas, mas não retira a necessidade de pôr em prática uma acção europeia coordenada, com vista a completar os esforços dos Estados-Membros para proteger as pessoas, o ambiente e o património nas comunas e nas regiões sinistradas.

Muito concretamente, implica, antes de mais, centralizar as informações a nível europeu, de forma a obter uma avaliação precisa dos danos. Em seguida, é indispensável desbloquear os fundos necessários ao acompanhamento das autoridades locais que enfrentam desafios imensos, nomeadamente apoiar os serviços públicos, que desenvolveram um trabalho excepcional e de que tanto precisamos para recuperar as infra-estruturas e os equipamentos nos domínios da energia, do abastecimento de água, do saneamento, dos transportes e das telecomunicações, da saúde e do ensino.

As anteriores catástrofes revelaram a urgência de uma acção europeia e permitiram integrar a prevenção dos riscos naturais como um dos objectivos do FEDER. A Europa tem agora de dar provas da sua capacidade de reacção e de tradução na prática da sua solidariedade. Assim, espero, como a senhora acaba de exprimir, que a Comissão ouça esta mensagem e saiba mobilizar todos os meios necessários para dar resposta a esta situação de emergência, nomeadamente através do Fundo de Solidariedade da União Europeia e do Instrumento Financeiro para a protecção civil.

Por fim, para concluir, gostaria de recordar que, tal como os incêndios na Grécia em 2007, esta violenta tempestade revelou a necessidade de uma força de protecção civil mobilizável em todos os terrenos de crise. Senhora Comissária, gostaria de ouvir a sua opinião sobre este assunto, bem como a sua resposta ao pedido do Parlamento Europeu que, na sua resolução de 27 de Abril de 2006, tinha solicitado a criação de um observatório europeu sobre as catástrofes naturais destinado a garantir uma resposta europeia mais eficaz quando ocorrem estes infelizes acontecimentos.

Jean Marie Beaupuy, em nome do grupo ALDE. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, no passado dia 18 de Novembro dizia eu o seguinte, neste mesmo lugar: "Não sabemos qual será a próxima catástrofe, nem qual será a sua amplitude, mas de uma coisa temos a certeza, de que haverá em breve uma nova catástrofe. Nessa altura, os nossos concidadãos, habituados há 50 anos a verem uma Europa em construção que se pretende solidária, far-nos-ão a seguinte pergunta: "O que é que os senhores fizeram?". Repito, eu dizia isso, aqui neste recinto, no passado mês de Novembro.

Neste mesmo Hemiciclo, em Novembro de 2006, dois anos antes, eu dizia mais ou menos a mesma coisa. Se existe um domínio relativamente ao qual todos os nossos concidadãos europeus esperam uma resposta comunitária eficaz, esse domínio é o das respostas a dar às catástrofes naturais.

Todos puderam constatá-lo quando ocorreu o tsunami, etc., como já disse; eis a razão por que, juntamente com o meu grupo, apoio a implementação de acções preventivas e de uma capacidade de reacção muito rápida no seguimento de uma tragédia. A este título, quero salientar a qualidade do relatório Barnier, que colocou muito bem o problema e que apresenta óptimas respostas em termos de eficácia e também em termos de subsidiariedade. Senhora Comissária, todos nós nos entusiasmos com este relatório, pois é eminentemente prático e eminentemente concreto. Inclui mesmo elementos orçamentais e explica que, com 10% do Fundo de Solidariedade, podemos garantir o financiamento. Explica, de forma extremamente pragmática, como operar com as forças vivas de cada Estado.

Com as doze propostas incluídas neste relatório Barnier, tínhamos tudo para pôr em prática uma acção europeia que, a poucas semanas das eleições do próximo mês de Junho, teria mostrado, como se ainda fosse necessário, a utilidade e a eficácia de uma verdadeira solidariedade operacional europeia.

A senhora acaba de nos dizer, Senhora Comissária, que espera o apoio do Parlamento Europeu. E teve-o. Ainda o tem. O que é que está a fazer o Conselho, já que nos diz que é o Conselho? O Conselho não está aqui presente esta noite. Esperamos que, independentemente deste debate, ele ouça bem o nosso apelo, não um apelo de socorro, não mais uma exclamação de surpresa sobre a tragédia que acaba de ocorrer, mas que ele ouça bem a pergunta que eu coloquei atrás: "O que é que os senhores fizeram?".

Gérard Onesta, *em nome do grupo Verts/ALE*. - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, gostaria que nos interrogássemos um pouco sobre a natureza do exercício que estamos a realizar esta noite. Tenho a impressão de que o fazemos muitas vezes, demasiadas. De cada vez que há uma catástrofe, encontramos-nos aqui, neste Hemiciclo, e começa o coro das lamentações em que dizemos, evidentemente, que é uma tragédia o que acaba de acontecer, e que nos inclinamos perante as vítimas.

Evidentemente que eu faço isso como toda a gente, mas tenho a impressão de que o nosso papel não acaba aí. O nosso papel é talvez, como dizia o nosso colega há pouco, o de prever o futuro, pois outras catástrofes ambientais vão acontecer. Ainda hoje de manhã o afirmámos com o nosso voto sobre o relatório Florenz. Todos sabemos que o clima está cada vez mais desregulado. As tempestades do século ocorrem agora todas as décadas e, em breve, ocorrerão todos os anos. Quando não é uma tempestade, é uma inundação, quando não é uma inundação, são fogos florestais dramáticos.

Perante isto, o que é que faz a Europa? Sei perfeitamente que o Conselho não vê mais longe que o seu umbigo nacional. A justaposição de 27 umbigos não constrói um grande projecto continental. Infelizmente, a cada tragédia, sofremos com isso. Falam-nos em "apelo à solidariedade", mas com base em que fundos? Recordo-me quando discutíamos, na Comissão dos Orçamentos, fundos destinados precisamente ao clima, em que falávamos de algumas dezenas de milhões de euros. Só esta tempestade custou 1 400 milhões de euros! Quanto teremos de pagar de seguros para nos apercebermos de que proteger o ambiente e o clima não constitui um encargo, mas sim um investimento para o futuro.

Continuam a falar-nos, ainda hoje em dia, da necessidade de mobilizar as forças vivas europeias quando ocorre uma tragédia. Mas já no-lo diziam, se bem me recordo, neste Hemiciclo, após a explosão de AZF na minha cidade, em 2001. Diziam-nos que tínhamos de pensar num corpo de intervenção europeu para, em caso de tragédia humana, mostrar que, na Europa, a palavra "solidariedade" não é um conceito vazio e que intervimos na prática. Onde está, tantos anos depois, essa força de intervenção europeia?

Garanto-lhes, caros colegas, que estava em minha casa em Toulouse quando a tempestade passou por lá. Sei que se tratou de uma tragédia imensa a nível ambiental. Como se precisasse de o saber, depois de a ter vivido bem no fundo da minha casa, nas telhas que foram arrancadas, nas árvores derrubadas. Assim, sei agora o que sofreram as populações, as pessoas que viram, numa noite, o trabalho de uma vida completamente destruído.

Mas, enquanto que nós, aqui, neste Parlamento, a senhora, Senhora Comissária, na Comissão, e os ausentes destas bancadas desesperadamente vazias do Conselho, esta noite, enquanto todos nós não tivermos compreendido que temos de nos dotar de verdadeiros meios orçamentais de luta contra as catástrofes, e não nos contentarmos com discursos vazios, enquanto não pusermos em prática uma solidariedade europeia graças à criação prática de uma força de intervenção cívica, rápida e de dimensão continental, continuaremos aqui, tragédia após tragédia, a fazer o coro das lamentações.

A verdadeira resposta à tempestade Klaus foi talvez a que demos esta manhã, quando preparámos Copenhaga, e será talvez a que daremos amanhã, Senhora Comissária, quando desbloquearmos enfim os fundos e criarmos enfim o serviço cívico que tanta falta nos faz a nível europeu.

Jean-Claude Martinez (NI). - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, a tempestade chamada "Klaus" em alemão, ou seja, "Nicolas" em francês ("Nicolau" em português), devastou oito departamentos do Sudoeste francês e, mais concretamente, as Landes, com grave impacto sobre a floresta. Foi destruído o equivalente a seis anos de abate de madeira, ou seja, 50 milhões de metros cúbicos de madeira caída ou partida em 300 mil hectares.

A primeira coisa a fazer é limpar a floresta para evitar o apodrecimento da madeira. É necessário um prémio de 5 a 10 euros por metro cúbico de madeira, isto é, cerca de 500 milhões de euros, o mesmo que a ajuda francesa à imprensa. Depois, vai ser preciso voltar a semear, voltar a plantar, o que representa um buraco de vinte anos na fileira da madeira. Ora, essa fileira vai desde o lenhador até ao café onde ele toma um copo, passando pelos transportadores, pelos viveiristas, pelos vendedores, etc.

Segunda economia afectada: a dos criadores de aves, de ovinos e de bovinos. Os telhados arrancados, os animais tresmalhados, as reservas de alimentos destruídas. Detecta-se a necessidade de um fundo europeu de garantia agrícola contra os riscos climáticos e sanitários. A Presidência francesa já falou disso; a Presidência checa deveria fazê-lo também.

Terceiras vítimas silenciosas, de que nunca se fala: as pessoas idosas e isoladas em aldeias que, em França, continuam a não ter electricidade. Há que criar uma estratégia europeia "Clima quarta idade", como "Clima

energia”, ou seja, que abordar as consequências do clima para milhões de pessoas com mais de 80 ou 85 anos. Trata-se de uma quarta economia moderna que é necessário criar para sair da crise e evitar o Ruanda geriátrico europeu para onde caminhamos, uma economia com edifícios modernos, com investigação farmacêutica e médica, uma nova malha para evitar um sistema europeu de saúde do tipo do Gabão. Sobretudo, há que evitar que os acidentes climáticos sejam ocasião para jogarmos com a selecção natural de Darwin, quando há que construir uma Europa da vida.

Maria Badia i Cutchet (PSE). – (ES) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, gostaria de agradecer à Senhora Comissária pelas suas palavras de solidariedade.

Como já aqui foi dito, nos dias 24 e 25 de Janeiro muitos países do Sul da União sofreram os efeitos de uma severa tempestade, com ventos que atingiram perto de 200 km por hora em muitos pontos da Península Ibérica, e chuvas que em poucas horas atingiram 30% da precipitação total de um ano

Esta tempestade provocou importantes danos materiais em bens, serviços e espaços públicos, tanto em comunidades rurais como urbanas, falhas de abastecimento eléctrico generalizadas. A pior das consequências, contudo, foi a perda de 11 vidas em toda a Espanha devido à queda de peças de alvenaria e a acidentes causados pelas fortes rajadas de vento.

Um dos acontecimentos mais trágicos foi a morte de quatro crianças, com 9 a 12 anos de idade, na localidade de Sant Boi, na Catalunha, quando o vento arrasou um pavilhão onde jogavam basebol.

Para além de lamentarmos a perda de tantas insubstituíveis vidas humanas e de expressarmos a nossa solidariedade com famílias das vítimas no seu sofrimento, a União Europeia tem de agir, como vez noutras ocasiões, mobilizando ou Fundo de Solidariedade ou qualquer outro fundo que considere mais apropriado para reparar os danos materiais causados por esta catástrofe natural.

Na Catalunha foram afectados vinte mil hectares de massa florestas, 75% da qual sofreu danos graves ou muito graves. É necessário agir a fim de reduzir o futuro risco de incêndio, uma tarefa que tem, obviamente, de ser concluída antes do Verão.

Além disso, grandes quantidades de detritos das mais variadas espécies acumularam-se em muitos leitos de rios, ribeiros e outros cursos de água. Estes detritos podem obstruir o fluxo de água o que implica o risco de ocorrerem inundações a nível local.

Perante estes e muitos outros efeitos e cientes do facto de que não dispomos ainda de uma quantificação total dos danos, que, obviamente, a Espanha irá fornecer com o seu pedido de assistência a título do fundo, pensamos que a Comissão Europeia deveria ajudar estas regiões a restabelecer a normalidade. Isto complementaria o enorme esforço financeiro nos Estados-Membros afectados e conferiria prioridade à reparação dos graves danos causados, com o objectivo de recuperar quanto antes as condições de vida e a estabilidade económica nestas regiões. As regiões afectadas são confrontadas com um travão da actividade económica, degradação do ambiente, perda de produção agrícola, cessação da actividade de muitas empresas, queda maciça de árvores, etc.

Tendo em conta as características e os efeitos desta tempestade, peço à Comissão que disponibilize estes fundos com a maior brevidade possível. Estes fundos destinam-se fundamentalmente às catástrofes naturais com graves repercussões na vida, no ambiente e na economia de um Estado-Membro ou de uma região da União. Entre os objectivos das operações a subvencionar contam-se o restabelecimento do funcionamento das infra-estruturas, a reparação dos equipamentos dos sectores de abastecimento de energia eléctrica e água potável e a limpeza das zonas afectadas.

É por isso que lhe peço, Senhora Comissária, que mobilize estes fundos com a maior brevidade possível, assim que estiver na posse de toda a informação necessária.

Anne Laperrouze (ALDE). - (FR) Senhora Presidente, após a passagem desta tempestade, o balanço é pesado, como já recordaram os meus colegas. Há vítimas em França e em Espanha, e, esta noite, estamos a pensar nelas e nas suas famílias. Foram destruídos 200 mil hectares de floresta no Sudoeste da França.

De facto, esta tempestade devastou 60% da floresta das Landes. 1,7 milhões de lares ficaram privados de electricidade no auge da tempestade, e 3 200 ainda não têm. Muitos de nós - milhares - sofremos cortes de telefone, mas também roturas do abastecimento de água. Continuam a ser muito numerosos os pontos de bloqueio provocados por árvores caídas nas estradas, cabos de electricidade, inundações ou abates de terreno. Os serviços públicos trabalham afincadamente para resolver as situações o mais rapidamente possível.

Congratulo-me com o facto de o Governo francês se ter comprometido formalmente a submeter um dossiê para que as regiões francesas sinistradas possam beneficiar desse fundo, mas lamento que a Presidência francesa não tenha considerado necessário fazer avançar a revisão desse fundo.

Esse fundo, como já foi recordado por si, Senhora Comissária, e também pelos meus colegas, continua bloqueado a nível do Conselho de Ministros. Para o Parlamento, trata-se de cobrir todo e qualquer grande acontecimento natural devastador que provoque danos graves à população e ao ambiente, como, por exemplo, inundações, incêndios e secas. Mas vamos mais longe e incluímos também fenómenos desencadeados pelo Homem, como catástrofes causadas por ataques terroristas.

O nosso Parlamento pronunciou-se igualmente a favor do abaixamento do limiar de intervenção. Ora, se perguntarmos se o Fundo de Solidariedade funciona nas nossas regiões afectadas, constatamos que correríamos o risco de estar abaixo do limiar de dano. Trata-se de uma situação que, afinal, afecta diversos países. Assim, creio que esse limiar devia também ser revisto, para mostrar, na prática, que a solidariedade europeia pode existir.

Como a senhora recordou, Senhora Comissária, e os meus colegas salientaram, o mesmo vai acontecer no que respeita aos efeitos das alterações climáticas. A Comissão já referiu também uma comunicação sobre a adaptação às alterações climáticas.

É importante que o Fundo de Solidariedade passe a constituir um verdadeiro instrumento europeu de protecção dos cidadãos. É tempo de a Europa mostrar que, em situações dramáticas, está presente para proteger os cidadãos.

Gilles Savary (PSE). - (FR) Senhora Presidente, antes de mais, gostaria de me associar, como é evidente, à expressão das condolências e da compaixão que devemos às famílias enlutadas, em primeiro lugar, e a todas aquelas que ficaram sinistradas, nomeadamente a muitas pessoas isoladas a quem continua a faltar electricidade, água ou serviços públicos.

Senhora Comissária, ouvi a senhora prometer-nos - e creio que tem toda a razão - reforçar os dispositivos de prevenção das crises, mas aquilo que está em questão esta noite, se não se importa, é a reparação desta última.

Trata-se da terceira tempestade catastrófica em 20 anos. A primeira, que estamos a esquecer, foi em Julho de 1988, na Bretanha. Continua a deter o recorde de velocidade dos ventos: mais de 250 km/h. A segunda, extremamente extensa, foi a de 27 de Dezembro de 1999. Deitou abaixo o essencial do nosso maciço florestal, pela primeira vez. E a terceira foi a de 24 de Janeiro de 2009. Se bem me recordo, pois vivo na Gironde, muito próximo do seu maciço florestal.

A primeira coisa a fazer é saber qual pode ser a mais valia da União Europeia. Na fileira da madeira, a situação é catastrófica, e a ameaça é a de os produtores abandonarem a silvicultura. O que quer dizer que, neste momento, alguns deles consideram que a profissão deixou de ser rentável.

Assim, temos de estabelecer um plano, e eu era daqueles que pensava que era possível prever – já há 10 anos – uma organização comum de crise, de forma a podermos escoar toda a madeira que neste momento está a invadir o mercado de forma evidentemente involuntária, sem prejudicar os preços, isto é, bloqueando os abastecimentos oriundos de outras regiões europeias, financiando o transporte e fazendo com que essas parcelas possam ser reflorestadas muito rapidamente; caso contrário, penso que serão objecto de especulações, ou mesmo de abandonos. Temos aqui um problema que interessa muito directamente à União Europeia.

Em segundo lugar, estou a pensar nos ostreicultores. Trata-se de uma profissão actualmente sinistrada. Já o tinha sido em 2002, após uma outra catástrofe que não tinha sido nada natural, a catástrofe do naufrágio do *Prestige* e, agora, os ostreicultores da bacia de Arcachon estão, também eles, desesperados para conseguirem recuperar.

Por fim, gostaria que o Fundo de Solidariedade da União Europeia pudesse ser mobilizado. Como é óbvio, associo-me ao que foi dito pela senhora deputada Laperrouze. O Conselho não está aqui presente. Não terá as orelhas vermelhas, nem apertos de coração, mas penso que é lamentável que se tenha recusado a alterar o regulamento e que o fundo seja hoje em dia tão difícil de mobilizar.

Coloco a questão de saber, aliás, se o próprio Governo francês o mobilizou. Pela minha parte, sou daqueles que insistiram para que o faça, pois penso que é extremamente importante, a poucos meses das eleições, os nossos cidadãos saberem que a Europa da solidariedade existe, e que não é apenas a Europa do mercado.

Rosa Miguélez Ramos (PSE). – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, em 23 de Janeiro eu estava na Galiza quando ventos de quase 200 km por hora assolaram a minha região: mais de 40 000 hectares de massa florestal foram devastados, Senhora Comissária.

A Galiza é a região com maior densidade florestal da União Europeia. Quando a tempestade passou, centenas de milhar de árvores ficaram derrubadas, as estradas ficaram obstruídas e de mais 500 km de cabos de alta e baixa tensão, que ainda não encontram-se totalmente reparados, caíram por terra.

Mais de 300 000 assinantes, incluindo eu própria, sofreram quebras de abastecimento de energia eléctrica e também de serviços telefónicos, em alguns casos durante vários dias.

A tempestade causou ferimentos e provocou sérios danos em habitações, infra-estruturas, explorações agrícolas, estabelecimentos comerciais e industriais, instalações desportivas, assim como em edifícios públicos e municipais.

A resposta do Governo da Galiza a esta tempestade, a mais destruidora de que há registo, permitiu aprovar rapidamente ajudas no valor de dezassete milhões de euros a fim de compensar inicialmente as pessoas afectadas e subsidiar a reparação dos danos.

Como sabemos e como já foi aqui mencionado, no dia 26 de Janeiro os dois Estados-Membros mais afectados, a França e a Espanha, solicitaram ajuda à Europa para fazer face aos danos causados pela tempestade. Uma vez que, nos termos do Regulamento do Fundo de Solidariedade vigente, os danos que sofremos podem ser considerados como uma catástrofe de carácter excepcional, os governos destes dois Estados-Membros anunciaram que tinham dado início às diligências para solicitar a ajuda do Fundo.

Porém, verificamos uma vez mais que, como no caso das recentes inundações na Roménia, os requisitos impostos pelo Regulamento são de tal forma restritivos que impedem *de facto* que esta catástrofe seja considerada grave, Senhora Comissária.

Gostaria de recordar, como V. Exa. e outros colegas já fizeram, que a Comissão apresentou a sua proposta em 2005 e que o Parlamento emitiu o seu parecer favorável à reforma do Regulamento do Fundo em 2006. Desde então que este assunto se encontra bloqueado no Conselho, que já está há mais de 2 anos sentado em cima da reforma proposta.

Por todas as razões expostas, Senhora Comissária, e dado que estas circunstâncias são excepcionais e que a catástrofe teve repercussões graves para as condições de vida e a estabilidade económica das regiões afectadas, peço-lhe que mobilize o fundo enquanto prova de solidariedade para com os Estados-Membros em causa, e sobretudo para com os cidadãos afectados. Deveria ser-lhes concedida financeira, pois julgo que, apesar de o montante envolvido não ser assim tão elevado, isso constituiria uma manifestação directa e urgentemente necessária de solidariedade europeia.

Flaviu Călin Rus (PPE-DE). – (RO) Em primeiro lugar, gostaria de manifestar o meu apoio às famílias que foram afectadas por esta catástrofe. Conheço, como toda a gente, as consequências dramáticas da tempestade Klaus. Presenciei também os primeiros esforços de intervenção no terreno, envidados pelos países afectados e por outros países europeus.

Dado que temos estado a falar principalmente de consequências e de fundos de ajuda, gostaria de solicitar à Comissão que apresentasse projectos específicos que sejam realmente capazes de implementar mecanismos de prevenção em caso de catástrofes como esta, para que, pelo menos no futuro, não tenhamos de assistir à perda de vidas humanas.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, permita-me que, como outros já fizeram esta noite, apresente as minhas condolências às famílias que se encontram profunda e tristemente afectadas por esta tempestade, e que ofereça o meu apoio aos pedidos de maior flexibilidade do Fundo de Solidariedade.

Existe, porém, também uma questão mais ampla para a qual gostaria de chamar a atenção. Não é tão grave como o que está a discutir-se aqui, mas em todos os Estados-Membros se registam ocasionais catástrofes, e estou a pensar em condados que represento – Offaly, Laois e Louth –, onde se registou uma inundação muito anormal e extemporânea, que afectou profundamente um pequeno número de famílias, não o suficiente para alguém comentar, mas que irão sofrer graves consequências. Talvez tenhamos necessidade de considerar o financiamento ao abrigo do desenvolvimento rural ou da Política Agrícola Comum e estabelecer um fundo para dificuldades para cuidar de casos como este que existem e que necessitam de ajuda.

Kathy Sinnott (IND/DEM). – (EN) Senhora Presidente, no seu discurso de abertura, a Senhora Comissária referiu várias catástrofes, entre as quais a vaga de calor que há alguns anos se registou em França e custou a vida a entre 12 000 e 14 000 pessoas. Só para esclarecer as coisas, não se tratou de uma tempestade, nem de uma inundação súbita, ou de qualquer coisa semelhante a outras catástrofes naturais. Essa vaga de calor prolongou-se por um período de cinco a seis semanas. Quase todas as pessoas que morreram eram ou incapacitadas ou idosas, e encontravam-se em lares ou tinham cuidados ao domicílio, ou estavam temporariamente aos cuidados de uma instituição enquanto as respectivas famílias estavam de férias. O Governo francês em momento algum fez regressar de férias as famílias ou o pessoal, ou convocou o exército ou quaisquer outros serviços de salvamento. Pura e simplesmente, deixou que as pessoas morressem, semana após semana.

Dado o meu envolvimento num projecto de salvamento de pessoas portadoras de deficiências em situações de catástrofe, projecto financiado pela Comissão, falei com muitas pessoas em França a respeito deste incidente. Foi um escândalo, um escândalo que ninguém explicou ou sequer reconheceu. Desejava solicitar   Comissão que investigasse essa vaga de calor, que investigasse o  ndice de mortes, e se desse conta de que a França não fez o que quer que fosse a respeito desta questão e, não obstante, quando chegou o Outono, todas essas pessoas tinham sido enterradas e havia menos 14 000 pessoas nos registos dos seus serviços sociais.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, permita-me que diga que, em um ou outro momento, todos nós sentimos nos respectivos países os efeitos de catástrofes ambientais, naturais ou provocadas pelo Homem. Esse é o motivo por que compartilho plenamente dos sentimentos e das preocupações de todos.

Até hoje, o Fundo de Solidariedade prestou ajuda a 20 Estados-Membros, incluindo quatro vezes   França,   Alemanha,   Grécia, a Portugal e a muitos outros – 20, na totalidade –, mas sei, e compartilho da opinião de todos, que devíamos melhorar. Devíamos tornar o processo ainda mais prático e dar maior ajuda aos Estados-Membros. Vamos continuar a esforçar-nos por conseguir que o Conselho aprove essas melhorias. Regozijo-me com o facto de, para o efeito, termos a aprovação do Parlamento, cujo apoio constituirá uma grande ajuda nos nossos esforços.

Como afirmei na minha introdução, a Comissão está absolutamente empenhada em ajudar a França e a Espanha, que foram atingidas pela tempestade de Inverno "Klaus", e iremos mobilizar todos os instrumentos europeus relevantes para manifestarmos a solidariedade europeia com esses países. A Comissão está pronta a examinar a possibilidade de mobilizar o Fundo de Solidariedade, mas como primeiro passo, para o fazermos, temos necessidade de um requerimento da França e da Espanha, que dispõem de 10 semanas para requerer a nossa ajuda.

Perguntaram-me se tenho em preparação outras medidas para melhorar o sistema de solidariedade com os Estados-Membros em caso de catástrofes naturais, motivo por que gostaria de referir também que, além da revisão do Fundo de Solidariedade, temos uma próxima comunicação, cujo objectivo é identificar medidas que poderiam ser incluídas numa estratégia comunitária para a prevenção de catástrofes naturais e provocadas pelo Homem.

Resumindo, o parecer da Comissão é que o Fundo de Solidariedade já é um instrumento muito útil, mas que, evidentemente, ainda há margem para melhorias, e iremos continuar a esforçar-nos por atingir esse objectivo.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 142. )

Zita Ple tinsk  (PPE-DE), por escrito. – (SK) A tempestade "Klaus" varreu o sudoeste da Europa nos dias 23 a 25 de Janeiro e causou danos significativos. Durante a tempestade, as rajadas dos ventos atingiram 194 km/h, causando 18 vítimas em Espanha, França e na Alemanha e o número de vítimas poderia ter sido ainda maior, se o sistema de alerta rápido não tivesse funcionado.

Na Eslováquia, olh mos para os nossos ecrãs de televisão com sentimentos de profunda solidariedade, quando se desenrolou a terrível tragédia na vila de Sant Boi de Llobregat, onde quatro crianças perderam as suas vidas depois de o tecto de um pavilhão desportivo ter abatido. Gostaria de manifestar as minhas sinceras condolências a todas as famílias que perderam familiares.

O Fundo de Solidariedade é um instrumento útil. Foi criado na UE, depois das inundações de Agosto de 2002. A ajuda proveniente do fundo destina-se a Estados-Membros e Estados em fase de adesão que sofreram

catástrofes naturais. Isto aplica-se a catástrofes que causem danos estimados em mais de 0,6% do PIB do país afectado. Depois da tempestade de Novembro de 2004, que destruiu 2,5 milhões de metros cúbicos de madeira, a Eslováquia recebeu 5 667 578 euros deste fundo.

O número de catástrofes está permanentemente a aumentar, em consequência das alterações climáticas na Europa, obrigando-nos a adoptar regras que assegurem não só a prestação rápida e flexível de ajuda financeira imediatamente após a ocorrência de uma catástrofe, mas também a implementação de medidas preventivas contra vários tipos de catástrofes naturais.

16. Utilização de óleos usados contendo PCB numa fábrica de reciclagem alimentar na Irlanda (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a utilização de óleos usados contendo PCB numa fábrica de reciclagem alimentar na Irlanda.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão tem plena consciência dos riscos elevados que os bifenilos policlorinados (PCB) constituem para a saúde humana e para o ambiente.

Incidentes como os ocorridos na Bélgica, em 1999, e na Irlanda, no ano passado, demonstraram, uma vez mais, que mesmo pequenas quantidades de PCB podem contaminar gravemente os alimentos para animais e a cadeia alimentar.

Ao longo das últimas décadas, a UE criou legislação tendente a reduzir a libertação de PCB e dioxinas no ambiente, tendo por objectivo a redução da exposição humana a essas substâncias, bem como a protecção da saúde humana e do ambiente.

Não obstante, uma vez que o equipamento contendo PCB tem, tipicamente, uma longa expectativa de vida, inclusive após a proibição de PCB em 1985, continuam a ser utilizadas quantidades significativas que constituem uma fonte de possível exposição do Homem a essas substâncias.

Especialmente, a Directiva relativa à eliminação de PCB, Directiva 96/59/CE de Setembro de 1996, proporciona os instrumentos adequados para assegurar a destruição, o mais brevemente possível, de equipamentos e detritos contendo PCB, e para os equipamentos de grandes dimensões antes dos finais de 2010.

Não obstante, subsistem importantes lacunas na implementação dessa legislação. A Comissão viu-se forçada a mover processos por infracção à maior parte dos Estados-Membros, relativamente à obrigação de procederem à inventariação dos equipamentos de grandes dimensões contendo PCB e a planos de eliminação dessas substâncias.

Esses processos por infracção tiveram como resultado uma melhoria da situação. Actualmente, apenas dois casos desses se encontram ainda abertos, mas prestes a serem encerrados.

Todos os Estados-Membros comunicaram os seus planos de descontaminação e/ou de eliminação do equipamento inventariado e dos PCB neles contidos, bem como de recolha e subsequente eliminação de equipamento contendo menos de cinco decímetros cúbicos de PCB (como exigido pelo artigo 11.º da Directiva).

Não obstante, ainda são necessários mais esforços. A fim de garantir a eficácia dos planos de eliminação de PCB, os Estados-Membros ainda têm de melhorar a implementação da legislação em vigor relativa aos PCB, bem como da legislação geral europeia em matéria de detritos.

A Comissão está a atribuir cada vez mais importância à implementação adequada da legislação da UE relativa aos detritos, e a ajudar activamente os Estados-Membros a melhorarem a implementação da respectiva legislação nacional relativa aos detritos.

O Regulamento n.º 1831/2003 estabelece os requisitos mínimos de higiene dos alimentos para animais que se aplicam em todas as fases da produção, desde a produção inicial dos alimentos (a nível da exploração agrícola), passando pela produção, processamento e distribuição, até à fase de dar de comer aos animais.

Os operadores de empresas do sector dos alimentos para animais deviam pôr em marcha, implementar e manter procedimentos baseados nos princípios da APPCC. Isso significa a identificação de pontos críticos de controlo e a identificação, entre outras coisas, da possível contaminação química, quando se usa o processo de aquecimento directo para se proceder à secagem de rações para animais.

A responsabilidade do cumprimento destes requisitos cabe aos operadores de empresas do sector dos alimentos para animais, muito embora a adequação das medidas por eles postas em marcha deva ser verificada pelas autoridades competentes dos Estados-Membros. Na maior parte dos casos, isto deve ser feito mediante uma visita inesperada.

Além disso, os princípios gerais da organização de controlos oficiais estabelecidos no Regulamento relativo aos controlos oficiais dos alimentos para animais e para consumo humano exige que os Estados-Membros garantam que os controlos são efectuados regularmente, numa base de risco e com a devida frequência. Estes controlos oficiais devem incluir controlos das próprias empresas do sector de alimentos para animais.

O papel da Comissão encontra-se estabelecido no artigo 45.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004, relativo aos controlos oficiais dos alimentos para animais e para consumo humano. Peritos da Comissão realizam auditorias às autoridades competentes dos Estados-Membros para verificação de que os controlos têm lugar em conformidade com a legislação comunitária.

Em 2008, realizou-se na Irlanda, nos termos deste artigo, uma auditoria geral a alguns sectores, de que em breve estará disponível um relatório. A lista de estabelecimentos a serem objecto da auditoria é decidida conjuntamente pelas autoridades nacionais competentes e os auditores do SAV.

A fábrica referida na pergunta não foi objecto de inspecção na auditoria geral em 2008.

No acidente irlandês de contaminação por dioxinas, foi identificada como origem da contaminação a utilização de pão ralado contaminado como alimento para os animais. O pão ralado era produzido a partir de restos de produtos de padaria (biscoitos com prazo ultrapassado), cuja secagem era feita por um processo de aquecimento directo. Num processo de aquecimento directo, os gases da combustão encontram-se em contacto directo com o material a ser seco para alimento dos animais. Aparentemente, o combustível utilizado estava contaminado por óleo para transformadores contendo PCB. A evidente responsabilidade dos diversos actores, desde o produtor do pão ralado até ao fornecedor do combustível, etc., irá ser determinada por uma investigação legal em curso.

Gostaria de acentuar a importância fundamental de uma abordagem abrangente a ser adoptada para a classificação de riscos, que inclui possíveis riscos relacionados não apenas com a natureza do material recebido (neste caso pão ralado), mas também com o próprio processo.

Mairead McGuinness, em nome do Grupo PPE-DE. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à Comissão a sua pormenorizada exposição sobre este assunto.

Creio que o motivo por que estamos a debater este assunto esta noite é por pretendermos aprender com os factos e garantir que eles não voltam a acontecer. O problema é que, quando em 1999 descobrimos um problema na Bélgica, pensámos ter tornado as nossas regras suficientemente rigorosas para não se registar outro incidente. Todavia, agora estamos onde estamos, e conhecemos as consequências do fracasso do sistema, não apenas em termos de dinheiro – muito embora isso seja extremamente importante para a União Europeia, para o Tesouro irlandês e para o contribuinte –, mas da perda de confiança entre os consumidores e os danos causados, de modo geral, ao sector irlandês de produção alimentar em termos de mercado.

Regozijo-me com o facto de agora termos feito progressos e de estarmos a reabilitar o nosso nome no mercado internacional, mas também estou plenamente consciente de que por toda a União Europeia os agricultores se vêem igualmente confrontados com problemas por causa da complicação irlandesa. Esse o motivo por que penso que o debate desta noite não é apenas sobre a Irlanda. A meu ver, é evidente da exposição da Senhora Comissária que este problema ocorrido na Irlanda pode ocorrer em outros Estados-Membros. Logo, suponho que esse deve ser o ponto de partida para este debate.

Sabemos que esse óleo não devia ter entrado na cadeia alimentar dos animais. O que estamos a tentar descobrir é como isso aconteceu e – como a Senhora Comissária diz, e com razão – isso está a ser objecto de uma investigação policial com uma dimensão transfronteiriça. Vamos, espero eu, encontrar o rasto exacto dos acontecimentos, de molde a podermos evitar ocorrências semelhantes.

Todavia, isso também levanta outra questão, a que a Senhora Comissária também aludiu, que é o modo como tratamos desperdícios ou sobras alimentares. Reciclar é agora "a coisa a fazer". Todos são a favor dela, porque todos queremos ser amigos do ambiente e sustentáveis. Logo, há aqui duas questões: em primeiro lugar, a questão da reciclagem de óleos – à qual a Senhora Comissária aludiu – e que eu penso necessitar de uma atenção mais cuidadosa relativamente não apenas aos PCB, mas, de modo mais geral, à recolha,

distribuição e manipulação, etc. de óleos usados, embora, obviamente, haja particular preocupação com os PCB.

No que diz respeito às sobras de alimentos – ou desperdícios alimentares, como por vezes são chamadas –, a minha opinião pessoal é que é adequado utilizarmos esses produtos na cadeia alimentar dos animais. Não obstante, quero dizer muito claramente que, se não pudermos garantir a sua segurança e do modo como é processado e manipulado, receio que tenhamos de considerar a sua proibição na cadeia alimentar do Homem e dos animais.

Não gostaria de que isso acontecesse, mas também não gostaria de que acontecesse novamente o que aconteceu na Irlanda, nem das suas subsequentes consequências. O que queremos é que essas sobras de alimentos ou desperdícios alimentares sejam utilizados porque são de boa qualidade, e não porque a cadeia alimentar dos animais constitui uma lixeira para a sua deposição. Creio que esse é um ponto importante.

Temos também de falar muito abertamente sobre toda a questão da mistura de alimentos para animais. Os agricultores gostam de comprar os ingredientes e de misturar as suas próprias rações, coisa que os grandes agricultores geralmente fazem. Trata-se de um processo adequado, se sobre ele exercermos controlos rigorosos. Estou informada de que são realizados controlos periódicos. Neste caso, porém, houve claramente algumas lacunas nos controlos nesse mercado. De facto, os agricultores que foram apanhados e sofreram as consequências por utilizarem este produto disseram-me: "Por que não houve alguém que viesse e controlasse o que estava a entrar nos nossos cercados?"

Sobre a questão da regulamentação, creio que há controlos muito apertados sobre operadores autorizados das empresas do sector dos alimentos para animais – a indústria dos alimentos compostos da União Europeia – que surgiram em consequência de práticas do passado, em relação às quais tínhamos de nos tornar mais rigorosos.

Tenho a noção de que, nos Estados-Membros, controlamos o cumpridor de modo particularmente rigoroso, e não vigiamos os potenciais incumpridores. Não pensamos criativamente. Talvez haja tendência para, uma vez que o *paper trail* esteja correcto e os quadradinhos marcados, pormos tudo para trás das costas e não ver debaixo da superfície.

Penso que temos de considerar de novo a regulação. Estamos a considerá-la novamente no sector financeiro, e temos de o fazer também no sector da alimentação. Penso também que, a nível das explorações agrícolas, os inspectores são por vezes considerados encarnação do demónio que aparece nas empresas agrícolas. Qual o motivo por que os agricultores não recebem de bom grado os inspectores e os não consideram protectores das suas empresas?

Penso que, baseados nesta experiência, temos de mudar a nossa forma de pensar sobre toda a cadeia alimentar. É com particular agrado que recebo a comunicação da Associação de Agricultores Irlandeses de que estão a constituir um grupo de pressão no domínio dos produtos alimentares. É mais do que tempo de os agricultores assumirem algum controlo da cadeia alimentar, de que eles são o primeiro degrau.

Finalmente, a questão dos ingredientes baratos não é para agora, mas a pressão sobre os produtores para produzirem a preços cada vez mais baixos faz parte desta questão e tem de ser abordada.

Proinsias De Rossa, em nome do Grupo PSE. – (EN) Senhora Presidente, tenho alguns pontos a apresentar sobre esta questão. É evidente que, pessoalmente, discordaria ligeiramente da senhora deputada McGuinness quando afirma que "isto não é a respeito da Irlanda". É evidente que isto é a respeito da Irlanda. Isto é o escândalo mais recente em relação aos riscos no domínio dos produtos alimentares.

A protecção da saúde humana tem de ser a principal preocupação nesta questão e aquilo de que estamos a falar aqui é da implementação da Directiva de 1996. De facto, infelizmente, a Irlanda foi um dos Estados-Membros que teve de ser forçado, por meio de ameaças de lhe ser instaurado uma acção judicial, a implementar efectivamente esta directiva, cinco anos mais tarde, em 2001. É evidente que, ao que parece, o processo de implementação ainda estaria a caminho, e que, aparentemente, os processos de inspecção para garantir o seu cumprimento são muito fracos. Daquilo que sei, do que li sobre o assunto, uma das coisas surpreendentes é a falta de informação sobre o que aconteceu exactamente neste caso particular a respeito da contaminação de gado suíno. Aparentemente, havia algum tempo que a fábrica em questão, que produziu as rações, não tinha procedido a inspecções.

Devo também dizer – e estou certo de que o Governo ficaria surpreendido por me ouvir dizer isto – que creio realmente que o Governo tomou a decisão correcta ao suspender imediatamente a distribuição de carne de

suíno e ao retirá-la, de facto, das prateleiras dos estabelecimentos comerciais. É evidente que isso prejudicou muitos produtores, açougueiros, etc. inocentes e cumpridores: 90% ou mais dos produtos não estavam contaminados. A fábrica em questão apenas fornecia uns 10 mercados de distribuição, logo, tratou-se de dar um passo importante, mas foi o passo que devia ser dado. O mais importante é tentarmos garantir que o público e os consumidores possam ter a certeza de que é seguro consumirem a carne que comprem, tanto em supermercados, como nas lojas da esquina do seu local de residência. Se não tomarmos medidas imediatas e drásticas para garantir isso, penso que estamos a faltar à nossa responsabilidade.

Tenho duas perguntas a dirigir à Senhora Comissária. Uma é: como digo, estamos a falar aqui da implementação da Directiva de 1996. Não existirá agora motivo para se proceder à revisão dessa directiva? Os critérios estabelecidos nessa directiva estão agora adequados ou inadequados? Não devíamos estar a considerar seriamente a retirada de circulação desses PCB muito mais rapidamente do que planeado, por causa do modo tardio como muitos Estados-Membros aplicaram realmente a directiva?

A minha outra pergunta refere-se ao plano de gestão que a Agência de Protecção do Ambiente da Irlanda está, tardiamente, a pôr em marcha em 2008, e em que se refere ao código de prática, que o plano também inclui, para a gestão dos PCB que estão a ser utilizados e para os equipamentos contendo PCB. O que desejo saber é se um código de prática é, de facto, compatível com a directiva. Não devíamos estar a procurar uma aplicação mais rigorosa em termos da gestão dos PCB? Não sou partidário de acusar todos quantos infringem uma regra aqui e ali, mas penso, realmente, que, quando se trata da segurança dos produtos alimentares, devia haver sanções penais para os que desprecocupadamente fazem mau uso da sua posição.

Liam Aylward, em nome do Grupo UEN. – (EN) Senhora Presidente, a indústria irlandesa de carne de suíno desempenha um papel vital no sector agro-alimentar irlandês. Essa indústria está avaliada em cerca de mil milhões de euro e é, directa e indirectamente, responsável pelo emprego de 10 000 pessoas.

Contra o pano de fundo do actual clima económico e da subida dos preços dos produtos alimentares, é crucial fazermos na Irlanda tudo o que pudermos para defendermos o sector da carne de suíno, que funciona de acordo com os mais altos critérios da União Europeia e internacionais.

A detecção, ao abrigo do Programa Nacional de Controlo de Resíduos, de um teor de dioxinas acima do limiar mínimo numa amostra de gordura de suíno permitiu que a origem da contaminação fosse rapidamente detectada em uma única fábrica de produção de rações para animais. Embora qualquer contaminação dos nossos alimentos seja sempre lamentável, o que este incidente mostra é o elevadíssimo nível dos controlos de segurança alimentar de que as autoridades irlandesas dispõem para garantir a integridade da cadeia alimentar. Por outras palavras, esses controlos funcionaram.

Gostaria, portanto, de reconhecer a competência e a rapidez da acção empreendida pelo Governo irlandês, bem como pelo seu Departamento da Agricultura, relativamente à decisão tomada de recolher a totalidade do produto, decisão que foi muito bem recebida pelos mercados europeus e internacionais e, de facto, pela Comissão Europeia. Esta decisão realçou a seriedade com que, na qualidade de país, consideramos os assuntos relativos à segurança alimentar e ajudou a manter a nossa reputação, no país e fora dele, como nação que produz alimentos de qualidade.

Os consumidores irlandeses continuaram a comprar carne de suíno, logo que ela ficou disponível nas prateleiras dos supermercados, tendo-se registado uma retoma do seu comércio na maior parte dos mercados europeus e internacionais. Obviamente, é necessário levar a cabo um trabalho adicional, como, por exemplo, mais campanhas de marketing, etc., para reatar plenamente o comércio de carnes de suíno.

Gostaria de elogiar a Comissão da Agricultura do Parlamento Irlandês (*Oireachtas*), pela sua investigação exaustiva do incidente da dioxina, que implicou uma série de audições em que estiveram envolvidos departamentos governamentais, agências estatais e representantes da indústria de carne de suíno. Regozijo-me também com o facto de o Departamento da Agricultura estar a efectuar uma investigação adicional, sob a presidência do Professor Pratick Wall, pessoa bem conhecida nos círculos europeus.

Friedrich-Wilhelm Graefe zu Baringdorf, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, pelo menos esta situação foi descoberta, no caso irlandês, por meio de inspecções. Há dez anos, na Bélgica, os casos aconteceram de forma muito rápida. Em ambos, ouvimos falar de acidentes que ocorreram, mas estes acidentes nunca foram comprovados. Passados dez anos, o caso está encerrado na Bélgica. Uma pessoa teve pena suspensa de um ano e meio. No entanto, o modo como a substância contaminou os produtos não é claro. Devemos, portanto, continuar a assumir que as substâncias tóxicas foram deliberadamente misturadas, que foram usados alimentos para animais com o objectivo de poupar nos custos de eliminação

de resíduos. Assim, o óleo era diluído e adicionado aos alimentos para animais. Em ambos os casos, o óleo em questão era óleo de transformador.

Enquanto estes acidentes não forem reconstruídos e continuar for provar que foi realmente o resultado da queima, terá de se assumir, também na Irlanda, que um acto criminoso teve lugar quando foram introduzidas aquelas substâncias tóxicas, nomeadamente os PCB. Quer isto dizer que temos de aumentar a frequência das inspecções de modo que os esforços criminosos não incidam sobre os alimentos para animais e dando a impressão de que se trata de uma forma simples de poupar nos custos.

Por essa razão, a declaração aberta que aqui iremos aprovar amanhã não representa uma nova oportunidade para aumentar a atenção contra os esforços do crime, mas sim uma oportunidade para aumentar a frequência das inspecções. Além disso, os riscos não podem ser determinados apenas em termos das fábricas que estão envolvidos, mas também em relação a quem está a gerir essas fábricas e a partir de que fontes tenebrosas este óleo é obtido. Nós sabemos bem o tipo de pessoas com que estamos a tratar neste contexto e, assim, as instituições têm de estar conscientes, em relação às inspecções, que representam um risco mais elevado e, portanto, deve haver inspecções mais rigorosas.

Bairbre de Brún, em nome do Grupo GUE/NGL. – (GA) O incidente que envolve elevados níveis de dioxinas nas fábricas irlandesas está a criar grandes dificuldades económicas aos agricultores no Norte e no Sul. São más notícias no actual clima económico difícil. Devido à rápida iniciativa que foi tomada, o mercado pode ficar descansado de que a carne de suíno irlandesa é segura. Seja como for, não se deveria esperar que os afectados tivessem de lidar sozinhos com as consequências. Sei que algumas destas questões económicas dizem respeito a outros Comissários, mas é importante que sejam mencionados os seguintes aspectos.

A intenção do Plano de Recolha da Carne de Suíno, anunciado pelo Governo irlandês em Dezembro de 2008, era retirar do mercado a carne de suíno contaminada. Seja como for, não parece que este plano esteja preparado para os 4 000 suínos contaminados enviados para a fábrica de processamento de carne de suíno Vion, em Cookstown, Condado de Tyrone, no meu círculo eleitoral, entre 1 de Setembro e 6 de Dezembro de 2008.

Felizmente, podemos afirmar incondicionalmente que a carne de suíno irlandesa é completamente segura. No entanto, se esta fábrica não tiver direito a compensação, de acordo com o plano de apoio da UE, existe o perigo real de não ser capaz de continuar a funcionar.

A UE tem de assegurar que esta fábrica de processamento não tenha de suportar sozinha as consequências de aceitar 4 000 suínos contaminados.

Se não tiverem direito a compensação ao abrigo do Plano de Recolha da Carne de Suíno acordado entre a Comissão e o Governo irlandês, tem de ser acordado um plano semelhante entre a Comissão e o Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural no Parlamento em Belfast.

Num espírito de solidariedade, a União Europeia deveria aprovar o co-financiamento da necessária compensação para os que foram afectados. O ano de 2009 será difícil para todos – não nos esqueçamos das circunstâncias altamente excepcionais que deixam um grande número de pessoas no sector alimentar numa situação difícil que não criaram.

Os ministros no Parlamento em Belfast e no Governo irlandês irão em breve promover uma estratégia de saúde animal para toda a ilha.

Temos de ter uma abordagem para a Irlanda como um todo, que vá para além da saúde animal e que inclua uma abordagem reguladora comum para a ilha. Por outras palavras, os regulamentos da UE devem ser geridos e aplicados na ilha como um todo. Cada agricultor irlandês iria beneficiar de uma situação deste tipo e a falta de duplicação iria aumentar a eficácia do acompanhamento das regulamentações da UE.

Kathy Sinnott, em nome do Grupo IND/DEM. – (EN) Senhor Presidente, o meu colega referiu os canais pouco claros, através dos quais os PCB penetraram na cadeia alimentar da Irlanda. Considerando a história do passado dos PCB, penso, por vezes, que talvez a situação possa ser ainda mais grave. Os bifenilos policlorinados contam quase 100 anos de existência. Feitos pelo homem, quase logo, desde do início, se tornou óbvio que eram extremamente perigosos.

Durante muitos anos, foram utilizados em condensadores, combustíveis hidráulicos e acabamentos de soalhos de madeira: manifestamente, algo que não queremos na cadeia alimentar. Todavia, quase desde o início, de 1900 até 1966, quando um cientista sueco estabeleceu realmente a sua perigosidade, as pessoas

não queriam saber e permitiam a sua utilização, muito embora grande número de acidentes industriais ocorressem, uma e outra e outra vez.

Inclusive, porém, com a ciência já em marcha, não foi realmente até à década de 1970 – 1972 – que os PCB foram proibidos em zonas públicas. Mesmo então, a sua utilização ainda foi permitida, apenas tendo sido absolutamente proibida no ano 2000. Logo, há por aí grande quantidade de PCB, que foram deixados por aí durante quase 100 anos, mesmo depois de termos conhecimento de que havia um problema.

Logo, não obstante a Directiva da Comissão de 1996, que exigia a eliminação dos PCB, vemo-los surgir de novo, uma e outra vez, e em particular, recentemente na Bélgica e na Irlanda.

Descobri, porém, que havia uma coisa que na Irlanda confundia realmente as pessoas. Lembro-me de ter ido a um talho por volta dessa época e de que o açougueiro pura e simplesmente não conseguia compreender. Dizia ele, que tínhamos posto em marcha tanta rastreabilidade, que agora podemos saber exactamente de onde vem um ovo e em que dia foi posto, e que se pretendermos aprofundar um pouco podemos descobrir exactamente de que exploração agrícola veio, etc. Não obstante, mesmo depois de conhecermos a origem dos PCB, este açougueiro, que averigua a proveniência da carne que vende, que tinha todos os números dos códigos, etc., estava, mesmo assim, a ser obrigado a deitar fora e a destruir a carne de porco.

Não compreendo como isto aconteceu, porque nos esforçámos, realmente, tanto na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, e a Comissão se esforçou tanto por conseguir a rastreabilidade, e, não obstante, na hora das complicações, esses sistemas não foram usados. Talvez tivessem sido utilizados para detectar as explorações agrícolas, mas não o foram para limpar a reputação dos inocentes, coisa que custou caríssimo às pessoas – e ainda custa muitíssimo ao meu país, porque não foram apenas estas cadeias de abastecimento que foram difamadas, mas sim todo o país.

E ainda subsistem confusões a respeito de outras coisas. Hoje estamos a falar de PCB e toxinas, e justificadamente. Não obstante, será que vamos gastar mais 100 anos para nos darmos conta da ligação entre dioxinas e incineração, coisa que estou constantemente a tentar fazer, designadamente para manter as dioxinas da incineração fora da cadeia alimentar?

Jim Allister (NI). – (EN) Senhora Presidente, alguns agricultores e uma empresa de processamento de carnes do meu círculo eleitoral enfrentam milhões de libras de prejuízo sem culpa própria pelo facto de rações para animais, compradas de boa fé, terem sido fornecidas por uma fábrica de produtos alimentares, onde se deu mostras de uma deliberada inobservância das regras – deixem lá as boas práticas! Não é surpresa haver considerável irritação entre os constituintes afectados.

Tenho uma série de perguntas a fazer à Senhora Comissária. Se não obtiverem resposta esta noite, gostaria que, se fosse possível, fossem respondidas por escrito.

Primeiro, qual é a história da fábrica de reciclagem de alimentos para animais culpada, em termos de cumprimento dos regulamento da UE? Ela é uma lei em si própria, como houve quem sugerisse?

Segundo, a Millstream tinha autorização para utilizar o óleo em questão? Se não tinha, não era da responsabilidade do Estado-Membro garantir que tal desrespeito dos requisitos básicos regulamentares fosse descoberto e devidamente tratado?

Terceiro, a Millstream estava a implementar uma análise de risco baseada na APPCC e qualquer plano de auto-controlo, como exigido pelo Regulamento relativo à higiene dos géneros alimentícios?

Quarto, a Comissão está satisfeita com o nível e frequência das inspecções e da supervisão imposta pelo Estado-Membro a esta fábrica e aos seus produtos, dada a obrigação do Estado-Membro de dispor de um plano oficial de controlo baseado na análise de riscos? Houve negligência por parte das autoridades irlandesas na aplicação rigorosa da legislação relativa aos requisitos de segurança para alimentos para animais e para consumo humano?

Quinto, no meu círculo eleitoral, fábricas legais de produtos alimentares têm de obedecer a controlos rigorosos e critérios nos termos de esquemas de garantia de qualidade. Qual o motivo por que não existia uma análise equivalente da reciclagem levada a cabo pela Millstream?

Sexto, existia confiança na auto-certificação de segurança das fábricas de rações para animais? Em caso afirmativo, por que motivo – uma vez que isso apenas devia ser admissível a operadores em pequena escala – foi permitida a sua aplicação neste caso?

Finalmente, se me é lícito, qual é precisamente a base jurídica em que se baseou a Comissão para concordar com o pagamento de uma soma considerável ao Estado irlandês, uma vez que inicialmente o porta-voz da Comissão afirmou não existir tal base? Irá haver uma continuação em termos de transgressão, se se considerar que esse Estado-Membro se encontra em situação de violação dos seus requisitos?

Maria Petre (PPE-DE). – (RO) É positivo que possamos proceder esta noite a um debate sobre a declaração da Comissão, e da Senhora Comissária, sobre a utilização de óleos usados na preparação de alimentos para animais na Irlanda.

Vou alargar um pouco o âmbito do debate, para dizer que numerosos Estados-Membros, incluindo a Roménia, país sobre o qual incidirá a minha intervenção, foram afectados por este incidente ou, para ser mais exacta: o incidente afectou o sector da carne, mas afectou, principalmente, os consumidores. Afectou o sector, que registou enormes perdas num período extremamente curto, e afectou os consumidores num momento em que, pelo menos na Roménia, se regista um consumo de carne de porco geralmente elevado, devido à celebração das tradições natalícias.

A notificação das autoridades veterinárias através do sistema de alerta rápido europeu funcionou bastante bem. Todavia, exceptuando esta medida, toda a informação desapareceu. Que quantidade de carne estava contaminada, onde foi distribuída e onde estão os produtos alimentares são as perguntas às quais foram dadas respostas parciais, e, em determinados casos, nem chegaram a receber resposta. Qual foi o efeito de tudo isto? Uma reacção de pânico entre os consumidores, enormes perdas para os produtores, e uma capacidade muito reduzida das autoridades responsáveis para gerir este tipo de situação de forma eficaz.

Na minha opinião, estamos confrontados com, pelo menos, dois problemas. O primeiro é a contaminação por dioxinas, na sequência da utilização de óleos usados, na medida em que as dioxinas são, como todos sabem, uma substância que constitui um risco dado ser altamente tóxica para o organismo humano, inclusivamente em quantidades ínfimas. O que podemos fazer para assegurar que um incidente deste tipo não volta a registar-se?

O segundo problema é: como podemos melhorar a capacidade das autoridades responsáveis nos Estados-Membros para responder e tomar medidas em situações desta perigosidade?

Uma observação final, espero que este debate nos dê as respostas, pelo menos para estas duas perguntas.

Petya Stavreva (PPE-DE). – (BG) Senhor Presidente, Senhora Comissária, minhas Senhoras e meus Senhores, o problema relativo à utilização de óleos usados contendo PCB numa fábrica de reciclagem alimentar voltou a levantar a questão da necessidade de garantir a segurança alimentar na União Europeia.

Em primeiro lugar devemos realçar que o problema não é o resultado de uma qualquer doença animal, mas da monitorização inadequada das medidas estipuladas aplicáveis à higiene dos alimentos para animais e à segurança na União Europeia. Apesar dos controlos introduzidos, foi intersectada uma elevada quantidade de dioxinas que na altura já tinha chegado à carne de porco. A questão lógica é, consequentemente: porque é que isto não foi detectado mais cedo?

Muitos cidadãos europeus interrogam-se hoje até que ponto a União Europeia dispõe da legislação necessária para exigir que os Estados-Membros efectuem uma monitorização adequada da segurança das rações para animais. Importa responder urgentemente a esta questão, visto que basta que a normas de segurança não sejam aplicadas numa fábrica de reciclagem alimentar para que a situação tenha consequências fatais e cause prejuízos de centenas de milhões de euros.

Gostaria de apelar à Comissão Europeia para que tome as medidas necessárias para intensificar a monitorização, que é uma parte intrínseca da política da União Europeia relativa à segurança dos consumidores. Também chegou à Bulgária carne de porco proveniente da Irlanda contendo elevados níveis de dioxina, assim como a muitos outros países europeus. Contudo, tais incidentes não podem ser admitidos no futuro, em virtude de o custo financeiro e social que resulta ser excessivamente elevado.

Por último gostaria de felicitar a senhora deputada McGuinness pela iniciativa que tomou no sentido de submeter esta questão ao escrutínio da Comissão.

Elisabeth Jeggle (PPE-DE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, estamos, aqui e agora, a discutir a utilização de óleos usados contendo PCB numa fábrica de reciclagem alimentar na Irlanda. Amanhã, iremos debater a colocação no mercado e a utilização de alimentos para animais. Amanhã, vamos observar que, em conjunto, já conseguimos atingir uma série de medidas importantes e expeditas neste sector. Mas ainda

existem problemas nesta área. É por isso que as cinco questões colocadas pela senhora deputada McGuinness, na sua pergunta oral devem ser tomadas a sério e deve ser-lhes dada uma resposta séria.

Senhora Comissária, foi a própria a falar-nos sobre lacunas que ainda têm de ser preenchidas na aplicação da nossa legislação numa série de Estados-Membros. É verdade que o sector da alimentação animal, de um modo geral, teve a sua fiabilidade exaustivamente comprovada nos últimos anos, mas certas empresas ou ignoram os riscos ou não desejam vê-los. Afigura-se, além disso, que existe ainda muita margem para melhorias em muitos Estados-Membros em termos de controlo de risco adequadas sobre a base.

Todos nós – o Parlamento, o cada vez menor número de agricultores e também os consumidores – esperamos a correcta aplicação da legislação da UE com inspecções para este efeito. Por esse motivo, penso que precisa de ser analisada a legislação alimentar em geral, os géneros alimentícios e a higiene dos alimentos e as condições de licenciamento para as fábricas de reciclagem alimentar.

Sim, queremos fazer uso dos excedentes dos produtos alimentares. Pessoalmente, por fim, gostaria que tal acontecesse e que os excedentes em questão não fossem destruídos. A rastreabilidade tem, no entanto, de ser salvaguardada. As substâncias e produtos indesejados têm de ser excluídos de uma forma segura e controlada. Quando as empresas de alimentos para animais são licenciadas, a competência profissional do seu pessoal na área da segurança dos alimentos para uso humano e animal tem de estar assegurada.

Os alimentos para animais constituem a base da segurança alimentar, tendo de haver certeza por parte dos agricultores, de modo a assegurar aos consumidores alimentos seguros e em boas condições.

James Nicholson (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, seja-me lícito dizer que é com prazer que acolho a oportunidade deste debate, que fez com que os agricultores se dessem conta de quão vulneráveis estão àquilo que os outros fazem.

Isto aconteceu na República da Irlanda, mas a ironia está em que o óleo usado, que foi a presumível causa do problema, veio, inicialmente, da Irlanda do Norte. Todavia, manifestou-se na mistura das rações para animais da República da Irlanda.

Em minha opinião, o problema que se levantou é que os agricultores da República da Irlanda, fossem eles criadores de suínos ou de gado bovino, foram indemnizados, ajudados e apoiados pela Europa. Nesta altura, os agricultores da Irlanda do Norte estão ao desamparo, sem ajuda e sem apoio. Os agricultores da Irlanda do Norte foram destruídos, estando muitos deles a ponto de perder as suas explorações agrícolas e de ficarem inactivos, sem qualquer culpa própria. Nada fizeram de errado, não cometeram qualquer delito. Esta noite, tenho de declarar sem rodeios a esta Assembleia e à Senhora Comissária, que, quanto a mim, os agricultores da Irlanda do Norte foram traídos gravemente, não só pelo nosso Departamento da Agricultura, o DARD, como é conhecido na Irlanda do Norte, mas, mais especialmente, pelo Ministro, que, aparentemente, é inapto, fraco e incapaz de resolver o problema.

O Ministro da Agricultura da República da Irlanda mostrou claramente que, em primeiro lugar, cuida dos seus. Isso, eu compreendo. Posso perguntar o seguinte à Senhora Comissária? Vai receber informações sobre o inquérito que, supostamente, está a ser levado a cabo pela polícia de ambos os lados da fronteira? A Senhora Comissária estará preparada para actuar com base nas informações que receber e para garantir que os produtores da Irlanda do Norte tenham o mesmo apoio que os agricultores da República da Irlanda, e que, de modo algum serão privados dos seus direitos financeiros? E, sobretudo, e este é o meu último ponto, a Senhora Comissária irá garantir que esse problema jamais poderá voltar a acontecer? Tudo o que isto consegue é a perda de confiança para o consumidor e, acima de todas as outras coisas, a destruição do produtor.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, como diz a Senhora Comissária, uma das fontes de exposição humana aos PCB é a cadeia alimentar. Todavia, as lareiras abertas e o fumo de cigarros constituem fontes de muito maior exposição para um número muito maior de pessoas. Sejam equilibrados e mantenhamos a histeria ausente deste debate. Mais luz e menos calor nele.

Requisitos mínimos em matéria de higiene alimentar são, de facto, muito importantes e devem ser rigorosamente impostos. Todavia, cumpre que sejam também acompanhados de identificação completa e de rastreabilidade para todos os produtos cárneos – não só para a carne de bovino, mas também para a carne de aves, de suínos e de ovinos. Para o efeito, apresentei algumas alterações à actual legislação, alterações que em breve iremos discutir nesta Casa.

A carne de suíno em questão foi, de facto, contaminada por pão ralado, pelo facto de, inadvertidamente, a Millstream Recycling ter utilizado para o secar combustível que, de boa fé, comprou a uma empresa com

que já havia anos fazia negócio, e com a qual, anteriormente, jamais tinha tido problemas. Está em curso uma investigação policial, em que a empresa em questão está a cooperar plenamente com a polícia.

Gostaria de refutar completamente a afirmação do senhor deputado Allister, que afirma que a empresa deu mostras de deliberada inobservância das regras. Irá comprovar-se que esse não foi o caso, por isso sejamos prudentes com o que afirmamos aqui.

O maior problema foi termos de retirar do mercado e destruir 100% dos produtos de carne de suíno, se bem que apenas durante um breve período. Os meios de subsistência de muitos agricultores irlandeses e, na realidade, a reputação dos produtos alimentares irlandeses no estrangeiro sofreram em consequência de termos tido de dar uma resposta tão desproporcionada, quando apenas seis a sete por cento das nossas suiniculturas estavam contaminadas, uma vez que o sistema irlandês de identificação e rastreabilidade falhou no ponto do matadouro. Na Irlanda, todos os suínos devem usar uma etiqueta auricular, ou serem marcados por carimbo de tatuagem. De qualquer modo, porém, a nível do matadouro, não podíamos distinguir os suínos que tinham consumido rações contaminadas da grande maioria de suínos que o não tinha feito.

Temos de examinar essa questão. A Comissão tem de considerar todo o papel da identificação e da rastreabilidade e, acima de tudo, vamos aguardar a investigação policial, que, creio, irá surpreender as pessoas.

As empresas em questão lamentam muitíssimo, e assim o declaram publicamente, os danos que causaram à cadeia alimentar e à reputação da Irlanda, bem como, na verdade, os prejuízos económicos causados a muitos agricultores que até então lhes tinham comprado os seus excelentes produtos para alimentação de animais. Actualmente, regressaram à actividade e devo dizer que estão a produzir novamente uma excelente ração para animais para ser misturada pelos agricultores.

Foi um episódio terrível, que ninguém teria desejado que acontecesse.

Mairead McGuinness (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, tentei não ser nem juiz, nem júri, neste caso irlandês, porque não é esse o motivo por que estamos aqui esta noite. Gostaria, porém, de fazer três perguntas à Senhora Comissária: que volume de PCB se encontra ainda em circulação? Pode garantir que nenhum desses PCB irá contaminar a cadeia alimentar durante os próximos 23 meses, enquanto se encontram ainda em processo de eliminação? A Comissão estaria disposta a apresentar um relatório sobre a situação da implementação do Regulamento relativo à higiene dos alimentos para animais que esta Casa gostaria de ouvir?

Gostaria igualmente de fazer notar que esta é, de facto, uma questão transfronteiriça. A contaminação, tal como a compreendemos, veio – como fez notar, e com razão, o senhor deputado Jim Nicholson – de além fronteiras. Esse o motivo por que não estou de acordo com o senhor deputado Proinsias. Esta é, de facto, uma questão europeia, porque tem uma dimensão transfronteiriça. O que aconteceu na Irlanda podia acontecer em qualquer um dos Estados-Membros, porquanto há – segundo sou informada – milhares de toneladas de PCB em circulação. Talvez a Senhora Comissária pudesse aclarar este ponto.

Friedrich-Wilhelm Graefe zu Baringdorf (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, a Comissão investigou ou reconstruiu o curso dos acontecimentos que conduziram a este acidente? Acho ridícula a ideia de que a queima de resíduos de óleo e o consequente fumo que se infiltra em seguida, através de algumas migalhas de pão, poderia causar contaminação a esta escala, tendo um aumento de 200 vezes os níveis de dioxinas ocorrida na carne – não na alimentação, mas no suíno em si. Vou continuar a assumir, até ou a menos que se prove o contrário, que este foi um caso de deliberada mistura de dioxinas.

Em todos os acidentes rodoviários há uma reconstrução e é investigado como esse acidente poderia ter ocorrido. Também este acidente – se é que foi isso – tem de ser reconstruído, devendo ser investigado se este tipo de combustão e o fumo produzido poderia passar através da carne para nela poder realmente causar tanta dioxina. Como médico, diria que tudo o que está a ser dito a este respeito, é um disparate. Aquilo de que aqui estamos a falar foi uma deliberada mistura e nós é que somos os repositórios deste veneno, uma vez que estas substâncias não se decompõem por si próprias e permanecem, portanto, ao longo das gerações.

Jan Mulder (ALDE). – (NL) Este debate tem sido extremamente interessante. Temo que casos como este voltem a suceder no futuro. É impossível cercear por completo o comportamento criminoso e o aproveitamento das lacunas do sistema por parte de algumas pessoas.

Uma das questões que não foram aqui discutidas esta noite é o sistema de marcas privadas. Por que não concede a Comissão mais incentivos à indústria para esta realizar as suas próprias inspecções e desenvolver marcas privadas de qualidade? A Comissão poderá então dizer: "Nós realizamos as inspecções finais, mas,

em primeira instância, é da vossa responsabilidade garantir a inspecção dos vossos profissionais e assegurar que estes casos não aconteçam. Se desenvolverem um sistema razoável, este terá o nosso incentivo e reconhecimento.” Parece-me que precisamos de incentivos desde a base até ao topo para que práticas deste tipo não ocorram no futuro.

Jim Allister (NI). – (EN) Senhora Presidente, não existe qualquer controvérsia quanto ao facto de, aparentemente, o óleo ter vindo da Irlanda do Norte. Não é essa a questão.

O ponto pertinente é que a Millstream optou por se abastecer desse óleo, sabendo que estava à procura de óleo para utilizar nos secadores – para tratar de substâncias para rações para animais, para secar pão ralado – por isso, por que estava a comprar óleo desse tipo, independentemente de onde viesse?

Por que não foi controlado por inspectores oficiais e pela própria empresa? A utilização de óleo nessas circunstâncias é, segundo entendo, ilegal, uma violação dos regulamentos relativos aos produtos alimentares e à higiene. Logo, a questão não é a sua origem – mas sim o motivo por que veio ali ter e por que foi utilizado para os fins que foi utilizado.

Avril Doyle (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, a alegação do senhor deputado Graefe zu Baringdorf de deliberada mistura deste produto contaminado nas rações dos animais é desprezível e indigno de qualquer político profissional. Deixemos que o devido processo da investigação legal siga o seu curso.

A empresa em questão, Mealstream Recycling, está a cooperar plenamente. Têm um *paper trail* para provar que compraram este óleo a uma empresa autorizada de Dublin fornecedora do produto. Compraram-no como fuelóleo leve reciclado, que teria sido o óleo correcto para utilizar neste particular processo de secagem. Foi-lhes vendido por uma empresa autorizada e, quanto a eles, o que tinham comprado era fuelóleo leve. Admitem, porém, que lhes tinham dado óleo para transformadores que deu origem às dioxinas.

Há uma investigação legal e policial em curso. Deixemos que o devido processo siga o seu curso e deixem de espalhar estas alegações porque se trata de uma questão muito séria, que uma reacção histórica e exagerada em nada ajuda.

James Nicholson (PPE-DE). – (EN) Senhora Presidente, todos estão de acordo – ninguém nega – em que é verdade, que o óleo veio da Irlanda do Norte. Não podemos negá-lo. Todavia, enquanto estamos a discutir, há oito agricultores na Irlanda do Norte que estão a ficar sem a sua exploração, tal como acontece na República da Irlanda. Eles também sofreram, admito. Isto não é uma questão política. Isto é sofrimento de pessoas comuns, e são os nossos agricultores quem está a sofrer financeiramente.

A verdade é que – e temos de admiti-lo, e a Senhora Comissária tem de admiti-lo – havia toneladas de carne de suíno que não era rastreável. Ninguém sabia de onde tinha vindo, de que suínos era, ou qual era a sua origem. Senhora Comissária, já houve tempo, já houve muito mais do que tempo, de a Senhora Comissária ter introduzido uma rotulagem honesta e clara da origem, de onde isto vem. Pelo menos, se tivesse sido assim, teríamos sabido qual era e qual é a nossa situação.

Não pretendo fazer disto uma questão política porque, para mim, não o é. Falo todos os dias com os meus agricultores, alguns dos quais irão, muito provavelmente, perder as suas explorações. Logo, este é um assunto sério. Se tivermos de levar a investigação legal até às suas últimas conclusões, quero que isso aconteça – mas quero ver os meus agricultores protegidos, e não quero vê-los atraícoados. Quero vê-los devidamente protegidos pela Senhora Comissária, de molde a que tenham a mesma posição e protecção que os agricultores da República da Irlanda.

Androulla Vassiliou, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, este debate tem sido realmente animado, com um elevado número de perguntas. Levantaram-se também muitas hipóteses e, pessoalmente, concordaria com a senhora deputada Doyle que temos de ser pacientes e aguardar o termo desta investigação. Depois, podemos tirar as nossas conclusões e tomar decisões para o futuro. Uma coisa tenho a dizer – na altura, não estava envolvida, mas ouvi falar disso – e é que também na Alemanha e na Bélgica se registaram incidentes semelhantes, sobre os quais fornecidas amplas informações em todos os Estados-Membros. Logo, eu pensava que um Estado-Membro prudente teria adoptado medidas mais rigorosas. Todavia, uma coisa dessas podia acontecer mesmo com as mais rigorosas medidas de controlo, ou por fraude, ou por negligência, ou fosse pelo que fosse. A nossa responsabilidade é encarregar-nos de fazer com que tenhamos legislação – que creio ser agora satisfatória – e de fazer com que os Estados-Membros a cumpram. O nosso dever, como Comissão, é dispor de controlos e fazer com que os Estados-Membros cumpram o seu dever.

Os SAV procedem às suas inspecções, e os seus relatórios estão acessíveis ao público. Logo, desses relatórios, que, inclusive, são elaborados numa base de país a país, pode-se inferir até que ponto se acatam as nossas leis.

Alguns dos senhores deputados trouxeram à colação a questão da rastreabilidade, que, na realidade, constitui um dos principais pilares dos princípios gerais da legislação alimentar, e é da responsabilidade dos operadores de empresas de produtos alimentares, que devem poder indicar a quem compraram e a quem estão a vender. Todavia, o nível de pormenor ou especificidade da rastreabilidade a nível interno escolhida pelo operador da empresa produtora de produtos alimentares determina a perda económica final em caso de recolha dos seus produtos. Neste caso particular, o que as normas de rastreabilidade da Irlanda exigiam era simplesmente a data de produção, e não a identificação da exploração de onde procedia a carne. Esse o motivo por que foi necessário recolher toda a carne produzida ao longo desses dois meses. Se fossem aplicáveis regras mais rigorosas de rastreabilidade (o que teria custado mais, evidentemente), apenas teria sido recolhida a carne identificada como procedente dessa particular exploração. Logo, é necessário decidir: ou pagar mais e ter melhores normas de rastreabilidade, ou pagar menos e, em última análise, suportar a perda.

Foi aqui referido o facto de, na qualidade de Comissão, termos proporcionado ajuda – muito embora a responsabilidade do pagamento de indemnizações não tenha sido minha, mas sim do Senhora Comissária Fischer Boel – e devo dizer que o que foi pago neste caso o foi na mesma base à República da Irlanda e à Irlanda do Norte. Tenho aqui alguns números. A Comissão introduziu um Regime de Intervenção e Armazenagem Privada, ao abrigo do qual podem ser armazenadas 15 000 toneladas, por um período máximo de seis meses. O orçamento para essa medida é de 6,9 milhões de EUR. Um regime semelhante de armazenagem privada foi também adoptado na República da Irlanda, onde, ao abrigo desse regime, podem ser armazenadas 30 000 toneladas, por um período máximo de 6 meses, com um orçamento máximo de 13,9 milhões de EUR. Na República da Irlanda, houve também um regime de destruição de carnes que foi co-financiado pela Comunidade e que custou 20,6 milhões de EUR. A Comissão não fez quaisquer pagamentos directamente aos agricultores, nem da República da Irlanda, nem da Irlanda do Norte, dado não existir qualquer base legal para essa indemnização.

Em resumo, eu diria que temos boas leis, mas que, futuramente, teremos de estar sempre vigilantes. Temos de nos assegurar de que essas leis são aplicáveis pelos Estados-Membros. Do lado da Comissão, temos de manter os nossos controlos e garantir que os Estados-Membros cumprem os nossos regulamentos.

Além disso, logo que recebamos os resultados das investigações, podemos pensar no futuro. Se considerarmos que existe margem de manobra para melhorarmos os nossos regulamentos, não hesitaremos em fazê-lo.

Presidente. - Está encerrado o debate.

17. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

18. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 22H45)